



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA
NA AMAZÔNIA

**Memória do Operariado Amazonense: a festa como *constructo* e
expressão da subjetividade operária**

MILTON MELO DOS REIS FILHO

**MANAUS
2013**

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

R375m Reis Filho, Milton Melo dos
Memória do operariado amazonense: a festa como constructo e expressão da subjetividade operária / Milton Melo dos Reis Filho. - Manaus: UFAM, 2013.
189 f.; il. color.

Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas.
Orientadora: Prof^a Dr^a Iraildes Caldas Torres

1. Memória dos trabalhadores fabris 2. Subjetividade 4. Festa operária I. Torres, Iraildes Caldas (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU (2007): 316.343-058.14\ (043.2)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA

Memória do Operariado Amazonense: a festa como *constructo* e
expressão da subjetividade operária

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de Pesquisa: Processos Sociais, Ambientais e Relações de Poder na Amazônia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Iraildes Caldas Torres

**MANAUS
2013**

MILTON MELO DOS REIS FILHO

Memória do Operariado Amazonense: a festa como *constructo* e expressão da subjetividade operária

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de Pesquisa: Processos Sociais, Ambientais e Relações de Poder na Amazônia.

Aprovada em: 29 / 07/2013

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Iraildes Caldas Torres - Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Francisco José da Costa Alves - Membro
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Edgard de Assis Carvalho - Membro
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof^a Dra^a Elenise Faria Scherer - Membro
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski - Membro
Universidade Federal do Amazonas

DEDICATÓRIA

À minha mãe Domitila dos Santos Bittencourt (in memoriam): você me ensinou a lutar, a vencer todo e qualquer obstáculo que a vida, porventura, viesse a colocar no meu caminho. Sou testemunha de tudo que passou e de como sobreviveste, mais ativa e forte durante sua existência. Gostaria, sinceramente, de ser apenas metade do que você foi. Sei que herdei sua tenacidade, seu sentimento de justiça, sua sensibilidade, e lhe sou grato por isso. Jamais imaginaria minha vida sem seu apoio, sem sua presença constante, você foi o meu chão, meu esteio.

Te dedico este trabalho, que é meu e seu.

AGRADECIMENTOS

Um árduo caminho, às vezes calmo ou tortuoso, é o desafio do historiador que decide se dedicar a pesquisa. A começar pela maturação das ideias, escolha do objeto e contato com as fontes, somos testados por nossos sentimentos e valores. Buscamos a imparcialidade científica, mesmo sabendo que nossa escolha implica parcialidade, afinidade, paixão. É impossível deixar de reafirmar as palavras de Eric Hobsbawm quando diz que “a principal tarefa do historiador não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade para compreender. O que dificulta a compreensão, no entanto, não são apenas nossas convicções apaixonadas, mas também a experiência histórica que as formou”¹.

Durante a realização do curso de doutorado, momento em que dividimos incertezas, alegrias e descobertas, o esforço foi redobrado no que diz respeito à afirmação das convicções apaixonadas e à necessidade de compreender a experiência histórica, sem produzir julgamentos.

Como integrante da segunda turma do doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, tenho orgulho de dizer que nesta universidade encontrei meu caminho, minha meta, os melhores amigos, os melhores mestres.

Agradeço à Profa. Dra. Iraildes Caldas Torres, minha orientadora, por me conceder a honra de ter sua amizade, muito presente nestes últimos meses tão cheios de expectativas, pela liberdade que confiou a mim e pela clareza na indicação de caminhos a serem seguidos. Devo dizer que, mais do que uma intelectual, Iraildes é especial, um gênio, uma figura ímpar, que nos estimula a pensar de forma disciplinada e livre. Admiro suas qualidades, como pensadora e mestra, e mais que tudo, uma amiga, o que muito me orgulha. Obrigado por acreditar em mim!

Agradeço a Profa. Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas, coordenadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal

¹ HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX – 1914 -1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

do Amazonas, pela paciência, preocupação e cuidado com todos os alunos do Programa, de modo especial a segunda turma de doutorado/2009.

Aos meus mestres e colegas do Curso de História da Universidade Federal do Amazonas, especialmente Luiza Ugarte, Luís Balkar, Auxiliomar Ugarte, Francisco Jorge dos Santos, Patrícia Sampaio, Márcia Eliane, Geraldo Pinheiro, Hideraldo Costa e Aloísio Nogueira pelo privilégio de poder compartilhar de minha trajetória acadêmica e profissional, quando estive vinculado ao curso de história na condição de professor substituto.

Agradeço a todos os colegas das primeiras turmas, especialmente aqueles com quem tive um contato mais próximo: meus amigos Renan Albuquerque, Davi Avelino, Tarcísio Normando e Alan Rodrigues com os quais troquei algumas figurinhas!

À minha mais que amiga Eveline Nascimento, pela contribuição valiosa, ouvindo atenciosamente minhas ideias referentes à pesquisa. Solange Nascimento, Márcia Oliveira, Wagner Araújo e Celso Torres foram de suma importância nesta caminhada, me auxiliando nos momentos de diversão durante nossas pesquisas nos subterrâneos da Amazônia!

Ao meu pai, Milton Melo dos Reis, hoje com 94 anos, desejo estar correspondendo às qualidades intelectuais que me atribui, fazendo questão de dizer para os amigos que sou “muito inteligente”. Te amo por ter me ensinado a viver a vida.

Agradeço a Jade, minha filha querida e amada, além de agradecer-lhe, devo me desculpar por tantas ausências, tantos “não posso”, “tenho que ler”, “agora não”! De tão acostumada sempre me pergunta: Isso é para o doutorado? Quero dizer que você será, sempre, minha preciosidade! Você me completa, me torna um pai melhor, me faz feliz!

À Alcilene, minha esposa, inspiração para continuar acreditando que qualquer esforço é pequeno na luta por uma sociedade justa, fraterna, solidária e igualitária.

Aos agentes da Pastoral Operária, pela brilhante contribuição no desvelar de uma *história vista de baixo*. Meus sinceros agradecimentos aos trabalhadores e dirigentes sindicais sujeitos desta pesquisa, todos com os quais convivi durante o trabalho de campo e que se revelaram extremamente comprometidos com o cotidiano da vida operária em Manaus, nos anos 1980. Especialmente a Luzarina Varela, Flávia Carneiro, Rubenita Santos, Herbert Amazonas, Rosilene Martins, Ricardo Moraes, Elson Melo e Telma, por suas valiosas contribuições a este estudo.

Aos professores doutores Edgard de Assis Carvalho, Arminda Rachel Botelho Mourão e Marcia Perales Mendes Silva, pela significativa contribuição na ocasião do

Exame de Qualificação. Suas indicações descortinaram novos caminhos para o aprimoramento das minhas categorias de análises durante a fase embrionária de minha pesquisa.

Agradeço aos secretários Alberta Amaral e Caio Roberto do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, que se tornaram amigos queridos.

À minha família, irmãos/ãs, sobrinhos/as, primos/as, tios/as, de modo especial a minha prima Elufla Melo Belchior, por ter aceitado o desafio em exercer o papel de mãe nos momentos mais difíceis de minha trajetória acadêmica, e a minha querida e amada irmã Nilza Bittencourt dos Reis, agradeço o privilégio de ter podido iniciar minha trajetória profissional e crescer em sua companhia e de poder compartilhar, ainda hoje, os momentos mais felizes.

À Secretaria Municipal de Educação - Semed, pela minha liberação para cursar o doutorado; com ela compartilharemos a excelência do ofício.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - Fapeam, pela concessão da bolsa. Com este auxílio consegui dar sentido e significado aos momentos mais especiais da minha formação.

De modo especial à Força Suprema, pela vida, coragem e determinação. Sem os ares espirituais jamais seria possível manter o fôlego da esperança e do sentimento de dever cumprido. Por tudo, agradeço.

Contar é muito dificultoso. Não pelos anos que já se passaram. Mas pela astúcia que tem certas coisas passadas de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros acho que não se misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância. De cada vivimento real que eu tive, de alegria ou pesar, cada vez daquela hoje vejo que eu era como se fosse diferente pessoa. Sucedido desgovernado. Assim eu acho, assim é que eu conto. O senhor é bondoso de me ouvir. Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data. O senhor sabe; e se sabe, me entende [...]

João Guimarães Rosa

RESUMO

A tese intitulada “Memória do Operariado Amazonense: a festa como *constructo* humano e expressão da subjetividade operária”, trata de um estudo sobre os trabalhadores do Polo Industrial de Manaus que, em meio às tensões do regime no início dos anos oitenta e das agruras do controle fabril, soube organizar-se para constituir-se numa classe social, a classe operária. Buscamos compreendê-lo na trama de relações e dos antagonismos de classe que notabilizaram este período. Assumi o propósito de resgatar os fragmentos e retalhos da vida e trabalho dos trabalhadores amazonenses, a expressão de suas subjetividades na manifestação da festa operária, ocorrida no interior das fábricas que compõem o Polo Industrial de Manaus, na década de oitenta do século XX e suas implicações no processo de transformação, transcendência e hominização dos trabalhadores congregados nos atos festivos. O estudo atende a uma perspectiva metodológica da história oral e a técnica utilizada constituiu-se na entrevista do tipo semi-estruturado aplicada junto a onze trabalhadores do Polo Industrial de Manaus. Realizamos uma análise sobre a reinvenção da subjetividade operária e a luta de classe; a reconstituição da ontologia do discurso operário no fazer-se classe, procurando revelar o lugar da memória dos trabalhadores amazonenses, buscando identificar os primeiros protagonistas da luta operária, os antagonismos e a construção do novo sindicalismo e das greves segundo a narrativa dos operários; a festa como expressão da luta operária, constitui-se como instrumento de visibilização da greve, expressão cultural, transgressão e carnavalização e, por último, a reinterpretação da festa como reinvenção do operariado, traduzindo os sentidos da festa para a organização sindical, alguns apontamentos sobre o trabalho nos anos 1990 e os novos rumos do sindicalismo no Brasil e no Amazonas. A realização desta pesquisa deveu-se à necessidade e, também, à preocupação de recuperar a memória do operariado amazonense cuja meta fundamenta-se na ideia de contribuir para com a produção dos estudos da memória histórica regional, apresentando subsídios à comunidade acadêmica no discutir de uma visão historiográfica dando vez, voz e lugar aos sujeitos históricos do seu tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Memória dos trabalhadores fabris, Subjetividade, Festa Operária.

ABSTRACT

The thesis entitled "Memories of working class from Amazonas state: the party as human construct and expression of the workers subjectivity", addresses a study about workers from Manaus Industrial Pole which, among the regimen stress in the beginning of 80's and the roughness of factory control, knew to organize themselves to create a social class, the working class of operators. We seek to understand the plot of relationships and antagonism of the class that made famous this period. Assumed the purpose of saving the fragments and shreds of life and work of Amazonas state workers, the expression of their subjectivity in manifestation of workers party, occurred inside the factories that form the Manaus Industrial Pole, in the 80's of 20th century and their influence in the transformation process, transcendence and humanization of the congregated workers in the festive acts. The study attends a methodological perspective of oral history and the technique used was a semi-structured type interview applied to eleven workers from Manaus Industrial Pole. We performed an analysis about the re-invention of worker's subjectivity and class struggle; the re-constitution of the ontology of workers speech in the make-up class, aiming to reveal memories of Amazonas state workers and identify the first protagonists of workers struggle, the antagonisms and the construction of the new unions and strikes according to the workers narrative; the party as an expression of workers struggle, consists of an instrument of strike's visibility, cultural expression, transgression and carnivalization and, at last, the re-interpretation of the party as the re-invention of the working class, translating the party senses to a union organization, some notes about the work in the 1990s and the new ways of unionism in Brazil and Amazonas state. The realization of this survey came from the need and, also, from the concern to recover the memory of Amazonas state working class, whose goal is based on the idea to contribute to the production of studies of regional historic memory, presenting subsidy to academic community to discuss an historic vision, giving chance, voice and a place to the historic subjects of its time.

KEY WORDS: Factory workers memory, subjectivity, working class party

LISTA DE SIGLAS

ADUA – Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas
ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
ANPUH – Associação Nacional dos Professores das Universidades de História
APPAM – Associação Profissional dos Professores do Amazonas
CELAM - Conselho Episcopal Latino-Americano
CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CIPA's – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais
CONCLAT – Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras
CQ – Controle de Qualidade
CSN – Conselho de Segurança Nacional
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DI – Distrito Industrial
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
DU – Diretório Universitário
ENOS – Encontro Nacional de Oposições Sindicais
ENTOES – Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical
EUA – Estados Unidos da América
FASE – Fundação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FAPEAM – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas
JOC – Juventude Operária Católica
JUBAM – Juventude em Busca de Algo Melhor
LSN – Lei de Segurança Nacional
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MR8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ONG's – Organizações Não-Governamentais
OSM – Oposição Sindical Metalúrgica
PCB – Partido Comunista do Brasil
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PIM – Pólo Industrial de Manaus
PM – Polícia Militar
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PO – Pastoral Operária
POLOP – Política Operária
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
SEMED – Secretaria Municipal de Educação
SESI – Serviço Social da Indústria
SINTEAM – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
UEA – Universidade do Estado do Amazonas
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UESA – União dos Estudantes Secundaristas do Amazonas
URP – Unidade de Referência de Preço
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
US – Unidade Sindical

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I: A REINVENÇÃO DA SUBJETIVIDADE OPERÁRIA E A LUTA DE CLASSE	
1.1 – Fragmentos de um começo possível.....	21
1.2 – Como tudo começou: os primeiros protagonistas da luta operária.....	34
1.3 – A subjetividade operária no fazer-se classe.....	50
CAPÍTULO II: RECONSTITUIÇÃO DA ONTOLOGIA DO DISCURSO OPERÁRIO NO FAZER-SE CLASSE	
2.1 – A participação das mulheres no fazer-se classe.....	60
2.2 - Os antagonismos e a construção do novo sindicalismo	73
2.3 – A construção das greves segundo a narrativa dos operários.....	86
CAPÍTULO III: A FESTA COMO EXPRESSÃO DA LUTA OPERÁRIA	
3.1 - A festa como instrumento de visibilização da greve.....	100
3.2 - A expressão cultural por meio da festa.....	113
3.3 - A festa operária como transgressão e carnavalização.....	124
CAPÍTULO IV – REINTERPRETAÇÃO DA FESTA COMO REINVENÇÃO DO OPERARIADO	
4.1 – Os sentidos da festa para a organização sindical.....	141
4.2 – Alguns apontamentos sobre o trabalho nos anos 1990.....	151
4.3- Os novos rumos do sindicalismo no Brasil e no Amazonas.....	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
REFERÊNCIAS.....	175
ANEXOS.....	185

INTRODUÇÃO

*A história real revelar-se-á somente depois de pesquisa
muito árdua e não irá aparecer ao estalar de dedos
esquemáticos.
(E. P. Thompson)*

*Então, o que quero investigar é o sentido mais profundo
deste acontecimento, à luz da diferença entre o que se
passou e as múltiplas maneiras de recordá-lo.
(Alessandro Portelli)*

Os anos 1980 suscitaram novas configurações na expressão identitária dos trabalhadores, os quais se apropriam de novos instrumentos de ação coletiva, o que nos permite falar da emergência de novos sujeitos políticos. Esses sujeitos coletivos são parte de um cenário novo, de novas práticas sociais que estavam emergindo na história social do país. Eles são interpretados neste estudo a partir de suas linguagens e valores que professavam como indicadores da emergência de novas identidades coletivas. O nosso propósito consiste em procurar descobrir nesta investigação se os trabalhadores se reinventam em sua subjetividade no fazer-se classe. A festa que é um elemento presente no processo de paralisação grevista, pode ser vista como um fator de reinvenção dessa subjetividade. Ou seja, se, a festa, é um elemento fundamental de constructo humano (hominização), podemos dizer que os trabalhadores vivem um momento de transcendência no evento da festa operária?

A tese tem como objetivo estabelecer a análise compreensiva da reconstituição da memória da classe operária em Manaus, dando especial relevo ao momento de transcendência dos trabalhadores em sua reinvenção subjetiva percebida na manifestação da festa como elemento fundamental do constructo humano.

A grande questão que preside este trabalho é a busca pertinaz para compreendemos a construção da subjetividade dos operários em meio às agruras da repressão e retaliação empresarial, que ocorrem nos momentos de greves.

É no evento da greve que o movimento sindical é levado a questionar os fundamentos da ordem social vigente, e assim, a tornar-se mais politizado, no sentido de buscar a transformação do sistema. A preponderância de reivindicações salariais (não raro em greve) e a luta por melhores condições de trabalho marcham junto com a politização dos operários e dos líderes sindicais, dando margem para a formação da própria cúpula sindical para qualificar a ação política. Origina-se o sindicalismo político. Nasce o sindicalismo

brasileiro contemporâneo que se politiza, agrupando parcelas de trabalhadores e formando lideranças que se destacam no cenário nacional, diferente do velho sindicalismo atrelado ao Estado e aos patrões, o que fazia aumentar a distância entre a liderança e a massa de trabalhadores.

À medida que os sindicalistas e outros trabalhadores se politizavam, em decorrência do contato com problemas de ordem nacional que os afetavam, eles passavam a se organizar com objetivos comuns, o que facilitava uma nova integração das lutas sindicais para a reivindicação de temas de interesse comum. A greve no espaço fabril é o ponto mais alto da expressão da identidade operária no Amazonas.

A introdução da festa na greve se constitui numa estratégia positiva porque o operário concebe-a como seu espaço onde externa sua subjetividade. O espaço da festa é dele, ele é o “dono” da greve. Nessas relações socioculturais os trabalhadores se auto-organizam e produzem novas interações que apontam para a integração de sua subjetividade pessoal numa subjetividade mais coletiva, “criam uma organização que tem qualidades próprias, em particular a linguagem e a cultura” (MORIN, 1996, p. 48). Além de produzirem uma nova sociedade, também inauguram a festa como estratégias de sustentação da greve, ao mesmo tempo em que eles brincam, se divertem e são felizes. Vivem um momento de renovação do espírito, do afagar da afetividade com os companheiros e companheiras. O que eram impedidos de fazer durante suas rotinas de trabalho dentro da fábrica passam a fazer no ato da festa. A festa não é algo que destoa da greve, pelo contrário, é algo que se fortalece porque cada operário se vê no espaço por ele conscientemente construído.

Na festa os próprios grevistas são os músicos, eles deixam de ser meros expectadores para se tornarem atores de um espetáculo, no qual são os principais personagens. O modo como os operários se comportam durante as manifestações grevistas traduz um sentimento coletivo, é a expressão de um *ethos* identitário.

Para Blass (1992, p. 21) no ato da festa “desfazem a conduta de horários rígidos, as cadências alucinantes e introduzem em uma existência fatigante e sem trégua, a liberdade do lazer”. Nesse processo redefine-se o próprio significado de transgressão, ou seja, é uma contravenção que não se reduz a ideia de arruaça ou baderna, como a classe patronal pensava na década de oitenta em relação à atuação do movimento operário.

Estabelecer o recorte histórico-temporal nos anos oitenta do século XX supõe debruçarmos sobre o marco histórico do fazer-se classe dos trabalhadores operários no Parque Industrial de Manaus. Trata-se de uma década primorosa para o sindicalismo amazonense

porque engendrou os maiores levantes da luta classista frente à conquista de direitos sociais e trabalhistas.

É o momento em que a Oposição Sindical vence as eleições em 1983, retirando o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Amazonas do comando dos dirigentes “pelegos”. Assume destaque neste processo o trabalho da Pastoral Operária que tem uma posição libertária no processo de formação metalúrgica de cunho eminentemente marxista e contestador do *status quo*. Some-se a isto o importante apoio de outros sindicatos como a ADUA (Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas), a APPAM (Associação Profissional dos Professores do Amazonas), Associação dos Assistentes Sociais do Amazonas dentre outros, além dos partidos políticos de esquerda, sobretudo o Partido dos Trabalhadores.

É a entrada da era cutista¹ no Amazonas momento em que é reabilitada a credibilidade do sindicato na sociedade manauense. É uma década perdida para os patrões capitalistas, especialmente na América Latina porque o sindicalismo tomou as ruas, cuja expressão nas grandes greves prejudicou em parte a acumulação. No lado local, os patrões acreditavam que não seria possível a construção de uma classe operária no Amazonas. Este é um momento de derrocada do regime militar, da inexistência do direito de greve e de opressão dos trabalhadores no espaço fabril. É assim que os trabalhadores vão deslocando gradativamente a luta sindical da bandeira estritamente salarial para abranger outras demandas como a melhoria das condições de trabalho, reconhecimento do sindicato e novos direitos sociais.

A década de oitenta é um período pouco explorado do ponto de vista sindical, com exceção da pesquisa da professora Iraildes Caldas Torres publicada no livro *As Novas Amazônidas*², razão pela qual ousamos tematizá-la dentro do universo operário em Manaus. Não deixa de ser, também, uma tentativa de contribuição à História Social mediada por uma discussão mais plural sobre os operários do Amazonas.

¹ A CUT - Central Única dos Trabalhadores foi fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Na época mais de cinco mil homens e mulheres, vindos de todas as regiões do país, lotavam o galpão da extinta companhia cinematográfica Vera Cruz para escrever um capítulo importante da história. É uma organização sindical brasileira de massas, autônoma, de caráter classista e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

² Ver TORRES, Iraildes Caldas. *As Novas Amazônidas*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

Compreender a construção da subjetividade dos operários em meio às agruras de repressão e retaliação empresarial, por meio da festa, se inscreve numa nova maneira de abordagem social, o que para Thompson (1987) representa a *história vista de baixo* que tem sido um campo fértil para este tipo de abordagem. Abordar o tema da festa neste estudo exige que busquemos na memória operária o sentido simbólico desta experiência vivida pelos sujeitos que participam de nossa pesquisa, os quais relembram com prazer desses momentos felizes de reinvenção de suas subjetividades. A fenomenologia da memória proposta por Ricoeur (2007) é uma chave de interpretação do fenômeno mnemônico. Trata-se do poder da memória de tornar presente uma coisa ausente ocorrida anteriormente. Para o autor, presença, ausência, anterioridade e representação formam a primeiríssima cadeia conceitual do discurso da memória.

A década de 1980 também é palco dos novos movimentos sociais que emergiram de forma autônoma e por fora dos partidos políticos e da tutela do Estado num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como ocorria no passado. Era o ressurgimento de um tipo de sociabilidade presente em associações comunitárias que politizavam espaços antes silenciados e enclausurados. De onde ninguém esperava, emergiam novos sujeitos coletivos que criavam seus próprios espaços e requeriam novas conceituações para sua inteligibilidade.

É o momento de expressão de uma cidadania voltada para o estabelecimento de relações entre as condições de existência posta para os trabalhadores, sob os auspícios do estado de direito. Sader (1988, p. 44) recorre ao modo como Thompson concebe a constituição histórica das classes sociais para reafirmar o fato de que “as classes acontecem à medida que os homens e mulheres vivem suas relações de produção e experimentam suas situações determinantes [...] e ao modelar essas experiências em formas culturais”.

Em outras palavras, pode-se dizer que embora as pessoas se encontrem numa sociedade estruturada, já determinada, a reconstituição histórica das classes depende da experiência das condições dadas, o que implica tratar tais condições no quadro de significações culturais que as impregnam. É na elaboração dessas experiências que se identificam interesses e se constroem coletividades políticas, sujeitos coletivos e atores sociais (movimentos sociais).

A história oral é pertinente nesta abordagem na medida em que dá atenção especial aos “dominados”, aos silenciados e aos excluídos da história (mulheres, proletários dentre outros) como aponta Perrot (1988). Examinar a história do cotidiano e da vida privada numa

ótica que é o oposto da tradição francesa da história da vida cotidiana, implica dar primazia à *história vista de baixo*³, enraizada na cultura operária local.

Isto nos permite visualizá-la no sentido de que é preciso dar voz ao passado. Percebemos que o conteúdo e a linguagem se deslocaram da vida pública para a experiência comum do trabalho e da família. Surgiu um tipo mais íntimo e anedótico de autobiografia, que marcou a história de vida que vem a público. A opção pela história oral nos possibilitou ampliar a informação sobre acontecimentos específicos da história operária, como os avanços de uma organização ou o decorrer de uma greve.

Buscou-se escrever uma história, não pela ótica dos vencedores, mas numa perspectiva de colocar em cena os sujeitos e atores sociais que são os trabalhadores industriais. A evidência oral, transformando o objeto de estudo em sujeitos, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira (THOMPSON, 1987).

Lozano (1994, p. 17) chama a atenção para o fato de que “o historiador oral é algo mais que um gravador que registra os indivíduos sem voz, pois procura fazer com que o depoimento não desloque nem substitua a pesquisa e a conseqüente análise histórica”.

Há que se considerar que o historiador oral que tende a integrar todas essas práticas está em busca de seu passado e ao mesmo tempo de sua identidade. Daí resulta a relevância social deste trabalho que é concebido para dar voz aos trabalhadores e trabalhadoras operários que fizeram história no nosso país e no nosso Estado, buscando, pois, registrar a memória de uma classe social à luz da história vista de baixo indicada por Thompson.

Busca-se, também, descobrir a novidade nas lutas mais tradicionais do Polo Industrial de Manaus, na ocupação do espaço pela festa, na resistência, na forma de fazer-se classe e história social no Amazonas. Novos atores sociais surgem permanentemente, aparecem e desaparecem sem cessar. Esta instabilidade indica dinamismo e experimentação constantes. E, também, visualizar os grandes movimentos grevistas e as formas de enfrentamento entre os operários e patrões no PIM. Esses trabalhadores, nos anos 1980, reagiram à diversas medidas abusivas.

³ Como abordagem, a história vista de baixo preenche comprovadamente duas funções importantes. A primeira é servir como um corretivo da história da elite. A segunda é que oferecendo esta abordagem alternativa, a história vista de baixo abre possibilidades de uma análise mais rica de compreensão histórica, de uma fusão de história de experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais da história. Ver SHARPE, Jim. IN: A Escrita da História: novas perspectivas / Peter Burke (Org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

O interesse por um tema vinculado à nossa história de trabalhador da indústria manauense na década de oitenta vem se somar a uma pesquisa realizada no curso de especialização em História e Historiografia da Amazônia, promovido pelo Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas em 2004. Amadurecido ao longo das discussões travadas no decorrer do referido curso, este tema continuou a ser estudado no âmbito do Mestrado que realizamos no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia também na Universidade Federal do Amazonas. Hoje a concretização da tese cumpre o desafio lançado no sentido de aprofundarmos o processo investigativo sobre a memória do operariado amazonense, dando um novo contorno ao objeto de estudo, em que a história de resistência e de construção da subjetividade operária constitui o eixo de abordagem do presente estudo.

Os informantes desta pesquisa são os operários das indústrias eletroeletrônicas situadas no Parque Industrial de Manaus, além dos dirigentes sindicais. Esses trabalhadores deixaram suas contribuições no campo político, social, econômico e cultural. Merecem destaque as mulheres que tiveram uma grande atuação junto ao sindicato, colocando em ação suas estratégias utilizadas na construção do fazer-se classe dos trabalhadores no Polo Industrial de Manaus.

As observações realizadas implicaram em anotações fornecidas sobre o tema estudado, bem como registros através de gravação com o propósito de operar com a história oral. Realizamos entrevistas abertas com 11 (onze) trabalhadores, sendo 06 (seis) ex-operárias(os) militantes do chão de fábrica, 02 (dois) ex-dirigentes sindical e 03 (três) ex-operárias que participaram indiretamente do sindicato. Todos esses sujeitos participaram fortemente do processo de construção da classe operária em Manaus e foram determinantes na efetivação de uma história de resistência e de construção da identidade operária no Amazonas.

O trabalho está seccionado em quatro capítulos, a saber:

O primeiro capítulo traz para a discussão o tema do sujeito, dando primazia aos fragmentos de vida, trabalho e memória. Realiza uma reconstituição dos primeiros protagonistas da luta operária revelando como tudo começou. Discute a desintegração da identidade no tempo contemporâneo a partir das narrativas dos sujeitos participantes da pesquisa, destacando a identidade operária no fazer-se classe, abrindo um amplo debate sobre o trabalho e a subjetividade operária.

O segundo capítulo tem como centralidade a reconstituição da ontologia do discurso operário no fazer-se classe. Consiste em mostrar a participação das mulheres no fazer-se

classe, os antagonismos e a construção do novo sindicalismo e a construção das greves segundo a narrativa dos operários. Enfatizamos que a partir dos anos 1990 o operariado industrial de Manaus vivenciou e enfrentou os grandes dilemas do cotidiano fabril, analisados a partir de três ângulos, a saber: o processo de reestruturação produtiva, o reordenamento do capital sob novos parâmetros de racionalização para fazer frente a crise do trabalho e o descompasso da luta sindical.

O terceiro capítulo aborda a festa operária, buscando apreender o seu sentido dentro da organização sindical. Procuramos dar visibilidade às representações culturais dos trabalhadores e trabalhadoras no evento da festa, mostrando a pertinência da festa como estratégia de manutenção da greve e de reinvenção da subjetividade dos trabalhadores (as) no Polo Industrial de Manaus, traduzindo o sentido da festa operária como transgressão e carnavalização. Reafirmamos que a festa não foi a estratégia única dos operários do Polo Industrial de Manaus para o avanço da luta de classe. O interior das fábricas são concebidos pelos operários como o ambiente estratégico para a tomada de suas decisões e a manifestação da festa transvestia-se num rico e diversificado ato.

No quarto e último capítulo realizamos uma abordagem sobre a festa operária, o seu sentido para a organização sindical, alguns apontamentos sobre o trabalho nos anos 1990, os novos desafios e os rumos do sindicalismo no Brasil e no Amazonas. Destaca-se que nem sempre a festa traduziu uma conotação positiva para toda a classe operária. A expressão desse sentimento está muito presente no discurso das mulheres operárias, principalmente, aquelas que viveram esse período. O caráter lúdico-festivo presente nas práticas artístico-culturais constituiu-se numa das grandes inovações e criatividade do fazer-se classe na lida de greve.

Por fim, realizamos as considerações finais, enfatizando a reconstrução de um tempo vivido pelos trabalhadores, os momentos de avanços e recuos do processo de construção de sua classe e a importância histórica destes operários retratados por meio dos estudos da memória.

CAPÍTULO I – A REINVENÇÃO DA SUBJETIVIDADE OPERÁRIA E A LUTA DE CLASSE

*Na maior parte das vezes lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado
(BOSI)*

1.1 – Fragmentos de um começo possível

Falar de si ou do sujeito operário que deita raízes profissionais na vida deste pesquisador não é tarefa das mais fáceis. Uma tarefa sugerida por ocasião do exame de qualificação deste trabalho pelo fato de eu ter sido operário no Polo Industrial de Manaus por um longo período e que, aqui, esforçar-me-ei para desvelar-me de forma mais desnuda possível. O mundo em que vivemos como bem adverte Rossi (2010, p. 23), “há muito tempo está cheio de lugares nos quais estão presentes imagens que tem a função de trazer alguma coisa à memória”. Parte dessas imagens, como acontece nos cemitérios, nos lembram pessoas que não mais existem.

A memória permeia o pensamento humano quando se busca recompor a história de vida. Este exercício é encarado como a prática contínua de quem se propõe a conhecer o desconhecido. O lugar de origem do homem sempre está ligado à sua conduta no mundo onde convive em sociedade. Este estudo requer um convite simples, o de juntos, mergulharmos nas lembranças de um passado recente armazenado em minha memória. Para tanto, requer-se um esforço deliberado da mente, uma espécie de escavação ou de busca voluntária entre os conteúdos da alma por parte de quem rememora a compartilha das lembranças.

Minhas origens estão intimamente vinculadas às nítidas lembranças de um tempo em que os meus pais transitavam nos municípios de Parintins onde nasci e Nhamundá. Nesse itinerário fui crescendo, descobrindo novos ares e desabrochando-me para a vida. Da saudosa e pacata cidadezinha de Nhamundá mantenho sempre viva minhas mais célebres lembranças.

Incursionar pelo ano de meu nascimento, 1968, implica rememorar o contexto vivido pela sociedade brasileira. A conjuntura política, social e econômica refletia no povo novas demandas de mudança em todos os campos de atuação do poder. Naquela pequena cidade

parecia não existir espaços para as contradições sociais, para os conflitos de interesses ou mesmo confrontações de classes. Parecia se cumprir a sólida condição do *status quo* da classe política daquele tempo. Essa realidade é típica da cidade que se quer construir sob o comando de seu governante, que evita a qualquer custo a não materialização vertical de tensões dentro do seu próprio universo, como adverte Pinheiro (2003), ao referir-se a cidade de Manaus nos primórdios do século XX.

A inserção dos jovens nas chamadas pastorais sociais anunciava uma sociedade mais atenta às questões sociais daquele tempo. E, foi exatamente nesse entusiasmo impactante, que eu respondia ao chamado para a militância junto aos movimentos pastorais da Igreja Católica. Este fato influenciou profundamente a minha vida em todos os sentidos, sobretudo em minha maneira de ser, pensar e agir no convívio social. Da convivência com meus pais e com a família Belchior, algumas lembranças pairavam sobre mim, decorrentes do impacto de um Estado autoritário e repressor, porém, modernizante. Jamais minha família revelava em quem votava nos pleitos eleitorais. Ainda era prematuro perceber a presença de um Estado que, conforme Paoli (1983), impunha um profundo reordenamento da sociedade, de tal modo que os espaços institucionais tradicionais fechavam-se e desfiguravam-se como lugares significativos do exercício da política e de aparecimento de atores e projetos políticos no cenário público do país. De acordo com esta autora, é nesse contexto que surgem os estudos sobre o autoritarismo. A luta pela democracia e pelas possibilidades de um revigoramento da sociedade civil frente ao regime foi intensificada na segunda metade dos anos 1970.

Persistência e ousadia são características do sujeito que luta pela realização de seus objetivos. A militância na Igreja foi significativa. O lugar vivido não proporcionava ascender profissionalmente, não havia perspectiva de emprego. Esta falta de perspectiva é, efetivamente, o fator decisivo do deslocamento do homem amazônico para os centros urbanos. Lembro-me da minha decisão aos 17 anos de idade, quando deixei meus pais e todos os meus amigos e parte em busca de novas oportunidades na cidade de Manaus. Confesso que não foi fácil. Foi a mais difícil decisão tomada em minha vida. Deixar meus pais os quais amo e admiro foi muito doloroso, afinal, sentia-me muito próximo deles e suas presenças sempre foram e continuam sendo felicidades para mim.

Estava em jogo a minha realização pessoal e social que se transcendia como minha primeira conquista, pois com diz Maffesoli (2003, p. 17) “a realização, individual ou social, é uma conquista. Inscreve-se em um projeto mensurável, rápido, previsível racionalmente”. A vontade de conquistar o primeiro emprego e tornar-me autônomo passou exigir de mim

grande esforço para ascender profissionalmente. Trata-se da realização do sujeito pelo trabalho. Aqui está a contrapartida atestada no sujeito que se pretende constituir. Como pontua Maffesoli (2003, p. 18),

Recordemos, a contrapartida, que, para o *zen* é, se concentrando sobre si mesmo que está a certeza de alcançar seu alvo. Aqui não é a ex-tensão o que importa, mas bem mais a ‘in-tensão’. Algo que está na ordem da morosidade, da meditação, quase da suspensão do movimento. O resultado se dá, então, por acréscimo.

Este autor reforça a ideia de que a intenção, neste caso, tem pouca importância para o ser que se aprofunda em um presente eterno. Imanentismo que se opõe ao transcendentalismo. Também aponta esse “traço grosseiro” como intencional porque sua finalidade instiga a pensar. Isto é definido por ele como uma diferença cosmogônica. A primeira, fundada sobre a criação, a gênese sob suas diversas modulações, ou seja, coisas que remetem ao engendramento e ao devir; a segunda contenta-se em desvendar e dedica-se a favorecer o surgimento natural do que está no sujeito, dando a este a sensação de que viveu, e esse destino que a fortuna havia traçado para ele, ele o percorreu. Maffesoli (2003) chama isso de sensibilidades diferentes que, segundo as épocas, desempenharam um papel mais ou menos importante que, algumas vezes, predomina o linearismo favorecendo uma ação finalizada e que se esforça para subornar a natureza à cultura. Às vezes, pelo contrário, predomina uma ação cíclica do mundo que, mesmo a contragosto dos que vivem, conforme orienta este autor, é o estado de ânimo, a maneira de ser e de pensar, a algo de imaterial que, sub-repticiamente, dá sentido ao conjunto da existência social, “o que constitui esse sentimento trágico que nos faz tomar caminhos que em parte já estavam traçados, e dos quais não somos autores” (MAFFESOLI, 2003, p. 18).

Apesar de tudo, sentia-me mais adulto. Agora, entretido com as tarefas do presente, evitava procurar na minha infância imagens relacionadas com a minha vida cotidiana, ao pairar a hora da evocação, buscava absorvê-la como a hora do repouso, o relaxamento da alma, desejo breve mas intenso de evasão. Tornei-me um adulto ativo que, como diz Bosi (2007), não mais se ocupava longamente com o passado, passando a encará-lo em forma de sonhos. Como adulto, a vida passou a ser encarada como vida prática e a memória que residia em mim era fuga, arte, lazer, contemplação. Na realidade este foi o momento de minha vida em que as águas se separaram com maior nitidez, porque busquei construir minhas responsabilidades, idoneidade e autonomia.

A decisão de sair a procura de novas oportunidades para o sentido da vida soma-se à reinvenção do próprio sujeito. Nesse processo de reinvenção as decisões são determinantes. No meu caso, casei-me com a Alcilene Couto, minha antiga colega do curso de Magistério do Instituto de Educação do Amazonas, temos uma filha, a Jade, que é a nossa fortaleza.

A chegada a Manaus em dezembro de 1986, exigia algumas prioridades: a efetivação de matrícula no Instituto de Educação do Amazonas no curso de Magistério; buscar uma inserção em algum grupo de trabalho da Igreja Católica do bairro. A inserção na igreja abriu caminhos para eu participar por dois anos da Escola de Formação Sócio-Política do Centro de Formação da Arquidiocese de Manaus (CEFAM), onde fiz alguns amigos.

O contexto da vida urbana passava a exercer sobre mim uma forte atração. Bauman (2004) mostra em suas reflexões que as pessoas de fora têm como marca registrada o fato de trazerem “novas maneiras de ver as coisas e também de resolver antigos problemas”. É bem verdade que elas são estranhas à cidade, e questões de ordem familiares parecem bizarras e exigem explicação quando vistas pelos olhos de um estranho. No caso do recém-chegado, “nada na cidade é ‘natural’, nada pode ser pressuposto. Os recém-chegados são inimigos da tranquilidade e da autocondescendência” (BAUMAN, 2004, p. 128).

Apesar de tudo, o universo de amigos e amigas aumentou a partir de janeiro de 1987. Esses anos registraram a entrada em cena deste sujeito “interiorano”, motivado com a sonhada ascensão profissional, a fazer-se operário de uma empresa do então Distrito Industrial de Manaus. Naquela época, os critérios de seleção para uma inserção no mercado de trabalho eram bem diferentes. A partir desse momento os desafios só iniciavam. Nessa labuta, tornei-me um jovem operário que se qualificou no magistério de ensino básico. Com este perfil fui sendo promovido de cargo no trabalho.

Parecia desagregar de mim a cultura do mundo rural, da pequena cidade em virtude da imersão na cultura de massa, sobretudo aquela veiculada pela televisão. Minha própria realidade mostra que restam apenas fragmentos daquela cultura em minha memória, as lembranças. Sobre esta especificidade lembra Silva (2005) que a cultura de antes existe como lugar, presente na memória individual e na conservação de algumas tradições. “As tradições do mundo de antes, inseridas na sociabilidade ancorada nas relações familiares, de compadrio e de vizinhança, na ajuda mútua como o mutirão, a maromba, desmoronam-se com a vinda para as cidades” (SILVA, 2005, p. 295).

No meu caso, tudo convergia para o momento desafiador de um sujeito cuja missão e coragem era descortinar o sentido da vida e das possibilidades. Era janeiro de 1987 quando

firmei meu primeiro contrato de trabalho na Sharp do Brasil S/A. Esse momento histórico de minha vida ficou demarcado pelas novidades: o complexo Polo Industrial de Manaus, as primeiras experiências do chão-de-fábrica, conciliar estudo e trabalho, enfim, desafios contínuos que vigoraram até 11 de setembro de 1995, ano de meu desligamento do grupo Sharp do Brasil. A grande herança desta fase de minha carreira profissional foi a afirmação identitária de um sujeito de caráter, personalidade e idoneidade incontestável. Não era fácil ser operário e conciliar as atividades da vida prática.

Muito pertinente é a definição de Edna Colares, 60 anos, sobre o que é ser operário nos anos 1980. Para ela, ser operário nos anos 1980, “significava muita coisa ou simplesmente tudo” (entrevista/2012). Esta afirmação, também percebida no discurso dos trabalhadores que participaram indiretamente do processo de luta sindical ou das grandes greves, não é extensiva a toda a classe operária do Amazonas. A essa ala de trabalhadores, na qual Edna se inseria, soma-se os atributos dos diferentes cargos que exerciam no espaço fabril. Eram cargos de reservas, supervisores, trabalhadores de perfil comportamental aprovado pelos patrões. Edna, que permaneceu numa mesma fábrica durante dezesseis anos, é uma das testemunhas vivas deste processo. Suas companheiras a interrogavam se os filhos dela não adoeciam e, esta operária manifestava sempre a felicidade e o privilégio de ter filhos saudáveis que não precisavam muito de um acompanhamento para esse fim. Isso contribuía positivamente para não se ausentar do trabalho e amar o que fazia. Aqui transparece um dos elementos constitutivos do sujeito operário. A obediência e a disciplina no trabalho, nesse contexto, se constituíam elementos indispensáveis à construção do sujeito operário. Esta concepção sobre o mundo do trabalho promoveu o encorajamento para outras conquistas no espaço fabril.

Em setembro de 1995, conquistei a vaga de comprador na empresa Frahm Componentes da Amazônia S/A, que, em função do fechamento de suas atividades em Manaus, permaneci apenas por 01 ano, pois já se sentia o reflexo da estagnação econômica naquele setor. Logo, firmei contrato com a empresa Manaus AeroComissaria Ltda, localizada no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, precisamente em 1999.

Nessa época, já atuava como professor do quadro efetivo da Secretaria Municipal de Educação – SEMED desde 1989, turno noturno. Nesta área ingressei na Rede Salesiana de Escolas, sendo contratado professor de História do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. E, na sequência no Colégio La Salle. No âmbito do ensino superior, atuei como professor assistente nos cursos de graduação da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e, professor

substituto vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Além de atender algumas solicitações de Instituições de Ensino Superior para contribuir com meus ofícios em cursos de Pós-Graduação.

Minha vida profissional sempre foi delimitada entre o fazer e o aprender. No setor industrial, realizei cursos nas áreas produtiva e administrativa, participei de programas de qualidade, como o Programa de Manufatura Classe Mundial, ISO-9002 e equipes de força tarefa visando o cumprimento das metas traçadas e definidas pelo programa de certificação e auditoria interna e externa.

Passei a ser identificado de forma determinista como sujeito operário que tendia a desaparecer. A mente humana ficava dividida ao olhar o mundo de modo reflexivo, objetivo, determinista ou reducionista. De acordo com Morin (2003, p. 118), “o sujeito aparece na reflexão sobre si mesmo e conforme um modo de conhecimento intersubjetivo, de sujeito a sujeito, que podemos chamar de compreensão. Contrariamente, ele desaparece no conhecimento determinista, objetivista, reducionista sobre o homem e a sociedade”. São as interações entre os indivíduos que produzem a sociedade e a sociedade com sua cultura, suas normas retroagem sobre os indivíduos humanos e os produz enquanto indivíduos sociais dotados de cultura.

Morin (2003, p. 119) chama a atenção para o fato de que temos uma noção complexa da autonomia do indivíduo. Para este pensador, falta-nos a noção de sujeito. É preciso pensar que toda organização biológica necessita de uma dimensão cognitiva. Os genes são um patrimônio hereditário da natureza cognitiva/informacional da célula. Dotado ou não de um sistema neuro-cerebral, o ser vivo “retira informações de seu meio ambiente e exerce uma atividade cognitiva inseparável de sua prática de ser vivo. Ou seja, a dimensão cognitiva é indispensável à vida” (MORIN, 2003, p. 119).

Essa dimensão cognitiva é denominada por ele de computacional. Percebemos em Morin que a natureza da noção de sujeito tem a ver com a natureza singular de sua computação, desconhecida por qualquer computador artificial que possamos fabricar. “Essa computação do ser individual é a computação que cada um faz de si mesmo, por si mesmo e para si mesmo. É um cômputo. É o ato pelo qual o sujeito se constitui posicionando-se no centro de seu mundo para lidar com ele, considerá-lo, realizar nele todos os atos de preservação, proteção, defesa etc.” (MORIN, 2003, p. 119).

O convívio na Sharp do Brasil possibilitou perceber em momentos anteriores os grandes levantes no interior das fábricas que culminaram em conflitos grevistas constantes na

década de 80. Era inevitável isentar-me das assembleias do Sindicato dos Metalúrgicos. Lá, empenhava-me em traduzir o espírito reivindicatório aos trabalhadores resistentes. Sentia-me útil e envolvido com a causa operária, o que veio refletir em minha dissertação de mestrado e, posteriormente, nesta tese de doutoramento. Rememorar os grandes feitos, não para enaltecer a classe burguesa, mas para dar lugar e voz ao trabalhador mais humilde, como bem lembra Sharpe (1992) na *História Vista de Baixo*⁴ constitui-se no condutor que alimenta esse trabalho.

A primeira definição de sujeito é o egocentrismo, no sentido literal do termo: posicionar-se no centro de seu mundo. O “Eu”, como observa Morin, é o pronome que qualquer um pode dizê-lo. Também é o ato de ocupação de um espaço que se torna centro do mundo. Morin afirma existir um princípio logístico de identidade, que pode ser resumido na fórmula: “Eu [*je*] sou eu [*moi*] é o princípio que permite estabelecer, a um só tempo, a diferença entre ‘Eu’! (*subjetivo*) e o ‘eu’ (*sujeito objetivado*), e sua indissolúvel identidade. Ou seja, a identidade do sujeito comporta um princípio de distinção, de diferenciação e de reunificação” (MORIN, 2003, p. 120). A espécie humana possui dois níveis de subjetividade: a cerebral, mental e a do nosso organismo, protegida pelo sistema imunológico de cada ser. O sistema imunológico opera distinção entre o “si” e o “não si”; quer dizer, entre as entidades moleculares que não tem a carteira de identidade singular do indivíduo e são rejeitadas, perseguidas, vencidas, enquanto as que possuem a carteira de identidade são aceitas, reconhecidas e protegidas.

No Polo industrial de Manaus dos anos 1980, o sujeito que se constitui no meio operário é capaz de oferecer sua vida por suas ideias, pela pátria ou pela humanidade. É nesse contexto da vida do sujeito operário que se manifesta a complexidade própria da noção de sujeito. A parte mais importante, a mais rica, a mais ardorosa da vida social, vem das relações intersubjetivas. Convém dizer que o caráter intersubjetivo das interações no meio da sociedade é fundamental e, para conhecer o que é humano, individual, interindividual e social, é preciso unir explicação e compreensão. É necessário reconhecer que o sujeito não é apenas ator, mas autor, capaz de cognição/escolha/decisão. “A sociedade não está entregue somente a, sequer principalmente, a determinismos materiais; ela é um mecanismo de confronto/cooperação entre os indivíduos sujeitos, entre os ‘nós’ e os ‘Eu’” (MORIN, 2003, p. 128).

⁴ C.f. SHARP, Jim. *A História Vista de Baixo*. In. BURKE, Peter (Org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. (p.39-62).

O reconhecimento do sujeito exige uma reorganização conceptual que rompa com o princípio determinista clássico. Precisa-se de uma reconstrução de noções de autonomia/dependência; da noção de individualidade, de autoprodução, da concepção de um recorrente, onde estejam, ao mesmo tempo, o produto e o produtor. É preciso conceber o sujeito como aquele que dá unidade e invariância a uma pluralidade de personagens, caracteres, potencialidades. Se estamos sob a dominação do paradigma cognitivo, que prevalece no mundo científico, o sujeito é invisível, e sua existência é negada. Para Morin (2003, p. 128) “no mundo filosófico, ao contrário, o sujeito torna-se transcendental, escapa à experiência, vem do puro intelecto e não pode ser concebido em suas dependências, em suas fraquezas, em suas incertezas”.

Para Foucault (1983) o sujeito é histórico, produzido na sua própria história e pela história que o permeia por intermédio de uma “história da verdade”. O sujeito não é uma substância, mas uma forma, pois em cada relação estabelecida se posicionará de uma forma diferente. Não há dúvidas de que há várias formas de constituição do sujeito conforme as relações que este estabelece com os diversos “jogos de verdade”. A constituição histórica dessas diferentes formas de sujeito é o que interessa a Foucault. Seu objetivo é criar uma história dos diferentes modos pelos quais os seres humanos tornaram-se sujeitos.

No convívio com outros trabalhadores do Polo industrial de Manaus denotei em mim outros modos de subjetivação decorrentes das práticas de minha constituição de sujeito. As concepções de Foucault sobre “resistências” do sujeito são uma recusa a qualquer forma de poder que faz dos indivíduos “sujeitos à”. Elas incidem contra a submissão da subjetividade. Foucault não define o sujeito, mas sim, realiza uma “história da verdade”, onde busca saber quais “jogos de verdade” estavam presentes nos indivíduos na sua relação consigo mesmo e em relação à cultura e que os tornaram sujeitos. “Através das ‘práticas de si’ e do ‘cuidado de si’ os homens tornam-se sujeitos de uma maneira ativa” (FOUCAULT, 1983, p.70).

Estas duas maneiras estão relacionadas aos “jogos de verdade”, ao estilo como o indivíduo se posiciona num exercício de si sobre si mesmo, transformando-se, elaborando um modo de ser diante de valores instituídos como a loucura, a doença, o trabalho, o crime, a sexualidade. A resistência resulta em práticas de si, nas quais o sujeito exerce uma relação consigo mesmo e com a cultura, possibilitando uma transformação e nova produção de jogos de verdade.

Esta constatação de Foucault é pertinente quando me refiro aos primeiros anos de trabalho na indústria. O contexto era novo, um verdadeiro desafio para a afirmação do

operário disciplinado e, ao mesmo tempo impactante pela cultura da exploração no meio fabril. Não havia espaços para a formação de uma consciência crítica fundamentada na construção de novos saberes ou concepção de sujeito (cidadão) detentor de direitos sociais trabalhistas. De acordo com Morin (2002), ser sujeito supõe um indivíduo. Etimologicamente, sujeito significa subordinação, dependência, enquanto que para o pensamento moderno e a perspectiva cartesiana, é o “Eu” pensante, consciência, cogito ou faculdade cognoscente e princípio fundador do conhecimento. Esta concepção nada nos diz do sujeito submetido e dependente que a etimologia do termo indica. “A definição primeira do sujeito deve ser biológica” (MORIN, 2002, p. 74). Ou seja, a noção de sujeito implica uma lógica de autoafirmação do indivíduo vivo, ocupando o centro do mundo, o que corresponde, de forma literal, à noção de egocentrismo. O sujeito ocupa o centro do mundo, o que comporta o princípio de exclusão e o de inclusão.

Os primeiros dias de trabalho na fábrica exigiam repetidos esforços para a minha afirmação. Apesar dos obstáculos, pairava em mim a possibilidade egoísta de sacrificar tudo em benefício de mim mesmo e uma possibilidade de altruísmo de conduzir-me ao autosacrifício. Embora contraditório, estava em jogo o estudo e o trabalho. “Tudo se passa como se houvesse em nossa subjetividade um quase duplo programa; um comando, o ‘para si’; outro, o ‘para nós’ ou ‘para outros’” (MORIN, 2002, p. 78).

Não há dúvida de que a relação com o outro está na origem do sujeito. O sujeito surge quando se integra intersubjetivamente, quando se integra com o outro. Se, por um lado, a qualidade do sujeito garante sua autonomia, por outro, o sujeito pode ser submetido, não na condição de submisso, dominado de fora, e sim como prisioneiro de um poder subjetivo forte, que se impõe no panorama egocêntrico, subjugando o indivíduo, que fica possuído dentro de si mesmo. Os anos se passaram e a vida operária foi se alterando, ganhando novas configurações. Emergia em mim um sujeito com a capacidade de objetivar-me, tornar-me objeto. Para Morin (2003), o sujeito, Eu objetivado, é o Ego. Esse Ego diferente do Eu é, ao mesmo tempo, idêntico a ele. É essa capacidade do sujeito de ver-se como objeto (Ego) sem deixar de ser Eu que lhe permite ser subjetivo e objetivo, podendo tratar objetivamente seu problema subjetivo como uma doença. Essa possibilidade lhe dá a condição de confrontar, em qualquer circunstância, um princípio de realidade com um princípio de desejo. “O sujeito não está sozinho porque o Outro e o Nós moram nele” (MORIN, 2002, p. 79).

O que se constata em relação a esse contexto de minha trajetória operária é o momento primordial da expressão de minha subjetividade. Os modos de pensar, sentir e agir

que se constituem no interior das experiências do cotidiano profissional, são transportados para a vida familiar e comunitária, nas quais as estruturas do tempo de trabalho imprimem suas marcas nos períodos destinados ao repouso, convívio, lazer e todas as formas de participação social significativa. O momento era propício para pensar a questão da subjetividade a partir dos vários planos, modalidades e possibilidades de diálogos entre a psicanálise e as ciências sociais. Figueira (1987, p. 95) aponta entre outras questões, a necessidade de complementariedade entre as suas disciplinas e não apenas conflito. A questão principal advinda dessa afirmação diz respeito à emergência histórica de um tipo de reestruturação de subjetividade que permite a percepção, a visibilidade, a experiência e o próprio estudo desta categoria chamada subjetividade.

Nunca é demais lembrar que o trabalho em Marx é concebido como uma dimensão histórica e outra ontológica. A dimensão ontológica indica que o homem ao trabalhar, não apenas transforma a natureza como modifica a si mesmo. O trabalho é uma atividade processual de autotransformação do humano. O legado renascentista da antropocentricidade alcança aqui a sua maior expressão. De outra forma, pode-se afirmar que Marx construiu sua análise do processo de desenvolvimento histórico da humanidade, tomando a esfera da produção como o *locus* explicativo privilegiado da condição humana. Conforme TITTONI (1994, p. 24) “o processo de trabalho, portanto, é o veículo pelo qual são colocados em prática as aspirações, desejos e possibilidades que os sujeitos neles envolvidos sustentam, a partir dos significados que o trabalho, de um modo geral, adquire em suas vidas”.

Estudiosos como SADER (1988), GODINHO (2001), TITTONI (1994), FEITOSA (2001), LOPES (2000) utilizam como recurso metodológico principal a análise do discurso ou da fala a respeito das trajetórias dos trabalhadores como mecanismos de captação e compreensão da subjetividade operária. O sujeito analisado não é o sujeito numa perspectiva individualizante, “que exprime ou manifesta apenas as ideias ou preferências da própria pessoa, mas aquela passível de revelar-se, dentro de uma visão que procure compreender todo o processo de formação ou construção social de sua subjetividade” (GODINHO, 2001, p. 284).

Enxergar o trabalhador além de sua experiência é compreendê-lo no processo de construção da sua subjetividade, nas diversas dimensões socioculturais (ser homem, ser mulher, ser negro dentre outras), que configuram a subjetividade humana. Isso não quer dizer que a esfera produtiva perdeu ou tenha sido reduzida a sua importância na conformação de sua subjetividade. A questão posta é que ela não pode ser entendida como absoluta e determinante. Ou como única definidora da identidade social do operário.

Recuperar os fragmentos da vida de um sujeito que se constituiu operário significa voltar ao tempo pela trilha da subjetividade. O esforço mental para a apreensão da subjetividade é revelado nos estudos de Guattari (1996, p, 31) ao afirmar que a “subjetividade não é passível de totalização ou de centralização do indivíduo”. Em sua concepção a subjetividade não implica posse, mas produção incessante que acontece a partir dos encontros que vivemos com o outro. Os anos 1980 deixaram o legado da experiência vivenciada na expressão da subjetividade externada pelo modo de ser e de conduzir a vida operária nos diferentes campos de luta classista no Polo Industrial de Manaus. Em relação à construção do novo sujeito, o outro era compreendido como o outro social, com a natureza, os outros acontecimentos, as outras invenções, enfim, aquilo que produzia efeitos nos campos e nas maneiras de viver. Esses efeitos difundiam-se por meio de múltiplos componentes de subjetividade que estavam em circulação no campo social. Guattari complementa sua análise dizendo que a “subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social” (IBIDEM, p. 31).

Ela deve ser compreendida como um processo de produção no qual comparecem e participam múltiplos componentes. Ele refere-se aos componentes da apreensão social que o humano realiza, permanentemente, de uma heterogeneidade de elementos presentes no contexto social. Essa produção de subjetividade, da qual o sujeito é um efeito provisório, mantém-se aberta uma vez que cada um, ao mesmo tempo em que acolhe os componentes de subjetivação em circulação, também os emite, fazendo dessas trocas uma construção coletiva viva. É nessa dinâmica que os processos de subjetivação vão tomando forma, contando com a participação das instituições, da linguagem, da tecnologia, da ciência, da mídia, do trabalho, do capital, da informação. Enfim, de uma lista vasta que tem como característica o fato de ser permanentemente reinventada e posta em circulação na via social. No auge dessas transformações sociais os trabalhadores do Parque Industrial de Manaus adquiriram ganharam importância coletiva. Passaram a constituir-se em sujeitos políticos, protagonistas de seu tempo, voz emancipatória de sua classe. Os múltiplos componentes de subjetividade difundiram-se como fluxos que percorriam o meio social, dando-lhe movimento incessante nos vários campos de atuação.

Esses sujeitos buscam fortalecer a força que há dentro de si para resistir a apreensão no espaço fabril. Durante os principais levantes, os operários tiveram a consciência de que expressavam suas subjetividades na luta reivindicativa. Outro ponto importante aqui considerado é que qualquer mudança social passa necessariamente por essa produção viva e

mutante de subjetividades. Guattari resgata a dimensão política dessa invenção. Para este autor a matéria-prima que compõe as subjetividades é variável e historicamente localizada.

Deleuze (2000, p. 118) parte da assertiva de que “o sujeito se constitui no dado”. O sujeito não está dado, mas se constitui nos dados da experiência, no contato com os acontecimentos. Isto é possível quando desfrutamos dos diferentes encontros vividos com o outro. É nessa convivência que exercitamos nossa potência para diferenciarmos nós mesmos daqueles que nos cercam. Alguns operários podem passar praticamente despercebidos. Outros são fortes, marcantes e até mesmo violentos. O sujeito é praticamente forçado a questionar e a produzir sentidos àquela experiência que emergiu ao acaso e que, sem consulta, desorganizou um modo de viver até então conhecido.

Minhas primeiras experiências no mundo do trabalho, mais precisamente o contato com os acontecimentos no meio fabril no fim da década de 1980, causava uma série de estranhamentos, incômodos, angústias. Uma coisa era certa, a vida se desenrolava nesse campo complexo do qual fluíam ininterruptamente os dados e os acontecimentos. Naquele contexto, o sujeito jamais seria concebido como uma entidade pronta, ele se constrói à medida que é capaz de entrar em contato com as forças e com as diferenças que a realidade encarna. Conforme adverte Deleuze (1988, p. 132) “força de imaginar, de recordar, de conceber, de querer”. Cabe assinalar que a potência de ação dessas forças também é variável. Diante de uma dada experiência vivida, elas podem ou não se manifestar.

O meu estilo de operário destoava daquele do chão de fábrica, devido minha permanência por pouco tempo na área produtiva, logo fui destacado para outro setor. Por isso, sentia que era impossível manter qualquer tipo de controle ou planejamento sobre o que iria emergir, enquanto modo de vida, a partir do meu contato de sujeito com o dado. Para Deleuze, a composição de si envolve um processo vivo e, portanto, provisório, uma vez que o sujeito está vulnerável à ação de novas forças e acontecimentos. Daí a sua insistência em afirmar que “se o sujeito se constitui no dado, somente há, com efeito, sujeito prático” (DELEUZE, 2001, p. 118).

Para Castoriadis (1982) o sujeito contemporâneo é um sujeito psicanalítico e filosófico que se descobre descentrado em relação a si mesmo em sentido duplo. Como subjetividade, esse sujeito se descobre não mais como senhor de si, de sua consciência. Como sujeito filosófico-epistêmico, isto é, como sujeito de conhecimento, o sujeito contemporâneo se descobre portador de uma razão contraditória, não mais garantidora de qualquer verdade transcendental.

A ideia de autonomia proposta por Castoriadis (1982), segundo a qual a suposição do inconsciente, com o conseqüente descentramento do sujeito e desmistificação do sujeito consciente de si, é plenamente compatível com a construção de uma subjetividade autônoma. Seu potencial de diferença significa reconhecer que os diferentes indivíduos, seja a partir de seus sexos biológicos, raça, religião, cultura, opções e seus desejos e comportamentos, existem enquanto pluralidades complexas e irreduzíveis umas às outras.

1.2 - Como tudo começou: os primeiros protagonistas da luta operária

O centro deste capítulo é a busca de elucidação das primeiras evidências de classe em Manaus. Ou seja, como ocorreu o início do processo de manifestação da luta classista com os primeiros trabalhadores portuários e outros que foram surgindo a partir do final do século XIX. O nosso propósito é, sobretudo, recuperar o passado individual e coletivo por meio da memória, é um dos instrumentos para a redescoberta dos processos de desenraizamento social e cultural e, por conseguinte, para a definição dos projetos que articulam passado, presente, futuro.

A entrada dos trabalhadores na luta política remonta à penúltima década do século XIX, época em que o sindicalismo se apresenta de maneira irregular e inconsistente, embora tenha melhorado a partir de 1890, período organizado, coerente e combativo no sindicalismo. O início de sua organização sindical é fruto de uma incipiente classe operária da primeira década do século passado, que se concretizou na criação da Confederação Operária Brasileira (COB), de inspiração anarquista e recebendo forte influência dos imigrantes, principalmente espanhóis e italianos.

No Brasil, a classe trabalhadora é fortemente influenciada pela experiência européia, sem apresentar traço particular no plano das ideias e da organização. Há grave distância entre o modelo europeu e a realidade brasileira, entre a intenção e a realização concreta da luta.

Pinheiro (2003, p.136) examina com primazia a atuação política dos estivadores do Porto de Manaus. Essa autora vê esses trabalhadores e seu nível de organização como uma espécie de passaporte que permite adentrar num processo mais denso e complexo da luta de classe dessa categoria. Trata-se de uma categoria que não fazia concessão às expectativas ordeiras e cordiais dos mandantes da época, os trabalhadores portuários estavam “impregnados de tensão, de descontentamentos, de decepções, de desconfiança num progresso que sentem existir não por eles ou para eles, mas contra eles” (PINHEIRO, 2003, p. 137).

O Rodway⁵, segundo esta autora, representa o marco de empreendimento modernizante que foi absorvido pelos estivadores daqueles anos como lugar de tormentos e dor de trabalho insano, da prepotência patronal, da fadiga, dos acidentes, dentre outros. Essa mesma realidade pode ser visualizada em relação ao desmoronamento dos operários do PIM

⁵ Rodway é o nome atribuído ao Porto de Manaus, construído pelos ingleses no início do século XX, através da empresa Manáos Harbour Limited, tinha uma forma de “T” com uma ponte com 200 metros de comprimento e 20 de largura, foi inaugurado em 1907, sendo considerado o mais original do Brasil, construído em cais flutuante, acompanha o nível das águas do rio Negro.

com a encantada Zona Franca de Manaus, cujo projeto não contemplou o Distrito Agropecuário, uma das justificativas para a migração do campo para a cidade.

Foi no governo de Getúlio Vargas que tentou-se criar um sindicalismo autônomo, poderoso e que a seu modo vinha colecionando algumas vitórias. O cenário era o de participação que consistia no envolvimento mais profundo dos trabalhadores com os partidos socialistas e comunistas, somados ao modo de organização dos partidos comunistas, bem presente no movimento operário. A Revolução Soviética de 1917 constituiu-se no fator decisivo de potencialização dos Partidos Comunistas.

O governo Getúlio Vargas, aprova a regulamentação do sindicalismo no país criando os sindicatos oficiais. Isto acabou gerando um grande problema ao movimento operário brasileiro porque alguns dirigentes não se adequavam às normas pré-estabelecidas pelo Estado de Getúlio que, parecia contrariar os ideais preconizados por Maquiavel (1996, p.29) quando afirma “o modo mais fácil de manter uma cidade livre é confiar o seu governo aos próprios cidadãos”. Os anseios pelas mudanças eram auspiciosos, o Estado defendido por Marx e Engels no Manifesto comunista de 1848, era aquele que “deveria controlar os meios de transporte, as fábricas, as fazendas e o direito de emprestar dinheiro às pessoas, através de um banco nacional” (MARX, 2007, p. 88-89), um Estado mais humano, mais igual.

De acordo com Chaia (1992, p. 127), “o Estado brasileiro iniciava sua militarização aumentando a presença das forças armadas nos diferentes setores da sociedade com a criação de mecanismos como o Conselho de Segurança Nacional”.

A criação do Conselho tem origem na pressão popular advinda desde os anos 1967 e 1968 no cenário brasileiro. Para Chaia (1992) esse contexto é considerado favorável às mobilizações dos movimentos de massas à medida que a diretriz política de Costa e Silva apontava para a busca de legitimidade do seu governo na sociedade civil.

Há nesse momento um quadro de ressurgimento do movimento estudantil, das movimentações artísticas e intelectuais, a renovação de uma ala progressista da Igreja ligada à Teologia da Libertação, até organizações de esquerda pela via da luta armada⁶.

O movimento operário brasileiro abre a pauta da construção incessante de sua classe social operária no país. Os trabalhadores passam, então, a enfrentar uma repressão enorme

⁶ A luta Armada são grupos dissidentes dos partidos comunistas que iniciavam as atividades de guerrilha armada urbana ou rural cujo objetivo era derrubar a ditadura militar. Um exemplo é a POLOP – Organização Revolucionária Marxista Política Operária, uma organização brasileira de esquerda, contrária a linha do Partido Comunista Brasileiro e que deu origem a várias outras organizações, a saber: Comando de Libertação Nacional (COLINA), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Partido do Operário Comunista (POC), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Organização do Combate Marxista Lenista-Político-Operária (OCML-PO), também conhecida como Nova Polop, dentre outras.

porque não se adequam às novas Leis impostas pelo Estado. A grande revolta se devia ao fato de que o movimento sindical ficava sob a tutela do Estado. Nasce aí a estatização no movimento operário, emergindo, assim, uma ingerência absurda no movimento na medida em que o Estado passa a interferir no seu funcionamento. Cria-se uma casta sindical de dirigentes que fica afastada do seu local de trabalho, dirigindo entidade custeada pelo imposto sindical e pela contribuição dos trabalhadores. Não necessitam mais ir à procura dos trabalhadores para ter a sua cota de contribuição individual como era feito antes, o que dava autonomia ao sindicato. O Estado passou a interferir cada vez mais, junto aos dirigentes, provocando o estreitamento da base de representação sindical.

A história do movimento operário no Amazonas passa por três momentos diferenciados do ponto de vista da organização da categoria, conforme apontam os estudos de Pinheiro (2003). Para esta autora, o primeiro momento está associado à própria estréia dos estivadores no cenário das confrontações políticas com o patronato manauense no final dos anos 1899. Estamos nos referindo à greve de vinte e dois dias que marca a entrada desses trabalhadores na cena política de reivindicação de melhorias trabalhistas. No âmbito da greve “os estivadores anunciavam-se como não estando ligados a nenhuma entidade associativa, ao contrário, apresentavam-se tanto nos ‘boletins’ quanto nas ‘notas’ enviadas à imprensa, sob a assinatura genérica de os estivadores” (PINHEIRO, 2003, p. 142).

O segundo momento associativo, como define Pinheiro (2003), ocorre entre 1909 e 1914, quando a categoria dos estivadores estava subordinada às associações mutualistas legalmente construídas, com estatutos definidos e uma liderança eleita em assembleia geral⁷.

E o terceiro momento tem seus registros em 29 de março de 1914, quando os estivadores reestruturaram sua antiga associação e criaram o Sindicato dos Estivadores. A autora destaca que esse mesmo momento é também marcado pelo surgimento de novas agremiações sindicais⁸ no intuito de promover um afastamento (pelo menos nominal) dos

⁷ Em 1909 foi criada a União Operária Beneficente Mútua dos Estivadores, de cuja existência efêmera restaram apenas poucas referências. No ano seguinte, em 26 de junho de 1910, é fundada a Associação Beneficente dos Estivadores e Carroceiros, que é presidida por Manuel Rufino Correia da Silva, comerciante português radicado em Manaus [...]. Outras categorias mútuas, ligadas ao trabalho no porto, parecem ter partilhado desse momento associativo, criando associações beneficentes e mutualistas cujos nomes aparecem com certa frequência nos jornais: Sociedade italiana de Mútuo Socorro (1900); Sociedade Beneficente União dos Foguistas (1906); Corporação dos Maquinistas do Amazonas (1906); Associação dos Empregados do Comércio do Amazonas (1906); Sociedade Beneficente dos Práticos no Amazonas (1906); Associação Beneficente dos Oficiais Aduaneiros de Manaus (1908) (PINHEIRO, 2003, p. 142-143).

⁸ As formas de organização proletárias, segundo Carone (1975), obedecem a diversas modalidades, desde aquelas que se destinam ao auxílio mútuo até a defesa contra os inimigos da classe. Todas elas são simples transposição de suas congêneres européias, coexistindo harmonicamente. Corporação, Caixas Beneficentes, Socorros Mútuos, Sociedade de Resistência, Sindicatos e Bolsa de Trabalho existem com finalidades de combate, local de reunião de operários, de conscientização da classe.

mutualistas. De certa maneira, promoveram a construção de um polo mais classista com o auxílio das novas agremiações, a saber: Federação Marítima (1914), Sociedade das Artes Gráficas do Amazonas (1913), Sindicato dos Trabalhadores Gráficos (1914), Comitê Obreiros Unidos (1914), União Operária Nacional (1917), União dos Foguistas (1914), União dos Choferes, Carroceiros e Bolieiros (1914).

Em nível nacional, foi criado em 1915 em São Paulo, o Comitê de defesa Proletária que estimulou uma onda de greves durante o período de 1915 a 1920. A partir de 1917 registra-se o crescimento do movimento operário e o Comitê de Defesa Proletária. Nesse período várias fábricas de tecidos, no Brasil, paralisam suas atividades. É importante informar que o movimento operário brasileiro vinha sendo elaborado desde os anos embrionários do século XX, conforme pontua Giannotti (2007, p. 72-73).

Em 1906, os trabalhadores brasileiros organizam o Primeiro Congresso Operário Brasileiro. Na capital do país, para este Congresso, reúnem-se 43 delegados de 31 organizações operárias, dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará e Pernambuco. Foram dias de intensas discussões nas quais predominava a visão generalizada no sindicalismo daquela época, do anarquismo. A principal decisão desse Congresso foi a Confederação Operária Brasileira (COB), que era, como o nome indicava, uma espécie de Central Sindical.

Geralmente ocorriam as paralisações temporárias (de alguns minutos a algumas horas). Essa paralisação temporária, segundo Frederico (2010), funcionava como uma maneira de chamar a atenção dos patrões e engenheiros e ao mesmo tempo fazer ameaça.

No cenário manauense, a Igreja, por meio da Pastoral Operária e de alguns clérigos da ala progressista auxiliava no processo de formação de seus jovens e da comunidade para melhor compreensão da realidade dos trabalhadores. Enaltecia-se o período de 1945 a 1964 caracterizado por grandes mudanças econômicas, culturais, sociais e políticas no mundo inteiro. Na América Latina, dois fenômenos merecem destaque: o avanço das guerrilhas de caráter nacionalista e socialista e a emergência da Teologia da Libertação.

No início dos anos 1960, com o Concílio Vaticano II, houve uma mudança na postura de muitos teólogos que mobilizou, desde integrantes do baixo clero, até importantes representantes da Igreja Católica. A chamada Teologia da Libertação nasce e se enraíza profundamente em vários países latino-americanos como Chile, Bolívia, Peru, Colômbia, Nicarágua e, sobretudo, no Brasil. A Teologia da Libertação sempre deu muita ênfase ao compromisso dos cristãos com a libertação social e política. Libertação da miséria, da fome e de toda dominação e opressão. “A partir do Concílio esta proposta de mudança se consolidará

gradativamente. Na década de 70, inúmeros membros de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) engajam-se nas lutas políticas por uma sociedade mais justa” (GIANNOTTI, 2007, p. 144). A ala progressista da Igreja priorizou a luta em favor dos pobres utilizando-se da tradição marxista para iluminar a sua atuação.

Estavam cientes de que substituir a tradicional teologia pelas ciências sociais representava o risco de introduzir teses marxistas condenadas pela própria Igreja como é o caso do materialismo imanentista. Mas isso não inviabilizou a atuação consistente de alguns religiosos junto aos movimentos sociais e sindicais.

A tomada do sindicato dos metalúrgicos em Manaus do comando dos chamados pelegos foi uma das principais evidências de organização dos trabalhadores dos anos 1980, embora a principal organização de trabalhadores, reconhecida pelos sujeitos desta pesquisa, em plena ditadura militar, tenha sido a dos professores, a antiga APPAM – Associação Profissional dos Professores do Amazonas.

Esta organização desempenhou um importante papel na criação do operariado amazonense, de seu sindicato renovado com feição autônoma e combativa. A resistência frente às agruras do regime conferiu à APPAM um papel de vanguarda no sindicalismo amazonense. Mesmo os professores concursados com todas as garantias da estabilidade do servidor público foram demitidos pelo Regime Militar. A militância dos trabalhadores da educação e a estreita relação com os organismos sindicais da época continuam na memória dos operários do Polo Industrial de Manaus. Luzarina Varela traz na memória a imagem da greve desses trabalhadores ocasião em que muitos deles foram violentados dentro da Igreja São Sebastião. Segundo esta ex-operária, muitos deles foram demitidos. Outros ainda estão em cena como faz questão de destacar: “Aloysio Nogueira, Adonay Sabá, Arminda Mourão e outros que fizeram seu papel e que não estão mais na luta como o Moacir e a professora Irinéia. Também tem o Gerson Medeiros (carinhosamente, por nós, chamado de vovô) que ainda mora no Bairro de Aparecida” (entrevistas/2011).

Esses trabalhadores da educação iniciaram o movimento de classe nos anos oitenta. Outro acontecimento fundamental que ocorreu nessa década foi a criação da Central Única dos Trabalhadores - CUT que assume um cariz ideologicamente bem determinado na esquerda brasileira, assunto que desenvolveremos no decorrer deste estudo.

A sociedade civil e a classe operária receberam com aplausos a significativa atuação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas – ADUA⁹.

O grande reconhecimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ocorre rapidamente. O primeiro a ser filiado foi o Sindicato dos Assistentes Sociais do Amazonas (1961). Indubitavelmente, a Associação dos Professores Profissionais do Amazonas - APPAM foi de grande importância para a luta dos trabalhadores, não só em Manaus, mas, dentro do Estado do Amazonas. Ao lado da APPAM haviam outras organizações como a Associação de Moradores dos Bairros de Manaus, a Articulação Nacional do Solo Urbano, Associação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais- ANAMPOS, a Central Nacional de Movimentos Populares – CNMP, Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e outras que também se fizeram presentes. De acordo com Flávia Carneiro, 62 anos, em 1980, quando estava surgindo a proposta do PT “a Igreja com os aportes da Teologia da Libertação promoveu uma febre nos seus membros com a formação dos jovens sobre a realidade do Brasil, padre Renato Barth da Companhia de Jesus era o coordenador dos grupos de jovens da Igreja católica. Ele reuniu os líderes de todos os grupos de jovens da cidade de Manaus e deu formação” (entrevista/2011). Essa formação, nos dizeres de nossa entrevistada, “tentava esclarecer os jovens acerca do sentido da ditadura, a realidade do momento, o que era o país, qual era a situação do país. E também comentava o surgimento de um partido político, o Partido dos Trabalhadores” (entrevista/2011).

Além do primoroso trabalho desenvolvido pela Pastoral Operária, o movimento operário de Manaus também buscou apoio nos professores congregados na APPAM, porque eles, ao ministrarem suas aulas nas escolas desses jovens que a Igreja desenvolvia o trabalho de conscientização, chamavam a atenção para a realidade de opressão do regime, da conjuntura do país.

De um lado os alunos lutavam pela meia passagem na Praça São Sebastião e, de outro, os professores reivindicavam melhores salários, condições de ensino e reformas sociais. Os trabalhadores operários do Amazonas foram preparados para a sua entrada na cena política também pelos professores da APPAM e da ADUA. Este reconhecimento também é constatado por Torres (2009, p. 231-232) nos seguintes termos:

⁹ A ADUA foi criada no dia 28 de outubro de 1979 com a denominação de Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas, criada por 36 professores na presença solidária de dois estudantes. Essa associação nasce num período de muita tensão, marcado pelo início da derrocada do regime militar. Havia uma vontade generalizada na sociedade brasileira de mudança, de mais liberdade, de cidadania. Os trabalhadores começavam novamente a se organizar em sindicatos e muitas greves estavam sendo deflagradas em todo o país. (cf. FREIRE, José Ribamar Bessa. In: Artigo de aniversário de 10 anos da ADUA. Manaus: Jornal da ADUA, 1999).

Em Manaus a Associação dos Professores do Amazonas – APPAM era o organismo formador da organização e luta dos docentes que, juntamente, com a Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas – ADUA, era o farol que irradiava luzes às outras entidades dos trabalhadores autônomas e classistas como foi o caso da Oposição Metalúrgica. Professores da Universidade do Amazonas como Selda Vale da Costa, Marcus Barros, Marilene Corrêa, Ribamar Bessa, Marlene Pardo, Cirino e Ricardo Bessa despontavam com grande potencial de liderança, somado às lideranças consagradas de Aloysio Nogueira, Arminda Mourão e Adonay Sabbá na APPAM; além da participação de Públio Caio, João Pedro, Vanessa Grazziotin e outras lideranças do movimento estudantil.

Por meio de seu organismo de classe, a luta sindical alimentava e revigorava os trabalhadores e trabalhadoras no exercício incansável que requeria avanços e conquistas de direitos sociais e políticos no mundo do trabalho. Foi uma década de expressão do operariado amazonense que aprendeu a lutar com galhardia e muita perseverança em cada momento de tensão, conflito e repressão no campo da luta de classes.

Este cenário, embora distante daquele que desvendou Pinheiro (2003) em seus estudos sobre trabalho e conflito no Porto de Manaus nos anos 1889-1925, muito se assemelha com ele do ponto de vista da organização e do conflito. De acordo com Pinheiro (2003, p. 135),

Enquanto o seringal é visto como o espaço da perdição, ligado a formas rudimentares de produção, do mandonismo arbitrário e truculento do seringalista, do trabalho insano, do paludismo [...] a cidade é percebida como sendo sua antítese, espaço da realização do mundo burguês, europeizado e asséptico.

No caso do Polo Industrial de Manaus, o que se pretendia era o alcance de direitos políticos e sociais extensivos à classe trabalhadora.

A causa sindical, sem dúvida, desencadeou horizontes novos que culminaram com a criação de um partido político, o PT, que naquela época contribuiu para a condução dos sonhos e utopias da classe operária. A Pastoral Operária passou a existir por causa da realidade do mundo operário e das exigências evangélicas de transformação da sociedade em favor dos oprimidos. Para Torres (2007, p. 150) “é a partir do Sínodo de Puebla, México, realizado pelo CELAM em 1979, por ocasião da sua III Assembleia Geral, que a metáfora ‘povo como sujeito da sua própria história’ ganha expressividade”. Seus estudos indicam o compromisso da Igreja da América Latina que assumia a “opção preferencial pelos pobres” a despeito da resistência de uma ala clerical conservadora que condenava as mudanças advindas

com o Concílio Vaticano II (IBIDEM, p. 150). A ala progressista da Igreja na América Latina passou a potencializar as CEB's, as pastorais e dar apoio aos movimentos populares.

Para Torres (2007) as ideias da Teologia da Libertação encontraram respaldo nos princípios básicos de Puebla, ou seja, nas diretrizes de uma Igreja comprometida com os oprimidos. Seus estudos explicam que para enfrentar estes desafios a luta operária contava com o apoio do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, do Arcebispo Dom Hélder Câmara e do Bispo Dom Pedro Casaldáliga que defendiam esta perspectiva teológica junto ao CELAM.

Em relação a América Latina, Torres (2007), revela que os principais precursores da Teologia da Libertação foram os brasileiros Frei Leonardo Boff (1972), Frei Beto (1977) e o padre peruano Gustavo Gutierrez (1983). E, que, o maior desafio da Teologia da Libertação era o de colocar-se contrária a Teologia Dogmática no que se refere a naturalização das classes sociais.

Foi extremamente importante a ação da ala progressista da Igreja no Brasil. Isto porque a Igreja redirecionou sua atuação em favor dos pobres e dos excluídos. A partir dos anos de 1970 ela concentra sua atuação nos temas de economia e política, em dois focos: no modelo econômico vigente, que considera elitista e concentrador de rendas e no regime de exceção, diante do qual se compromete a lutar para o restabelecimento da ordem democrática.

De acordo com Azevedo (2004) um marco simbólico é a publicação, em 1973, de três documentos episcopais: "Ouvi os clamores de meu povo", "Documento do Centro-Oeste" e "Y-Juca-Pirama" (o índio, aquele que deve morrer). A eleição de João Paulo II, em 1978 foi o acontecimento que mudou o cenário político da Igreja em todo o mundo, particularmente na América Latina, berço da Teologia da Libertação, a partir do final dos anos de 1960.

Azevedo (2004, s/p), ao referir-se ao Brasil, reconhece o importante trabalho da CNBB ao afirmar que,

No Brasil, a CNBB mantém sua linha de trabalho e intervém, como ator sociopolítico, diante dos problemas nacionais. Um exemplo disso é a publicação de mais três documentos: 'Exigências cristãs de uma ordem política', 'Igreja e problemas da terra' e 'Solo urbano e ação pastoral'. Participa, também, intensamente, sobretudo no fim dos anos de 1970, do processo de transição para a democracia.

A Igreja atua como um ator da sociedade civil no processo de pressão e de negociação com a arena estatal com vistas ao restabelecimento da plenitude democrática (STEPAN, 1987). A defesa e promoção dos direitos humanos é um dos principais campos de engajamento social e político da igreja. Nesse terreno ela vai gradativamente cedendo parte do

seu protagonismo para as entidades da sociedade civil. Nessa mesma dinâmica, ela participa do processo constituinte, entre 1986 e 1988, e se mobiliza em favor de emendas populares à Constituição, com ênfase dada à ética na política e na implementação de políticas sociais como condição *sine qua non* para a estabilidade democrática.

De um lado, a realidade operária se apresentava com a situação de exploração dos trabalhadores expressas nas péssimas condições de trabalho, aviltamento salarial, disciplina fabril ostensiva, ausência de política de creche para os filhos das trabalhadoras dentre outros. Por outro lado, havia falta de união e organização dos trabalhadores; falta de liberdade sindical; falta de esclarecimento sobre os direitos dos trabalhadores, dentre outros problemas.

A Pastoral Operária assumiu o discurso de transformação da sociedade. De acordo com os seus preceitos exigia-se viver o Evangelho da libertação. Ou seja, tinha que estar a serviço dos explorados. Este compromisso da Igreja com a luta operária era embalado pela força do Evangelho na luta de classe. A utopia do reino de Deus era um dos principais pilares que soerguia a luta dos trabalhadores. Em nome de Cristo reafirmava-se a dignidade de todo homem. E a Pastoral Operária deu vez e voz aos operários, um verdadeiro canal por meio do qual os trabalhadores cristãos puderam firmar seus compromissos com a luta operária.

A Pastoral Operária procurava conscientizar e contribuir para a tomada de consciência num processo de formação. Seu papel formador era feito no sentido de que os trabalhadores pudessem enxergar a realidade, despertar para o compromisso social, se alertar, libertar, ver sua realidade à luz do Evangelho. Tratava-se de uma consciência de classe. Buscava-se conscientizar não só os operários, mas também os padres e as freiras para darem mais apoio à Pastoral Operária. Welty (1996) assinala que essa consciência nasceu primeiro da pressão exterior e, posteriormente, passou a brotar de um impulso interno. “A princípio, produziu-se dentro da mesma empresa, num lugar ou profissão determinada, para ir estender-se lentamente à totalidade da classe, até crescer como avalanche, com a energia desencadeada por uma explosão” (WELTY, 1966, p. 238). A ala progressista da Igreja Católica vinculada à Teologia da Libertação abraçou a causa operária no país. A interação completa entre “o popular” e o “sindical”, segundo Doimo (1995, p. 173), “crescia tão rapidamente no caminho da solidariedade [...] ainda que se visse com reservas o paralelismo sindical difundido pela Pastoral Operária e pela Fundação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - FASE, através das chamadas Oposições Sindicais”.

A Pastoral Operária¹⁰ - PO foi o organismo formador da concepção operária no Amazonas e no Brasil. Colocou-se como uma espécie de intelectual orgânico juntamente com os Partidos Políticos de esquerda, cujo desfecho desse processo tem sua síntese na criação do Partido dos Trabalhadores em 1980 e da Central Única dos Trabalhadores, em 1983. A Pastoral operária exerceu muita influência sobre o operariado do Amazonense assim como os partidos políticos de esquerda principalmente o PT e o PCdoB. As oposições sindicais eram o organismo de organização do novo sindicalismo filiado à CUT, para fazer frente ao sindicalismo de resultado. No Amazonas foram organizadas as oposições sociais dos vidreiros, dos comerciários e dos metalúrgicos. Trata-se de um rico momento da história do operariado amazonense. Um tempo em que a juventude, a comunidade, a sociedade civil engajada nos seus organismos de representação vivenciaram experiências nos diferentes campos de ação política, econômica, social e cultural. Foi a entrada em cena do operariado amazonense¹¹. Como diz Hobsbawm (2000, p. 30) é preciso deixar que “os trabalhadores possam fazer a sua própria vida e sua própria história, ao invés de recebê-las prontas de terceiros, mesmo dos acadêmicos”.

Os desafios postos à Pastoral Operária eram imensos. O maior deles consistia em aliar a formação política com a utopia do reino. Como encarnar o Evangelho na vida do povo, e, também, como formar politicamente os militantes da classe operária, “sem misturar com o Partido Político” proibido pela Igreja. Para cumprir esta orientação, a Pastoral Operária tinha como principal compromisso animar as pessoas a se engajarem na transformação da sociedade à luz do Evangelho. Uma de suas finalidades para com o trabalhador era contribuir para que eles enxergassem a realidade, buscando despertar para um compromisso, alertar, libertar, ver sua realidade à luz do Evangelho e consciência de classe.

A Pastoral Operária reconhecia que ela não era um órgão representativo da classe, mas um organismo formador que podia contribuir para a tomada de consciência, de valorização de si e de classe. Nesse sentido, lutava para descobrir em meio aos demais trabalhadores os companheiros dispostos a lutar, incentivava-os a despertar para uma participação consciente e crítica nas comissões de fábrica, no movimento sindical e nas

¹⁰ A Pastoral Operária no Brasil nasceu nos anos 1970 em plena Ditadura Militar. É um movimento eclesialístico social, é parte integrante do Setor Pastoral Social da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Estabeleceu-se como um organismo de reflexão da vida dos trabalhadores e das trabalhadoras à luz do Evangelho e dos documentos da Igreja. Visa ser a presença da Igreja na classe trabalhadora e presença da classe trabalhadora na Igreja. Assumiu como paradigma o Novo Sindicalismo (de base democrática), apoiando sindicatos e repudiando pelegos (dirigentes sindicais atrelados ao poder estatal).

¹¹ Para saber mais sobre a atuação da Pastoral Operária no Amazonas consultar: REIS FILHO, Milton Melo dos. A Saga dos Operários em Manaus 1980, cap. II.

reivindicações de bairro. Suas estratégias não consistiam em dominar a organização e a luta, mas incentivar a mudança de uma mentalidade individualista para uma mentalidade de classe, agindo sem queimar etapas, buscando soluções juntos (Arquivo PO - Jornal O Parafuso/1987).

É um tipo de trabalho que sensibiliza porque vai ao encontro da percepção da realidade e permite aos trabalhadores a construção de um nível de conduta e amadurecimento em seu modo de pensar, ser e agir, qualificando sua subjetividade. A igreja sempre garantiu o maior espaço na sociedade civil, ou seja, “obteve um longo espaço junto à sociedade política. Ressalte-se que, mesmo com a expulsão dos jesuítas do Brasil, a Igreja permaneceu no controle das instituições de ensino” (TORRES, 2003, p. 83). Após o Concílio Vaticano II a ala progressista assumiu postura crítica frente às injustiças sociais e a repressão do estado autocrático no Brasil. Em São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns “abriu espaço para reuniões clandestinas de sindicatos e movimentos sociais em seu território – como foi o caso do movimento sindical do ABC paulista e da ANAMPOS -, reivindicou a redemocratização do país, participou do movimento ‘Diretas-Já’, dentre outros” (TORRES, 2007, p. 151).

A presença de jovens trabalhadores e militantes sociais no antigo Distrito Industrial de Manaus (hoje Polo Industrial de Manaus - PIM) traduz a disposição e o grande momento de construção da luta operária no Amazonas. É interessante observar o vigoroso espírito de militância desses operários que protagonizaram uma rica época. Socorro Carioca, 44 anos, era catequista na igreja de sua comunidade, naquela época com apenas 17 anos de idade, já trabalhava no Distrito Industrial de Manaus. Ingressou em 1983, na empresa Colorado, onde trabalhou por um curto período com o Nilton Masulo, que era o grande mentor no interior da fábrica e responsável de levar informações. Nilton era um jovem que já era da Pastoral Operária e, por isso, convocava outros jovens para a reunião. Esta estratégia despertou interesse dos jovens pelo sindicato. Foi assim que ocorreu com Socorro Carioca que, antes, era apenas operária do Distrito, catequista ou voluntária da Igreja. Ela define os anos 1980 como a era da militância, em que os jovens participavam ativamente da igreja, empenhavam-se nas atividades da igreja noite à dentro, o que favoreceu o desempenho desses jovens que fizeram escolhas pelo sindicato e pela política reivindicativa, determinados também a fazer militância partidária.

Esses operários são protagonistas de um processo de construção de uma classe que surge sob a égide do novo sindicalismo. Homens e mulheres que trabalhavam no Polo Industrial de Manaus, nos anos 1980, alguns deles eram oriundos dos mais distantes lugares

do Estado do Amazonas¹² ou mesmo de outras regiões do território nacional. Esses trabalhadores trouxeram na sua bagagem algumas informações sobre a luta dos trabalhadores no país. No Amazonas, as agruras do aviltamento salarial os encorajaram a entrar na luta pelo seu sindicato, pela construção de sua identidade, desenvolvendo uma maneira de agir como sujeitos coletivos. Para esses operários a convivência coletiva estava sempre em primeiro plano, constituía-se no modo diferente de fazer política que justificava a sua referência fundada no novo sindicalismo de raiz marxista, assunto que nos ocuparemos mais à frente.

A construção da expressão identitária dos trabalhadores qualificava-os para o reconhecimento da sua classe. À medida que surgiam as associações sindicais, os patrões, através das demissões, começavam a pressionar e a obrigar os operários a renunciarem formalmente a participar da vida sindical, fazendo com que várias associações sindicais fossem posteriormente extintas. Antunes (2003, p. 18) ao se referir a essas associações afirma que,

Se a história dessas associações é caracterizada por momentos de vitórias e derrotas, é inegável que elas constituíram a primeira tendência efetiva de organização dos trabalhadores na luta contra os capitalistas. Ao conseguirem abater a concorrência existente entre os operários, unindo-os e tornando-os solidários em sua luta, ao utilizarem-se das greves como a principal arma contra os capitalistas, os operários conseguiram dar os primeiros passos na luta pela emancipação de toda a classe operária.

Neste processo de construção da classe operária no Brasil surgem as tendências sindicais conservadoras associadas aos ditames do Estado Novo (1937-1945). Estas tendências já existiam desde a segunda metade do século XIX, momento em que a classe operária ganhava força e avançava na batalha pela sua emancipação. Este avanço é marcado pela realização em 1866 do Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, momento em que já se faziam presentes as ideias anarquistas de Bakunin, de Proudhon e as ideias comunistas de Marx e Engels.

¹² Para melhor compreensão da origem do trabalhador operário da Zona Franca de Manaus é sugestivo consultar “De Seringueiro a agricultor/pescador a operário metalúrgico: um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses”, de Marlene Ribeiro. Dissertação de Mestrado apresentada à UFMG (1987).

É importante lembrar que Marx e Engels tiveram contato com um tipo de sindicalismo diferente do que Lênin e Trotsky¹³ conheceram. Marx e Engels escreveram sobre a luta de classes num período histórico em que o sindicalismo ainda não havia se tornado movimento de massa. A forma predominante de sindicalismo era a de ofício uma vez que, somente nas últimas décadas do século XX, os sindicatos expandiam-se como expressão organizada e de massa do movimento operário. Como destaca Alves (2003, p. 331 e 340) “as afirmações de Marx a respeito do sindicalismo, em especial sobre os limites deste, devem ser generalizadas e não somente associadas a um caso particular, como o sindicalismo de ofício”.

Para Marx (1988), a luta principal a ser protagonizada pela classe operária na sociedade capitalista era a revolução social, a partir da qual estaria posta a possibilidade de se alcançar uma sociedade sem exploradores e explorados. A luta sindical no seu entender teria a capacidade de dar uma lição moral aos operários, ensiná-los a agir coletivamente, de forma organizada, conscientes de seu poder enquanto classe que produz a riqueza social. A visão da luta sindical como escola, presente em Engels, também se encontrava em Marx, o qual entendia que por meio dessa luta os trabalhadores poderiam avançar em sua consciência de classe e chegar a constituir um partido político próprio da classe operária.

Então o papel dos sindicatos, de acordo com este pensador, era de crucial importância porque serviriam para reunir os operários em classe, organizando-os, educando-os, para a tarefa maior, que era a revolução social. Esse movimento político não poderia ser desvinculado totalmente do movimento social e econômico, pois é a própria luta econômica, sindical, que transforma o proletariado em classe para si¹⁴.

Tanto Lênin quanto Trotsky seguiam a análise de Marx e Engels e reafirmaram o aspecto educativo dos sindicatos para a classe operária. Para Trotsky os sindicatos, assim como o partido revolucionário eram importantes para que o proletariado compreendesse a sua

¹³ O trotskismo, doutrina do político russo Leon Trotsky, formulada como teoria política ideológica e apresentada como vertente do comunismo em oposição ao stalinismo, passou a fazer parte do cenário político sindical. Para os seus seguidores a ideologia trotskista consistia em defender o marxismo pelo combate a burocracia no Estado Operário que se fortaleceu com a ascensão de Josef Stálin ao poder em 1924 (depois da morte de Vladimir Ilitch Lenin), na União Soviética. Trotsky trabalhou e teorizou a respeito da Revolução Permanente, sua principal divergência com Stálin, que era a favor do socialismo em um só país. No entendimento de Trotsky a Revolução Permanente deveria se expandir para além das fronteiras da União Soviética. Para os críticos stalinistas, o trotskismo nada mais seria do que uma tentativa revisionista e heterodoxa de desvirtuar o marxismo-leninismo e corromper os valores realmente revolucionários, representados pelo regime de Stálin na União Soviética. Trotsky vê o Sindicato como uma resposta à exploração capitalista porque esta estimula o desenvolvimento político do proletariado, uma vez que o sindicato leva-o a lutar contra o sistema.

¹⁴ Na concepção marxista a luta sindical possibilitaria que a classe trabalhadora deixasse de ser meramente classe em si e se transformasse em classe para si, na luta contra o capital. O sindicato, por sua vez, teria o mérito de agrupar essa massa, fazendo-a mais coesa e, logo, mais forte no embate da luta de classes.

missão histórica de ser o sujeito social da revolução social. Segundo ele, “se o proletariado, como classe, fosse capaz de compreender imediatamente sua tarefa histórica, não seriam necessários nem o partido nem os sindicatos. A revolução teria nascido, simultaneamente, com o proletariado” (TROTSKY, 1978, p. 20).

A luta sindical, apesar de limitada, cumpre um papel preponderante no avanço das consciências em direção ao socialismo e à solidariedade de classe. Reconhecer essas palavras de Lênin supõe estabelecer analogia com as greves do final dos anos setenta no ABC paulista e toda a sua influência país afora, visualizando os estragos gerados para a classe dominante brasileira naquele momento.

Para Marx os limites do sindicalismo seguiam uma lógica muito próxima a de Engels. Marx entendia que esses limites estariam postos pela sua natureza essencialmente defensiva, isto é, a luta pela elevação dos salários (ou contra a sua redução) ocorre em decorrência de modificações anteriores postas pelo movimento do capital. No seu entendimento,

Os ‘sindicatos’ atuam com utilidade como centros de resistência às usurpações do capital. Deixam em parte de atingir o seu objetivo quando utilizam a sua força de forma pouco inteligente. No entanto, deixam inteiramente de o atingir, quando se limitam a uma guerra de escaramuças, contra os efeitos do regime existentes, em vez de trabalharem, ao mesmo tempo, para a transformação e servirem-se da sua força organizada como de uma alavanca para a emancipação definitiva da classe trabalhadora, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado (MARX, 1988, p. 85-86).

As conquistas sindicais não podem iludir a classe trabalhadora a ponto de esta minimizar o fato de que não houve mudanças no rumo do sistema de trabalho assalariado, e que em pouco tempo essas conquistas já não seriam percebidas e novas lutas deveriam acontecer para buscar obter as mesmas vitórias. A importância das organizações sindicais era destacada por Marx, como já salientamos, por impedir o avanço devastador da sanha do capital. Se os sindicatos continuassem a lutar somente contra os efeitos do sistema e não efetivamente contra as suas causas, estariam caminhando em círculo, e se omitiriam de apresentar uma contribuição mais relevante para a superação do trabalho explorado.

Marx acreditava que a consciência social-democrata só poderia chegar até os operários a partir de fora, ou seja, a partir da influência do partido revolucionário. Lênin reforça esta concepção pontuando que “pelas próprias forças, a classe operária não poderia chegar senão à consciência sindical, isto é, à convicção de que é preciso unir-se em sindicatos,

conduzir a luta contra os patrões, exigir do governo essas ou aquelas leis necessárias aos operários” (LÊNIN, 1988, p. 24). Isto era confirmado pela história de luta de todos os países daquele momento, segundo o próprio Lênin.

Ao separar a luta econômica e meramente sindical da luta política mais geral, a maioria dos sindicatos, ao longo do século XX no Brasil e no mundo, deixaram de cumprir um papel, que apesar de limitado, era imprescindível para a luta socialista. À luz da leitura do marxismo clássico, é tarefa dos sindicalistas revolucionários atuais, fazer este balanço e encaminhar ações que procurem pôr em xeque o sistema capitalista como um todo, sem se limitar a lutar meramente contra os seus efeitos, mesmo que estes sejam bastante nefastos. Em relação ao sindicato dos metalúrgicos do Amazonas, Herbert Amazonas, 50 anos, reconhece a existência do sindicato como uma escola de guerra para a classe trabalhadora. Dentro do espaço sindical cada um aprendia um pouco de arte, filosofia, economia e história. “O trabalhador necessitava de todo esse conhecimento para se transformar num dirigente de sua classe” (entrevista/2010).

Diante deste quadro faz-se necessária uma breve análise do movimento sindical brasileiro a partir das influências dos anarquistas que também deram grande contribuição para a organização do movimento sindical¹⁵.

Uma breve reflexão sobre o contexto da chamada Era Vargas é concebível para explicar a institucionalização do sindicalismo brasileiro. Quando Getúlio procedeu à institucionalização do Sindicato ele afastou a entidade da classe trabalhadora. Os dirigentes começaram a contar com os trabalhos do advogado, do juiz, passaram a sentar com os patrões, a criarem laços de amizade com os empresários, com o governo. Ou seja, esses dirigentes não faziam mais parte do chão de fábrica construía-se uma elite no movimento operário.

Essa conjuntura foi agressiva no que tange aos trabalhadores operários. O trabalhador que não adotasse as novas diretrizes era perseguido, punido e até morto. Getúlio cumpre um papel importante para o capitalismo justamente no que diz respeito à domesticação dos Sindicatos no Brasil. Foram várias décadas de bons serviços prestados pelos dirigentes sindicais ao Estado e aos patrões. Essa forma de fazer sindicalismo só se rompeu na década de setenta e, só veio acontecer, aqui no Amazonas, na década de oitenta, com dez anos de atraso. Herbert Amazonas e seus correligionários do Partido Socialista dos

¹⁵ Fizeram-se presentes no processo de organização dos trabalhadores os partidos socialistas e o partido comunista cujas tendências eram amplas no movimento operário. O anarquismo perdeu sua força devido a influência da Revolução Russa. Acaba-se, então, com o movimento anarquista ficando, praticamente, sem muitas expressões no Brasil.

Trabalhadores Socialista Unificado dos Trabalhadores - PSTU denominam a casta tendenciosa que se cria dentro do movimento operário de

burocracia sindical, tão maléfica que tanto os trabalhadores quanto o patronato representam agentes do patronato no seio do operariado. Essa casta burocrática é comparada às ‘ervas daninhas’, que precisam ser combatidas ou extirpadas do movimento operário. É o novo, porém, com a tendência do velho (entrevista/2010).

Quando se destruiu o velho sindicalismo já era visível essa tendência de destruir uma parte do movimento sindical, mas a parte da burocracia e do controle do sindicato devia ser mantida. Esta foi a tendência construída no Estado de Getúlio, foi um processo intenso de luta de classe e de cooptação do movimento operário brasileiro. “Foi um saldo positivo para Getúlio Vargas, que engessou o movimento operário muitos anos, muitos anos mesmo, ele conseguiu ter o domínio do operariado brasileiro em colaboração com o PCdoB e com o PCB (época existia só o PCB depois do racha apareceu o PCdoB)” (Herbert Amazonas, entrevista/2010).

Na década de oitenta, os ventos sopravam e reanimavam o Stalinismo que era a tendência ideológica que mais predominava naquele período. O movimento operário era de matriz stalinista. O PCB – Partido Comunista Brasileiro dirigia grande parte dos trabalhadores, da juventude e das organizações sociais. Eram organizações atreladas à burocracia estatal de matriz soviética, do stalinismo, responsável pela construção de um movimento operário deformado.

Para fazer frente ao stalinismo no Amazonas já se fazia presente a corrente ideológica *trotskismo*. Trotsky, o idealizador dessa corrente, era visto por seus seguidores como o segundo maior dirigente da Revolução Russa, depois da morte de Lênin, que combateu a casta burocrática dentro do Partido Comunista da Rússia, denunciando os privilégios que haviam e a deformação da Revolução Russa.

Leon Trotsky (1879-1940) foi um dirigente que buscou construir e fortalecer o marxismo na Rússia contra a degeneração e a contra-revolução que Stalin construiu naquele país (um país burocratizado, ditatorial, contra o povo e contra os trabalhadores). Aqui no Brasil, o Partido Comunista seguia as diretrizes de Moscou, por isso colecionaram várias derrotas contra os trabalhadores¹⁶.

¹⁶ Os efeitos negativos dessas derrotas foram determinantes para a construção de uma alternativa independente do stalinismo, o que deu origem ao Partido dos Trabalhadores.

1.3 A subjetividade operária no fazer-se classe

Já deixamos claro neste estudo o fato de que os anos de 1980 representaram a década de expressão do operariado amazonense. Sem medir as consequências os trabalhadores filiados à sua entidade sindical procuravam se posicionar contra os baixos salários e pelo direito de greve, na defesa da negociação direta com os patrões e pela autonomia e liberdade sindical. Trouxeram para a esfera sindical amplos contingentes de operários que até então pareciam adormecidos, agora expressando um forte sentimento oposicionista frente ao regime militar. Emergia a subjetividade operária no fazer-se classe.

As diferentes formas de expressão de suas subjetividades denotavam a construção de suas identidades coletivas enquanto classe social. A condição identitária sempre se colocou como questão de fundo para as classes trabalhadoras: eram atores e sujeitos a procura de suas identidades coletivas como forma de obterem um espaço de intervenção na esfera pública. A consciência adquirida nas formações auxiliou no processo de luta dos trabalhadores no Amazonas. Ser militante na clandestinidade impunha regras difíceis de militância. Os trabalhadores criavam as próprias estratégias tentando despistar o poder fabril. Passaram a se reunir em torno da Bíblia como estratégia para esconder dos patrões seus reais interesses que era a organização sindical.

Até o estilo próprio de vestir era escolhido pela fábrica e, se houvesse transgressão às normas estabelecidas, no dia seguinte era demitido. Muitas vezes os trabalhadores se valiam de outros mecanismos que o patrão também usava. Passaram a se infiltrar nos times de futebol, os católicos formados pela Pastoral Operária se reuniam em grupos para fingir que liam a Bíblia, na verdade era uma estratégia de disfarce. Eles abriam a Bíblia recheada de panfletinhos em cada página. Esse material convocava os trabalhadores para as assembleias. O conteúdo dos panfletinhos era diverso. Na verdade o teor sempre anunciava uma assembleia ou uma reunião no sindicato.

Este foi o trabalho valioso da Pastoral Operária. O mérito desta Organização é incontestável, por meio dela os operários alcançaram um nível de consciência incomensurável, culminando com a criação da Oposição Puxirum originada no interior da Pastoral Operária.

Havia grupo de trabalhadores que não era vinculado à Pastoral Operária nem a partido político. O grupo do Simão Pessoa¹⁷ é um exemplo disso. Era um grupo de dentro da fábrica ligado aos patrões porque Simão era supervisor de linha. Os trabalhadores consideravam-no suspeito. Por isso tinha que ter muito cuidado, as pessoas ficavam temerosas porque nem todos se conheciam. “Era uma coisa muito maluca quando se virava militante. Eu, pelo menos, cansei de abençoar os meus filhos porque imaginava que nunca mais ia vê-los. Mas a gente sabia que tinha que fazer aquilo [Choro]. Ser operário nessa época era ter consciência” (Luzarina Varela, entrevista/2011).

Essa narrativa elucida o compromisso e a seriedade com que os operários encaravam a luta. O desafio foi o exercício contínuo e incansável dos operários que se forjavam como sujeito político em meio à depreciação moral e até xingamentos por parte dos patrões.

A entrada em cena dos trabalhadores na política reivindicativa no final da década de 70 representou a voz dos brasileiros excluídos e aviltados que clamavam por direitos básicos como moradia, melhorias salariais e por justiça social. Os trabalhadores e depois os novos movimentos sociais, ou seja, os novos sujeitos e lideranças que passaram a integrar a luta de classe nos anos 1980 interferiram com eficácia no processo de transição política do país. A luta sindical contabilizou grandes ganhos e contribuiu para a ampliação das conquistas democráticas que o povo tanto aspirava. Na extensão desta análise Rodrigues (1991, p. 153) salienta que,

É esse processo que traz para o sindicalismo – quando dos acontecimentos de 1978 – duas vertentes distintas que no caminho se encontram: o padrão de ação dos sindicalistas de São Bernardo e a prática de organização pela base dos militantes da oposição sindical metalúrgica de São Paulo. Esses respectivos aspectos explicam a sensibilidade que esses segmentos operários tiveram diante da criatividade dos trabalhadores no momento da eclosão das greves.

As concepções desses dois movimentos e suas práticas sindicais criaram as condições para o aparecimento de um novo tipo de ação sindical, conhecido inicialmente como novo sindicalismo, em contraposição àquele modelo vigente no período anterior a 64. Essa nova práxis mostrou, em larga medida, sua eficácia na ação dos trabalhadores pós-78 e se instalou na origem do surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Trata-se do

¹⁷ Simão Pessoa pertencia ao grupo de pessoas ligadas à gerência porque exercia a função de supervisor de linha de produção.

período de transição política momento em que é alargada a participação social, com a participação dos novos movimentos sociais.

Rodrigues (1974) revela que o operariado brasileiro fora formado por duas correntes culturais constitutivas: o operário europeu e o imigrante rural nacional, nas quais vicejaram dois tipos de orientação, uma libertária e outra pragmática. A corrente acentuada de imigrante e o predomínio de ideologias socialistas e anarquistas entre esses vários imigrantes teriam deixado suas marcas até os anos 1920, num tipo de sindicalismo livre, de ação direta, que distanciava o movimento operário tanto do Estado quanto das burocracias sindicais, ao contrário do tipo de ideologia, também de raiz européia mas, minoritária, que enfatizava o *business union*.

Esses trabalhadores não tinham consciência da gravidade de sua exploração. Foi no campo da luta de classe que construíram seus caminhos, deixando um legado de experiências às gerações futuras. Luzarina revela já ter consciência do quanto que ela foi explorada. Em sua fala lembrava o livro “Fé e Política” de Dom Evaristo Arns que havia lido. Neste livro, observou que haviam uns desenhos de um bando de operários entrando numa fábrica e umas ovelhas entrando no matadouro. Esta metáfora contribuiu para despertar sua consciência frente à exploração.

Reverendo a ação e a consciência política do operariado brasileiro, é possível que tenha havido uma inversão de sua tendência histórica de classe para si nos anos 1910 e 1920 a qual teria regredido para classe em si ancorada na acomodação¹⁸. Marx e Engels (2005) reconhecem que o objeto real conserva sua independência fora da consciência, mas a consciência, em um primeiro momento, não é independente de um objeto real. Sendo assim, o que vem antes da consciência caracteriza-se como algo em si, um objeto que existe independentemente dela, independentemente da sua existência particular. É o que Lukács (1968) chama de ser em si. A partir de então, o que é produzido ou apropriado pelo sujeito é algo que foi tomado para si, um elemento novo na realidade, resultado da ação consciente, mas criado a partir de elementos anteriores. Essa ideia, que revela a condição da consciência como reprodutora e produtora da realidade, parece estar resumida na clássica frase proferida por Marx (2003) de que os homens fazem a história, mas não nas condições em que desejam.

¹⁸ Lembramos que ideia do “em si” e do “para si” é tomada de Hegel por Marx e Engels. Não é o caso de nos aprofundarmos na questão, mas é crucial entender que o marxismo abstrai de Hegel a noção de processualidade, quer dizer, o “para si” representa um avanço em relação ao “em si”. Trata-se de um movimento operado pela consciência, uma apropriação daquilo que estava posto para transformar a realidade concreta. Mas diferentemente de Hegel, Marx e Engels veem um ilimitado movimento da consciência, que não esbarra em uma racionalidade imanente, como queria Hegel. Para aprofundar essa questão ver Marx (2005; 1987) e Marx e Engels (2005).

Esses fatores são agrupados por Rodrigues (1974, p. 120) em três dimensões: a primeira: socioculturais por implicar a origem predominantemente rural ou pelo menos interiorana¹⁹ do operário fazendo com que ele encarasse sua mudança para os grandes centros industriais do país como um processo de ascensão social. No caso dos nativos da Amazônia, “morar na cidade significava assumir o *status* do homem, branco, devendo, pois, pagar impostos e submeter-se às obrigações e às normas da sociedade urbana” (TORRES, 2005, p. 117). A segunda: político-sociais, reforça as mesmas origens já mencionadas do proletariado brasileiro e fazem com que o ambiente patronal condicione padrões de conduta em que ele costuma ver a figura do patrão como “grande pai” ou “grande chefe”. A terceira: institucionais, consiste em práticas em que as vantagens da CLT procederam a um esvaziamento das reivindicações político-sindicais empreendidas, sobretudo, pelo movimento sindical resultando em acomodação, mesmo que este buscasse assumir o papel de fiscalizador da aplicação das leis trabalhistas e previdenciárias. É sabido que desde a criação do Imposto Sindical, os sindicatos desempenham, também, funções que não são propriamente de representação de classe. Tornaram-se, em larga escala, entidades assistenciais, integradoras junto à massa de trabalhadores.

A desestruturação do movimento sindical, segundo Chaia (1992), data desde o golpe de 1964. Essa situação afetou o funcionamento e a organização do DIEESE²⁰ (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), que já estava combalido. Nessa época, este órgão foi desativado em consequência do fechamento do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo onde funcionava a sua sede. O golpe de 64 “veio recolocar de maneira mais exata - dentro de seus marcos legais – o movimento sindical, diminuindo a área de atuação de seus dirigentes” (CHAIA, 1992, p. 96). O esforço do governo, pós 64, seria de consertar os esforços anteriores. A ação da ordem autoritária não mais visava diretamente o

¹⁹ O termo “interiorano” é cunhado por Torres em *As Novas Amazônidas* (2005), para explicar a origem do homem amazônico e sua convivência no ambiente citadino.

²⁰ De acordo com informações fornecidas pelo Escritório Regional do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) em Manaus, este Órgão nasceu em 22 de dezembro de 1955, pelas mãos do movimento sindical para quem construiu pesquisas, assessorou negociações salariais e fez formação sindical. Sua criação partiu de 20 dirigentes sindicais de São Paulo, entre os quais estavam: Salvador Romano Losacco (primeiro presidente - Período: 1956 a 1958), José de Araújo Plácido, José Freitas Nobre, Lauro Porta, Joaquim Tavares, Emygdio Mammocci, Josué Antônio Simas, Sebastião Alves de Aguiar, Salvador Rodrigues, Manoel Lourenço, Cnéo Dantas, Murillo Pinheiro, Nivaldo Fonseca, Gabriel Grecco, Pedro Gilardi Filho, José Antônio Ribeiro, José Fernandes Branco, Antonio Vieira, Bernardino Fischetti. Atualmente existe uma sede em Manaus (Escritório Regional), funcionando na Rua Duque de Caxias, 958 – Praça 14 de Janeiro – CEP 69020-141, telefone (92) 3631-0759 – Ramal 202 – Supervisora Técnica Sra. Alessandra de Moura Cadamuro (cf. <http://www.dieese.org.br/>).

sindicalismo mas os rumos que havia adquirido nos anos anteriores, que o encaminhava para a Unidade Sindical (CGT) – Comando Geral dos Trabalhadores e para a construção de uma força política. Essa época é analisada pelo autor nos seguintes termos:

O movimento sindical dos anos 50 foi desbaratado e substituído por um sindicalismo de intervenção claramente submisso [...]. Abate-se sobre o movimento uma dupla repressão, judicial e burocrática legal. ‘A coação policial, efetiva ou potencial, reforçou e deu maior eficácia e respeito burocrático-legal’. Esta exerceu-se pelo cumprimento de uma legislação trabalhista, que herdada dos anos da ditadura varguista, cerceava liberdade e a autonomia sindicais e consagrava múltiplos mecanismos de subordinação por sindicatos ao Ministério do Trabalho (CHAIA, 1992, p. 96).

A constituição de uma identidade cultural e social que fundamenta a condição de classe depende, obviamente, dos padrões culturais e dos elementos constitutivos da classe operária. É ao mesmo tempo um processo condicionado e determinado pelas estruturas econômicas e políticas em desenvolvimento, como salientou Viana (1978) ao tecer críticas muito pertinentes a este tipo de corrente interpretativa, tanto de ordem teórico-metodológica quanto de ordem empírica²¹. Teoricamente, ao atribuir à origem rural dos novos contingentes de trabalhadores uma limitada capacidade cognitiva, essa interpretação se restringe às motivações individualistas e preconceituosas, desconhecendo fatores estruturais como a formação do capitalismo no país, a formação do Estado, o embate entre as classes, as instituições legais que regulam o mercado de trabalho e as culturas autóctones.

Mais do que isso, é um processo cuja direção e conteúdos estão, decisivamente, dados por um segmento dirigente que cria, recria e reinventa a subjetividade operária. É neste terreno concreto e prático que se formam interesses reais e contraditórios, ou seja, interesses que, explícitos ou não, podem ser enfrentados, negociados ou defendidos. Sobretudo, é no terreno da política e da ideologia que a história é feita (WEFFORT, 1972).

A subjetividade operária no Polo Industrial de Manaus é externada em meio às experimentações da luta e ousadia de um operariado que apostava nas mudanças estruturais. Este processo de ousadia nos enfrentamentos contribuiu fortemente para o amadurecimento da consciência e da luta de classe no meio fabril.

O fator crucial para o entendimento do processo de transformação dos trabalhadores em classe, segundo Thompson (1987), não foram as condições objetivas externas ou

²¹ Referimo-nos ao modo como Viana (1978) tece suas críticas em relação à corrente interpretativa que explica a identidade cultural e social da classe operária. Para ele, no culturalismo, existe um interesse preponderante pela cultura e as lutas conscientes, mas se relacioná-las com as estruturas nas quais estão contidas.

estruturais do capitalismo industrial, mas a própria experiência e ação coletiva dos grupos de trabalhadores. Estes a partir dessa tomada de consciência “em sua maioria vieram a sentir uma identidade de interesses entre si e contra seus dirigentes e empregadores” (THOMPSON, 1987, p. 12). De acordo com esse pensador, essa identidade foi penosamente construída a partir das bases fundamentais da tradição da sociedade inglesa, ou seja, da economia moral e do ideal do inglês livre por nascimento.

Sua tese central é a de que a continuidade, em nível cultural ideológico, da experiência contestatória dos trabalhadores ingleses entre 1790 e 1832, vista como um processo de construção de consciência clã de classe, cujo ápice é atingido por volta de 1832 (THOMPSON, 1987). Esse foi o problema central de suas inquietações. “Transpor o limiar de 1832 para 1833 é entrar num mundo onde a presença operária pode ser sentida em todos os condados da Inglaterra e na maioria dos âmbitos da vida. Nesse momento, a classe operária não está mais no seu fazer-se, mas já foi feita” (THOMPSON, 1987, p. 411).

Thompson revela que desde o antigo radicalismo jacobino no início dos anos 1790, passando pelo *luddismo* de 1811-1813, o levante de Pentridge de 1817, Peterloo em 1819, a Revolta de *Cato Street* em 1820, até os dias de maio de 1832 (A Crise da Lei da Reforma), há continuidade das experiências subjetivas dos trabalhadores, que resulta na efetivação histórica da consciência de classe. A transcendência passou a mover o trabalhador na sua subjetividade num processo eclético e dinâmico do fazer-se classe.

No Amazonas essa tomada de consciência passou por um processo longo e árduo de preparação dos trabalhadores. Esses trabalhadores escreveram a sua própria história. Uma história de resistência e luta pelo reconhecimento de sua classe que buscamos reescrevê-la ancorada na historiografia thompsoniana para compreendermos o quadro de opressão vivido pelos trabalhadores que protagonizaram a luta classista no Amazonas.

Em seus escritos encontramos com frequência a rica explicação das distinções, especificidades e diferenças do modo de vida que compunham o quadro contextual dos trabalhadores da época. O termo artesão, por exemplo, ocultava as grandes diferenças entre as categorias desde o próspero mestre de ofício, que encontrava empregados por sua própria conta, independentemente de outros mestres, até trabalhadores obrigados a viver em sótãos (THOMPSON, 1987). Ou ainda no caso da imagem de Londres da época que causa estranhamento a Thompson, como podemos perceber ao relatar sua passagem pelos bairros dos trabalhadores qualificados, no extremo oeste. “Nos bairros dos operários não qualificados

na região leste de Londres, as mudanças em termos morais e intelectuais é tão grande que temos a impressão de estarmos em outro país, entre outra raça” (THOMPSON, 1987, p. 80).

A tese da continuidade que articula, por um lado, as experiências de ação-coletiva dos trabalhadores focalizados por Thompson, e aqueles que emergem nos anos subsequentes, tendo como base social o operariado industrial do mundo fabril, não encontra respaldo no próprio trabalho do autor. Isto porque, para esse pensador, trata-se de duas fases distintas de solidariedade. A primeira, concernente ao sistema de solidariedade sobre o qual apoiava-se a ação coletiva de tom radical, era de natureza comunal. Na segunda, o sistema de solidariedade baseava-se no interesse de ganhos palpáveis num contexto de economia de mercado e sólidas organizações burocratizadas de representação. Nesse momento as relações de exploração capital-trabalho adquiriram nitidez suficiente para servir como divisor de classes.

O mesmo processo ocorreu com a ação coletiva dos trabalhadores no Polo Industrial de Manaus. As grandes mobilizações operárias no PIM colocaram em cena os trabalhadores cujos interesses voltavam-se fundamentalmente para a defesa de direitos, do mesmo modo que os direitos e deveres relacionados à economia moral e ao ideal constitucionalista do inglês livre tentou consolidar-se na classe social inglesa. O *luddismo*, por exemplo, é visto por Thompson (1987), como um momento de conflito de transição porque representa também um conceito político de alcance a todos os que se opõem ao desenvolvimento tecnológico. Mas perdeu força com a organização dos primeiros sindicatos na Inglaterra, as chamadas *trade unions*. “O antagonismo é aceito como intrínseco às relações de produção. O trabalhador tornou-se um instrumento ou uma cifra, entre outras, no custo”. (THOMPSON, 1987, p. 28).

É assim que percebemos a militância dos trabalhadores amazonenses. A ação coletiva desses sujeitos sociais tem como base um tipo de solidariedade genuinamente de classe, ou seja, a identidade de interesses transpassada pela relação de exploração entre capital e trabalho, que eles vivenciam na experiência vivida no trabalho industrial e não os laços comunais que integram indivíduos com a comunidade local ou com a sua corporação profissional.

Os estudos de Thompson indicam o amadurecimento de uma consciência de classe, de 1830 em diante no sentido marxista tradicional, “mais claramente definida, com a qual os trabalhadores estavam cientes de prosseguir por conta própria em lutas antigas e novas” (THOMPSON, 1987, p. 304). No Amazonas, os estudos thompsonianos têm seu lugar de

primazia nas pesquisas acadêmicas²². São sob esses aportes que homens e mulheres passam a experimentar novos espaços e adquirir substâncias no âmbito da luta classista.

Mourão (2006, p. 67-68) lembra que o trabalhador passa a ser mobilizado por meio de projetos de empresa, de valores e representações partilhados na cultura de organização. Trata-se das “relações sociais mais consensuais que acabam por constituir uma atitude de pacificação social que ‘empresta sentimentos’ que, se outrora serviam para a unificação de classe, hoje são utilizados para a dissolução do caráter classista das relações”. E acrescenta: “[...] o sindicato prioriza projetos conciliatórios, nos quais não se coloca questões de luta de classe no capitalismo, apontando para negociações dentro da ordem preestabelecida” (IBIDEM, p. 68).

Essas condições são estruturadas institucionalmente mas encontram respaldo nas práticas culturais concretas e em identidades sociais diversas. Condições que vão da posição dos diversos tipos de trabalhadores no mercado de trabalho à forma particular da gestão empresarial da força de trabalho em cada indústria. São essas condições, além de outras situações contingentes, que determinam, como apontam Almeida (1978) e Humphrey (1979), o movimento operário.

O moderno operário regional, segundo Oliveira (1987), não chega a se tornar uma classe-para-si posto que nunca conseguiu ser uma classe-para-outros. Isto é, não haveria lugar para uma identidade operária socialmente constituída e compartilhada quando falta à moderna classe operária “o Outro”, o inimigo de classe no qual os trabalhadores se re-conheceriam. Os estudos de Pinheiro (2003) revelam não existir dúvidas em relação à afirmação de que no Amazonas, são raros os sinais da presença do movimento operário no início do século XX e, sugere que essa afirmação seja relativizada sob pena de tirar-se dela conclusões precipitadas. Essa ausência de sinais, como define a autora, certamente poderia estar ligada a uma insignificância numérica dos próprios trabalhadores urbanos de Manaus. “Sem fábricas e indústrias, sem uma burguesia industrial e um proletariado fabril, as contradições sociais seriam ainda mediadas pelo velho modelo paternalista das oligarquias” (PINHEIRO, 2003, p. 139). O desenvolvimento do capitalismo periférico não foi suficiente para “romper os cânones anteriores” (IBIDEM, p. 139).

Os estudos de Oliveira (1987) apontam algumas razões para o fato de que não se tenha constituído modernamente uma identidade de classe. Para ilustrar esse cenário, o autor

²² Ver a esse respeito livros de Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2003); Iraíldes Caldas Torres (2005), Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro (1998); Patricia Maria Melo Sampaio (1994) e Milton Melo dos Reis Filho (2013).

exemplifica os operários da Bahia e apóia-se na tese da formação de uma aristocracia operária. Oliveira argumenta que os trabalhadores da indústria de petróleo recebiam salários muito acima dos demais trabalhadores regionais e isso resultou na ausência de uma consciência de classe operária entre eles. Explicita o caso da Bahia antiga, onde as classes não se formaram porque lá foi fraco o desenvolvimento capitalista e não se formam atualmente porque com a sociedade de massas desapareceram “os sujeitos históricos de classe”. Em seu lugar, e impedindo a constituição da identidade de classe, foi construído durante anos o discurso da baianidade.

Foi justamente na Bahia onde o processo de formação da identidade negra mais avançou e deixou uma herança mais consistente. Lá, mais que em qualquer outra parte do Brasil, os negros encontraram sua identidade de oprimidos e de explorados num tipo de expressão religiosa que, passada a escravidão, continuou a moldar a subjetividade popular. O aspecto político da baianidade, portanto, é marcado pela cor preta e pelos credos de matriz africana, cujo traço de revolta e de desobediência não pode ser facilmente descartado.

O candomblé flutua entre a revolta e a acomodação da mesma forma que a política dos poderosos em relação à religião afro flutuou entre a repressão e a concessão. Uma zona de indefinição caracteriza exatamente o que se convencionou chamar de resistência. O candomblé sempre foi um organismo privilegiado de resistência na medida em que seus seguidores assimilaram revoltas escravas, criando os mais eficazes mecanismos de negociação entre os negros pobres e brancos, ricos e remediados.

Os estudos de Bauman (2008) revelam uma verdadeira explosão discursiva em torno do conceito de identidade. De acordo com suas palavras,

parece que, em nossos dias, nenhum outro aspecto da vida contemporânea atraiu a mesma quantidade de atenção de filósofos, cientistas sociais e psicólogos. Não se trata apenas de um estudo de os ‘estudos de identidade’ estarem se tornando uma indústria florescente por direito próprio; mais do que isso, podemos dizer que a ‘identidade’ agora se tornou um prisma, através do qual outros aspectos tópicos da vida contemporânea são localizados, agarrados e examinados (BAUMAN, 2008, p. 178).

Nos dias atuais tudo mudou em relação à construção identitária do operariado amazonense. Seus elementos constitutivos são substituídos por outros instrumentos. As análises sociais estão sendo desmontadas e renovadas para se adaptarem a outro discurso que agora gira em torno do eixo da identidade. Na sociedade contemporânea a visão da externalidade é cada vez mais predominante. Há uma visão de que o trabalhador não faz diferença alguma. Tudo existe ao seu entorno, mas independente dele. O velho conceito de

que é possível mudar os problemas existentes, ou de que as coisas estão erradas, está se perdendo. Há um certo conformismo, às vezes parece denotar a perda da esperança, da utopia que embala os sonhos nos distintos períodos históricos.

Se o desenvolvimento capitalista é desigual e excludente, criando abruptas diferenças entre as regiões e as classes, a busca da especificidade regional da formação das classes e da classe trabalhadora em particular, não deve se reduzir apenas a afirmar a singularidade do particular. Deve, antes, indicar como os determinantes gerais que afetam o movimento de toda a formação social, ganharam concretude através de fatores que possibilitam e condicionam as expressões regionais.

As modificações no nível da estrutura de classe operária brasileira foram acompanhadas, a partir de 1974, por uma importante renovação das práticas sindicais.

É nesse momento que se situa o ponto de ruptura com a tradição do sindicalismo populista, controlado desde 1930 pelo Ministério do Trabalho, fortemente centralizado e instrumentalizado pelo governo. As lutas para obtenção de aumentos salariais, desde 1977, abrem caminhos para novas reivindicações por parte dos metalúrgicos de São Bernardo, que questionam não apenas a intensidade e a natureza das formas de dominação e de exploração às quais estavam submetidos, mas também a dependência da estrutura sindical ao Estado.

Após o Golpe de Estado de 1964, o movimento operário fora submetido à forte repressão. Os sindicatos, colocados sob a tutela do Ministério do Trabalho, tiveram que enfrentar uma política de bloqueio de salários, a perda de estabilidade no emprego e a imposição de rotinas de trabalho e disciplina fortemente rígida.

As marcas desse tempo ficaram na memória de homens e de mulheres trabalhadores do Polo Industrial de Manaus, em suas trajetórias de vida e de trabalho. Esses trabalhadores aguerridos vivenciaram um regime que teve seus efeitos na linha de montagem quando os operários passaram a receber o controle incisivo de seus supervisores e patrões. Nunca é demais lembrar, que para tentar equilibrar os conflitos no campo do trabalho sob a forte pressão da disciplina, do bloqueio de salários e da imposição de rotinas excessivas e duramente postas ao trabalhador, foi extremamente relevante o papel dos sindicatos. Esse momento foi aplaudido pela sociedade amazonense e pelos segmentos que confiaram na resistência dos trabalhadores.

CAPÍTULO II - RECONSTITUIÇÃO DA ONTOLOGIA DO DISCURSO OPERÁRIO NO FAZER-SE CLASSE

A história oral [...] pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras
(THOMPSON)

2.1 – A participação das mulheres no fazer-se classe

A partir dos anos noventa do século XX o operariado do Polo Industrial de Manaus vivenciou e enfrentou os grandes dilemas do cotidiano fabril. Esses dilemas podem ser analisados a partir de três ângulos. O primeiro está relacionado ao processo de reestruturação produtiva que exigiu de cada trabalhador um novo perfil para o trabalho. Entrava em vigor no final dos anos 1980 o reordenamento do capital sob novos parâmetros de racionalização para fazer frente à crise do trabalho que, neste período, atingia fortemente os países em desenvolvimento.

O outro ângulo consiste no descompasso da luta sindical na compreensão de uma classe que vive do trabalho²³. Os diferentes ângulos promovem não somente a desintegração da identidade operária como também, a falência de empresas que não souberam compreender as alterações que estavam sendo processadas no mundo do trabalho.

Nos anos 1980 a construção dos sujeitos operários somava-se às suas próprias vontades de primar pela ajuda mútua. Ganhava-se o dinheiro para manter a família, mostrava-se o bom desempenho no ofício para ascender a cargos, dentre outros motivos. Este modo de ser era orgulho dos operários. Na pesquisa realizada com ex-operários(as) dos anos 1980 detectamos que hoje isso tudo mudou. Está bem melhor do que naquela época. Apesar disso, as pessoas não veem com bons olhos o Polo Industrial de Manaus. Há uma rejeição dos jovens estudantes, como podemos perceber na fala de Telma, 46 anos, “tenho um sobrinho que rejeita emprego no distrito. Ele é novo e só tem 20 anos e faz faculdade de contabilidade, porque ele diz que não é peão” (entrevista/2012).

Esta fala atesta o nível de esclarecimento do qual os jovens de hoje são detentores. Mas, não invalida a ideia de que essa realidade foi alterada. Atualmente, as empresas

²³ Esta expressão é cunhada por Ricardo Antunes (2006), para dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha.

oferecem aos seus empregados planos de saúde, dentre outras vantagens. O desafio de cada sujeito trabalhador é a busca incessante da qualificação visando a superação de suas dificuldades. Aqui aparece a desintegração da identidade no tempo contemporâneo. Passamos a viver numa sociedade onde cada um é por si, o espírito de coletividade dissolveu e se estendeu a todas as instâncias da humanidade. Daí a explicação da desintegração da classe operária, da falta de confiança nos órgãos representativos de sua classe, os sindicatos, que passam a atuar de maneiras diversas.

A saudade dos anos 1980 é um dos fatores muito presente nos corações e mentes dos trabalhadores. Naquele tempo, no campo social, as pessoas se sentiam mais família, a convivência diária era mais intensa. Hoje isso tudo mudou. Há uma desintegração contínua que faz com que o trabalhador experimente outras formas de sociabilidade. Edna, 60 anos, rememora com certo saudosismo um tempo difícil de voltar: “eu tenho medo de ficar até na calçada de minha casa. Nos anos oitenta cansei de ir para a festa, pegávamos até carona dos rapazes e hoje ninguém mais confia” (entrevista/2012).

No campo do trabalho, os métodos e processos eram balizados pela extrema rigidez dos padrões. Exigia-se a pontualidade e os atrasos no trabalho repercutiam e implicavam em advertência verbal e escrita. Alguns supervisores recusavam a entrada atrasada de trabalhadores na fábrica e eles voltavam para casa. Esta situação causava indignação e insatisfação aos trabalhadores, pois, o contexto vivido na cidade em relação a transporte público acenava sempre e, ainda acena, desvantagem aos trabalhadores. “Uma vez cheguei atrasada e minha supervisora, a Geralda, mandou-me voltar. Essa foi a última vez, peguei uma tremenda falta” (Edna Colares, entrevista/2012). A falta ao trabalho prejudicava quem não as justificava. O operário mais valorizado era aquele que não faltava o trabalho, cumpria à risca o horário e não dava prejuízo na linha de montagem. Vejamos um episódio envolvendo uma operária que tinha este perfil dentro da empresa, a saber:

Cláudio Cestaro era o meu gerente (um deles, tive vários gerentes) e o Cláudio Ferreira era o meu supervisor (era o meu protetor). Então o Claudio Ferreira colocou a reserva para anotar o nome das pessoas que iam pegar a conta, era até a Geralda. Aí ela pegou o meu nome que era para pegar a conta e levou para o meu supervisor. Quando ele viu o meu nome, disse: a Edna Colares. A Edna Colares mesmo não vai sair (Edna Colares, entrevista/2012).

A permanência de Edna Colares no trabalho é justificada no perfil comportamental exigido pelo seu gerente. Esta ex-operária não se ausentava do trabalho e nem causava defeitos no processo produtivo, correspondia ao estilo do operário padrão.

Em terceiro descompasso que percebemos nesta contextura história dos anos 1980 no Polo Industrial de Manaus é a desigualdade entre homens e mulheres no sindicato. As mulheres, na década de 80, passaram a constituir um número expressivo dentro do sindicato. Operárias como a Luzarina Varela, Socorro Carioca, Flávia Carneiro, Rosilene Martins, Isabel Guimarães, Antônia Cândida, Antônia Priante, Emília Valente, dentre outras mulheres deixaram suas marcas de mulheres combativas. Suas experiências de vida, segundo Torres (2005, p. 247-248), dão conta de que “aos poucos, elas foram vivendo um processo de ressocialização e de mudanças de valores no espaço sindical. Elas adentraram a esfera pública com altivez e determinação enfrentando os obstáculos e sanções desse processo. Não se intimidaram, nem se acovardaram no reino da grande política”.

A relação com o trabalho nasce para essas mulheres como algo determinante na organização de suas vidas. A análise destas práticas sugere a distinção de dois tempos: o tempo do trabalho ligado à sobrevivência, no campo ou em casa, no cotidiano, e o tempo do trabalho assalariado que remete a um emprego e que produz a separação entre trabalho doméstico e o emprego em termos de espaço e relativa emancipação. Ademais, foi a industrialização que requisitou o trabalho das mulheres. “A manufatura, a fábrica, eram uma mudança perturbadora, mais aguda para elas do que para seus companheiros. Como conciliar o trabalho doméstico, sua tarefa mais importante, com as longas horas nas fábricas?” (PERROT, 2007, p. 119).

Elas se entregaram a causa operária de corpo e alma, na construção de um processo político que demandaria a dedicação contínua de cada uma delas. Priorizaram a escola da militância política. Nessa escola elas estudavam para compreenderem melhor o contexto no qual viviam. Para isso contavam com os formadores do ABC Paulista para aprimorarem seus debates, assim como da CUT – Central Única dos Trabalhadores que já sinalizava para a política de cotas de participação das mulheres nas diretorias sindicais.

De acordo com Silva (1992) até o final da década de 80, exceto no que tange a declaração de intenção e condenações genéricas à discriminação, não haviam programas preocupados com as desigualdades de gênero no trabalho, nos documentos e textos das centrais sindicais. O silêncio caracterizava a posição do sindicato frente aos problemas de gênero não ligados aos problemas de classe. Recomendava-se dentro das fábricas às mulheres

“não falarem, não sair do lugar, ir menos ao banheiro, reclamar menos da comida ruim, do calor, do trabalho, da poeira” (TORRES, 2005, p. 183). Some-se a isto o fato de que algumas fábricas não estendiam o pagamento da insalubridade às mulheres porque esse benefício só era concedido aos homens. Ainda assim, para a maioria das mulheres o sindicato representava muito bem a categoria. Como diz Luzarina Varela, 52 anos, “parecia ser uma utopia. Nós acreditávamos que os problemas de nossa categoria e de outras seriam resolvidos pelo sindicato” (entrevista/2011). O reconhecimento da classe está na expressão positiva de sua categoria, pela organização e tomada de outros sindicatos.

Os anos 1980 foram de lutas intensas e incansáveis de mulheres e homens. Algumas conquistas como a alteração de salários, melhorias nas condições de vida e trabalho dentro da empresa, a qualidade da água, da alimentação, dentre outras conquistas foram celebradas com festas e vitórias. No campo social conquistaram o direito à saúde do trabalhador com a ampliação de novos convênios²⁴ ou benefícios extensivos aos dependentes de funcionários. Trata-se de um momento histórico de muitas conquistas, todas elas inseridas nas convenções coletivas. A fala de uma das mulheres ouvidas nesta pesquisa remonta o cotidiano vivido por ela dentro da fábrica, a saber:

Eu trabalhei na fábrica de montagem de rádio. Lá havia muito controle. Para ir ao banheiro, principalmente. As denúncias não paravam de chegar aos encontros de mulheres, nas comissões de fábrica, enfim. Antes, tinha reserva para substituir enquanto alguém ia ao banheiro, hoje já até tiraram. Ainda existem determinadas empresas que permitem a ida ao banheiro pela manhã, na hora que entra e na hora que sai da empresa, o que eu acho um absurdo. Porque o ser humano tem problemas e as necessidades fisiológicas, muitas das vezes, fogem ao nosso controle (Flávia Carneiro, entrevista/2011).

Flavia Carneiro, 62 anos, classifica a década de oitenta como um novo tempo. Para ela tudo era novo, porque havia dedicação e comprometimento com a questão política. Esta operária e suas companheiras revelaram que uma de suas metas foi a ampliação de suas vivências e permanências no trabalho. Ainda armazenam em suas memórias as lembranças de um passado marcado por avanços e recuos em suas trajetórias de vida. A partir de 1942, com o direito ao trabalho as mulheres passaram a ter maior liberdade, podendo exercer qualquer atividade lícita fora do lar. Ainda assim, o marido poderia impedi-la de continuar em um emprego caso julgasse que prejudicaria sua vinculação com a família ou se houvesse perigo à

²⁴ Os novos convênios possibilitaram o benefício das creches para os filhos de funcionários da indústria metalúrgica e da construção civil, assistência médica ambulatorial e odontológica via plano de saúde ao trabalhador de carteira assinada.

sua condição de mulher. “Em geral, esse fator condiciona e limita a participação feminina no mercado de trabalho” (BRUSCHINI, 2000, p. 35).

A construção de melhorias em todos os sentidos da vida e trabalho exigia mais unidade das lideranças. Os diferentes níveis de falas sustentam a tese de que tudo convergia para a mesma finalidade conforme lembra a nossa entrevistada: “é para melhorar? Então vamos lá. Tinha horas definidas: era na madrugada ou era nos finais da semana. Tinha que madrugar, por exemplo, em época de greve” (Flávia Carneiro, entrevista/2011). Na campanha salarial dormiam coletivamente para cedo estarem juntos. Essa estratégia era necessária para a realização das grandes mobilizações. Após o café da manhã, todos saíam rumo à porta das fábricas para panfletarem. Esse evento se repetia em todos os períodos de campanha salarial.

Nascia no Amazonas o sujeito político feminino caracterizado pela combatividade, independência, força e ideal de transformação de sua realidade. A luta das mulheres, nos dizeres de Rago (1985, p. 97), “passa pelo questionamento das relações que se estabelecem no cotidiano tanto no interior da família quanto na fábrica”. Aqui não está em jogo conquistar o direito de participação no campo da política instituída pelas classes dominantes, mas de batalhar pelo crescimento pessoal, completo e integral. Acredita-se numa transformação radical das relações patriarcais que só será possível numa outra organização de sociedade, mais justa e igualitária. Nos grupos de fábrica da CCE, Gradiente, Sharp e Evadin, a maioria eram mulheres. Elas eram quem organizavam o movimento operário. Conforme a fala de nossa entrevistada,

Na CCE, por exemplo, uma menina teve que jogar uma bandeja no refeitório para os trabalhadores pararem. Outras fábricas possuíam estratégias diferentes. Nas grandes assembleias no Domingos Sávio, que funcionava como o ponto decisório das deliberações, cada fábrica estudava uma maneira de parar. As mulheres sempre lideravam os grupos de fábrica porque emergiam como lideranças. O papel delas foi muito aplaudido. Mas isso não deu a elas o direito de assumirem a direção do sindicato (Luzarina Varela, entrevista/2011).

A narrativa dessa operária confirma o lugar de destaque das mulheres no processo de construção da consciência de classe do operariado amazonense. Suas significativas participações revelavam novidades para cada uma delas, tanto para as que haviam passado pela formação operária quanto para aquelas que não possuíam essa referência. O ganho qualitativo é que essas mulheres construíram um processo de luta fazendo-se reconhecerem como portadoras de novas identidades. Elas passaram a compor o quadro dos jovens

militantes que emergiram nos anos oitenta. Moraes Filho (1976, p. 285) expõe Lei n. 4.121, de 1962, que revogou a parte do Código Civil de 1917 que “considerava as mulheres incapazes relativamente, embora ainda deixasse a desejar no caminho da igualdade entre mulheres e homens, mantendo a posição do marido como chefe da sociedade conjugal”. Foi, com efeito, somente com a Constituição de 1988 que a igualdade de direitos e de deveres entre homens e mulheres passou a existir pelo menos no papel. Sem dúvida, o sindicalismo possibilitou condições favoráveis às mulheres. O direito de se sindicalizar precedeu, em muitos países, o direito de voto, conforme relata Perrot (2008, p. 148):

[...] foi assim na França, em 1844, pela lei Waldeck-Rousseau que declara que ‘as mulheres casadas, exercendo uma profissão ou um ofício, podem, sem autorização do marido, aderir aos sindicatos profissionais e participar de sua administração e direção’. É verdade que para trabalhar, era necessário primeiro obter essa autorização, e isso, até 1938 (Lei do 18 de fevereiro). Entretanto, abriu-se uma brecha, ampliada mais tarde: em 1900, as mulheres são declaradas eleitoras e elegíveis no âmbito do Conseil Supérieur Du Travail (Conselho Superior do Trabalho); em 1907, o mesmo se dá nos demais conselhos trabalhistas.

Atualmente, elas estão empenhadas a fazer carreira, pois a sua escolaridade e as oportunidades profissionais são favoráveis. As transformações que ocorreram no mundo do trabalho abriram novas oportunidades e possibilidades de atuação em espaços públicos. As mulheres estão em todos os setores de atividades desenvolvendo trabalhos mais diversificados, passaram a integrar o campo que antes era ocupado só por homens. O texto da Constituição de 1988 é concebido por Souza-Lobo (1992, 238), como a “cristalização de mentalidade e o produto das trajetórias percorridas pelas mulheres, suas práticas, confrontadas às instituições e ao Estado”.

Nessa mesma linha interpretativa Perrot (2008) lembra que o têxtil foi o grande setor de emprego das mulheres, nas fábricas e nos ateliês. De acordo com esta mesma autora este foi o momento da entrada em massa das mulheres nas fiações e tecelagens da primeira Revolução Industrial em Manchester, em Roubaix, em Mulhouse.

Há marcas de decepções em algumas operárias deixadas por este processo de luta porque, no final das contas, quando este ideário entrou em reflexões, elas perceberam que não tinham construído uma vida segura para si e suas famílias. Sem dúvida a luta foi gratificante, mas depois, a insegurança do desemprego e a expressão de que perderam tempo por não terem estudo, tomou conta de algumas delas. Muitas continuam presentes nos movimentos

sociais, em partidos políticos, na atividade pública. Outras estão no trabalho informal, desenvolvendo atividades nos vários ramos de suas competências.

A década de 1980 representou a década das greves. Esta constatação também é confirmada por Torres (2010, p. 03), ao qualificá-la como a década da formação de consciência, ou seja, “a expansão da luta política em nível nacional, regional e local”. Em sua concepção é a década da consolidação do novo sindicalismo autônomo, combativo e de classe que culminou com a fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT em 28 de agosto de 1983. Para esta autora, as mulheres fortes, poderosas e destemidas inscreveram seus nomes nos anais da história pela via da transgressão e pelo estilo radical da luta política (IBIDEM).

As mulheres surgiram na direção do sindicato, dos partidos políticos, construíram suas próprias agendas. “Eu não fui dirigente. Mas as mulheres que participaram da direção têm muito a contar, muitas mágoas da falta de compreensão dos homens” (Flávia Carneiro, entrevista/2011).

Scott (1989, p. 7) parte do pressuposto de que gênero é um “substituto de ‘mulheres’, é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro”. O uso dessa expressão reafirma o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Apreendê-las de forma separada significa perpetuar o mito de que a experiência de um gênero tem muito pouco ou nada a ver com o outro gênero. Para esta autora, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. “O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior” (SCOTT, 1989, p. 7).

O gênero torna-se uma maneira de indicar as construções sociais, a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. Esta tentativa de conceber os diferentes papéis de homens e mulheres na sua especificidade limitativa resultou em constantes diálogos em favor da equidade de gênero. Isto demonstra as incansáveis tentativas de libertação das mulheres da sua condição subsidiária e sua invisibilidade no contexto de suas atividades no Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos em Manaus.

Muitas mulheres se deixaram envolver pelos encantos amorosos. Mas ao desencantarem-se souberam avaliar a relação e alcançaram a maturidade. A época era de muita agitação política que as impedia até mesmo de acompanhar o crescimento de seus filhos, o convívio com a família, o que involuntariamente refletiu na separação de casais, deixando marcas ainda maiores de um passado para essas mulheres. Mas isso fazia parte do processo, “não haveria como evitar, nem todos têm o mesmo pensamento, principalmente entre os casais e filhos. Resta-nos esperar dessa juventude a compreensão, porque muita coisa mudou, valeu muito” (Flávia Carneiro, entrevista/2011).

Um fato curioso despertou a atenção de Luzarina Varela ao rememorar uma greve de 1985. A ex-operária não soube precisar exatamente a quantidade de dias parados nesta greve, só lembra a decisão da coordenação quando decidiu a hora de encerrar a greve e aceitar a proposta do patrão. Então, indicou uma mulher na Assembleia da Bola da Suframa, a Cleide Mota, para defender o fim da greve. Nesta ocasião, enfatiza Luzarina Varela “a mulher foi muito importante. Me questionei: por que a maioria da direção do sindicato sendo homens, tiveram que indicar uma mulher? A Cleide que só era militante foi escolhida. Ela era da Pastoral Operária, trabalhava na Sharp, uma grande companheira que falava muito bem. Hoje ela é técnica de enfermagem (Luzarina Varela, entrevista/2011).

As mulheres estavam sujeitas às agressões físicas do homem. Algumas ainda guardam em seu corpo as marcas dessa relação. Conforme o relato de Luzarina Varela,

Uma vez eu machuquei um companheiro, porque ele veio para me bater. Eu me defendi. Tudo por causa de uma brincadeira de mau gosto da parte de um colega, eu não gostei da brincadeira, eu disse a ele que me respeitasse. Ele disse na minha cara que eu ia ter que ouvir a brincadeira dele sim. Eu estava com um copo de leite e joguei na cara dele, aí ele veio me dar um chute, aí eu peguei uma cadeira e aparei com toda a força que ele veio, depois eu me arrependi, porque não é assim que se resolvem as coisas. Mas foi o jeito que eu achei para me defender. E ele chutou no ferro da cadeira, o pé dele inchou, passou um bocado de dias. Eu fiquei sem falar com ele. Tempos depois o filho dele nasceu. Ele me convidou para conhecer o filho, me pediu desculpas, eu também pedi. Hoje somos amigos, nos encontramos por aí (entrevista/2013).

A violência contra a mulher é justificada pela disputa do espaço de poder ocupado pelo homem que não quer dividir com a mulher. A mobilização era atribuída à mulher. Com essa atribuição, elas aprenderam a se organizar, se apropriando das ferramentas e estratégias por elas elaboradas como forma de se defender. O relato da entrevista realizada com Luzarina Varela apresenta marcas de uma relação não muito saudável e confirma a desagradável

convivência entre os gêneros. Conforme essa ex-operária, as mulheres sofreram violência física e simbólica dentro do sindicato. Ela chama a atenção para o fato de que quando fundaram a Comissão de Mulheres Metalúrgicas, antes Departamento Feminino, havia um companheiro que ela enfatiza saber quem é, que escrevia na porta da sala onde funcionava a Comissão de Mulheres “sala do fuxico”. E mais, “uma vez ele pegou um absorvente, encheu de mercúrio e escreveu Comissão de Mulheres Metalúrgicas. Isso acontecia dentro do sindicato. As operárias tinham que se impor mesmo” (entrevista/2011).

Há necessidade de um trato mais cuidadoso para com as mulheres que vivenciam a violência no cotidiano. Torres (2005) tratou com desvelo as relações de gênero dentro do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Amazonas. De acordo com a sua abordagem havia uma acirrada competição entre homens e mulheres dentro do sindicato e a forma encontrada pelos homens e mulheres dentro do sindicato é a forma encontrada pelos homens para anular as mulheres era a prática do machismo, tal como sufocar suas falas, praticar violência simbólica e moral como esta de pôr absorvente na porta da sala.

É importante salientar que independente do tipo de violência praticada contra a mulher, todos têm em comum as desigualdades que predominam em nossa sociedade. Na década de 1980 as agressões contra as mulheres operárias no Polo Industrial de Manaus deixaram marcas profundas, ainda visíveis na expressão da fala dessas mulheres. Apesar de um gradual avanço, ainda são muitas as formas de violência contra a mulher: as desigualdades salariais, o assédio sexual no trabalho, o assédio moral, o uso do corpo da mulher nas campanhas publicitárias, o tratamento desumano que muitas mulheres recebem no serviço público de saúde, principalmente no parto e nos processos de abortamento.

Ferreira (2000) assinala que ainda hoje a violência simbólica se manifesta nos locais de trabalho, na segregação das mulheres em determinados nichos do mercado de trabalho, na sua alocação em funções semi ou não-qualificadas e mal remuneradas, na desigualdade salarial, na dificuldade de acesso às promoções e a cargos de chefia, na brutalidade das chefias e no assédio sexual – justificava por si só, que as trabalhadoras buscassem os sindicatos como um veículo de representação dos seus interesses na luta contra as desigualdades de gênero e classe²⁵.

²⁵ Para adensar nossas interpretações sobre a violência simbólica e assédio, sugerimos conferir os estudos de Michelle Perrot (2007), Iraildes Caldas Torres (2005), Pierre Bourdieu (2005) que tratam questões dessa natureza.

De acordo com Scott (1989) as teóricas do patriarcado concentraram sua atenção na subordinação das mulheres e encontraram a explicação na necessidade de o macho dominar as mulheres e assumirem a dominação masculina como um efeito do desejo dos homens de transcender a sua privação dos meios de reprodução da espécie. O princípio da continuidade de geração restitui a primazia da paternidade e obscurece o labor real e a realidade social do trabalho das mulheres no parto. A fonte da libertação das mulheres se encontra numa compreensão adequada do processo de reprodução, numa avaliação das contradições entre a natureza do trabalho reprodutivo das mulheres e a mistificação ideológica (masculina) deste.

A produção historiográfica brasileira, nos anos 1980, sobre a temática de gênero ainda se reduzia às questões femininas. Embora estivesse presente em algumas abordagens - que analisam aspectos diferenciados relativos a esta questão como a temática sobre o trabalho feminino privilegiando o período colonial e anos iniciais do século XIX com fontes ligadas a Igreja e o Estado – surgiram estudos sobre o papel feminino na família, as relações vinculadas ao casamento, a maternidade e a sexualidade, focalizando a interseção entre o privado e o público, o individual e o social, o demográfico e o político. Sem dúvida, a produção recente mais significativa sobre os estudos de gênero enfatizou as práticas sociais e as de lutas femininas examinando e repensando os estereótipos. Nesse contexto, procurou-se rever os silenciamentos impostos pela historiografia dando visibilidade às mulheres, questionando a dimensão de exclusão a que estavam submetidas, entre outros fatores, por um discurso universal masculino.

Em Manaus, o jornal O Parafuso da Pastoral Operária veiculava a seguinte manchete “Mulher: Bíblia e vida”. O teor da manchete questionava a pouca atenção da Igreja sobre a temática da mulher, lembrando as práticas cristãs de que a caminhada do povo cristão não se faz sem as mulheres e que Maria é um exemplo vivo. Como mulher, Maria viveu fugindo da perseguição do governo da época que queria matar seu filho. O centro da manchete chamava a atenção para o fato de que ainda haviam tantas Marias que viam seus filhos sendo perseguidos pela polícia.

A figura da mulher é associada à Maria como mulher forte e corajosa que lutava para salvar a humanidade, já que seu filho era salvador. Esta concepção habilitou as mulheres operárias e integrantes da Pastoral Operária em Manaus a lançarem seus desafios nos seguintes termos: “e nós, suas filhas, que testemunho daremos?” (Jornal O Parafuso, 1987, p. 13). Este foi um dos pontos motivacionais para a sua organização. Cleide Mota, Cely Aquino, Auxiliadora Souza, Maria, Antônia Priante, Ana Isabel Guimarães, Luzarina Varela da Silva,

Rosilene Rodrigues Martins, Rosenilda Oliveira, Emília Valente são exemplos de mulheres aguerridas e combativas no ato de fazer política. Isso não significa que elas queriam assumir o lugar dos homens, queriam se conscientizar que a transformação só era possível se elas estivessem organizadas.

Muito pertinente é o quadro situacional, trabalho, estudo e família das mulheres nos anos 1980 anunciado no Jornal O Parafuso. Vejamos:

No trabalho porque em primeiro lugar a mulher trabalha o mesmo tanto que o homem, e ganha menos. Dizem que a mulher é sexo frágil, por isso ganha menos, mesmo, é mais fácil de ser explorada. No estudo também geralmente a mulher deve saber menos. Estuda matérias que parecem com mulheres. Exemplo: Secretariado e Magistério. Na família, criada diferenciada dos homens, ensinada a se comportar educadamente, isto é, fazeres de casa, ensinada a obedecer os mais velhos, os pais e tendo horário de entrada e saída de casa. Não temos direito sobre o nosso corpo, no que diz respeito a nossa sexualidade. Tudo para nós é feio (Arquivo PO - Jornal O Parafuso, 1987, p. 13).

O quadro conclamado pelas mulheres desencadeou novas posturas em relação à sua classe. Passaram a se organizar para a luta contra o custo de vida, contra a violência, por creches e escolas para seus filhos, pelos direitos da gestante, por água e esgoto nos bairros, por melhores salários dentre outras bandeiras.

As discussões de gênero na história contemporânea inauguram uma nova tendência que questiona a concepção de história etapista, periódica, caracterizada como linear e sem articulação e análise crítica dos fatos e acontecimentos. Construir um novo paradigma que elimine com a segmentação entre passado e presente, contribuindo para a ampliação do objeto do conhecimento histórico numa compreensão das temporalidades, numa perspectiva complexa que responda aos anseios do nosso tempo. De acordo com Carvalho (1999, p. 108),

Qualquer indivíduo é 'sujeito' na medida em que ele faz referência a si, e a não si, reorganiza o ecossistema que o rodeia, produz autopoleses, num movimento organizatório recursivo no qual causas e efeitos interagem mutuamente, impulsionando o sistema para direções indeterminadas, porque o jogo entre indivíduo/espécie e espécie/natureza não é nunca linear e definitivo, mas sempre aleatório, inintencional.

Esta é a razão que Carvalho apresenta para reafirmar que o processo de hominização representou uma mutação no processo geral da vida que produziu humanidade, cognição cultural, e consolidou processos de acumulação no interior de processos de repetição.

Para Scott (1990), falar em gênero é falar dos papéis designados para homens e mulheres, o que exige enfatizar o caráter social e, portanto, histórico, das concepções baseadas nas percepções das diferenças sexuais. Conforme afirma Saffioti (1992, p. 183-184) “todas as sociedades, realmente conhecidas revelam dominância masculina, ainda que esta dominância varie em grau [...]. Não existe patriarcado absoluto no qual os homens deteriam, por confisco, todos os poderes”.

Além de a dominância variar em grau, a subalternidade das mulheres não significa ausência absoluta de poder. Suas constatações indicam que nos dois polos da relação existe poder, ainda que em doses desiguais. Bourdieu (1995) trata a questão da dominação masculina a partir de uma perspectiva simbólica. A dominação masculina seria uma forma particular de violência simbólica. Esta perspectiva conceptual permitiu ao autor compreender “o poder que impõe significações, impondo-as como legítimas, de forma a dissimular as relações de força que sustentam a própria força” (BOURDIEU, 1995, p. 196).

Cabe destacar que na política as mulheres ainda ocupam lugares sociais subordinados em relação ao mundo masculino. A subordinação feminina é um fenômeno que assume variância dentro do processo histórico, dependendo da época, do lugar e do regime de moral de cada sociedade. No entanto ela é pensada como universal, na medida em que parece ocorrer em todas as partes e em todos os períodos históricos conhecidos. As diversas correntes do pensamento feminista questionam o suposto caráter natural dessa subordinação. Elas sustentam, ao contrário, que essa subordinação é decorrente das maneiras como a mulher é construída socialmente. Note-se, no entanto, que tudo o que é construído pode ser modificado. Se ocorrer uma alteração na maneira como as mulheres são percebidas seria possível mudar os espaços sociais por elas ocupados.

É correto reconhecer que nos anos 1980 e início dos 90 ocorreu uma abertura paulatina na agenda sindical para as questões relativas às distintas dimensões de opressão da mulher para além da sua identidade enquanto trabalhadora. Se, por um lado, as entidades sindicais absorveram nos anos 1980 parte das demandas das mulheres trabalhadoras, por outro, mantiveram-nas na realização de atividades associadas à esfera privada dos tradicionais papéis de gênero ligados à casa. Não obstante a isto, “depois de uma década da atuação das sindicalistas e comissões de mulheres, verifica-se um paulatino reconhecimento, lento e ambíguo, das questões específicas relativos à mulher” (ARAÚJO e FERREIRA, 2000, p. 321). Nessa mesma linha de raciocínio Souza-Lobo (1991, p. 120) sustenta a tese de que, apesar das enormes diferenças, se no presente elas não são vistas pelo discurso ideológico,

“aparecem através do discurso dos operários quando estes se referem à casa, à família, à sexualidade, isto é, na interseção entre as relações de trabalho e as relações sociais que constituem também a condição operária”.

No caso das operárias amazonenses, elas concebiam o sindicato como o organismo de fortalecimento da classe operária. Luzarina Varela lembra que ela passou por três fases dentro do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Amazonas, a saber: “a do arrombamento dos portões da fábrica na gestão do Ricardo Moraes; a fase das grandes greves - momento em que os operários mostraram suas referências e a imprensa quase não divulgava isso - e a fase destinada à formação de lideranças – ou seja, a investidura na formação de novas lideranças” (entrevista/2011). O sindicato mandava pessoas para o ABC Paulista e lá ficavam quinze a vinte dias recebendo formação (treinavam carro som, recebiam toda a orientação política), assim como traziam pessoas do ABC para compor o cenário da militância. Sem dúvida, o ABC foi o berço de tudo, uma referência nacional. Em conversa com Socorro Carioca, 44 anos, sobre como ela vê atualmente o sindicato de sua categoria, obtivemos o seguinte relato: “a organização da categoria está enfraquecida. Hoje, para se conseguir eleger um cipeiro, é um tira-teima. Antes não, a gente fazia o cipeiro, o cipeiro era engajado. Ele comparecia, fazia as denúncias, reivindicava. Enfim, ele era um líder da greve e preparado para atuar. Agora tudo é diferente” (entrevista/2010).

As mulheres se colocaram na extensão da luta enfrentando grandes desafios. Hoje, elas têm dificuldades em retornar ao Parque Industrial de Manaus. Fatores como idade e qualificação impediram a sua reinserção no mercado de trabalho. A pouca escolaridade, situação não só das mulheres, contribuíram significativamente para não ascenderem em sua carreira operária.

2.2 – Os antagonismos e a construção do novo sindicalismo

O envolvimento na militância sindical somado ao da militância política e a construção de um partido que atendesse aos interesses da classe operária constituíram-se, na época, num dos primeiros desafios para a classe trabalhadora. Foi com esse propósito que emerge a construção do PT (Partido dos Trabalhadores). Sua fundação ajudou no rompimento do antigo sindicalismo e propiciou a participação dos novos ativistas num processo de organização da classe trabalhadora dentro do local de trabalho, no chão-de-fábrica. Este foi o ambiente propício para se discutir os problemas internos da fábrica, a identidade e organização dos trabalhadores enquanto classe social. Os trabalhadores operários junto com a organização do movimento sindical não hesitaram em resgatar o sindicato, voltado para os interesses da classe trabalhadora, um sindicato em que a participação popular do operariado fosse mais intensa e constante.

Os desafios não eram poucos. De um lado, precisava formar as lideranças e a nova geração de ativistas que nasceu. De outro lado, essas lideranças e ativistas tinham a tarefa de tomar o sindicato das mãos dos pelegos e, também, de derrubar o regime militar que já estava num processo de crise governista. Então a grande missão se resumia em livrar o sindicato daqueles dirigentes ligados às empresas, ao patronato, bem como responder a um desafio político gigantesco que era a derrocada do regime militar. Este empreendimento era duro, feroz, pois, foi responsável por vários assassinatos e perseguições de ativistas de movimentos sindicais²⁶. O golpe militar, sob a avaliação de Frederico (2010), marcava uma nova etapa nas relações entre Estado e o movimento operário brasileiro. Para esse autor até 1930, “a questão social era considerada uma simples questão de polícia” (FREDERICO, 2010, p. 9). De 1930 a 1964, ela se torna uma questão política e, a partir de 1964, os militantes no poder enquadram a questão social como um assunto referente à segurança nacional. No bojo dessas transformações, “o movimento operário foi alvo da repressão sistemática comandada pela polícia política. Logo após o golpe, uma das primeiras medidas tomadas foi a repressão ao sindicalismo” (IBIDEM, p. 9).

Chaia (1992) revela que os governos militares do pós-64 implantaram uma ordem autoritária que excluía os trabalhadores do cenário de participação na sociedade, além de arrochar mais ainda o ganho econômico desta classe, em função da clara definição dos

²⁶ Dentre os ativistas de movimentos sindicais assassinados estão Santo Dias da Silva (1979), Raimundo Ferreira Lima (1980), Lyda Monteiro da Silva (1980), Wilson Souza Pinheiro (1980), Margarida Maria Alves (1983), Ari da Rocha Miranda (1983) entre outros.

golpistas de 64 por uma nova etapa de acumulação e modernização da dominação do capital. A classe trabalhadora foi penalizada, do ponto de vista do ganho econômico, pela redução gradativa do valor real dos salários, o então conhecido arrocho salarial. “Novos padrões de racionalidade foram utilizadas, tendo em vista reorganizar a sociedade, em todos os seus níveis, de forma a estabelecer uma nova etapa do desenvolvimento capitalista no Brasil, associado ao capital internacional” (CHAIA, 1992, p. 97).

Essa nova maneira de fazer sindicalismo envolvendo o operariado no projeto maior de mudança nos rumos do país, de redemocratização do país, contribuiu para formar uma vanguarda em Manaus. Um dos trabalhadores ouvido nesta pesquisa revela como ocorreu o início desse processo, a saber:

A minha participação no primeiro momento, assim, no movimento operário se dá pela necessidade de você responder a alguns problemas que existiam naquele momento. Os trabalhadores naquele tempo eram tratados com muito autoritarismo, que tudo era reflexo do regime que se vivia. As condições de trabalho também eram precárias, as condições sociais dos trabalhadores também eram bastante precárias. (Herbert Amazonas, entrevista/2010).

A fala do nosso entrevistado revela que a participação do operariado amazonense sempre foi espontânea. Sem dúvida, essa foi uma das formas de se acreditar que, também, poderia mudar o tipo de tratamento que existia na fábrica. Este foi o primeiro momento sindical, o de assumir tarefas e fazer acontecer a vivência de classe. Os anseios convergiam para a concretização de um ambiente de luta reivindicativo, posto que no Estado não havia uma tradição de luta, nem de organização do operariado. Surgia, neste contexto, um operariado jovem, que aprendeu muito e respondeu a altura à luta. Cabe lembrar a experiência que cada trabalhador adquire no processo de luta de classe. Conforme as constatações de Thompson (1987), é nessa experiência que se encontra a solução prática para analisar comportamentos, condutas e costumes na sua relação com a cultura e nas realidades com as culturas específicas, como conteúdos de classe, histórica e geograficamente datados. Para este pensador, “classe é um fenômeno histórico composto por uma multidão de experiências em relação umas com as outras e, num constante fazer-se, e não uma categoria analítica ou estrutural” (THOMPSON, 1987, p. 11-12). De igual modo este estudo busca inserir-se na *história vista de baixo* no sentido de validar a experiência vivida dos sujeitos desta pesquisa.

O reconhecimento da classe no Amazonas é potencializado na década de 1980 pela solidariedade operária que não cessa. Diversas entidades manifestavam apoio aos trabalhadores. A Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas – ADUA, que contribuiu com um milhão de cruzeiros; o Sindicato dos Assistentes Sociais do Amazonas que

contribuiu com duzentos mil cruzeiros e dois carros; a Associação dos Professores Profissionais do Amazonas - APPAM que cedeu um mimeógrafo; o apoio dos partidos políticos como o Partido Comunista do Brasil - PCdoB, a Convergência Socialista, Partido dos Trabalhadores - PT; Partido Comunista Brasileiro - PCB. Vem somar a esse apoio vários organismos sociais como a Pastoral Operária - PO, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/Amazonas, Hospital Universitário Getúlio Vargas - HUGV, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB / Norte I, Centro de Defesa dos Direitos Humanos - CDDH, Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, Serviço Paz e Justiça - SERPAJ, Associação Nacional dos Professores Universitários de História - ANPUH, Sindicato dos Vidros e Cristais e diversos políticos amazonenses, entre os quais destacam-se: Fábio Lucena, Evandro Carreira, Arthur Neto, que apoiaram e colaboraram com o fundo de greve. Nas eleições de 1984 da nova diretoria do sindicato.

Torres (2005, p. 234), aponta “o apoio incondicional de um conjunto de personalidades da sociedade manauense como Dom Milton Corrêa Pereira, Arcebispo Metropolitano de Manaus, o apoio solidário de um grupo de pessoas como Hidelberto Dias, Marlene Pardo, Francisco Botinelly e Aloysio Nogueira que doavam parte de seus proventos para a oposição sindical”.

Todas as bandeiras de luta destas entidades convergiam para a mobilização e construção da classe operária, alterando cotidianamente a rotina dos trabalhadores. Os operários entraram em cena na década de 1980 e o grande palco foi o Polo Industrial de Manaus. Tudo parecia convergir para o mesmo lugar. Um lugar que já concentrava indústrias, crescimento de emprego e investimento financeiro, mas que contrastava com a periferalização provocada pela Zona Franca de Manaus.

Ainda hoje algumas tendências se fazem presentes no sindicato dos metalúrgicos, pessoas ligadas ao PT, PCdoB, PSB, porém, sem expressão alguma. Podem até possuir um modo particular de fazer militância, mas estão longe de se constituírem em força interna, no sentido de representar um partido que defende uma posição. Muito diferente do que se propunha fazer o PT no início de sua criação. A maioria dos membros da diretoria do sindicato pertencia à tendência Articulação do PT, que é a mesma tendência de Luiz Inácio Lula da Silva, mas conseguiam manter diálogo com a tendência CUT pela base, com a convergência socialista (os trotkistas) e, desse modo, encaminhavam a luta de classe.

Havia uma luta interna entre os trabalhadores que culminava com a disputa pelo espaço da fala desses militantes. Uma de nossas entrevistadas rememora esse tempo nos seguintes termos:

Os trotkistas, Adilson e mais três, trabalhavam muito. Assim como a gente escamoteava-os, deixava-os de lado, a gente ia para a porta de fábrica quatro horas da manhã, mas eles já estavam lá. Às vezes eles dormiam no sindicato, mas eles iam para lá. Era uma coisa muito bonita deles, essa determinação de participar. Por exemplo, quando eles eram escamoteados eles faziam a mochila deles, eles dormiam lá dentro do sindicato, o sindicato tinha que bancar o lanche deles, às vezes eles dormiam mal, dormiam com fome, sem tomar banho, quando iam para casa era nove, dez horas, onze horas da noite do outro dia, mas eles faziam a política deles. A Luzarina, por exemplo, cansou de dormir lá porque ninguém ia buscá-la. Isso aconteceu muito. Mas eles trabalhavam muito. E eles faziam com que nós trabalhássemos ainda mais porque nós queríamos todo o espaço. Como eles não deixavam, nas grandes assembleias eles levavam muita gente e, aí, a gente fazia esse debate interno pela participação mesmo da organização dos trabalhadores. Agora, é claro, entre eles havia pessoas muito afinadas no discurso, no debate, na responsabilidade dentro da fábrica, eles tinham essa referência (Socorro Carioca, entrevista/2010).

Este quadro contém os principais pontos que contribuíram para o fazer-se da classe operária em Manaus. Com o passar do tempo, no entanto, a postura do militante sindical combativo é fortemente freada pela reestruturação produtiva. O estilo e a arte da militância das diferentes tendências sindicais somavam-se aos exemplos de vida e trabalho impregnados em seus próprios ideais. Embora faltassem consensos de ideias entre os operários, tudo convergia em defesa da ampliação dos seus direitos e deveres. “Quando a gente fazia a nossa política fazíamos valer a tendência da Articulação, a força combativa. Eles não eram sindicato pelego, só que a linha de pensamento deles era que divergia da nossa, a participação deles era diferente” (Socorro Carioca, entrevista/2010).

A divergência no modo de pensar dos militantes é algo enaltecido e um verdadeiro ganho da classe operária manauense. Isso significa que o espaço do poder político paulatinamente estava sendo conquistado.

Os dirigentes da CUT assim como do sindicato dos metalúrgicos do Amazonas não cuidaram ou não tiveram zelo com a memória da luta sindical. Não preservaram o valor imensurável de suas memórias. O grande desafio da reconstrução de suas memórias ocorreu, por intermédio de pesquisadores como Ribeiro (1987), Torres (2005) e Reis Filho (2008) que tomaram para si este empreendimento por meio da história oral.

A organização sindical no nosso Estado se consagrou pelo nível de consciência que cada operário adquiriu. Uma classe bem participativa desabrochava. Esta classe não media esforços para se fazer presente nos seminários de formação que aconteciam no sindicato, cujas pautas buscavam debater sobre o que é o sindicato, para que ele existia, qual o papel do cipeiro, os direitos e garantias da mulher grávida, as convenções coletivas. Isso tudo foi muito positivo.

Os sábados e domingos eram dedicados também à formação sindical envolvendo principalmente os chamados linha de frente nas fábricas, ou seja, lideranças de destaque de ponta como diziam os operários. Essas lideranças levavam informações, denúncias, o que ocorria no interior da fábrica, os acordos que lá chegavam dentre outros acontecimentos.

Os trabalhadores do Polo Industrial de Manaus deixaram suas impressões sobre a década de 80. Ao inquiri-los acerca do reconhecimento da classe operária em Manaus, os operários só visualizavam os fatores positivos como os avanços e conquistas alcançados ao longo de suas militâncias. Ouçamos o pronunciamento de uma das nossas entrevistadas:

As metalúrgicas tinham 90 dias de licença maternidade até meados de 1985. Em 1987 elas conquistam estabilidade, salário e emprego. Foi a segunda categoria do país que conseguiu estabilidade no emprego e salário para as gestantes. A partir de 1988 elas passam a ter 120 dias de licença maternidade. (Luzarina Varela, entrevista/2011).

As mulheres junto com seus pares homens foram plantonistas 24 horas no seu sindicato. Dividiam seus compromissos em turnos da manhã, tarde e noite com a tarefa de informar os acontecimentos aos operários e mantê-los no movimento. Naquela década, a comunicação era precária, só existia a telefonia convencional. Então, os operários realizavam o trabalho da formiguinha, do mosquitinho, da distribuição dos panfletos. Esses trabalhos demandavam visitas feitas de forma rotineira, principalmente, pelas operárias. Algumas vezes era disponibilizado carro, gasolina para a visita desses operários e o trabalho tinha que ser cumprido, visitar 20 pessoas durante o dia era a meta mínima. Ao chegarem a seus postos no dia seguinte a rádio peão, nome dado por eles para este trabalho informativo já havia repassado as informações às pessoas. Esta atividade ficava ao encargo de quem estava de folga ou de quem entraria no trabalho uma hora ou três horas da tarde.

O sindicato dos metalúrgicos do Amazonas dos anos oitenta do século vinte tinha sua credibilidade. Mas o papel de destaque dado pela imprensa não contribuiu positivamente. Houve a colaboração, sim, desse órgão. Mas, o seu papel central de denunciamento nem sempre

traduzia o discurso operário. Essa ação jornalística quase não mudou em nosso Estado. Janotti (2008) tece críticas ao afirmar que o noticiário de jornais não se limita a uma simples constatação do vivido. De acordo com esse autor, entre o acontecimento e o texto publicado há diversos mecanismos de expressão do real, ou seja, “o ponto de vista do repórter-observador, a redação do noticiário, a edição do texto, editoração e arte, imagens do ângulo do fotógrafo, escolhas das imagens, espaço disponível e posição política do jornal” (JANOTTI, 2008, p.101).

Por dever de ofício, reconhecemos que a fonte jornalística durante muito tempo foi vista com desconfiança pelos pesquisadores, especialmente os historiadores. O jornal é um dos mais importantes documentos de época, pela pluralidade de representações sociais que engloba. Como todos os demais documentos históricos, a imprensa possibilita diferentes leituras de aspectos objetivos e subjetivos da história imediata, no mesmo ritmo vertiginoso do acontecer. Todos esses procedimentos acabam por criar um outro fato, que ordena os acontecimentos de acordo com certa representação simbólica da realidade. Atente-se ao que expõe a nossa entrevistada:

Hoje, a Imprensa faz muitas denúncias. Mas são denúncias muito vagas. A imprensa divulgava a greve de maneira muito negativa. Assim: ‘mais cem trabalhadores desempregados’, ‘Ricardo Moraes é demitido e articula demissões, faz greve louca para demitir mil e quinhentos pais de família’. Ai os operários sentiam-se meio receosos. Mas uma coisa é certa: o que existe ali atualmente são conquistas daquele período. Hoje, por exemplo, o sindicato só consegue ter saldo positivo na negociação coletiva de trabalho, na questão econômica porque acompanha a inflação (Socorro Carioca, entrevista/2010).

Era esse o tom que conduzia a classe operária em Manaus. Ao realizarem suas mobilizações os operários de chão-de-fábrica atendiam positivamente as orientações emanadas de seu sindicato. Os operários respondiam a cada chamado. Em cada empresa havia um idealizador do movimento que junto com um grupo de operários conseguiam mobilizar e paralisar a linha de produção. O trabalho do idealizador não se restringia à linha de produção ou ao interior da fábrica. Houve um trabalho de alcance social de modo que a sociedade recebeu com satisfação as lideranças da classe trabalhadora operária. É incontestável a atuação da Pastoral Operária como linha libertária da classe operária no Amazonas. Nela estavam os jesuítas Renato Barth e Albano Ternus, idealizadores do movimento que foram encarcerados pela polícia local, porque expressavam suas insatisfações com o regime. “De reconhecido carisma popular, o gaúcho padre Renato sagar-se-ia o maior mentor dos

operários, amado e admirado por todos, numa unanimidade impressionante” (TORRES, 2005, p. 132).

Nessa situação os trabalhadores não temiam e nem ficavam apreensivos porque havia a estabilidade para todos. A estabilidade foi uma conquista nacional (Lei classista). Era negociada pelo sindicato durante o processo grevista. Sobre esse contexto, Socorro Carioca confirma que as greves foram estouradas, mas com muita responsabilidade porque os dirigentes encaminhavam a pauta para a empresa, havia um protocolo da negociação na DRT, o processo jurídico de construção legal. Ela salienta que a greve foi julgada várias vezes, mas o sindicato nunca perdeu por causa do processo jurídico que existia. “Além da assessoria do ABC paulista que apoiava todo o processo, contava-se com o auxílio dos advogados, como o Barroncas, por exemplo, que também contribuiu no processo de construção jurídica” (entrevista/2010).

O nível de consciência que cada trabalhador adquiriu ao longo de sua trajetória e militância foi primoroso. Feuerbach (1989) evidencia a necessidade do reconhecimento da *consciência de si*, isto é, o reconhecimento da própria consciência que se dá através da relação de interdependência teórica e psicológica entre os homens. Na antropologia feuerbachiana, sozinho o homem é vazio e impotente, quem não fala de si é um escravo, prisioneiro de seu sofrimento. O homem sozinho é nada. Somente no encontro com o outro torna-se possível garantir sua sobrevivência, pois somente na relação com o outro se adquire a consciência. Esse processo só pode ser desencadeado quando o homem estabelece diálogo consigo mesmo, alcançando, assim, a *consciência de si*.

Esse comportamento foi extensivo à sociedade civil ao compreender e reconhecer a luta classista em todos os âmbitos. Em nível de Brasil, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano, cidades do Estado de São Paulo formam o bloco sindical de referência dos trabalhadores amazonenses. Lá aconteceram as maiores greves em plena ditadura, é o chamado ABC paulista. O reconhecimento vem dos próprios trabalhadores que, no processo de formação, beberam nesta fonte do marxismo representado pelo novo sindicalismo do ABC. Mas a vitória é, na realidade, de toda a classe que protagonizou este momento histórico. São operários que deram suas contribuições em situações mais delicadas de nossa história. De acordo com uma das lideranças ouvidas neste estudo,

O reconhecimento existe. Mas se voltou muito na pessoa do Lula, o nosso ex-presidente. E isso aí eu não acho legal. Temos companheiros que nunca mais conseguiram emprego na categoria dos metalúrgicos, tiveram que se virar de outra maneira. Também temos o exemplo de Santo Dias,

metalúrgico da época de Lula, assassinado em São Paulo. A única Instituição que homenageia esse homem e faz questão de não esquecer é a Pastoral Operária (Luzarina Varela, entrevista/2011).

Assim como a década de oitenta produziu os seus mártires quase imemoráveis na História do Brasil ela também foi o palco das significativas lutas e conquistas no qual o maior protagonista foi o trabalhador brasileiro. O campo de atuação de homens e mulheres do Polo Industrial de Manaus contribuiu de forma positiva para o operariado amazonense, por meio da luta classista, conseguiram validar seus anseios e conquistas celebrados nos principais levantes e diferentes ambientes do espaço fabril, os momentos decisórios da luta classista.

Quando o movimento operário brasileiro faz ruptura com as práticas stalinistas, ele não rompe por dentro com o PCB, nem por dentro com o PCdoB. É isto que destaca um de nossos entrevistados e ainda militante sindical, ao se referir especificamente ao Polo Industrial de Manaus, diz o seguinte:

Nós fomos e construímos uma alternativa independente do stalinismo, que foi o Partido dos Trabalhadores (PT). Nós não tivemos a construção dessa retomada do sindicato por dentro do movimento operário oficial, que era o stalinismo. Nós estivemos por fora, contra eles e, na época, muitos companheiros tiveram que se enfrentar com o PCB, com o PCdoB porque eles estavam tutelados pelo Estado, eles faziam parte de Instituições junto com Getúlio Vargas. Você vê a história do Prestes. Prestes, em alguns momentos é 'lacaio' de Getúlio, é um serviçal de Getúlio Vargas e o Movimento Sindical estava também a serviço dessa política, de uma política nefasta, traidora da classe trabalhadora e que não ajudou a romper com Getúlio. Essa forma de administrar os sindicatos eles não rompem. Nós, na década de 70 e 80 é que rompemos com essa forma de sindicalismo (Herbert Amazonas, entrevista/2010).

Em parte, essas tendências tiveram serventia para o operariado no processo de construção de uma nova mentalidade, porque em alguns momentos houve muito rompimentos com os partidos. Alguns dirigentes viam a necessidade de romper com a política stalinista e denunciavam os absurdos por ela cometidos, mas nem todos assumiam essa posição. Foram os novos companheiros que surgiram que começaram a observar que nada disso era bom, esse tipo de organização não era favorável para o movimento operário. Herbert Amazonas lembra que o PCdoB veio largar o PMDB já no fim da década de 80, em plena construção do PT e da CUT. Ouçamo-lo:

Esses partidários estavam no PMDB, ainda, junto com o Gilberto Mestrinho, com o Arthur Neto e com o Amazonino. Ele chama a atenção para o fato de que, esses políticos prestaram serviços de traição contra os trabalhadores e qualifica o PCdoB como uma escola de quadros para destinar ao patrão,

citando exemplos dos grandes quadros do movimento operário que foram dirigentes dos Partidos Comunistas e, que hoje, são grandes representantes da burguesia (entrevista/2010).

O nosso entrevistado é enfático em sustentar a tese de que o PCdoB foi uma escola para formar quadros aos patrões, para o sistema, não para o movimento operário.

Apesar dos vários impasses travados durante o fazer-se dos operários é perceptível que os trabalhadores fundem as tendências como estratégia de organização de um polo mais classista e consciente da tarefa que o operariado tinha.

Estas são as razões porque se lutava pela construção de um movimento operário que nascesse de sua base, que se originasse do seio da classe trabalhadora, livre dos vícios dos dirigentes burocratizados e dos dirigentes partidários tutelados pelo Estado, teleguiados pelo PC soviético. As novas gerações que se ocuparam da tarefa de reestruturar o movimento sindical fizeram todos esses estudos, essas observações, um levantamento da política adotada pelos comunistas dessa época.

O desabafo de Herbert lembra o cenário do que se vivia no Brasil nesse contexto. Assim como em outras regiões do Brasil, o operariado amazonense viveu momentos de repressão no governo de Figueiredo (1979-1985), que promoveu a intervenção nos sindicatos, alguns dirigentes inclusive foram processados pela Lei de Segurança Nacional (LSN). Mas, é nesse momento que a classe trabalhadora teve seus primeiros importantes avanços, pois os militares perderam suas forças e o movimento sindical desaguou na busca de uma unificação que o fortalecesse e lhe desse uma coordenação nacional. Surgiram os dois blocos: de um lado, os chamados Sindicalistas autênticos reunidos em torno do sindicalismo do ABC, agrupando sindicalistas de diversas categorias e partes do país. De outro lado, as Centrais Sindicais que agrupam lideranças tradicionais no interior do movimento sindical, e os militantes de setores de esquerda dita tradicional, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) entre outros.

Esses dois blocos foram as bases de sustentação dos organismos intersindicais de cúpula criados no processo de construção da classe operária brasileira. Surgiu o Partido dos Trabalhadores, agregado ao sindicalismo autêntico (bloco combativo), cujo objetivo era desencadear um combate direto ao regime a partir do centro sindical e da organização e demandas dos trabalhadores. O PT criticou a Unidade Sindical considerando suas estratégias negociadora, conciliadora e reformista.

A Unidade Sindical, por sua vez, considera as estratégias dos sindicalistas vinculados ao setor combativo como sendo esquerdista e destabilizadora. Isto resultou, em termos

gerais, na divisão entre essas vertentes que o movimento sindical brasileiro adentrou na década de 80.

Podemos dizer que nos anos 1980 os trabalhadores vivenciaram fases de transição democrática, reorganização e mobilização da classe trabalhadora. O Sindicalismo Nacional acumulou vitórias organizativas importantes, recuperando o espaço político do qual havia sido privado pelos governos militares. Hobsbawm (2000, p. 225) ao analisar o termo novo sindicalismo sugere três ideias, a saber:

Primeiramente um novo conjunto de estratégias políticas e formas de organização para os sindicatos, em oposição àquelas já existentes no 'antigo' sindicalismo. Em segundo, sugere um posicionamento social e político mais radical por parte dos sindicatos dentro do contexto do surgimento do movimento operário socialista; e em terceiro, a criação de novos sindicatos de trabalhadores até então não organizados ou não organizáveis, bem como a transformação de velhos sindicatos segundo as linhas sugeridas pelos inovadores.

Foi no bojo dessas mudanças que surgiram novas argumentações para a implantação de um novo sindicalismo, algo que representasse a expressão real do proletariado. Este que teve início, no Brasil, nos anos 1970 e que foi elemento fundamental na eclosão da onda de greves no período de 78-80. A história registra nesse período, o surgimento de uma nova classe trabalhadora no cenário político do país que trouxe para o espaço público a novidade - depois de longos anos de regime autoritário - da participação dos trabalhadores nos enfrentamentos mais gerais contra o autoritarismo burocrático-militar no final dos anos 1970 até meados da década de 80.

O operariado brasileiro vinha se organizando e já sentia a necessidade desde os anos de 1966 e 1968 de uma reestruturação. Foram nesses anos que “o movimento sindical, em menor escala, começou a esboçar uma reação à política trabalhista da ditadura, através de protestos contra a legislação salarial e o fim da estabilidade no emprego instaurado pelo FGTS” (FREDERICO, 2010, p.15). O sindicalismo de Estado, coerente com a sua dependência estrutural junto ao Ministério do Trabalho, havia atrelado a classe operária à política de alianças vigentes no pré-64, política essa que posteriormente foi denominada de populismo. Sobre esse contexto Frederico (2010, p.25) afirma que,

O populismo trouxe duas conseqüências válidas para o movimento operário: de um lado, criou ilusões ideológicas no operariado, forjando uma consciência mistificada pelo nacionalismo e não uma verdadeira consciência de classe; de outro lado, manteve a classe operária desarmada, não só

ideologicamente, como também desorganizada e incapaz de resistir ao golpe militar.

Para este autor o sindicato deve: “a) organizar a classe operária pelas bases e b) criar lideranças operárias em todos os níveis” (FREDERICO, 2010, p.26). De nada adiantava investir nos operários conscientes para as diretorias sindicais reacionárias, onde seriam minoritários, incapazes de modificar a qualidade de atuação de órgão dirigente e, por cima, ainda seriam corresponsáveis pela política peleguista.

Para Blass (1999, p. 34), “o novo sindicalismo, enquanto ideia e proposta, é construído e reconstruído por vários atores sociais a partir de diferentes lugares”. Induz-nos a pensar que, desse modo, sindicalistas, trabalhadores (as), pesquisadores, governo, empresários e os meios de comunicação de massa participam, cada um a seu modo, do processo de formação das classes trabalhadoras e da história do movimento operário e sindical brasileiro.

A proposta de um novo sindicalismo foi produzida e reproduzida no efetivo acontecer dos inúmeros protestos sociais e manifestações operárias que eclodiram nas várias cidades brasileiras e nos vários setores produtivos, a partir dos anos 1970 e no decorrer da década de 80.

Rodrigues (1999, p. 75) ao refletir sobre as origens do novo sindicalismo afirma que, “o movimento grevista iniciado em 1978 em São Paulo deixou traços profundos no cenário político brasileiro”. Para este autor a retomada da iniciativa dos trabalhadores no final da década de 70, depois de 14 anos sufocados pela ditadura militar, significou a entrada na cena pública de amplas camadas das classes trabalhadoras que desde 1964 não conseguiram se fazer ouvir na sociedade brasileira.

No Amazonas presenciamos a expressão do operariado do Parque Industrial de Manaus, que se fez ouvir mediante manifestações realizadas em cada ato de sua organização. Podemos considerar o limiar de um novo momento porque se tentava construir uma nova realidade para a classe trabalhadora.

“O imaginário político, os vínculos afetivos criados no desenrolar das lutas, a solidariedade e paixões envolvem-se nas práticas grevistas” (BLASS, 1992, p. 10). Hoje a luta pelo que é “nosso” perdeu completamente a sua referência em detrimento do que é “meu”. As lutas sociais não mais envolvem a coletividade, perderam seus referenciais.

Esse período também significou a verdadeira expressão da luta classista por meio da festa. Podemos dizer que esse foi um balanço positivo. Embora em alguns momentos pudessemos defini-lo como negativo porque se tendeu a presenciar a dialética em tudo, nada é 100%. Avalia-se positivo devido ao fato de a festa provocar a descontração em oposição ao

cansaço, ao tédio, o que acabava diminuindo a empolgação ou mesmo a vontade de continuar no movimento. Muitas greves tiveram uma duração de mais de quarenta dias parados. Portanto, necessitava-se verificar formas e estratégias de ocupação de tempo. Essas estratégias trazem a característica da prática da festa porque reside na amplitude com que são usadas.

Na época estava surgindo a lambada que era uma tendência musical de ginga e embalo na dança. Esse estilo com muito molejo foi inserido na festa por ocasião da greve. A festa ajudou a tirar a monotonia da greve, aquela “cara dura” da greve. A introdução da festa na greve se constituiu numa questão positiva, porque o operário sentia-se no seu espaço e externava sua subjetividade. É isto que conferimos na fala de Ricardo Moraes, a saber:

A greve é minha, o espaço é meu, eu sou o dono da greve, esse espaço é meu. Eu sou o dono da greve, eu danço, eu canto, eu namoro. Na época o pessoal namorava muito na sombra, no pátio da empresa. Assumiram esse espaço como deles. O que eles não faziam durante o dia no almoço, no café-da-manhã, passaram a fazer. A liberdade de expressão só se faz quando tem certeza da sua liberdade. Para exemplificar, o pessoal diz assim: - tem mulher que se separa porque o seu marido não dança, não a leva para festa, então lá na fábrica também era privado esse direito, de repente ela dizia: eu tenho esse direito eu vou aqui dançar, vou brincar, vou abraçar, vou beijar, é minha a greve, eu estou em greve, e pronto. Não era uma coisa que divertia, que destoava da greve, não, ao contrário, fortalecia porque era uma coisa dele, era um exercício de liberdade da greve, era um espaço construído na consciência dos operários em formação (entrevista/2010).

A fala desse ex-dirigente sindical revela a importância atribuída à festa pelos operários amazonenses. Para eles as festas nas greves eram mais do que descanso ou diversão, porque elas eram concebidas como se fossem suas e não preparadas para eles.

A festa também foi usada como uma estratégia dos empresários. Sempre que eles sabiam das reuniões dos operários, promoviam festas nas suas empresas para desviar ou desmobilizar a categoria do foco da greve. O carro do sindicato tocava as músicas para embalar a festa dos operários em concentração. E o pessoal no sol quente, principalmente na época da lambada, as meninas e os meninos dançavam muito, para eliminar o estresse. Foi um instrumento de construção da subjetividade operária isento de julgamento moral.

A festa como um ato de construção cognitiva. Como diz Perrot (1988, p. 21) “desfazem a conduta de horários rígidos, com cadências alucinantes, e introduzem em uma existência fatigante e sem trégua, a liberdade do lazer”. Em consonância com Blass (1992), a festa na greve pode acontecer ou não, depende das suas circunstâncias. “Dificilmente é preparada para tornar-se uma festa, na medida em que resulta das atividades imprevistas e

espontâneas que surgem no desenrolar das lutas sociais” (BLASS, 1992, p. 17). A autora faz distinção entre manifestação e festa, a saber:

[...] a festa se encontra mais próxima da tradição, repetindo o ritual de reunir as pessoas com o objetivo de celebrar, comemorar. A manifestação, ao contrário, exprime a atualidade, a conjuntura, sendo pontual e mais fugaz; mesmo que seja pouco espontânea, ainda assim é possível apresentar algum grau de imprevisibilidade em seus desdobramentos [...] A festa nem sempre apresenta uma conotação política ao passo que a manifestação sempre o faz (IDEM, p. 17).

Embora essas duas ideias sejam distintas elas interpenetram-se de tal modo que, em alguns lugares, a festa se transforma em manifestação e, em outros, é a manifestação que empresta o ritual à festa. A festa é oposta à ideia da manifestação, ela pressupõe a exaltação coletiva. Nessa ambiência as diferenças salariais e hierárquicas ou de qualificação são dissolvidas. Cria-se um sentimento de união, de estar juntos, nos trabalhadores. Estes guardam lembranças dos momentos inesquecíveis das festas vividos no Polo Industrial de Manaus, reconhecendo que os laços construídos e que fortaleceram a relação do amigo, companheiro e irmão. São sentimentos recíprocos e muito verdadeiros entre todos que conduziram e mantiveram os operários e as operárias coesos durante a greve.

2.3 – A construção das greves segundo a narrativa dos operários

No Amazonas, o reconhecimento da classe operária tem seus registros na primeira greve dos anos oitenta que aconteceu na Moto Honda. Dessa greve poucas lembranças ficaram na memória do operariado amazonense porque ela ocorreu antes de 1985, precedente à tomada do sindicato pelo polo cutista. Apesar disso, Flávia Carneiro, 62 anos, qualifica a greve da Moto Honda, a de 1985, como uma das maiores. Ela lembra que naquele tempo a maioria dos trabalhadores dessa empresa era participante do grupo de jovens, ou seja, eram pessoas que já haviam passado pela Pastoral Operária e adquirido formação: “era o Magno, Arlindo, Dário, o Amadeu, essa turma era do bairro da Compensa. O Amadeu também participou muito” (Flávia carneiro, entrevista/2011).

Era no contexto da greve que os operários socializavam ideias e revelavam a novidade de cada momento. A atuação no espaço das lutas e conquistas, não restritas ao interior da fábrica, possibilitava a proliferação de outras greves nas maiores fábricas como a Philips, CCE, Yamaha, Moto Honda, Gradiente e Sharp. Cada uma destas fábricas desencadeou várias greves. Entre os anos de 1987 e 1989 a onda de greves no Polo Industrial de Manaus parece ter cessado, sendo reaquecida no início dos anos noventa em decorrência dos planos econômicos do governo Collor. Embora os anos 1990 não sejam o foco do nosso estudo, apresentamos o relato de Luzarina Varela para mostrar que os trabalhadores ainda mantinham a resistência no início da nova década. Vejamos:

No início do governo Collor, os trabalhadores da Yamaha pararam. Essa greve foi julgada ilegal, mas mantiveram uma união. Há algo que aconteceu bem interessante, jamais esqueci. Havia um trabalhador evangélico da Yamaha, ele não parou. O presidente da Yamaha, na época, era o Azevedo (o atual dono das Lojas TV Lar). Ele disse ao Ricardo Moraes que se fosse na terra dele, ele já havia acabado com aquela greve na bala. Quando a polícia chegou lá para tirar as lideranças que eram os cipeiros (lá não havia nenhum dirigente sindical, quem estava na linha de frente eram os cipeiros), esse trabalhador evangélico pegou uma caixa de fósforos e correu para o local onde tinha gasolina armazenada para testar as motos, e disse: se tocar neles eu acendo aqui e morre todo mundo. Isso para mim marcou muito. Imaginem um dirigente sindical nesse tempo (entrevista/2011).

A narrativa de Luzarina Varela revela o nível de consciência e a ousadia da força política no espaço fabril. Tanto o empresariado quanto o operariado são detentores de força que podia mudar seus atos. Ainda existiam na nova década os personagens formados pela escola política iniciada nos anos oitenta, daí a tenacidade no enfrentamento patronal. Essas fontes inspiradoras de militância, disseminadas desde as greves em massa de 1978,

promoveram o surgimento dos trabalhadores com novas práxis na história. De acordo com Paoli (1983, p. 130),

Vistos tradicionalmente como personagens subordinados ao Estado, incapazes de impulsão própria e, após 1964, silenciados e atomizados politicamente pelo regime militar, eles irrompem na cena política em 1978 falando por boca própria e revelando a existência de formas de organização social que haviam tecido à margem dos mecanismos tradicionais montados para representá-los e que serviam para sua cooptação, enquadramento e controle.

A realidade social apresentada por esta autora é de um quadro em que grupos de fábrica, clubes de mães, comunidades de base e as mais diversas organizações de diferentes setores sociais a partir de diferentes temas, tomaram a sociabilidade própria entre seus membros como premissa para formas autônomas de organização e expressão que alteraram o próprio campo da política no país.

Um fato que despertou a nossa atenção durante a realização desta pesquisa, foi a greve da Philips, de 45 dias que, segundo as vozes dos nossos entrevistados, houve muita organização dos trabalhadores. Lá trabalhavam muitas meninas menores de idade. Nesse período, veiculava no Brasil, uma tática dos patrões que consistia em conceder férias coletivas aos trabalhadores em plena greve e anunciar na televisão. Os dirigentes sindicais alertavam os trabalhadores sobre o que estava acontecendo no país, caso viesse a ocorrer em Manaus, a orientação era sempre para retornar à fábrica. Mas o destino primeiro era o sindicato da categoria. No sindicato chegavam caminhões lotados de operários que se articulavam ao longo do caminho para o enfrentamento classista.

Esses trabalhadores, há trinta dias em estado de greve, passaram a compor as telas do horário nobre, à noite, para denunciar as atrocidades cometidas pelas empresas. Eles nunca cumpriam as determinações emanadas do patrão, ousavam testar a polícia, partindo para o enfrentamento. Luzarina Varela era uma das dirigentes sindicais e estava acompanhada por mais três companheiros. A estratégia foi montada. Na entrada da Phillips estava ela, sua companheira Lindalva e mais outro. O clima era de expectativa para essas militantes que usavam suas vozes o máximo que podiam. Todos sabiam que em uma greve se tudo fluísse naturalmente era excelente. Mas se algo desse errado, os trabalhadores elevavam seus ânimos. A vantagem dos operários amazonenses, segundo Lazarina Varela, é que “nas maiores empresas havia algumas lideranças como o Ricardo Moraes, a Emília e o Eurípides que faziam a frente do movimento” (entrevista/2011).

Esse tipo de confronto não terminava numa única fábrica. Na Toko e Douglas, assim como em outras fábricas, também trabalhavam meninas de 12 a 16 anos de idade. Essas jovens adolescentes eram submetidas ao abuso da pressão de seus encarregados e gerentes. Eram constantemente ameaçadas a ponto de serem trancadas dentro das fábricas. A elas também foi negado o direito a aumento de salários em detrimento da pouca idade, o que resultou na reação inesperada diante de seus opressores. Elas quebraram portas de vidro, algumas se machucaram, despertando a atenção da sociedade. Luzarina Varela estava na Philips, mobilizando com seus companheiros, quando soube do ocorrido na empresa Toko. De acordo com seu relato, nesse mesmo dia, a polícia prendeu o presidente da CUT, o Silvestre.

Os populares assistiram a confusão com as jovens meninas e, ao avistarem o carro do sindicato, informaram o que estava acontecendo na fábrica. Imediatamente, se constatou que as meninas realmente estavam apanhando. Eu e a Rosilene ao recebermos voz de prisão, nos abraçávamos, as meninas nos cercavam e os policiais não conseguiram nos colocar no camburão (entrevista/2011).

A militância das mulheres operárias é constituída por diferentes táticas por elas elaboradas na experiência vivida. Tanto em nível de Brasil, quanto aqui no Amazonas em nada se distancia da realidade Internacional. O estilo próprio das novas mulheres além de qualificá-las em sua consciência de classe, agora lhes assegura um lugar de prestígio na historiografia regional. Sem dúvida, elas se constituíram sujeitos coletivos que fizeram a diferença junto com os seus pares homens nos principais levantes ocorridos no espaço fabril. Cada conflito com a polícia resultou em novas posturas das mulheres militantes. Por várias vezes elas também foram mediadoras do diálogo com a polícia, tentando convencê-la acerca de seus propósitos de classe.

No diálogo da polícia com as mulheres prevalecia a competitividade de ideias. A competitividade não se dá só com empresas e com os patrões, mas por ser ideológica, ela passa a reinar entre as pessoas também. As pessoas se tornam competitivas entre si quebrando os princípios da solidariedade e os preceitos éticos que norteiam a convivência social. Essa áurea de competitividade acirrada gera a chamada “violência estrutural” que tem como base o fato de todos serem chamados a competir sob a lógica global da reprodução capitalista: “Num mundo globalizado, regiões e cidades são chamadas a competir e diante de tais regras atuais de produção e dos imperativos atuais de consumo, a competitividade se torna também uma

regra de convivência entre as pessoas” (SANTOS, 2007, p.57). Muito pertinente é a declaração de nossa entrevistada:

Colocávamos para a polícia que não nos batesse porque éramos tão trabalhadoras quanto eles. Por exemplo, quando o policial me bateu o outro policial chegou e disse: você está louco? Por que você fez isso? Não estás vendo que a mulher está grávida? Minha salvação foi que não cai de barriga, eu me escorei na cerca. Veja as marcas (Luzarina Varela, entrevista/2011).

Dentro da fábrica o confronto patronal era bem duro. Algumas empresas colocavam a polícia dentro da fábrica. A chefia de divisão, chefe de produção, seus auxiliares eram austeros com os trabalhadores. Quem não obedecesse era demitido por justa causa para mostrar que os patrões tinham forças.

Na maioria das fábricas em greve podia-se observar, durante todo o dia, o policiamento ostensivo da Polícia Militar, armada de baionetas. No portão da Sharp, seis policiais em prontidão. Dentro da fábrica, um verdadeiro pelotão marchava por entre os jardins do pátio como se estivessem se preparando para algum combate. Pela manhã do dia 03 de agosto de 1985, segundo uma denúncia surgida na assembleia geral, um grupo de grevistas circulava pelo Distrito portando uma Bandeira brasileira. A cada carro da polícia que passava os rapazes em tom brincalhão batiam continências e encenavam posição de sentido. Numa dessas vezes, o camburão da PM nº 22-102, parou e os dois soldados saltaram, passando a espancar os trabalhadores. Em seguida tomaram a Bandeira para rasgar. O portador da Bandeira foi apresentado à imprensa, mas não quis fornecer nome, temendo complicações. Simplesmente apelou para que as providências fossem tomadas impedindo que “crimes como esse não voltem a acontecer”, como fez questão de frisar o jovem operário (Arquivo PO - Jornal A Crítica/1985).

Esse contexto é decifrado por Hobsbawm (1996) em seus estudos sobre o operariado inglês, ao denunciar que a era do capital encontrou dificuldades em acertar os termos com semelhante problema. A insistência da burguesia na lealdade, na disciplina e modesta satisfação não podia realmente esconder sua verdadeira percepção de que o que fazia os trabalhadores trabalharem era algo bem diferente. Suas inquietações levaram-no a crer que “na teoria, eles deveriam trabalhar para deixar de serem trabalhadores logo que possível, entrando então no universo burguês” (HOBBSAWM, 1996, p. 302-303). Os trabalhadores se viam com suas próprias bandeiras distantes de sua própria pátria, mas sempre apostaram num futuro promissor, viam o seu destino glorioso.

Os jornais da Pastoral Operária informam que em março de 1985, existiam 25.000 operários trabalhando em 170 empresas de grande, médio e pequeno porte no Polo Industrial de Manaus. Nessas fábricas trabalhavam homens e mulheres que passaram a questionar a estrutura fabril opressiva. Os questionamentos eram da seguinte ordem: onde trabalhamos (quantos operários trabalham nas fábricas maiores? Quantos trabalham nas fábricas médias? Quantos trabalham nas fábricas pequenas?); Quem somos (a nossa categoria tem mais homens ou mais mulheres?); Quanto nos pagam (qual é o salário que a maioria recebe?); Demissões que sofremos (quanto tempo trabalhamos numa mesma empresa?). A intenção dos trabalhadores consistia em procurar conhecer a realidade da sua categoria. Em suas análises constataram que as empresas não eram iguais. Vejamos os exemplos extraídos dos Documentos/Arquivos da Pastoral Operária (1985)²⁷, a saber:

Sete empresas têm mais de 1.000 funcionários; oito têm mais de 500 a 1.000 funcionários; sete têm de 200 a 500 funcionários; vinte e duas têm de 50 a 200 funcionários; trinta e cinco têm de 10 a 50 funcionários e noventa e um têm menos de 10 funcionários. Em síntese, as maiores empresas somam 21.600 operários, o equivalente a 87% de operários trabalhando no Polo Industrial de Manaus. De modo geral, o operariado do Polo Industrial de Manaus, representou em números, 22.476 operários. Desse total, 11.441 são homens – o que equivale a 50,9% por cento desse total e 11.235 mulheres – o que equivale a 49,1% por cento desse mesmo total (Arquivo PO - Jornal O Parafuso, 1985, s/p).

De acordo com Bento (2000, p. 303), “a ideia de ‘unidade da classe trabalhadora’ apontou sempre numa ação centrada na totalidade dos trabalhadores, compreendida como indiferenciação”. Nessas circunstâncias, o medo de que as diferenças motivassem a divisão, destruindo a totalidade e a igualdade, entendida como homogeneidade, esteve sempre presente entre os trabalhadores. Quanto à discrepância salarial, os dados apontados pela Pastoral operária revelam que,

dos 21.600 operários que trabalham nas 44 empresas maiores, 3.068 ou 14% operários ganham mais de 5 salários mínimos; 4.434 ou 20% operários ganham mais de 3 e menos de 5 salários mínimos e 14. 098 ou 66% operários ganham menos de 3 salários mínimos²⁸ (Arquivo PO – Jornal O Parafuso, 1985, s/p).

²⁷ Os Documentos/Arquivos consultados na Pastoral Operária são exemplares de O Parafuso, A Notícia, A Crítica e o Jornal do Comercio da década de 1980 sobre as greves.

²⁸ Em maio de 1985 – 3 salários mínimos = 999.360 e salário mínimo do DIEESE= 1.141.815.

De acordo com Marx (2009, p. 615) o salário do trabalhador aparece como valor da força de trabalho. “Determinada quantidade de dinheiro com que se paga determinada quantidade de trabalho. Nela se fala do valor do trabalho e chama-se sua expressão monetária de preço necessário ou natural”. Ou seja, o valor do trabalho deve ser estimado para produzir o salário.

Outro fator percebido nos documentos da Pastoral Operária foi a variável da rotatividade dos trabalhadores. Nos anos oitenta, mudar de emprego não era problema. Só na segunda metade dessa década é que surgem as demissões. Para Silva (2010, p. 55), esse quadro situacional é decorrente do “esgotamento do dinamismo da economia industrial brasileira e da desarticulação de padrão da acumulação vigente desde meados de 1950 sob o impacto decisivo da emergência de um novo padrão produtivo, tecnológico e organizacional”.

Vejamos o exemplo da empresa Moto Honda.

Em 1982, trabalhavam nessa empresa 2.503 operários. Entre os anos de 1982 e 1985 foram demitidos 1.715 operários, 788 operários permaneceram no emprego. Nesse mesmo período foram contratados 1.085 operários. Em 1985 trabalhavam 1.873 operários na Moto Honda. Foram extintos 630 empregos nesse período. Em 1982, o Polo Industrial de Manaus possuía 170 empresas nas quais trabalhavam 25.000 operários (Arquivo PO – Jornal O Parafuso, 1985, s/p).

Os patrões demitiam para aumentar a exploração e garantir o exército industrial de reserva, horas-extras e a desorganização dos operários. Um operário que permanecia mais tempo numa empresa obviamente criaria vínculos afetivos com seus pares, fortalecendo cada vez mais a luta de classe no espaço fabril. Na relação de exploração sempre está presente a produção da mais-valia absoluta que o patrão extrai prolongamento da jornada de trabalho excessiva. A exploração constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção de mais-valia relativa.

Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, incurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais (MARX, 2009, p. 578).

Os dados coletados na Pastoral Operária revelam a realidade de 36 empresas. Essas empresas reuniam 17.283 operários no Polo Industrial de Manaus na primeira metade da década de oitenta. Vejamos:

5.682 (33%) operários foram admitidos antes de 1982. Esses operários trabalham há mais de três anos na empresa; 2.459 (14%) operários foram admitidos em 1982. Esses operários trabalham há três anos na empresa; 2.887 (17%) operários foram admitidos em 1983. Esses operários trabalham há dois anos na empresa; 3.640 (21%) operários foram admitidos em 1984. Esses operários trabalham há um ano na empresa; 21.615 (15%) operários foram admitidos em 1985. Esses operários trabalham há menos de um ano na empresa (Arquivo PO - Jornal O Parafuso, 1985, s/p).

A permanência prolongada de operários nas fábricas declina desde 1982 e se perpetua nos demais anos. Em 1985 registra-se o ponto central da instabilidade no emprego. Essa instabilidade é apontada por Silva (2010, p. 35), como uma redução drástica dos “níveis de mão de obra em função dos avanços tecnológicos e, por outro, propiciou uma alta rotatividade e exclusão da força de trabalho que afetou todos os setores industriais, contribuindo para a massa de desempregados”.

Patrões e operários ocupavam sempre o espaço do Novotel²⁹ para reunirem. Essas reuniões aconteciam por conta da Convenção Coletiva de Trabalho que envolvia o sindicato dos metalúrgicos e os representantes dos sindicatos patronais. O primeiro contato foi considerado, por ambas as partes, como um acerto de calendário e ficou estabelecido que as reuniões realizar-se-iam em dias alternados. “Os metalúrgicos exigiam um piso de Cr\$ 1.141,00 e um aumento real de 30% para todos os trabalhadores; a redução de 48 horas de trabalho para 40 horas e a democratização das CIPAS (Companhia Interna de Prevenção de Acidentes), que ficavam sob o controle dos trabalhadores” (Arquivo PO – Jornal A Critica, 1985, s/d).

Diante da exigência do operariado o então presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Amazonas, Ricardo Moraes, manteve a mobilização de todos os trabalhadores do PIM, para que suas reivindicações fossem aceitas. O dirigente sindical acreditava que não haveria impasses nas discussões salariais e se isso chegasse a acontecer seria por culpa dos patrões, porque ele sentia-se à vontade para negociar. Os trabalhadores do PIM mantiveram-se

²⁹ O Novotel é um hotel localizado no Polo Industrial de Manaus muito frequentado pela classe empresarial nos anos oitenta. Boa parte dos empresários vindos de São Paulo se hospedava nesse hotel.

acompanhando as discussões iniciadas no Novotel. Tudo era decidido nas reuniões coletivas e com a presença dos trabalhadores.

Já se vislumbrava o aflorar de outro momento, o embate. O líder sindical denunciou a presença de policiais nos portões das fábricas que tentavam descobrir alguma forma de manifestação, o que poderia ocorrer caso as reivindicações não fossem aceitas.

As pesquisas realizadas pelo DIEESE revelavam um cenário positivo para as empresas. Isso dava uma certeza aos trabalhadores no sentido de que não haveria rejeição de suas reivindicações porque consideravam justas. O presidente Ricardo Moraes descartava a possibilidade de uma greve geral. Para ele os operários ainda não haviam alcançado um nível de consciência desejado. A greve era inaceitável. Ledo engano! Os trabalhadores estavam sim preparados, o medo pairava na mente dos dirigentes como Ricardo Moraes. Vejamos o pronunciamento no Senado do então senador amazonense Fábio Lucena, vice-líder do Governo naquela casa, a saber:

O caldeirão social ferveu até seu ponto máximo no Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus. Só os ingênuos ou os mal intencionados seriam capazes de supor que os trabalhadores não estivessem organizado para defender seus direitos legítimos, consagrados na Constituição Federal, que se resumem na conquista de um salário condigno, que lhe dê, a eles e a suas famílias, condições de vida digna, compatível com a sua condição humana³⁰

A reivindicação pelo salário e condições condignas de vida humana é instigante em Marx (2009, p. 763) quando afirma que “só conhecendo as leis econômicas conseguimos descobrir a conexão íntima entre os tormentos da fome das camadas trabalhadoras mais laboriosas e a dilapidação dos ricos, grosseira ou refinada baseada na acumulação capitalista”. Para o senador Fábio Lucena, a greve em gestação no Polo Industrial de Manaus, tinha duas faces completamente distintas. A primeira era vista como estratégia ou saída natural que os trabalhadores estavam encontrando, caso suas justas reivindicações não fossem atendidas pela classe empresarial. A segunda, consistia no interesse das grandes subsidiárias do ramo da indústria da informática, todas elas ligadas as suas matrizes paulistas, de transformar o movimento grevista em instrumento que lhes permitisse de uma vez por todas dinamitar a Zona Franca de Manaus.

³⁰ Cf. Jornal A Critica de 18 de junho de 1985 - Arquivo da Pastoral Operária Manaus.

Para os empresários os trabalhadores pareciam tomados de uma docilidade em relação às suas próprias condições de subsistência que eram as piores imagináveis. Essa suposta docilidade permitiria a elevação substancial de seus faturamentos sem se preocuparem com os deveres sociais para com seus empregados conforme estabelece a Constituição das Leis do Trabalho. Os trabalhadores da Zona Franca de Manaus há muito tempo estavam se organizando, não havia mais para onde fugir, eles estavam em condições de se sentarem à mesa para o diálogo a ponto de, se fracassasse a conciliação, impuserem suas reivindicações. A greve foi o último recurso dos trabalhadores do Polo Industrial de Manaus, o qual só devia ser utilizado depois de esgotadas todas as tentativas de entendimento.

De um lado, as empresas que realmente estivessem interessadas em permanecer na Zona Franca de Manaus tinham que se reorientar imediatamente para que a Constituição e as leis fossem cumpridas, partindo para o diálogo com os trabalhadores, de outro, o Governo do Estado do Amazonas deveria encarar e reconhecer a existência da classe operária e suas bandeiras de luta como a mais séria questão que surgia na Zona Franca de Manaus.

A certeza dos operários era de que os patrões solicitariam do Governo estadual a ação da Polícia Militar. E o Governo, certamente, pensaria duas vezes antes de mandar o aparelho repressivo, pois a ingerência da polícia apenas daria aos reais inimigos a última pá de terra de que precisavam para sepultar a Zona Franca de Manaus; e, por último, era preciso que os trabalhadores atuassem com senso de responsabilidade que sempre caracterizou os movimentos sindicais sérios, sobretudo aqueles que não obedeciam à orientação de pelegos. Nada impedia um dono de indústria interessado na aniquilação da Zona Franca de Manaus atear fogo em seu estabelecimento e jogar a culpa nos operários. O seguro pagaria o prejuízo.

A possibilidade de o lobby paulista bombardear a Zona Franca parecia real, inclusive mortes poderiam ocorrer. Toda e qualquer omissão resultaria da conivência com os cartéis paulistas e com sua sórdida pretensão de transformar os trabalhadores do Distrito Industrial em lenha de fogueira. “Que se cumpram a Constituição e as leis e a ordem jurídica e social ficará a salvo dos tentáculos destruidores da Zona Franca. Mas a hora é de agir e de agir já. Nada para a repressão policial e tudo para o cumprimento da Constituição e das leis” (Documentos Jornais – PO, Agosto/1985). É esse o espírito coletivo que moveu os trabalhadores do Polo Industrial de Manaus a construir e colocarem em marcha a greve de 1985.

De acordo com Reis Filho (2013), foi precisamente a partir dos anos 1960 que a cidade de Manaus sentiu na sua geografia os anos inaugurais das significativas mudanças.

Mudanças que culminaram com a acelerada ocupação do espaço, atraindo os trabalhadores aos desafios da Zona Franca de Manaus. Os novos ideais sindicais remetiam para a construção de uma nova sociabilidade operária nos anos 1980. A festa emerge como expressão mais nítida dessa sociabilidade, “desde a vivência e as descobertas feitas em seu decorrer, as várias formas de sociabilidade e solidariedade que possibilita os resultados alcançados em relação às expectativas inicialmente formuladas por seus protagonistas” (BLASS, 1992, p. 20).

Novos espaços passaram a constituir-se no palco de reivindicações a começar pelo pátio da fábrica, as principais avenidas, principalmente, a antiga Bola da Suframa, e a Eduardo Ribeiro. A Bola da Suframa constituiu-se no palco mais marcante das manifestações por ser o ponto de confluência do operariado, todos os ônibus que partiam das fábricas intercruzavam-se naquele local. Isso possibilitava o encontro dos trabalhadores para a realização de reuniões e deliberações necessárias ao fortalecimento da classe. A comissão de mobilização do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos utilizava diferentes espaços para realizar as Assembleias Gerais com o intuito de decidir pela greve no Distrito Industrial de Manaus, caso os empresários não atendessem as reivindicações dos operários.

A década de 1980 colocou os operários metalúrgicos em ação. Enquanto os empresários discutiam em sua Assembleia Geral suas propostas, os dirigentes sindicais dos metalúrgicos movimentavam-se nas ruas do Distrito Industrial convocando os operários para a grande assembleia e estudarem as propostas dos patrões. As estratégias para a mobilização se davam de várias maneiras: informes nas portas de fábricas, o trabalho da formiguinha e do mosquitinho realizado pelos próprios operários, que consistia na divulgação de informações e acertos para a mobilização do dia seguinte, ou seja, como o trabalhador deveria proceder quando chegasse ao trabalho.

Trata-se de um tempo em que o operariado amazonense buscava energizar-se por meio de leituras e conversas sobre temas específicos e fortalecedores da luta classista. Luzarina Varela lembra de uma grande liderança da Sanyo, o Mário Barros. Foi das mãos deste amigo que ela recebeu o Manifesto Comunista que tanto contribuiu na sua formação de liderança. Em seus relatos afirma ter realizado alguns estudos na fábrica, mesmo que inconsciente, porque ninguém havia passado a ela formação alguma. Nesse tempo, conheceu a turma que estava fazendo manifestação, eram pessoas do SENAI (gente da PO da comunidade) e uns três que tinham informações. Foram esses jovens que a convidaram para conversar. Nessa época, lembra a ex-operária, “eu fumava. Mas, até o ato de fumar, jogar sinuca, tinha o propósito de passar informação” (entrevista/2011). Então, esse foi o contexto

no qual Luzarina Varela conheceu os protagonistas da oposição. Outro fator que também favoreceu a aproximação com seus parceiros de luta foi o fato de a cerca da Sanyo estar próxima a da Evadin. Isto viabilizava o contato com o Mário Barros que sempre se dispunha a conversar com ela e suas amigas. De acordo com a ex-operária, “os patrões não estavam nem aí, eles nunca imaginaram que em Manaus teria organização dos trabalhadores. Em minha concepção, o Manifesto Comunista e o livro de Dom Evaristo tiveram uma importância fundamental, foi o que abriu a consciência” (Luzarina Varela, entrevista/2011). A contradição surgida entre as forças produtivas e as forças de mercado (relações de produção), responsáveis pela exploração cria um ambiente propício para as transformações. De acordo com Marx (1983, p. 302),

Abre, assim, uma época de revolução social. Quando se estudam essas revoluções, é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo.

A contradição que nasce no âmbito da estrutura econômica e que se prolongaria para a superestrutura não poderia ser superada por ela mesma. A contradição acima referida apenas criaria o espaço e o ambiente propício para as transformações. A transformação dependeria da ação do sujeito social de forma a dar um sentido e uma direção para a remoção dos obstáculos que as relações de produção (em um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas) representariam no sentido do posterior desenvolvimento das forças produtivas. As lutas de classes seriam conduzidas pelas classes dominantes e dominadas. Expressariam a *práxis*, ou seja, ações sociais (políticas, culturais entre outras), intencionais ou não, sempre ideológicas, com o propósito de conservar ou revolucionar as relações de produção.

O Manifesto Comunista abriu e fortaleceu o nível de consciência dos trabalhadores do Polo Industrial de Manaus. A dura crítica ao modo de produção capitalista e à forma como a sociedade se estruturou através dele, serviu de inspiração para organizar o proletariado como classe social capaz de reverter sua precária situação, porque descreve os vários tipos de pensamento comunista, bem como define o objetivo e os princípios do socialismo científico. A frase célebre: "Proletariado de todo o mundo uni-vos" (MARX, ENGELS, 2007, p. 109), ressoa como um grito de comando rumo à revolução socialista empunhada pelos trabalhadores. Trata-se da superação do capitalismo e triunfo histórico do proletariado e do

trabalho. Encarar a classe operária dessa forma significa defender uma visão *clássica* de evolução da história.

As diferentes concepções ideológicas entre os operários convergiam para um lado positivo no espaço da luta classista. “Em todos os casos o teste de novos conceitos e ideias não reside no fato de elas serem novidades, ou parecerem interessantes, mas sim em que sejam pertinentes à nossas questões básicas” (HOBBSAWM, 2000, p. 267). No âmbito das relações de classe, qualquer que seja a natureza da classe, são relações entre classes ou camadas que não podem ser adequadamente descritas se analisadas isoladamente. Durante as greves foi uma tarefa muito árdua, pois nos anos 1980, os meios de comunicação não teciam elogios aos anseios da classe trabalhadora. O espaço na mídia ainda era muito atrelado aos patrões e ao Estado, embora, alguns veículos de comunicação, muito tardiamente, tenham colaborado com os trabalhadores. “Encarar a classe operária significa defender uma visão clássica do período contra a inclinação predominante nas escolas contemporâneas de história econômica e de sociologia” (IBIDEM, p. 267).

Numa tentativa de melhor condução das discussões sindicais foi preciso que os trabalhadores no seu local de trabalho começassem a se organizar. Neste enfrentamento direto com os patrões que se dava no cotidiano fabril só os operários podiam lutar. Foi exatamente nesse contexto que propuseram as comissões de fábrica.

A primeira Comissão de Fábrica em Manaus foi inaugurada na empresa Alfema Norte. Ela foi eleita pelos trabalhadores e garantiu a estabilidade no emprego para seus membros. A ideia básica da comissão de fábrica era de que o movimento sindical tinha que nascer de dentro da fábrica para fora e influenciar dentro do sindicato. Ela representava o conjunto de trabalhadores na empresa, incluindo aqueles de concepções diferentes ou anti-sindicais.

Pedreira Filho (1994, p.151) chama a atenção para o importante trabalho do Comitê de Fábrica nestes termos:

O Comitê de Empresa tinha o papel de organizar as bases dos trabalhadores e seria como o anti-oxidante contra a ferrugem que pegava os dirigentes sindicais: o comodismo, a burocracia. Ele tinha o papel de ser permanente, porque ele devia receber primeiro as manifestações dos trabalhadores em qualquer sentido, daí ele dinamizaria, não deixaria enferrujar a estrutura sindical.

A questão crucial apontada por este autor é a delimitação do campo de atração dessas comissões em relação ao espaço sindical. “A comissão de fábrica dentro da atual estrutura é

colocar a cabeça do operário na forca, porque ela não pode ser oficializada, tem que ser clandestina” (PEDREIRA FILHO, 1994, p. 152). Ainda assim, as comissões de fábrica mantiveram sempre a sua independência e autonomia frente ao sindicato. De acordo com a afirmação do autor, os participantes das comissões tinham a consciência clara que o lugar de atuação da comissão é na fábrica. A Comissão era eleita pelos companheiros das seções e quem controlava a Comissão era a Assembleia de fábrica. A existência de comissões não dispensava a necessidade dos delegados sindicais³¹. Na Comissão de fábrica só podiam escolher aqueles trabalhadores que fariam a ligação entre a fábrica e o sindicato de modo a garantir a nova estrutura de base para o sindicato.

Os trabalhadores dentro das fábricas passaram a conversar sobre os seus problemas, condições de trabalho, demissões, alimentação e transportes, equipamentos de produção, dentre outros. Essa organização foi sendo feita gradativamente, conversando individualmente com o operário porque não era interessante ser demitido, mas continuar dentro da fábrica organizando os operários. Nas paradas de ônibus poucos conversavam. Este silêncio não contribuía em nada. Era importante começar a conversar porque era deste ato que surgiam as inquietações. Sentia-se, então, a necessidade de que todos os operários se empenhassem na criação das comissões de fábrica o quanto antes.

Entre esses militantes não havia um modelo pronto e acabado, sempre se buscou a construção coletiva. E, neste caso específico, as comissões de fábrica eram uma tarefa a se realizar. Na década de 80 já se conseguia visualizar algumas experiências concretas no então Distrito Industrial. Os trabalhadores estavam fazendo os seus caminhos, encontrando e discutindo seus problemas com dificuldades, mas com uma vontade imensa de apressar a organização de classe. As comissões de fábrica foram também uma bandeira de luta da CUT, era preciso começar a participar da história contribuindo na construção das comissões de fábrica no interior das empresas.

Os anos oitenta, precisamente em 1985, registrou a maior greve no Distrito Industrial de Manaus. A Bola da Suframa pôde contar com a participação de trinta mil trabalhadores. O número de trabalhadores marchando nas ruas do Distrito Industrial era enorme. Foi uma das greves de maior repercussão que já houve no nosso Estado, na cidade de Manaus, um momento histórico porque representava uma greve geral da categoria operária industrial. O

³¹ Delegados sindicais – são entendidos como líderes ou agentes sindicais no interior das empresas. Devem ser eleitos juntamente com a diretoria dos sindicatos, para facilitar o encaminhamento das lutas nas empresas e permitir uma ligação mais estreita da diretoria com o conjunto de associados.

movimento foi tão forte que conseguiu abarcar várias outras categorias não pertencentes à categoria metalúrgica.

Em 1986, quando aconteceu a greve, os trabalhadores das grandes fábricas estavam 100% organizados. Esse conflito qualificou verdadeiramente os operários como responsáveis pelo movimento e não apenas os dirigentes. Embora a força da representação dos dirigentes fosse muito forte, a distribuição de função, a descentralização da liderança foi fundamental para o surgimento de novos líderes. É o que relata Herbert Amazonas:

Eu tentei organizar, na época, uma associação para tentar tirar o sindicato das mãos do Ricardo Miranda, do traidor. Mas, não conclui porque a patronal me demitiu, não deu para tocar o projeto da construção dessa entidade. Aí eu entrei no Distrito, fui ser metalúrgico, na época. Entrei na Yamaha e comecei a ser base da categoria metalúrgica (entrevista/2010).

Em 1986, a greve provocou demissão em massa. Herbert Amazonas confirma a demissão de 4.000 trabalhadores. Lembra que na época, não era um dirigente formado como se considera atualmente. Em função disso, reconhece não ter podido contribuir com os companheiros que dirigiam o movimento que, em sua opinião, acabou não democratizando as discussões para que fosse evitada a catástrofe. Porém, atribui àquele momento uma resposta dos patrões ao ano anterior de 1985 quando foram derrotados. O ex-operário, juntamente com quase duzentos companheiros da Yamaha, foram despedidos por justa causa nesse mesmo dia. Como se não bastasse, chegaram a ser presos por causa da paralisação. Eles entravam no camburão da polícia para serem conduzidos à delegacia. Herbert Amazonas considera “a derrota sempre uma derrota, ela causa refluxo no movimento e inibe o militante, joga para baixo a perspectiva do novo enfrentamento, porque causam grandes seqüelas nos companheiros que participam do movimento porque é derrotado pelo patrão. Depois leva anos para você recuperar a auto-estima, a garra dos companheiros, não é fácil” (entrevista/2010).

A fala de Herbert não deixa dúvida de que as querelas ideológicas entre trabalhadores e sindicalistas revolucionários tiveram efeitos desagregadores na organização dos trabalhadores no Polo Industrial de Manaus. O declínio do sindicalismo de ação direta é certamente bastante complexo, mas não pode ser imputado a qualquer afastamento das lideranças em relação as suas respectivas categorias, em nome de um suposto projeto revolucionário que, em detrimento de necessidades “mais sentidas” da classe trabalhadora, teria jogado todas as fichas em planos insurrecionais.

CAPÍTULO III – A FESTA COMO EXPRESSÃO DA LUTA OPERÁRIA

A imagem de uma sociedade caótica, o lento trabalho do pensamento recorre à perambulação, aos recuos, às redundâncias, as múltiplas digressões. É preciso saber aceitar esses meandros de uma vida efervescente e empática que não se deixa encurralar, a priori, num sistema de verdades preestabelecidas.
(Michel Maffesoli)

3.1 – A festa como instrumento de visibilização da greve

A festa não foi a estratégia única dos operários do Polo Industrial de Manaus para o avanço da sua luta de classe. Embalados nesse clima os operários amazonenses conseguiram externar suas subjetividades, encontrando nessa manifestação os instrumentos necessários para validar os objetivos de suas greves, contribuindo principalmente para que os dirigentes sindicais conduzissem os acontecimentos num clima de harmonia e descontração, em que cada trabalhador buscava construir o seu espaço, administrando com maestria e estilo próprio. Os operários encontraram no interior das fábricas do Polo Industrial de Manaus o ambiente estratégico para a tomada de suas decisões aproveitando os reduzidos horários cedidos aos trabalhadores para um rápido descanso na hora do almoço. Energizados se empenhavam em defesa de seus direitos e conquistas movidos pela esperança das conquistas trabalhistas.

A manifestação da festa transvestia-se num rico e diversificado ato. Embora não acontecesse com frequência em certas empresas, suas nítidas lembranças ainda estão recentes na memória dos operários protagonistas da luta de classe nos anos 1980. É o caso de Telma, 46 anos, ex-funcionária da empresa CCE, que não reconhece o evento da festa como algo frequente dentro da empresa na qual trabalhava, apesar de lembrar o ato em outras empresas do Polo Industrial de Manaus. Isso é compreensivo porque o sentido da festa em algumas empresas surtia efeitos menos positivos.

A percepção positiva da festa é constatada no discurso de muitos outros operários que protagonizaram cada fase da luta de classe em Manaus. Tudo se traduzia numa grande festa. O modo de ser, de se comportar e de agir convergia para esse ato. Estamos falando de uma festa que se diferencia da festa que existe no mundo profano. Nesse ponto, Telma, reconhece a existência da festa e concorda que ela realmente unia as pessoas, deixando-as

mais aptas e dispostas para a permanência no movimento grevista. De acordo com essa operária “havia as rodadas dos que jogavam dominó, dos que ficavam na sombra das árvores conversando, aqueles que cantavam em rodada a espera do sindicato para fazer a reunião e aqueles que aguardavam o almoço ou mesmo terminar o turno para voltarem as suas casas” (Telma, entrevista/2011).

O significado da festa traduz o espírito de união entre trabalhadores que, envolvidos pelo lúdico e o entretenimento, souberam conduzir suas relações interpessoais dando vivacidade ao predomínio dos afetos, parcerias, compromissos, direitos e deveres mutuamente reconhecidos. Essa vivacidade, constatada no modo de ser e de agir dos trabalhadores do Parque Industrial de Manaus, foi determinante para a afirmação do compromisso assumido com a causa operária; se configuram simultaneamente como objetos de atração e apreensão, desejo e medo; locais de ambiguidade e hesitação, inquietação, ansiedade. Por essa razão não houve espaço para a construção de outros tipos de vínculos como dedicar-se ao estudo, construir uma família, entre outras coisas. Como bem lembra Bauman (2005), prima-se pelo homem sem vínculos líquido-moderno. “A maioria de nós, na maior parte do tempo, tem uma opinião ambígua sobre essa novidade que é ‘viver livre de vínculos’ – de relacionamentos ‘sem compromisso’” (BAUMAN, 2005, p. 69). Os vínculos e os relacionamentos celebrados nos anos 1980 tinham um sentido bem definido, a causa operária.

Os desejos dos trabalhadores estavam focados nas suas ações, assim como o desejo de amar e ser amado de cada um só podia se realizar se fosse confirmado por uma genuína disposição para entrar em ação. Muitos jovens operários passaram a comprometer sua própria liberdade, dedicando-se interinamente às causas sociais e trabalhistas em favor de sua classe, evitando, assim, violar a liberdade da pessoa amada.

No simpósio de Platão, Diotima de Mantinea (ou seja, ‘a profetisa Temeadeus da cidade dos Profetas’) enfatiza para Sócrates, como a plena concordância deste, que ‘o amor não é para o belo, como você pensa’. ‘É para gerar e nascer no belo’. Amar é ter o desejo de ‘gerar e procriar’, e assim aquele que ama ‘busca e tenta encontrar a coisa bela em que possa gerar’. [...] O amor é semelhante à transcendência (BAUMAN, 2005, p. 70).

O sentido do amor implicava a busca contínua da expressão do bem-comum. Era através dessas relações consagradas do amor que esses operários buscavam encontrar auxílio, confiança, segurança, sua transcendência. E, diga-se que os labores do amor, infinitamente longos, talvez intermináveis, geram os seus próprios confrontos, as suas próprias incertezas e inseguranças.

O desdobramento dessas relações são sentidos nos momentos decisivos da entrada em ação desses operários em meio aos levantes grevistas. A adesão dos operários às greves dava-se de modo espontâneo. Não havia como impedi-los. De um lado, o formato do trabalho em linha de montagem contribuía para a adesão em massa, cada vez mais expressiva. Quando um operário ou uma operária parava a linha de produção comprometia todo o processo produtivo. Não fazia sentido continuar trabalhando. De outro, quando uma linha entrava em greve, ninguém mais podia adentrar a fábrica, os próprios trabalhadores faziam esse bloqueio. Para eles todos estavam em greve.

Havia uma pré-disposição em não parar, principalmente, aqueles avessos à greve³². A compreensão do sentido da luta, embora em diferentes níveis, era alcançada por todos conforme relata Telma, 46 anos: “aí tivemos que apoiar mesmo. Foi muito cansativo. Éramos impedidas de entrar na fábrica, usar o banheiro, tínhamos que ficar só na parte do pátio da empresa” (entrevista/2012). Neste contexto ganhava credibilidade o evento da festa porque era por meio dela que o operariado buscava incessantemente as várias maneiras de sua permanência nos levantes grevistas.

Edna, 62 anos, ocupava o cargo de reserva de linha de produção, não era uma pessoa muito ligada aos movimentos grevistas. Ela foi uma das operárias que participou mais indiretamente deste ato. Mas reconhece a empolgação que traduzia aquele momento ao relatar: “dentro das empresas as pessoas brincavam, dançavam, comiam, bebiam, enfim, era um ambiente muito divertido” (Edna, Entrevista/ 2012). As discussões mais acirradas ocorriam em torno das medidas de proteção. Mesmo assim, no intervalo do almoço, a descontração voltava a tomar conta de trabalhadores e empresários. Quando um membro da Comissão do Sindicato dos Metalúrgicos, Elias Sereno de Souza, se aproximou da porta de saída para o almoço foi interpelado pelo diretor da Caloi, Luiz Alberto Medeiros nos seguintes termos: “escuta aqui, foi você que comandou uma tropa lá na minha fábrica para esculhambar comigo? - Que é isso - respondeu Sereno – eu não mando em ninguém, eu sou comandado. A gargalhada foi geral” (Arquivo PO - Jornal A Crítica/1985).

Este diálogo mostra, além da hostilidade evidente entre trabalhadores e empresários, o mérito da capacidade da organização dos trabalhadores porque o conflito tendia a aumentar continuamente, provocando no empresariado mais calafrios. Os empresários estavam certos

³² Os operários avessos à greve eram aqueles que ocupavam cargo de chefia ou liderança na empresa (supervisores e reservas de linha de produção) e alguns operários de chão-de-fábrica que temiam às represálias e possíveis demissões.

de que não havia influências externas como eles tentavam repassar à opinião pública, o que existia era assessoramento do Dieese, órgão que presta apoio aos sindicatos do país.

A resposta do operariado sempre foi positiva, todos se dirigiam aos pátios de suas empresas. As empresas todas paravam. Reubenita, 54 anos, lembra aquele momento dizendo que “não tínhamos outra opção para permanecermos dentro da fábrica. Havia pessoas que iam porque decidiam mesmo entrar na greve. Essas pessoas tiravam a farda e entravam em greve”.

Este foi um dos caminhos encontrados pelos operários para montar suas estratégias e garantir a sustentação das greves. A infraestrutura era provida pelo sindicato que disponibilizava o carro som e os trabalhadores, embalados e contagiados pelo ambiente solidário, ligavam as mangueiras e d’água e começavam a dançar e a se molhar para amenizar o calor do sol escaldante. Nesse tom, iniciavam os seus ataques à classe empresarial. Alguns diretores e gerentes tentavam convencer os operários em greve a entrarem na empresa para trabalhar. Mas, não obtinham sucessos. São estas estratégias, muito mais eficazes, segundo Ribeiro (1999, p. 206), “que cobrem um amplo leque que vai da cooptação, passando pela coação mais ou menos explícita, à demissão, para isso utilizando os trabalhadores das hierarquias superiores, isto é, o poder da gerência”.

Essa recusa dos operários ocorria, em parte, por causa da falta de energia elétrica que era cortada dentro da empresa. Alguns desses operários até poderiam atender o apelo dos seus patrões mas não o faziam em função do calor e escuridão existente dentro da fábrica. Eles não eram participantes fiéis das greves, estavam no espaço da festa na greve por razões específicas, como enfatiza Rubenita Santos: “eu participava indiretamente porque apagavam as lâmpadas lá de dentro e ficava calor, aí eu ia lá para fora” (entrevista/2012).

A expressão de Rubenita revela que os níveis de consciência e inconformismo dos trabalhadores são variáveis e dependem da posição ocupada na hierarquia do poder da empresa. Para Ribeiro (1999), é sobre os mais subalternos que cairão as insubmissões e é do nível de solidariedade e organização horizontal que possuem que depende a eficácia das estratégias adotadas.

Francisca Selma, 48 anos, trabalhou 12 anos na empresa Sharp do Brasil e 04 anos pela chamada massa falida, totalizando 16 anos de trabalho na empresa, revela momentos significativos da militância operária nos seguintes termos:

Durante esse período presenciei o empenho de cada trabalhador nas greves. Todos de forma direta ou indireta lutavam para fazer valer seus objetivos, de alcançar um melhor quadro situacional das condições de trabalho, relação

interpessoal, salários, assistência médica, creche para os filhos, dentre outros anseios e possíveis conquistas (entrevista/2012).

De modo geral, e especialmente nas manifestações festivas, quando o dirigente sindical posicionava-se nas portas das empresas e solicitava para que os trabalhadores permanecessem ouvindo o que ele tinha a dizer, ao mesmo tempo em que eles demonstravam receio, sentiam-se fortalecidos ao ouvirem um membro da direção do sindicato. Trata-se da confiança dos operários que viam no seu sindicato o compromisso assumido em favor de seus direitos. Este foi um momento decisivo para construir junto com a direção do sindicato seus sonhos e utopias de conquistar seus direitos trabalhistas. Os operários encontraram no ato da festa o momento ideal para expressar sua cidadania, conforme define Torres (2007, p. 155), “é a arena da cidadania e da luta de classe no reino da política e da organização da vida em sociedade”. Trata-se, no dizer desta autora de “o processo da vida emergindo da sociedade, isto é, a sociedade consiste na organização pública do próprio processo de vida: atividades econômicas, políticas, relações sociais, culturais, religiosas, protagonismo político e toda a produção das relações ético-morais, materiais e simbólicas” (IBIDEM, p. 115).

A construção da cidadania para Torres (2007) toma corpo e se espalha no espaço contraditório do tecido social das sociedades mais desenvolvidas. Em outras sociedades, ela se constrói mais lentamente, conforme as vicissitudes das relações e do tipo de poder com o qual os atores sociais estabelecem interlocução.

Este é o desfecho dado aos trabalhadores que reivindicavam seus direitos. A certeza explicitada pela operária sinaliza a aversão ao trabalho dentro de um padrão persistente e, também, a determinação e ousadia para a construção de novos caminhos. Nesse contexto, a festa emerge como expressão da subjetividade operária.

Pode-se dizer que o evento da festa na greve não ocorria em todas as empresas. Em cada empresa os operários expressavam um jeito próprio e muito típico de viver a greve. Na Sharp do Brasil houve muitas greves. Mas as lideranças de fábrica, reservas e supervisores, quase todos, reprovavam a participação dos trabalhadores. Edna era uma entre outras que ficava na linha trabalhando. Hoje, aos 62 anos de idade, lembra com muita lucidez: “eu nunca participei da greve porque no final da greve muita gente pegava a conta. Aí eu ficava trabalhando, na esteira. Quem adería ficava fazendo suas badernas” (entrevista/2012).

A compreensão da greve como baderna era uma entre as várias compreensões daqueles operários que diziam não às greves e aos movimentos. Apesar disso, os sindicalistas, aqueles dos anos 1980, se detinham aos interesses dos trabalhadores. O sindicato sempre

manteve sua participação direta na fábrica. Mas, esse grupo de trabalhadores temia as posteriores represálias, principalmente os mais antigos na empresa, como se verifica na fala de Edna “eu ficava dentro da fábrica, tinha medo de pegar minha conta. Trabalhei 16 anos na Sharp. Quando eu entrei lá minha filha tinha 04 anos de idade e meu filho tinha 06. Agora, tanto minha filha quanto o meu filho estão casados, vivendo com suas famílias” (entrevista/2012).

Para Hobsbawm (2000) o trabalho reorganiza a classe operária na medida em que esta é constituída quase que por definição de pessoas que não podem fazer as coisas acontecerem, exceto coletivamente. Sem organização racional da ação, exceto sobre algumas circunstâncias no próprio local de trabalho, é improvável que sejam eficazes.

Thompson (1987) em suas considerações sobre consciência de classe refere-se a uma cultura radical, de onde se pode depreender ser o radicalismo popular uma cultura intelectual. “As vilas, e até as aldeias ressoavam com a energia dos autodidatas. [...] os diaristas, artesãos, lojistas, escreventes e mestres-escolas punham-se a aprender por conta própria, individualmente ou em grupo” (THOMPSON, 1987, p. 304). Desse modo, os trabalhadores estavam cientes de prosseguir por conta própria em lutas antigas e novas.

Sempre que afrouxava a pressão dos dominantes, saiam homens das pequenas oficinas ou aldeias de tecelão e sustentavam novas reivindicações. Fora-lhes dito que não tinham direitos, não sabiam que nasceram livres. A milícia montada investiu a cavalo em sua reunião, e o direito de reunião pública foi conquistado. Os panfletistas foram presos, e das prisões editaram panfletos. Os sindicalistas foram encarcerados e foram acompanhados ao cárcere por procissões com faixas e bandeiras sindicais (THOMPSON, 1987, p. 439).

A exemplo da Formação da Classe Operária Inglesa, em se tratando do fazer classe, também adquiriu uma ressonância singular na vida do amazonense: tudo, das suas escolas, das suas igrejas aos seus divertimentos, converteu-se num campo de batalha de classe. Essas marcas subsistem, mas nem sempre são entendidas por quem vem de fora. Para Thompson (1987, p. 439) “se em nossa vida social pouco temos da tradição de *égalité*, a consciência de classe do trabalhador pouco tem de submissão. ‘Órfãos somos, e bastados da sociedade’, escreveu James Marrison em 1934. O tom não é de resignação, mas de orgulho”.

Para Thompson (1987) esses anos às vezes mostram não um novo desafio revolucionário, mas um movimento de resistência em que tanto os românticos como os artesãos radicais se opunham a enunciação do Homem Aquisitivo. “No afã de se chegar a um

ponto de junção entre as duas tradições, algo se perdeu. O quanto foi, não podemos saber com certeza, pois nos incluímos entre os perdedores” (IBIDEM). Ficou historicamente comprovado que é difícil contestar e impedir a consciência de classe. É o que diz Hobsbawm (2000, p. 88):

Já que ela surge natural e logicamente da condição proletária, pelo menos na forma elementar de ‘consciência sindical’, isto é, o reconhecimento de que os trabalhadores como tais precisam organizar-se coletivamente contra os empregadores, a fim de defender e melhorar suas condições como operários assalariados.

Hobsbawm (2000) lembra que movimentos únicos da classe trabalhadora foram criados, como aconteceu na Índia, a partir de uma associação de castas e religiões mutuamente hostis e grupos de línguas incompreensíveis entre si. Mesmo na Irlanda do Norte, proletários que temiam por suas vidas fora dos estaleiros ou fora dos portões das docas, por serem católicos ou protestantes, estavam - e talvez ainda estejam – preparados para agir em conjunto para fins de disputas industriais. O problema histórico e prático, consiste em descobrir sobre que circunstância tal unidade de classe pode surgir, vir a funcionar ou deixar de funcionar.

Esta pesquisa revela a compreensão de trabalhadores na trama das manifestações e festas que, para Blass (1992), têm diferença. Para esta autora a festa se encontra mais próxima da tradição, ela reúne as pessoas com o objetivo de celebrar, comemorar. Já a manifestação, ao contrário, exprime a atualidade, a conjuntura, sendo pontual e mais fugaz. No âmbito da militância sindical a festa é a expressão mais clara da alegria do operariado, embora o seu sentido seja mais abrangente. A autora indica as várias formas de sociabilidade e solidariedade que apontam para os resultados positivos do movimento sindical de luta, além de possibilitar aos seus protagonistas redescobertas do significado social do seu trabalho e de si mesmos frente aos outros trabalhadores.

Rubenita Santos concebia a festa como o verdadeiro instrumento de vizibilização do operariado amazonense. Por meio desse evento os trabalhadores do Polo Industrial de Manaus mostravam suas lutas pelas melhorias das condições de trabalho e pelo aumento de salários. A frequência desses acontecimentos, segundo a informante, “aconteciam mais no mês de agosto, no período da concessão de aumento de salários. Os trabalhadores, ao se aproximarem do mês de agosto, já vislumbravam o momento oportuno para suas reivindicações que culminavam em greves” (entrevista/2012). No bojo dessa militância, outras reivindicações foram

adicionadas nas suas pautas, a estabilidade no emprego, ampliação de novos convênios de serviços médicos e laboratoriais que as empresas apresentavam carências desses benefícios. Rubenita Santos não deixa dúvidas de que o mês de agosto era propício para reivindicar tudo.

A luta sindical no Polo Industrial de Manaus possibilitou a entrada em cena das mulheres amazônidas na militância política. Elas passaram a conhecer um novo lugar, ultrapassaram a barreira da família. Suas lideranças, feministas ou não, dentro da luta sindical incorporaram às suas práticas uma consciência de gênero como segmento social com reivindicações específicas. Sempre demonstraram o desejo de persistir na luta de que as mulheres são capazes de fazer a sua parte. Foi no âmbito dessa trama que as mulheres, segundo Souza-Lobo (1991) participaram das operações, chamadas “tartarugas” e das greves organizadas nos anos 1980. Também é o espaço em que se percebem as diferenças de gênero no âmbito de sua militância. “Ao que tudo indica as formas e motivos que desencadeiam a combatividade de operários e operárias são distintas. Sua força no interior da fábrica sendo desigual, os resultados que obtém são também assimétricos” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 125).

As práticas sociais das mulheres têm o seu reconhecimento na arte e na criatividade. Elas atuavam como porta-vozes nos momentos mais delicados de sua militância e se mobilizavam a partir de questões referentes à creche, licença maternidade e outras políticas específicas para os operários. Segundo Perrot (1988), a natureza e as formas desse movimento lembram bastante os movimentos populares anteriores à revolução industrial, quando os principais agentes sociais foram as mulheres. Aqui em Manaus, essa representatividade da participação feminina foi significativa nos principais levantes ocorridos no Polo Industrial de Manaus.

Para Francisca Selma, 48 anos, a festa era um instrumento de vizibilização porque expressava a realidade de cada operário, percebida na maneira como cada sujeito concebia e encarava aquele momento. Em sua concepção houve várias conquistas, “às vezes muito dolorosas, porque nem sempre os que encabeçavam o movimento desfrutaram dessas ‘boas conquistas’, porque após a greve muitos operários eram demitidos” (entrevista/2012). E conclui: “nós mulheres somos muito sentimentais. Passávamos muito tempo com aquela dor de perda. Não de perda de o amigo ter ido de vez, mas pelo fato de ele ter saído do nosso grupo de trabalho” (entrevista/2012).

A fala de Francisca Selma confirma o resultado positivo da festa para o trabalhador, um verdadeiro desabrochar de sentimentos. Nesse ato parecia acontecer uma brincadeira. Mais do que isso, era uma manifestação. No seu ápice era uma grande reunião, uma alegria. A

empresa quase não oferecia a festa aos operários, a mente ficava vazia. O diferencial da festa operária, além de viabilizar propósitos, lutas e conquistas, promovia um momento de contemplação e nostalgia. Os operários recém-admitidos encontravam na festa o seu momento de integração. Os demais operários comemoravam como se fossem dias de folga, brincavam e construía suas estratégias de resistência. Apesar disso, era uma alegria muito limitada, sustentada pelos acertos entre patrão e empregado. Quando tudo se acertava o tom da manifestação era comemorativo. Era o momento do trabalhador que se apresentava como o dono da festa e do espaço. Como diz o ex-dirigente sindical Elson Melo:

A festa operária é uma manifestação individual da alegria. Os operários davam o seu grito de liberdade. Eles tinham tudo para não entrar na greve. Eles tinham uma linha com um chefe lhe vigiando. Mesmo assim eles entravam na empresa, registravam o seu ponto, cruzavam os braços e resistiam a pressão de seus gerentes. Então, a festa foi uma rica manifestação da alegria pela liberdade que os operários conquistavam. E não eram operários, eram trabalhadores da indústria que vieram do interior, não sabiam o que era uma indústria. O Nivaldo, do boi Garantido, era um rapaz de um talento enorme. Ele sabia expressar sua cultura. A alegria dos nossos operários era a festa que eles frequentavam. A festa era esse glamour que todos externavam, cada um estava fazendo a sua história. Jamais se imaginava que algum dia alguém fosse fazer esse registro (entrevista/2013).

Parecia incorporar em cada sujeito a filosofia platônica porque era assim que a festa se manifestava, como uma grande reflexão sobre a totalidade da cultura e da vida do povo grego, com a finalidade de lançar bases ou fundamentos para uma construção sólida. Nesse contexto, Platão era um grande opositor de Homero e Hesíodo, devido a explicação da realidade através dos mitos, e era quem ultrapassava o grande abismo gerado pela contradição das filosofias de Parmênides de Eléia e Heráclito de Éfeso. Para Platão (2000) o *homem-medida* (de Protágoras) é, por sua vez, medido por realidade superior; que o conceito repousa na transcendência do mundo ideal. Os valores humanos, na apreciação de Platão, são perenes, não dependendo das convenções humanas. Repousam numa estrutura lógica de *ser*, que transcende a qualquer criação humana; e todo homem pode conhecê-la, através do uso reto da razão.

Rosilene Martins, 47 anos, define a festa operária como o instrumento de visibilização mais expressivo do operariado do Polo Industrial de Manaus. Para esta operária a festa foi o passaporte do operariado para montar suas estratégias e entrar em cena combativa durante os principais levantes de sua luta classista, se sentiam encorajados porque vislumbravam a credibilidade na direção do sindicato. A representação desse Órgão, segundo

Rosilene Martins, “era de proteção ao trabalhador em todos os sentidos. Portanto, eles acreditavam em suas vitórias porque sabiam que o sindicato levaria adiante todas as suas reivindicações” (entrevista/2013).

Rodrigues (1978, p. 68) define esse contexto como aquele em que “as operárias deixam de se sentir periféricas”, porque o sindicato adentra as fábricas e as operárias são ouvidas. Na mesma linha Maroni (1982, p. 63), afirmam que “a experiência das greves, as resistências individuais coletivizadas nas operações-tartaruga – as formas de uma estratégia de recusa”, somadas à bandeira da solidariedade operária, por meio da greve, constituíram-se em referências no discurso e na prática das operárias, denotando existir formas de participação capazes de romper a divisão entre operários e operárias.

O sentimento externado pelos trabalhadores operários durante o ato festivo consistia na importância que cada um concebia àquele momento. Há que se reconhecer os que encaravam o acontecimento da festa como uma das formas de contestação e externalização de seus egos ou suas vontades. É o que afirma Telma, 46 anos, ao dizer que nesse contexto “os operários buscavam se reinventar e se transcender no campo da luta de classe” (entrevista/2012). A ex-operária jamais se sentia importante ao participar de alguns levantes. Pelo contrário, a revolta tomava conta de seu eu, segundo ela, “estava na greve por uma causa nobre, que era extensiva a todos os seus pares” (IBIDEM/2012). Naquela época, a jovem operária, não percebia muito a atuação de seu sindicato, talvez lhe faltasse um pouco mais de compreensão para avaliá-lo de outro modo. Em suas palavras, “o sindicato não fazia muita coisa” (Telma, entrevista/2012).

O importante é perceber o entrosamento dos jovens da década de 1980, eles ganharam maturidade, adquiriram a consciência de que algo precisava ser feito. A participação nos movimentos de base fazia parte da vida cotidiana. Telma enfatiza: “a festa servia para distrair, ficar no sol quente. Quem gostava de jogar dominó ficava numa boa. Quem não jogava se cansava. Tinha que arranjar um papelão para sentar ou para deitar e descansar. Aí tinha que animar um pouco para espaiar na festa” (entrevista/2012). Dejours (1987, p. 126-132) afirma que a virtude desses jogos está no seu caráter simbólico, pretendendo desafiar cadências, dominar o tempo, ser mais forte que a organização, mas adverte que embora não se deva subestimar o benefício mental dessas estratégias, não se pode deixar passar em silêncio seu modesto valor funcional e sua dimensão estreita ante o sofrimento. A realidade do trabalho “taylorizado” não é tanto devido ao ritmo, mas à violência que a moderna organização do trabalho exerce sobre o funcionamento mental.

Todas essas estratégias grupais ou individuais de driblar a organização do trabalho têm para Dejours (1992) caráter defensivo. Sem dúvida, reduzem o tempo de trabalho, principalmente no caso do absenteísmo. Mas o que este autor enfatiza é que não se trata apenas de uma mera disputa quantitativa do tempo de trabalho, mas do significado simbólico que grupos sociais e indivíduos dão a seu próprio tempo, ou seja, às suas vidas, em parte expropriadas.

Edna, 62 anos, ao discorrer sobre a sua participação na festa durante as greves reconhece que “não me envolvia em igual medida se comparada aos meus companheiros trabalhadores” (entrevista/2012). Ela dedicava-se mais a linha de produção.

Observamos na trajetória de Rubenita Santos algo comum à história de Edna. Ambas trabalhavam como reservas e, obviamente, realizam outra avaliação do evento da festa na greve. Rubenita Santos, por exemplo, ficava sentada debaixo das árvores com suas colegas e jamais se envolvia com os demais grevistas, era mais de apreciar a festa. Assim como Edna, Rubenita participou indiretamente do processo de construção do fazer classe do operariado do Parque Industrial de Manaus. Essa postura, constatada no aspecto comportamental e na forma de agir das ex-reservas, não invalida suas contribuições. Pelo contrário, sentiam-se importantes porque mesmo indiretamente somavam forças com os trabalhadores no ato da festa.

Trata-se de um contexto em que tanto quem participava diretamente quanto quem participava indiretamente no movimento grevista, concebia o ato da festa como o espaço de uma manifestação muito séria. Brincavam, divertiam-se. Mas o sentido da festa não destoava do seu principal foco de conseguir sempre resultados positivos a favor de toda a classe. Nesse momento a celebração tomava conta de todos num clima contagiante de gratidão pela importância que se dava a cada fase do processo. Sempre se conseguia alguma coisa. Jamais a luta era em vão. A vitória não era cem por cento. Mas traduzia a participação, refletida na alegria expressa na face de cada operário.

As práticas sociais das mulheres operárias têm o seu reconhecimento na arte e na criatividade. Elas foram porta-vozes nos momentos mais delicados de sua militância, se mobilizavam a partir de questões referentes à reprodução, mas ao mesmo tempo, essa mobilização fazia delas sujeitos sociais. Segundo Antunes (2006, p. 108), “a mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou se quisermos, dentro e fora do fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital”. Essa representatividade da participação feminina foi

significativa nos principais levantes ocorridos no Polo Industrial de Manaus. Elas dão outro tom à greve, conforme mostra a reportagem do Jornal A Notícia de 1985, a saber:

Algumas empresas do Distrito, raciocinando, que as mulheres são mais passivas e mais vulneráveis às pressões, empregam predominantemente mão-de-obra feminina. Pois bem, nessas empresas, as mulheres chegam a surpreender as lideranças.

Numa fábrica os operários dividiram-se após a acirrada discussão, e a maioria dos homens resolveu voltar ao serviço. De repente, é vista uma multidão de mulheres deixando suas sessões. Um tanto humilhados, a princípio. Os ‘machões’ acabaram seguindo suas companheiras (Arquivo PO – Jornal A Notícia/1985).

Essas questões permitem fazer algumas indicações acerca das interações analíticas entre gênero e classe. De acordo com Antunes (2006), no processo mais profundo de emancipação do gênero humano, há uma ação conjunta e imprescindível entre os homens e as mulheres que trabalham que tem no capital e em seu sistema de metabolismo social a fonte de subordinação e estranhamento.

É pela trama das relações de gênero que se constata a assimetria entre homens e mulheres nas sociedades. Estas diferenças são explicitadas, principalmente, nos espaços onde há disputa de poder. O fato de as empresas do Polo Industrial de Manaus comportar mais mulheres do que homens nos seus quadros funcionais, inspirava um certo receio aos homens de as mulheres virem a sobressair o tomar o seu lugar. A luta das mulheres por sua emancipação é decisivamente uma ação contra as formas histórico-sociais da opressão masculina. Para Antunes (2006, p. 111) "a emancipação específica da mulher em relação à opressão masculina é decisiva e prioritariamente uma conquista feminina para a real e omnilateral emancipação do gênero humano. À qual os homens livres podem e devem somar-se, mas sem papel de mando e controle".

Lembra Rosilene Martins “eles nos ouviam e aceitavam o que a gente pedia e somavam junto com a gente na luta, por causa da credibilidade da direção” (entrevista/2013).

A fala de Rosilene Martins evidencia o comprometimento e o empenho incondicional dos trabalhadores do Polo Industrial de Manaus. A resposta imediata de cada um e as formas de expressar o sentimento coletivo era o alimento motivador para seus dirigentes na ocasião das grandes negociações. A reciprocidade tinha o seu ápice em forma de reconhecimento, sobretudo, quando os resultados eram positivos. Nesse caso, a festa era espontânea, comemorativa e transcendia as diferentes formas de expressão do operariado.

De certo modo, vivenciava-se a democracia e, no tempo das democracias “o poder se constitui basicamente no controle da vida social dos homens. O que está em jogo é a possibilidade de extrair o máximo de produtividade, maximizando-se a utilidade econômica do homem, em detrimento da diminuição de sua energia política e da formação de resistências e contra-poderes” (CARVALHO, 1997, p. 44).

A agenda diária dos trabalhadores do Polo Industrial de Manaus requeria investir e acreditar na busca de novos espaços de liberdade, “subjetivações reencantadas e formas de recriação poética da linguagem porque somos matéria de um espírito imponderável, trágico e fragmentado; composto por realidades, sonhos, desejos difusos e imprevisíveis, como todos os *sapiens demens*” (IBIDEM, p. 44).

Na festa, o sentido da redescoberta e recriação emerge num processo contínuo no qual os trabalhadores, coletivamente, passam a contracenar suas primeiras iniciações artístico-culturais. Estas que foram gradativamente qualificadas nos vários âmbitos deste evento. A expressão da festa por cada sujeito requer formas inteligentes de recriação poética da linguagem ao externar sua subjetividade, traduzida como expressão cultural, um instrumento de visibilização. “A energia positiva, a força imaginal do estar-junto busca uma via, fora de todos os caminhos balizados pelo racionalismo da modernidade, sempre mantendo a exigência ética básica de toda a sociedade, aprender a viver, saindo de si com o outro” (MAFFESOLI, 2005, P. 71).

Aqui transparece a atuação dos sujeitos operários (artistas) comprometidos com o seu fazer-se. Suas composições, arte representativa e a atuação no palco da festa exigiam de si responsabilidade no ato de atuar. Esses artistas, filhos da festa operária, tinham a consciência do efeito da transgressão e carnavalização³³ que externava a toda coletividade num estilo contagiante de convivência solidária.

³³ A festa operária como transgressão e carnavalização será discutida com mais densidade no item 3.3 deste capítulo.

3.2 – A expressão cultural por meio da festa

Os anos 1980 contavam com os mais variados estilos musicais. Esses novos estilos, por demais ousados, convidavam a sociedade a refletir, mais intrinsecamente, sobre sua realidade. Rememora-se um contexto em que os jovens iluminados pela ousadia, inteligência e sabedoria viviam os intrincados tempos da ditadura militar. Surgia a grande febre daquele momento, a chamada lambada, um estilo de dança e gingado que movimentava o corpo de homens e mulheres, contagiados pela dança. Embora esse fenômeno não se constituísse numa prática de todas as empresas, na Sharp do Brasil era muito liberal. Cada empresa tinha o seu modo próprio de conduzir o operariado em greve. Na CCE da Amazônia, por exemplo, esse clima era mais silencioso. Telma Santos chama a atenção para o fato de que “na Sharp havia muita confusão. As pessoas eram muito festivas. O pessoal levava atabaca e tudo mais. Na CCE tudo era bem diferente. Quando um galpão fazia a festa, os outros não podiam mais fazer. Então era bem silencioso” (entrevista/2012). Edna Colares endossa as palavras de Telma ao relatar que na Sharp o clima foi sempre contagiante “as pessoas dançavam, conversavam umas com as outras, se divertiam bastante” (entrevista/2012).

Para Rubenita Santos “todos os funcionários paralisavam suas atividades. Se, entre eles, alguém insistisse para voltarem aos seus postos de trabalho, a pressão sobre eles aumentava” (entrevista/2012). O diálogo com a ex-operária desencadeou a visualização de dois cenários de operários em greve por ela apresentados. O primeiro, compunha os operários do lado externo da empresa que cantavam, batiam palmas, pressionavam continuamente. O segundo, contava com as pessoas do lado interno da empresa, desmaiando, passando mal enfim, indecisos para aderir o movimento.

De acordo com essa operária quando “os operários tomavam suas decisões em favor do movimento, imediatamente, tiravam o uniforme, batiam palmas, gritavam e faziam a festa porque era mais um que aderiu ao movimento” (entrevista/2012). A atitude de cada sujeito confere sentido à festa operária. Esses operários, fortalecidos pela alegria e exaltação contagiantes, passaram a ocupar outros espaços nos quais expressaram suas subjetividades, ampliando, desse modo, suas visões e concepções do sentido da luta operária.

O descomedimento e a festa são apontados por Maffesoli (2003) como boas maneiras de dirigir a crueldade do animal humano, expressando-se facilmente para uma melhor harmonia global. Maffesoli concebe a pulsão suscitada pelos sentidos, individual ou coletivo, como sendo um elemento de cultura que participa na elaboração de uma simbólica geral, em

seu sentido estrito, o que une ao outro do entorno natural, o que une ao Outro de transcendência divina.

Maffesoli (2003) atribui a prova disso à sensibilidade ecológica ou a religiosidade pós-moderna. Aponta para a possibilidade de compreensão de um *ethos* baseado, ao mesmo tempo, em um arraigamento material e em uma tensão espiritual.

De acordo com este autor “essa sinergia de elementos aparentemente irreconciliáveis, mas que a realidade empírica reconcilia muito bem, está na base da forma de solidariedade e de generosidade contemporâneas, cujas consequências sociais não foram ainda avaliadas” (MAFFESOLI, 2003, p. 96). E, acrescenta: “estamos em confronto com uma série de participações afetivas, feitas de emoções, sentimentos, iras, alegrias, compartilhadas com os de sua tribo, no quadro de uma estética generalizada” (MAFFESOLI, 2003, p. 97). É no espaço da festa que os trabalhadores vibram juntos, entram em sintonia com o outro numa participação afetiva, mágica ou mística, inscrita em uma identidade cósmica.

Conforme o relato de Francisca Selma, 48 anos, “era uma festa muito cultural. Porque propiciava aos trabalhadores homens e mulheres a mostrarem seus talentos. Eles quase não tinham essa oportunidade. Então, era muito comum se posicionarem num lugar para fazerem suas pinturas, suas habilidades” (entrevista/2012). O quadro desenhado pela operária revela o fato de que os próprios chefes tiveram a oportunidade de descobrir os operários talentosos. Pessoas que, na maioria das vezes eram silenciadas³⁴, se revelavam nesse momento de parada e de festa. A festa propiciou toda essa revelação. Foi um momento de reinvenção, de expressão da subjetividade e de hominização de cada operário.

A subjetividade não é algo imanente ao indivíduo, ela se constitui a partir do intercruzamento das dimensões, de dentro e fora do indivíduo, não existindo, portanto, a separação entre o plano individual e o coletivo, entre os registros de indivíduo e sociedade. Ela é socialmente produzida, operando numa formação social determinada, sob o crivo de um determinado tempo histórico e no âmbito de um campo cultural. Sartre (2005, p. 26) chama a atenção para o fato de que,

O ser surge e se organiza como mundo no movimento de interiorização que atravessa todo o ser, sem que haja uma prioridade do movimento sobre o mundo, tampouco do mundo sobre o movimento. Mas esta aparição do si mesmo atinge o mundo, ou seja, atinge a totalidade do real, é uma

³⁴ Utilizamos o termo silenciadas, para nos referir às pessoas que não soltavam suas vozes ou eram obedientes na rotina formal do trabalho fabril e, que, no evento da festa operária transbordavam em alegrias e falas contagiantes.

emergência da realidade humana no nada. Só no nada pode ser transcendido o ser.

O sujeito está, portanto, condenado a ser livre, devendo empreender escolhas amparadas por um projeto de constituir-se, de transcender-se. Assim, a subjetividade emerge a partir de uma consequência natural. A definição do tema da subjetividade tem a pretensão de gerar visibilidade sobre processos da sociedade que tem sido subestimada até a contemporaneidade, tanto na construção teórica quanto no desenvolvimento de práticas e políticas sociais. Nesta direção a subjetividade representa um momento no caminho do conhecimento de fontes ontológicas ocultas. Externar essas fontes ocultas significa adensar o sentido da hominização, descortinando novas formas de vivências transcendidas no espaço social.

A consideração do aspecto subjetivo das diferentes formas de organização da sociedade e das diferentes práticas e experiências humanas dá oportunidade a um nível de integração interdisciplinar nas ciências sociais garantindo assim um aspecto particular de produção de conhecimentos enriquecendo as diferentes representações e práticas que hoje circulam no conhecimento social.

Para Huyssen (1992), não é certamente por acidente que o tema da subjetividade tem surgido com grande vigor nos eventos da pós-modernidade. Porém, é exatamente nesse contexto da emergência de novos movimentos sociais, que surgem novos grupos, novas vozes, novos sujeitos, antes excluídos da produção do conhecimento acadêmico e intelectual, conduzindo a novas interpretações da história.

É aqui que emerge a sociabilidade humana entre os operários do PIM. Ao se apropriarem dos seus meios de subsistência, enveredam pelo caminho da produção de si mesmos e do mundo. O que eles são passa a ser revelado nos seus modos de agir e se apropriar dos meios de existência. Desse modo, a essência humana, como pressupõe Feuerbach (1989), não é em si mesma “espécie” ou “gênero” por ser integrante da comunidade humana, mas por interagir, transformar e ser transformado. A subjetividade humana, segundo este mesmo autor, *é e se transforma*, inserida nas relações sociais, sempre mais complexa e ampliada, porque também torna-se complexo e ampliado o modo de apropriação e transformação da natureza.

De acordo com a percepção de Feuerbach (1988), o homem não é o mesmo, nem suas necessidades são as mesmas desde que descobriu como poderia usar um pedaço de osso para se defender de um animal ou usar o fogo para se aquecer. Cada descoberta realizada ou algum invento concretizado, os homens, em seu conjunto, vem se apropriando dos seus

resultados, modificando a sua existência e a forma de se relacionar. O homem vem se apropriando cada vez mais do conhecimento sobre a natureza, por conseguinte, tem alcançado um maior domínio sobre a vida.

A festa é um ato de expressão cultural do operariado amazonense, refletida por meio de sua manifestação, o legado cultural de cada sujeito operário. Além de propiciar momentos inspiradores aos trabalhadores para revelar seus talentos, também propiciou aos artistas locais mostrarem seus talentos. Nossa entrevistada, Rosilene Martins, ilustra a riqueza que era aquele tempo nos seguintes termos:

Havia uma música que todos cantavam. Ela citava o nome do Ricardo Moraes. Essa música foi composta pelo Alegria (um rapaz, muito feliz, que tinha o dom da composição), não lembro mais o nome dele. Era um rapaz que transbordava o anseio das conquistas e das vitórias, expressava tudo o que ele sentia em forma de música. Durante as festas nas greves fazíamos teatro para alegrar e motivar essa participação. Fazíamos outras festinhas no próprio sindicato, antes das greves, para assegurar algumas questões de gastos que poderiam surgir no futuro (entrevista/2013).

A manifestação da festa operária contava com a participação, em massa, de todos os trabalhadores. Mais uma vez, o sentido da festa toma uma conotação diferente, que nesta pesquisa identificamos a festa operária para não se assemelhar a festa que existe no mundo profano. Identificamos uma manifestação cultural no meio da festa operária revelada por cada sujeito, através da sua capacidade de criar, recriar, inventar e de reinventar. Essas faculdades intelectuais do sujeito pareciam estar programadas em cada ato de sua militância operária. No terreno das paralisações esses trabalhadores continuavam fazendo suas atividades nas portas das fábricas. Isto se confirma na fala de Rosilene Martins quando diz: “nós tínhamos que fazer algo. O recurso do sindicato não era suficiente para garantir toda a manifestação. Apesar da contribuição dos professores, dos partidos políticos de esquerda e de outras pessoas, a maior parte era bancada pelo sindicato e o próprio trabalhador pelo que ele fazia” (entrevista/2013).

Note-se que Rosilene possui um nível de consciência bem definido quando reconhece que a greve é um empreendimento político que deve ser construído com firmeza para não fracassar.

Na festa cada sujeito operário manifestava suas angústias e vontades próprias. O teor do discurso acabava ofendendo os patrões, transgredia os acordos deliberados pela base. Eles sabiam da gravidade desse comportamento, tinham a consciência de seus atos, ainda assim, foram movidos pela razão e pelas vontades próprias. Contudo, souberam reconhecer em que

medida o desvio comportamental nos atos festivos prejudicaram o movimento. A embriaguês, por exemplo, em nada contribuía para os avanços e o amadurecimento do operariado. Pelo contrário, mostrava a conotação negativa da greve. É nesse momento que transparece a baderna, o exagero e a falta de limite no seu fazer-se. Externavam suas subjetividades num ritmo contagiante, sob esta euforia, cantavam, tomavam banho, dançava ao redor das piscinas.

De posse do microfone e da aparelhagem de som do sindicato, as pessoas falavam, prestavam suas homenagens. A espontaneidade tomava conta do cenário, as homenagens endereçadas ao namorado(a), amigo(a), a seleção do estilo musical a ser tocado refletiam na sociabilidade da luta de classe. Em estilos diversificados dançavam mulher com mulher, homem com mulher, de qualquer jeito. Se apresentam verdadeiramente felizes na celebração da festa na greve. As lembranças desse tempo são mantidas vivas na memória de Francisca Selma ao proferir: “esse clima contagiante não cedia lugar às badernas ou desavenças. Pelo contrário, unia cada vez mais a classe, sensibilizando-a da importância da manifestação” (entrevista, 2012).

Recai sobre a expressão de Francisca Selma o conceito de *Práxis*, como representação central da filosofia marxista. Era com esta visão que os operários do Polo Industrial de Manaus, sob o embalo da festa operária, exprimiam o poder detido para transformar o ambiente externo, tanto natural como social. Como adverte Marx (1978), a práxis é primeiramente uma atividade prático-crítica. E, mais, é a atividade humana o meio pelo qual se busca resolver o real concebido subjetivamente. O lugar da *práxis* é o processo histórico como resposta contínua à tirania das necessidades naturais e sociais.

A festa na greve teve a sua importância. Entre os sujeitos da pesquisa, apenas uma minoria vê o seu significado como diversão. Para a maioria dos trabalhadores a festa celebrou e ainda celebra vitórias. No caso de vitórias ocorriam as grandes comemorações, se fosse o contrário nada acontecia. Telma recorda nitidamente esse tempo “lembro quando perdemos na Bola da Suframa, não houve festa. Todas nós voltamos para casa revoltadas, houve muitas revoltas. Muita gente pegou a conta” (entrevista/2012).

O sentimento de revolta e de insatisfação comandava a vida desses operários. Se algo desse errado, a reação era imediata, mas se ganhassem nas propostas tudo mudava, entravam em cena transbordando alegria e felicidade. Sentiam-se donos desse lugar onde compartilhavam suas vicissitudes externando suas subjetividades.

Cada trabalhador expressava o sentimento de estar-junto, refletido na convivência da sociabilidade. A manifestação da festa reúne angústia e alegria, prazer e dor, regozijo e

violência, sagrado e profano, ordem e desordem. Desse modo, compreende-se que a “desordem festiva, o tumulto festivo, a violência festiva são fundadores, criadores da própria humanidade” (PEREZ, 2002, p.29). De acordo com Simmel (2006, p. 173) “a festa constitui uma série de formas de sociação e de sociabilidade, ou seja, de formas de estar-junto jogando sociedade”. Vive-se um trânsito livre por territórios da vida coletiva no seu nível de formação dos próprios vínculos sociais, permitindo que a sociedade entre em uma relação consigo própria, diferente daquela ordinária, desempenhada em sua rotina de trabalhador.

Ao romper com a rotina, o evento da festa mostra-se capaz de produzir o próprio cotidiano e o inédito como atos de produção do próprio vínculo social, num processo dialético de caos e ordem, produtor da própria vida em sociedade. Desse modo, os trabalhadores conduzem sua felicidade e sua expressão cultural por meio da festa.

Rubenita Santos define a festa na greve como muito boa para os trabalhadores porque, através dela, eles lutavam pelos seus direitos, se sensibilizavam e adquiriam a consciência de seus atos.

De um lado, eles estavam gritando, dançando, cantando porque queriam ser notados pela diretoria da empresa, pelos gerentes. Eles queriam ser notados porque queriam ganhar o aumento real deles. Por outro lado, era ruim para eles porque todas as pessoas que entravam na greve ficavam marcadas, principalmente os que se intitulavam cabeças de greves. Quando eles eram influenciados pelos outros nem tanto. Esta situação era muito recorrente no cenário fabril, sempre havia aqueles que influenciavam e “puxavam” os outros para a festa na greve (Rubenita, entrevista/2012).

Ao término das greves, as principais lideranças, vagamente ouviam os informes sobre suas vitórias porque eram demitidas imediatamente. Os que não lutavam juntos com essas lideranças permaneciam no emprego e desfrutavam de todas as conquistas. É o caso de Rubenita Santos que nunca aderiu à greve. Como bem lembra a ex-operária, “tenho a consciência de que eu me acovardei por não ter participado diretamente da greve. Eu precisava do meu emprego. Passei 22 anos na Sharp trabalhando e nunca participei de nenhuma greve” (entrevista/2012). Apesar disso, Rubenita Santos jamais foi contra quem participava da greve, entendia ser uma escolha espontânea da parte de quem quisesse apoiar o movimento. O estilo comportamental de Rubenita despertava certo desconforto aos demais trabalhadores que, por sua vez, gerava alguns conflitos no campo das ideias.

A memória faz parte de um processo social, em que indivíduos não são vistos como seres humanos isolados, mas interagindo uns com os outros, ao longo de suas vidas e a partir de estruturas sociais determinadas (SANTOS, 2003).

É em Maurice Halbwachs que se encontram as mais célebres contribuições para a compreensão do significado da memória coletiva. Um de seus grandes méritos foi ter escrito sobre memória coletiva numa época em que a memória era compreendida primordialmente enquanto fenômeno individual e subjetivo. Há mais de 70 anos atrás, esse sociólogo afirmou que indivíduos só se lembram de seus passados à medida que se colocam sob o ponto de vista de uma ou mais correntes de pensamento coletivo. Ele foi quem enfatizou que tudo o que é lembrado do passado faz parte de construções que são realizadas no presente.

Em meio a euforia dos operários em se sentirem donos do espaço por eles construído, emerge a repressão como forma de punição, não somente na manifestação festiva, mas, também, durante os dias úteis de rotina do trabalho. Rosilene Martins, 47 anos, é enfática ao afirmar que,

Os empresários pagavam pessoas para incitar os trabalhadores contra o sindicato. Mandavam os guardas bater e expulsar o sindicalista das portas de fábricas. Trancavam os trabalhadores dentro da fábrica. Muitas vezes nós deitávamos na frente dos ônibus para eles não passem (temos fotos). Os motoristas freavam quase em cima mesmo só para fazer medo. Mas nós não saíamos. Estávamos dispostos a tudo ou nada, a qualquer coisa para defender os anseios da nossa categoria. E quando a categoria via isso eles se sentiam fortes com a gente. Eles cantavam e, assim como eles motivavam a gente lá fora com aplausos, com gritos... [choro]. A gente não sabia. A nossa vida naquele momento era importante. Mas só seria inteiramente importante se a gente colocasse em prol daquele povo, senão ela não serviria para nada, tínhamos que colocar 100% a disposição sem medir qualquer consequência, nos sentíamos como grupo, como ideia de várias pessoas (entrevista/2013).

Este relato revela a agressividade nas estratégias dos patrões que ordenam seus subordinados a cumprirem medidas pesadas sobre os trabalhadores. Talvez não imaginassem o nível de consciência e maturidade adquiridas pelos trabalhadores em suas incansáveis lutas. Esses trabalhadores estavam cientes de suas futuras punições. Porém, buscavam construir um novo mundo do trabalho em que eles pudessem vivenciar suas vicissitudes, com menos dor e sofrimento.

O ato de deitar-se na frente do transporte coletivo da empresa e mandar o motorista passar por cima delas, nas palavras de Torres (2005, p. 212) “é, por si mesmo um indicador de bravura e um estilo audaz do tipo ‘arrisca tudo’ em prol da causa abraçada”. Essas mulheres, segundo Torres, “fortes, poderosas e destemidas inscreveram seus nomes nos anais da história pela via da transgressão e pelo estilo radical da luta política, mudando as regras do jogo” (IBIDEM, p. 212).

Muitas dessas mulheres seguiram os exemplos das mulheres fortes e altivas como foi Rosa Luxemburgo em sua militância pela causa operária que, em meio às trevas, sorria à vida, como se conhecesse a fórmula mágica que transforma o mal e a tristeza em claridade e em felicidade. Uma mulher que sempre buscou uma razão para sua alegria e que jamais deixou de rir de si mesma porque acreditava que a própria vida é um segredo. Quando Rosa Luxemburgo identifica a democracia e a ditadura do proletariado e logo percebe que esta "reside na maneira de aplicar a democracia e não em suprimi-la". (LOUREIRO, 1988, p, 65).

No caso específico das mulheres trabalhadoras que faziam frente à luta de classe em Manaus. Estas passaram a assumir o efeito da democracia sem limites, que permite à classe intervir energicamente, questionando os direitos adquiridos e as relações econômicas da sociedade burguesa, condição prévia para a transformação da sua classe e sociedade.

O século XX é o marco da entrada das mulheres trabalhadoras na luta política. Blay (2004) informa que elas se manifestavam em várias partes do mundo como Nova Iorque, Berlim, Viena (1911); São Petersburgo (1913). Em 1915, Alexandra Kollontai organizou uma reunião em Cristiana, perto de Oslo, contra a guerra. Nesse mesmo ano, Clara Zetkin faz uma conferência sobre a mulher. Em 08 de março 1917 trabalhadoras russas do setor de tecelagem entraram em greve e pediram apoio aos metalúrgicos.

A luta e o avanço das conquistas das mulheres têm seus efeitos a partir da década de 60 e o dia 8 de Março, gradativamente, vem sendo escolhido como o dia comemorativo da mulher e se consagrou nas décadas seguintes. Um fato apresentado por Blay chama a atenção para as estratégias e o jogo das mulheres perante os seus desafios, a saber:

Uma das fábricas, a Triangle Shirtwaist Company (Companhia das Blusas Triângulo), para se contrapor à organização da categoria, criou um sindicato interno para seus trabalhadores/as. Em outra fábrica, algumas trabalhadoras que reclamavam contra as condições de trabalho e salário foram despedidas e pediram apoio a United Hebrew Trade, Associação de Trabalhadores Hebreus. Então as trabalhadoras da Triangle quiseram retirar alguns recursos do sindicato interno para ajudar as companheiras mas não o conseguiram. Fizeram piquetes na porta da Triangle, que contratou prostitutas, pensando assim dissuadi-las de seus propósitos. Ao contrário, o movimento se fortaleceu (BLAY, 2004, p. 05).

As estratégias identificadas no fato recordado pela autora não causam estranheza à luta das mulheres amazônidas. Embora se percebam nuances de rebeldia e ousadia muito fortes no seu modo de atuar, se comparada às outras mulheres do mundo. Isto é

compreensível, porque cada campo de ação por elas protagonizados apresenta especificidade própria e, de acordo com suas reais necessidades, geram suas demandas.

Rosilene Martins apresenta um quadro preocupante e desafiador, cujo desdobramento implicou em providências imediatas sobre as ações que deveriam ser tomadas pela segurança da empresa, consistindo em atos agressivos contra os trabalhadores. A resposta dos trabalhadores também era automática, o que estava em jogo era a permanência de um grupo coeso e determinado em realizar contínuas mudanças. Destaca-se a importante atuação das mulheres que, ao desafiarem a coragem da ação dos motoristas, também atestaram a vontade política de permanecerem unidas em defesa de seus direitos. Por esta razão os laços da solidariedade entre todos tenderam a aumentar. Viviam o externado efeito de suas utopias. “É tempo de acordarmos de nossas sonolências dogmáticas. Em particular das que nos impedem de ver que se as civilizações são mortais, o estar-junto, por sua vez, parece perdurar no tempo” (MAFFESOLI, 2005, p. 67). O efeito das relações empreendidas na militância dessas mulheres converge para a compreensão dos indivíduos em interação que, segundo Maffesoli (2005, p. 106) “faz do conjunto algo além das suas partes componente”.

Cabe lembrar que a incorporação da mulher e do menor de idade no mercado de trabalho é conseqüente de uma estratégia capitalista ameaçadora, cujo seu ápice revela uma realidade candente. Os efeitos dessa incorporação foram desastrosos, principalmente porque tendeu a elevar significativamente a mortalidade infantil resultante desse processo. Em Ribeiro (1999, p. 211-212) vislumbra-se um quadro em que a classe trabalhadora inglesa resistiu e, obteve em 1833 uma primeira legislação específica regulamentando o trabalho da mulher e da criança, estabelecendo condições de trabalho, limites de idade e proibição de trabalho noturno para menores de 13 anos.

A conquista da jornada de trabalho de oito horas, no Brasil, não foi uma conquista dos trabalhadores fabris, mas de outras categorias como as da construção civil, chapeleiros e graniteiros, após greves setoriais no decorrer de 1907. Esse aparente paradoxo se explica pelo fato de essas categorias estarem organizadas em associações que incorporavam mestres e artesãos, parte deles imigrada da Europa, e os patrões serem pequenos empreiteiros, muitos da mesma procedência e origem de classe, o que possibilitava diálogos e acordos.

A bandeira defendida pelos trabalhadores do Polo Industrial de Manaus, além de colocá-los 100% em defesa de seus direitos trabalhistas e sociais, não lhes causavam somente prazer. Pelo contrário, carregavam uma boa dose de dor e sofrimento. O sofrimento no trabalho resulta das insistências do ser humano em viver em um ambiente que lhe é adverso.

Para Moraes (2010), o sofrimento no trabalho resulta do confronto da subjetividade do trabalhador com as restrições das condições sociais e ambientais, relações sociais e organização de trabalho enquanto reflexos de um modo de produção específico. Em sua abordagem empírica quando indagou os operadores do Polo Industrial de Manaus, sobre as principais fontes de sofrimento, esta autora constatou o excesso de trabalho e de cobrança, que conduz ao cansaço desses operadores. Segundo Moraes (2010, p. 195) “as expressões: sufoco, esgotamento, correria e cansaço, enfatizam a sobrecarga a que está submetido esse operador e o sofrimento decorrente da mesma” (MORAES, 2010, p. 195).

Esse contexto foi demarcado pelas precárias condições de trabalho, emprego de crianças na produção industrial, salários insuficientes para a subsistência e elevado número de acidentes. Dejours (1998) destaca que a alta morbidade, a crescente mortalidade, a longevidade extremamente reduzida e a batalha pela saúde eram a própria luta pela sobrevivência. Toda essa problemática configuravam-se como típicas da sociedade industrial. Para este autor, as exigências do trabalho e da vida são uma ameaça ao próprio trabalhador, que acusa riscos de sofrimento, o que era conhecido como Miséria Operária.

Os estudos de Codo (1993) caracterizam o início dos anos 80 como o momento de dedicação da Psicopatologia do Trabalho. Nesses anos os profissionais da psicologia buscaram sustentação para fundamentar a clínica do sofrimento, na relação psíquica com o trabalho. É imprescindível atentarmos ao modo perverso entrelaçado nas relações de trabalho.

Para Dejours (1998), as relações de trabalho dentro das organizações frequentemente despojam o trabalhador de sua subjetividade, excluindo o sujeito e fazendo deste mesmo sujeito uma vítima do seu trabalho. O golpe mais sofrido e doloroso ao homem é a frustração de suas expectativas iniciais sobre o trabalho à medida que a propaganda do mundo do trabalho promete felicidade, satisfação pessoal e material para o próprio homem. Quando lá dentro o que encontra é, na maioria das vezes, a insatisfação pessoal e profissional, desencadeando o sofrimento humano nas organizações.

O limiar dos novos tempos impõe desafios contínuos aos trabalhadores no início da nova década, os anos 1990. Suas expectativas perante as novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho demandam nos trabalhadores o despertar para as novas formas de ingresso.

Observamos dois campos eminentemente distintos: o primeiro engloba os trabalhadores ditos qualificados, ou seja, os que investem na sua profissão buscando a formação continuada paralela ao trabalho. O segundo é composto por trabalhadores que, além

do trabalho precário e da produção de “mais-valia”, dedicam parte de seu tempo na luta em favor de sua classe. Sobre estes recaem as mais temerosas formas de recusas. Apesar de tudo, o grande desafio enfrentado pelos trabalhadores, de modo geral, não abala sua forma de ser ou atuar na contemporaneidade. Muitos deles, arraigados com os velhos tempos, continuam fazendo a frente dos recentes levantes demandados pela sociedade.

A participação dos novos sujeitos da década de 1980 nas lutas travada pela sociedade contemporânea ainda é creditada devido a sua experiência, principalmente, da busca de um ideário desejado por toda a classe trabalhadora de seu tempo. Atualmente, a nova classe trabalhadora a identifica como “velhos” sujeitos políticos, filhos do novo sindicalismo, com quem se tem que aprender muito para reconstruirmos um mundo mais igual, fraterno e humano.

3.3 – A festa operária como transgressão e carnavalização

Por meio da festa o operariado externava o seu mundo. Tudo convergia para o campo da transgressão e carnavalização dessa categoria de trabalhadores. Era no convívio do espaço da festa que eles viviam suas vicissitudes e os impactos decorrentes de sua participação nas greves. As prévias deliberações eram feitas nas assembleias, mas, na hora de colocá-las na pauta das reivindicações sempre acrescentavam algo além do que estava previsto para reivindicar. Esse procedimento nem sempre fazia bem à greve porque gerava o descontentamento dos operários que, antes, participavam das deliberações das pautas nas assembleias.

O interior da fábrica foi um dos principais cenários no qual os trabalhadores vivenciaram a festa operária. Neste espaço, traduziram, em diferentes linguagens, o sentido e significado da festa operária numa espécie de transgressão e carnavalização.

Lança-se à classe trabalhadora o limiar de um novo presente que se modifica com as experiências que o sucedem, é um novo enfoque em cada novo presente. Morin (2010, p. 13) trata esta questão como “o futuro nascendo do presente”, o que para ele implica dizer que a primeira dificuldade de pensar o futuro reside na dificuldade de pensar o presente. A cegueira sobre o presente, como orienta Morin, “nos torna, *ipso facto*, cegos em relação ao futuro. [...] A perspectiva sobre o presente é, pois, imprescindível para qualquer prospectiva” (MORIN, 2010, p. 130). O estado do mundo presente carrega consigo, segundo Morin, as situações do mundo futuro. Em sua concepção, o futuro será um coquetel desconhecido entre o previsível e o imprevisível. Some-se a isso a ideia de que o futuro é necessário para o conhecimento do presente.

É ele que nos revelará os verdadeiros operadores do futuro. É a luz do futuro tornando-se presente e fazendo do presente um passado que os atores principais do presente adentram na penumbra, transformam-se em comparsas, em parceiros úteis, enquanto saem da penumbra, dos bastidores, debaixo das mesas, detrás das cortinas, os atletas verdadeiros no jogo do tempo (MORIN, 2010, p. 14).

O sentido e significado da festa operária, traduzida em diferentes linguagens, possibilitou a revelação das habilidades adormecidas nos próprios trabalhadores. É no ato da festa que se apresentam as invenções, inovações, criações técnicas, culturais e ideológicas que surgem e modificam a história.

As inovações/criações produzem transgressões que podem ampliar-se e potencializar-se em tendências, que tanto podem infiltrar-se na tendência dominante e modificar sua orientação quanto substituí-la. A não projeção massiva da história comparada ao volume de um rio em que história germina de forma marginal, desenvolve-se de maneira transgressiva.

O que se verifica na ação ousada dos trabalhadores em meio a festa operária é a sua passagem para a transgressão, “ao mesmo tempo, uma bifurcação da qual pode nascer um cisma, e onde se desenvolvem formas novas (cismo-morfogêneses)”. As oposições podem gerar conflitos, assim como novas tendências se desenvolvem ao se descobrir antigas estruturas, culturais e instituições. “Assim sendo, o jogo de vir a ser é de uma prodigiosa complexidade” (MORIN, 2010, p. 16). A história inova, deriva, desorganiza-se. “Ela muda de trilho, descarrila-se: a contracorrente suscitada por uma corrente se mescla com a corrente, e o descarrilador torna-se a corrente. A evolução é deriva, transgressão, criação; é feita de rupturas, perturbações, crises” (IBIDEM, p. 16-17).

O sentido e significado da festa operária, concebido neste estudo como transgressão, tem sua expressão maior na carnavalização da existência, vista como uma forma de ludibriar os acontecimentos, de se opor ao *status quo* ou de brincar com as realidades vividas. Este tipo de comportamento lúdico desvia as pessoas por certo tempo, da fuga definitiva. A escolha pela morte ou pela incontestável perturbação. Trata-se de um jogo cuja finalidade é ganhar tempo para que outras possibilidades apareçam, para que as dominações não ocupem todo o espaço da existência.

A representação da força subversiva que move a esperança dos dias melhores está no carnaval, na alegoria. No caso da festa operária é a transgressão materializada em atitudes, determinação, arte, criatividade e sentimento coletivo. É utopia vivida a cada dia, e que se materializa como luta coletiva.

Para Santos (2001) a utopia enquanto exploração imaginativa de novas possibilidades e novas formas de vontade para configurar outros sentidos de viver se opõe à necessidade do que existe, só porque é assim que existe. Para este autor um impulso de pensamento utópico requer amplo conhecimento da realidade, isto porque, uma utopia nasce do que é vigente, ela é uma parte integrante do que se deseja ver em outros moldes. Tematizar a festa operária significa valorizar a ideia de carnavalização da existência como uma forma de resistência, de esperança e, conseqüentemente de integridade humana, ou seja, identidade e reconhecimento social.

Rubenita Santos delinea esse quadro nos seguintes termos: “lembro, de uma única vez, em que os operários ficaram fora da fábrica. Na Sharp I, por exemplo, eles ocupavam o pátio da empresa. Lá eles cantavam, dançavam, ameaçavam e xingavam as pessoas que não aderiam a greve” (entrevista/2012).

Esse comportamento, conseqüente da ação reivindicativa dos trabalhadores, transgredia todos os cânones normativos da empresa e ultrapassava os contratos de convivência com o outro que não aderiam a greve.

Rubenita Santos rememora esse tempo dizendo: “lá na Sharp-I eu presenciei uma greve em que os operários ficavam reunidos naquele pátio. Eram impedidos de entrar na empresa porque estavam na greve. Eles ficavam de fora, batendo pelo vidro, tentando convencer quem estava trabalhando lá dentro” (entrevista/2012).

A atitude comportamental delineada por Rubenita Santos reforça a tese de que as classes e grupos sociais que compõem o mundo do trabalho também elaboram a sua moral. Por meio da sua experiência social no trabalho, da sua organização político-sindical, das suas publicações, das lutas sociais, dos seus intelectuais orgânicos entre outros elementos, é que os trabalhadores, de modo geral, reúnem elementos de conduta moral alternativos como a solidariedade, a progressiva igualdade de gênero e étnica, a identidade de classe e outras conquistas. A homogeneização ou a unificação destes elementos de conduta moral alternativos vivem fluxos e refluxos na direta relação com as transformações produtivas, a intensidade e qualidade da interferência da mídia na sociedade, as formas e qualidades da organização das lutas sociais, e assim por diante.

Os seres humanos têm um duplo imperativo contraditório. Vivemos em um mundo onde processos de homogeneização tentam destruir as culturas, ou seja, tudo que vem da técnica, da indústria, atenta contra as culturas, sobretudo, quando estas são fundadas sobre pequenas comunidades como os índios da Amazônia. A primeira preocupação posta em desafio é a sua preservação, não de forma artificial, de todas as culturas que refletem a diversidade das possibilidades humanas. Este duplo sentido tem seu efeito sobre os trabalhadores em estado de greve, causando-lhes indecisão e impasse para sua tomada de ação. Isto não abala a solidariedade operária. Pelo contrário, o processo de homogeneização é fortalecido no sentido oposto da destruição. Os trabalhadores avançam em seus propósitos colecionando melhorias qualitativas e vitórias.

Diante da transgressão dos trabalhadores, a reação dos patrões, segundo Rubenita Santos, era imediata. Eles mandavam pintar de preto os vidros para evitar que os

trabalhadores, do lado externo da fábrica, olhassem para os que estavam dentro trabalhando. Esses operários ocupavam o pátio da empresa, não entravam. Na SDB-IV, onde também Rubenita Santos trabalhou, houve uma greve em que os trabalhadores permaneceram do lado de fora. O movimento foi iniciado pelo interior da fábrica, o que não contribuía para as transgressões do operariado. Portanto, fazia-se necessário dirigirem-se ao pátio da fábrica. Nesse lugar, sob o clima contagiante, empolgante e de exaltação, externavam coletivamente suas subjetividades.

Tertulian (1993) revela que, na Ontologia do Ser Social Lukács, construiu uma verdadeira fenomenologia da subjetividade, para tornar inteligíveis as bases sócio-históricas do fenômeno da alienação. Vejamos:

Ele distingue dois níveis de existência: o gênero humano em-sí e o gênero humano para-sí. O que caracteriza o primeiro é a tendência a reduzir o indivíduo à sua própria ‘particularidade’; o segundo é a aspiração em busca de uma personalidade não mais particular. O ato teleológico, definido como fenômeno originário e *principium movens* da vida social, é composto, por sua vez, em dois momentos distintos: a objetivação e a exteriorização (TERTULIAN, 1993, p. 439).

O quadro mostrado por Tertulian indica a tensão e a disputa entre inautenticidade e autenticidade, entre alienação e desalienação, observada na luta exercida pela subjetividade para transcender a particularidade e atingir um nível verdadeiro de humanidade. Para este autor é “a autodeterminação da personalidade que faz explodir os sentimentos da reificação e da alienação, é sinônimo de emancipação do gênero humano” (TERTULIAN, 1993, p. 442).

O clima contagiante, empolgante e de exaltação reunia centenas de operários num espaço solidário. Reunidos, entoavam a canção de Geraldo Vandré “vem, vamos embora que esperar não é saber [...]”, anunciando a vitória do Sindicato na volta à negociação. Vejamos o que noticiava o jornal A Crítica de 06 de agosto de 1985:

Fábricas que nada tem a ver com o Sindicato dos Metalúrgicos começaram a entrar em greve, ontem, para também melhorar suas condições de salário e de trabalho [...] Até ontem à tarde, segundo Ricardo Moraes, já haviam parado quatro fábricas: Imbrima, Alfema (Indústria de brinquedos), Sonora (fotografia) e Nelima (relógios) (Jornal A Crítica, agosto/1985).

Os fragmentos extraídos do Jornal A Crítica confirmam a expressão da subjetividade dos trabalhadores na manifestação da festa. O então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, Ricardo Moraes, sentia-se impotente diante das demandas

apresentadas pelas empresas que não compunha o quadro dos metalúrgicos. Ainda nesta mesma edição de A Crítica pronunciava-se acerca das empresas paralisadas. Ouçamo-lo: “não podemos fazer nada pelos companheiros, pois, foge à responsabilidade do nosso sindicato, mas os companheiros da Central Única dos Trabalhadores – CUT, já estão reunidos com as lideranças para tentar encaminhar melhor o movimento”. Em relação às interpretações precipitadas dos patrões, Ricardo comentou que não adiantava eles dizerem que estas fábricas estavam parando por solidariedade. “Estão parando porque sentiram que esta é a melhor forma de lutar por melhores salários e acabar com a miséria em que vivem”³⁵.

Este foi o tom dado à festa operária, uma estratégia de luta e garra transcendida no sentimento coletivo. A seriedade de suas ações atesta a reciprocidade do estar juntos, em busca de seus ideais. O Jornal A Notícia de 06 de agosto de 1985 anuncia a manchete: “de onde vem o dinheiro”. Esta manchete denota a compreensão da sociedade civil e de seu papel, o que nos dias de hoje não presenciamos acontecimentos semelhantes no campo da militância operária.

A ajuda em dinheiro, comida, água, gelo, na verdade tem chegado diariamente aos trabalhadores do Distrito. Gozando dos benefícios e isenções, nossos empresários, mais do que quaisquer outros, de outras partes do Brasil, têm condições de ceder na maioria das reivindicações (Jornal A Notícia, agosto/1985).

Os tempos são outros, aquele era um tempo de afirmação identitária e de construção de uma concepção de classe. A solidariedade operária abriu caminhos para uma tomada de ação do trabalhador do Polo Industrial de Manaus. Um ato que também chamou muito a atenção foi a atitude de uma senhora de seus 60 anos. Ela foi ao Sindicato, com um pequeno embrulho nas mãos. Era uma mulher visivelmente pobre e humilde. E foi com toda a humildade que ela entregou ao Fundo de Greve meio quilo de café, “para os meninos que querem ganhar mais para ajudar a família a não passar fome” (ARQUIVO P. O - A CRÍTICA, 08/85).

Na entrada à fábrica, os vigilantes, de posse de uma relação com os nomes dos funcionários grevistas, autorizavam ou não a entrada dos funcionários. Era uma espécie de seleção, se o nome do operário constasse na lista ele era impedido de adentrá-la para assumir seu posto de trabalho. A partir daí começavam a acampar. Ao acamparem, montavam toda a estrutura que consistia em levar fogão, ventilador, ligar a energia elétrica da rua, para garantir

³⁵ Trecho da entrevista de Ricardo Moraes para o Jornal A Crítica, edição 06 de agosto de 1985.

sua permanência por duas a três semanas no local. O sindicato levava colchões e alimentos para suprirem suas necessidades. Nem sempre os trabalhadores, em atividades dentro da empresa, conseguiam contribuir ou ser solidários com os acampados do lado de fora, porque eram impedidos pelas seguranças da empresa que faziam os paredões para evitar qualquer tipo de contato com os acampados.

Essa forma transgressora contribuía enormemente para que os trabalhadores construíssem novos valores, repensassem suas ideias e os comportamentos cotidianos. As manifestações festivas, os hábitos e os seus costumes construídos como modo de viver a solidariedade, de expressar conflitos, estabelecer diálogos e enfrentar contradições em diferentes situações históricas. Era por meio da expressão de seus sentimentos que buscavam suas incessantes vontades de superação das etapas de suas vidas operárias. De acordo com Lara (2006, p. 17) esses foram “os caminhos diversos por meio dos quais as pessoas sentiam-se parte de um mesmo grupo, identificavam mutuamente e constituíam tradições que alimentavam suas práticas sociais”.

Como novos sujeitos políticos pareciam transfigurar-se. O efeito da manifestação festiva disseminava entre os trabalhadores fortalecendo-os continuamente. Para Maffesoli (2005, p. 115) “a transfiguração do político completa-se quando a ambiência emocional toma o lugar da argumentação ou quando o sentimento substitui a convicção”. A expressão sentimental dos trabalhadores na festa operária sustentava-se pela energia que, segundo este autor, “projeta-se para o exterior, ‘utopiza-se’, exprime um maiúsculo e cria, logo, grandes entidades: Deus, Estado, Revolução, Progresso” (MAFFESOLI, 2005, p. 120). Acrescenta este mesmo autor que,

A energia torna-se então intensiva, ‘ecológica’. É isso que nos revelam a multiplicação e a exacerbação dos ritos cotidianos. Estes exprimem bem o que propus chamar de ‘socialidade sem utilidade ou sem finalidade, um estar-junto em estado puro.

Basta indicar que através do ritual, do ritmo repetitivo, um ‘sentimento trágico da vida’ ganha novas forças de maneira não mais individual, mas coletiva (MAFFESOLI, 2005, p. 142).

A vontade desses trabalhadores está na busca de suas realizações, do reconhecimento e da valorização como seres humanos de importância e de história. Nessa direção transfiguram-se nos sonhos e utopias para o alcance da sociedade perfeita.

Trata-se de um momento de transgressão do trabalhador no qual o impasse contido em cada operário no interior das fábricas, serviu de passaporte para experimentarem novos atos de liberdades e conquistas. Passaram a experimentar outros lugares, objetivando a

contínua integração de conhecimentos e de acesso a novos patamares. Morin tem insistentemente assinalado a necessidade da reforma do pensamento como uma necessidade chave da sociedade. Numa entrevista concedida ao Programa Roda Viva da TV Cultura ele explica que é a reforma do pensamento que permitiria o pleno emprego da inteligência, de forma que os cidadãos possam realmente entender e enfrentar os problemas contemporâneos. “É a ideia de um pensamento não-fragmentado. A ideia de que o homem, ao analisar a vida e o mundo, perceba tudo o que está à sua volta e assim construa um entendimento melhor e mais abrangente a respeito dos problemas da humanidade” (entrevista/2000).

É sobre esse entendimento da transgressão necessária dos trabalhadores que advém a forte repressão da classe patronal sobre eles, a exagerada atuação da Polícia Militar. Quando os trabalhadores percebiam a presença da polícia, logo, sabiam que ela iria espancá-los. Durante esses enfrentamentos no espaço fabril, as mulheres sofreram as piores escabrosidades da violência, principalmente as mais ousadas, chegavam a ser até presas, Rosilene Martins, é enfática em afirmar que,

Eu, a Vanessa Graziottin (atual senadora da República) e a Gilza apanhamos em frente da empresa. A Vanessa sempre esteve com a gente em todos os momentos que ela pode estar. Todas as vezes que ela era convocada sempre ela ia mesmo, nunca se negava. Naquela época quem mais se colocava à disposição exatamente porque faziam parte do sindicato, era o PCdoB junto com o PT porque defendiam essa luta. Não era um sindicato de resultado. Era um sindicato de mudança social, de construção de uma visão geral da sociedade (entrevista/2013).

O enfrentamento com a polícia em pleno contexto das proibições já sinalizava momentos gloriosos da transição política no Brasil. A conduta comportamental transgressora dos jovens nos anos de chumbo foi fundamental para a queda do regime. Seus aspectos comportamentais externavam vontades e anseios inspirados numa nova construção de sua cidadania. É com esta inspiração que os jovens operários adentram o campo de luta. A história do operariado amazonense é transpassada pelo ideário de liberdade e pelos anseios de transformação social no âmbito do processo da abertura democrática no Brasil.

Em meio aos trabalhadores esse período foi marcado pela retomada em novas bases das lutas sindicais, especialmente dos setores industriais do ABC paulista de onde emergiu a liderança de Luís Inácio da Silva, o “Lula”. A nova geração progressista do sindicalismo ficaria conhecida como “novo sindicalismo”, supostamente caracterizado por práticas que

indicariam sua novidade na recente história sindical brasileira. Conforme sugere Santana (2007, p. 309):

Origem e centro no setor moderno da economia, autonomia diante dos partidos e do Estado, organização voltada à base e ímpeto reivindicativo direcionado para o interesse dos trabalhadores. Mais do que representar uma etapa do processo organizativo e de luta dos trabalhadores em nosso país, este sindicalismo seria uma ruptura com as práticas estabelecidas no passado. Não um passado genérico, mas principalmente aquele do período 1945-1964.

Os trabalhadores do Polo Industrial de Manaus acompanham as grandes lutas travadas pelos demais trabalhadores brasileiros. Grande parte das forças políticas e sociais que impulsionaram o processo de redemocratização do Brasil na década de 1980 estava imbuída de uma concepção democrática ampliada, que não se restringia apenas ao restabelecimento do sistema representativo eleitoral. O desejo popular era maior. Tratava-se de mudar a estrutura do Estado, não-democrático, excludente e autoritário, transformando-o radicalmente. Não por meio de uma ruptura institucional ou de uma revolução, mas sim por uma transformação gradual das estruturas de poder. Pretendia-se alargar a participação de homens e de mulheres nas decisões políticas que afetavam suas vidas.

Rosilene Martins informa que quando se tentava usar a violência para retirar pessoas da direção sindical do pátio das empresas, todos os trabalhadores entoavam o Hino Nacional. Percebe-se aqui, mais uma estratégia criativa do operariado amazonense que, jamais se confundiria com a banalização do Hino alusivo à sua nacionalidade. A entonação do Hino Nacional não foi uma iniciativa do dirigente sindical. De acordo com Rosilene Martins, esta iniciativa emergia dos próprios trabalhadores. “Nós cantávamos quando a polícia começava a agir, nem precisava mais o dirigente sindical pedir, os próprios trabalhadores sabiam o que fazer. Eu sempre dizia: olha só, mais um instrumento de luta para frear os homens. Tínhamos que cantar o Hino Nacional” (entrevista/2013).

É interessante perceber, também, que o Hino Nacional, naquele contexto, deixava de ser um instrumento só de culto à nação, a pátria, era um instrumento de proteção dos trabalhadores. A Polícia Militar mantinha em sua Corporação, policiais inescrupulosos, que ao em vez de protegerem, assustavam os cidadãos com tratamentos agressivos.

O Outubro polonês de 1959 lembra um influente movimento reformista do Partido Comunista Polonês que impediu Bauman de lecionar, depois, o expulsou da Polônia, deslocando-o em sua identidade. Na Inglaterra para aonde se mudou, Bauman não consegue expressar sua nacionalidade porque estava na condição de refugiado. Essa vida conturbada faz do polonês

judeu um intelectual deslocado que confessa se sentir “um estrangeiro, um recém-chegado – não fazia muito tempo, um refugiado de outro país, um estranho” (BAUMAN, 2005, p. 15). Expulso do próprio país, o sociólogo vê-se em outro contexto, abalando sua referência e identidade. Uma de suas frustrações era a de ser impedido de expressar sua nacionalidade pelo Hino de seu país.

De acordo com Bauman (2005) a decisão de solicitar que tocassem o hino europeu foi simultaneamente “includente” e “excludente”, porque se tratava de uma entidade que abraçava os dois pontos de referência alternativos da sua identidade, mas ao mesmo tempo anulava, por poucos relevantes ou mesmo irrelevantes, as diferenças entre ambos e assim, também, uma possível “cisão identitária”. “Tirava da pauta uma identidade definida em termos de nacionalidade - o tipo de identidade que me foi negado e tornado inacessível” (BAUMAN, 2005, p. 16).

Verifica-se na estratégia adotada pelos operários do Polo Industrial de Manaus o duplo sentido desse efeito. O primeiro refere-se a reação do Aparelho ideológico do Estado e o segundo traduz a transcendência da subjetividade dos operários. Era no seu fazer que expressavam as mais variadas formas de conhecimentos, era no seu agir que compartilhavam as mais radicais ideias e era no seu sentir que passavam a viver coletivamente como pessoas éticas, conscientes e determinadas em relação a sua identidade. Para Bauman (2005, p. 16-17), as pessoas ao buscarem sua identidade “se veem invariavelmente diante da tarefa intimidadora de ‘alcançar o impossível’: essa expressão genérica implica, como se sabe, tarefas que não podem ser realizadas no ‘tempo real’, mas que serão presumivelmente realizadas na plenitude do tempo - na infinitude”. Tornam-se conscientes de que o pertencimento e as identidades não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o pertencimento quanto para a identidade.

A ideia de ter uma identidade, como explica Bauman, não vai ocorrer às pessoas enquanto o pertencimento continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa ideia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não de uma única vez. O próprio Bauman não recorda ter dado muita importância à questão da sua identidade, principalmente em relação a sua nacionalidade.

Refere-se ao período que antecede o março de 1968, quando sua nacionalidade foi publicamente posta em dúvida³⁶. Até esse momento ele esperava aposentar-se por tempo de serviço na Universidade de Varsóvia e ser enterrado no momento certo num cemitério da cidade. Mas, desde esse tempo, o que todos esperavam dele, e ainda esperam, é que ele se autodefinia, e que ele tenha uma visão ponderada, cuidadosamente equilibrada e ardentemente defendida da sua identidade. A tão esperada auto definição custaria muito a Bauman pelo fato de ter sofrido a pressão, a ter que se mudar e ser banido da sua realidade natural. Aos seus olhos, “não havia um espaço a quem pudessem considerar-me ajustado, como dizem, cem por cento. Em todo e qualquer lugar eu estava – algumas vezes ligeiramente, outras ostensivamente - deslocado” (BAUMAN, 2005, p. 18).

O sentido da festa operária, refletido em cada um de seus protagonistas, é um exemplo de busca incontida da afirmação da identidade operária no Amazonas, é o sentido coletivo e de pertença transcendido nas ações dos trabalhadores cujo reconhecimento é percebido nos atos de transgressão e carnavalesco de cada trabalhador que, mesmo com o redobrado empenho, não conseguiam, assim como Bauman, um lugar em que eles se considerassem ajustados. O comprometimento, a determinação e a radicalidade com que encaravam suas militâncias promoveram esse mesmo sentimento de um trabalhador “deslocado”, sem referência alguma, quando se tratava, nos anos pós-1980, de sua reinserção no mercado de trabalho. Como explica Maffesoli (2003, p. 26) “o destino recorda que o ser é acontecimento, até mesmo advento. Para retornar a oposição modernidade/pós-modernidade, podemos dizer que, na primeira, a história se desenrola, enquanto que na segunda o acontecimento advém. Ele se intromete. Ele força e violenta”. Da resulta o aspecto brutal, inesperado, sempre surpreendente e inevitável aos trabalhadores no mundo do trabalho.

Estes eram os valores forjados por cada sujeito dessa classe que incansavelmente buscou sua identidade, seguindo as referências históricas de seu tempo. De acordo com Bauman (2005, p. 18) “em nossa época líquido-moderna, o mundo em nossa volta está repartido em fragmentos mal coordenados, enquanto as nossas existências individuais são fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados”. As afirmações de Bauman indicam um novo tempo, um retrato de uma realidade pautada pelas novas bandeiras de luta, deixando em segundo plano, o sentimento da solidariedade tão comum nos anos 1980.

³⁶ Refiro-me ao Outubro polonês de 1959 quando Bauman mudou-se para a Inglaterra e, depois, continuou sendo perseguido pelo nazismo e Partido Comunista da Polônia.

Adentramos o século das crises, ou o século em crise, como sinaliza Morin (2010) em suas inquietações sobre o mundo. O seu olhar sobre o século XX é binocular. Ele supõe que um olho do espírito não veja senão o aspecto contínuo, e o outro senão o descontínuo. Isto suscita nas pessoas tantas dificuldades para ligar esses dois aspectos, o de compreender, por exemplo, que um fenômeno microfísico possa ser simultaneamente onda e átomo.

Com o primeiro olho “vemos o contínuo progressivo, aparentemente linear dos desenvolvimentos científico-técnicos, econômicos, industriais, consumistas, civilizatórios; e é exatamente esta a visão que reina nas concepções sociológicas e tecnoburocráticas” (MORIN, 2010, p. 20). Com o segundo olho “vislumbramos um século vulcanizado pelas duas maiores guerras da história da humanidade, ambas mundiais” (IBIDEM).

É primordial salientar que os efeitos originados a partir da segunda visão de Bauman além de trazerem tragédias prejudiciais à sociedade/mundo, como trazem também “crises sociais, rupturas no vir a ser do mundo, abortos dos processos de emancipação. Morin apresenta duas vias para compreender o século XX: uma de progresso de desenvolvimento e de aparente racionalidade; outra de convulsões e horrores” (MORIN, 2010, p. 21).

Durante as festas, por exemplo, os trabalhadores, contagiados pela descontração falavam de ocorrências de dentro da fábrica e, que acabavam sendo reveladas involuntariamente. Nem sempre os fatos envolviam supervisores e gerentes, às vezes, era entre os próprios trabalhadores em greve que, naquele tumulto, se machucavam. Quem estava de fora não podia socorrer. Apesar disso, na CCE, os gerentes permitiam que os grevistas recebessem atendimento no ambulatório da empresa. De acordo com Telma, 46 anos, “a polícia atuava em favor dos empresários. Por conta disso, os conflitos se acirravam continuamente. Na Bola da Suframa houve muito conflitos dessa ordem” (entrevista/2012). A exaltação e a transgressão dos trabalhadores em greve não foram extensivas àqueles que participaram indiretamente desse processo. Ao contrário de Telma, esses trabalhadores que eram temerosos às retaliações dos patrões e, por permanecerem enclausurados nos seus postos de trabalho, poucos têm o que dizer sobre os embates. Apesar disso, atestam que dentro da fábrica existiam guardas de segurança para garantir a ordem e o controle durante a festa. Edna, 62 anos, por exemplo, não lembra ter presenciado atos de transgressão durante a festa.

Bakhtin (1993) refere-se à festa carnavalesca como o momento da total inversão do regime dominante. Ou seja, a liberação, ainda que provisória, a abolição das hierarquias, regras e tabus, o congraçamento pagão. Esse mesmo sentido e significado foram incorporados pelos trabalhadores do Polo Industrial de Manaus ao socializarem no espaço da festa operária

o ápice de sua carnavalização. Parecia viver o mesmo cenário anunciado por Bakhtin, que caracterizava distinguia as festas oficiais das festas populares. Nas festas oficiais, as distinções hierárquicas, com insígnias, títulos, discursos e pompas, marcavam intencionalmente as desigualdades. Na festa popular, o ideal utópico e o real constituíam uma parte essencial da visão carnavalizada da vida e do mundo.

Em consequência, essa eliminação provisória, segundo este autor, “ao mesmo tempo ideal e efetiva, das relações hierárquicas entre os indivíduos, criava na praça pública um tipo particular de comunicação, inconcebível em situações normais” (BAKHTIN, 1993, p. 9). O espaço da festa no Polo Industrial de Manaus foi significativo para os trabalhadores porque deixou fortes marcas de sua originalidade de classe, de novos sujeitos político e atores sociais que se forjaram pela arte, música, luta e resistência às imposições ordeiras dos patrões. Nesta circunstância, como afirma Albuquerque (2011, p. 45), “a elevação do discurso é uma forma de manter a gravidade já que falta ‘nobreza’ ao sujeito poético”. Este indicativo foi determinante para a reinvenção dos trabalhadores, especialmente, dos apoiadores da festa operária. Decerto contribuiu para a revelação de novos talentos para a melhor crítica da realidade social em viviam. Eis os fragmentos de algumas poesias dos operários locais:

DOMINEU

Por apenas alguns trocados, que não faz falta pro endiabrado.
Eles querem que pensemos que eles são da nossa classe,
Mas não nos enganemos:
Eles são os empresários e nós os operários assalariados

Podem nos chamar de bagunceiros,
Subversivos, comunistas e interesseiros.
Muito menos de ladrões;
Só queremos que respeitem nossas reivindicações.
(Lino Rodrigues – Jornal O Parafuso, outubro/1988)

CONSTITUIÇÃO

Quando peguei esta lei
da Nova Constituição
Vi tanta coisa até evangélica
que me alegrou o coração
mas vamos tirar do papel
prá colocar em ação.

Trabalhador deve lutar
E exigir dos seus patrões
trabalhar só seis horas
como está na Constituição
não deixe ser enganado

por quem só suga a nação.

Se o trabalhador se unir
começar a se dar valor
acreditando em nós mesmo
perder o medo do doutor
deve levantar a cabeça
deixar de dizer sim senhor.

(Maria Cleto de Souza Lima – Jornal O Parafuso, outubro/1988)

POESIA POPULAR

Se você não está feliz
com um país capitalista
Vai se unir aos companheiros
que eles te dão a pista
desligue a sua tv
e faça a nova conquista

Operário que não luta
pra conquistar seus direitos
fica só de reclamar
do salário sem dar jeito
come o pão que o diabo amassou
mas só sabe botar defeito

(Maria Cleto de Souza Lima – Jornal O Parafuso, agosto-setembro/1988).

Os trabalhadores vivem um novo momento. A recitação da poesia dá um novo sentido às suas existências. “A vida é um tecido mesclado e alternativo de prosa e de poesia. Pode-se chamar de prosa as atividades práticas, técnicas e materiais que são necessárias à existência” (MORIN, 2001, p. 59). “A poesia é estética, o amor, o gozo, o prazer, a participação e, no fundo, é a vida” (IBIDEM, p. 59).

Nesse âmbito, a forma simbólica da carnavalização caracteriza-se principalmente pela lógica ao avesso. De acordo com Bakhtin (1993, p. 10), a linguagem do segundo mundo é,

A paródia da vida ordinária, do ‘mundo ao revés’. O caráter constitutivo mais forte da carnavalização da vida e do mundo, com maior pertinência para a ‘identidade cultural’ brasileira, refere-se ao mundo das transgressões e das interversões. Instaurando uma visão não rotinizada do mundo e da vida, a festa do congraçamento pagão, do ‘mundo às avessas’ significa liberação, inversão de hierarquias, papéis, regras, valores etc. Rito do *rebaixamento*, inverte-se o ‘alto’ e o ‘baixo’.

Bakhtin fala dessas manifestações coletivas como expressão de transgressão em que o lúdico, o comportamento pagão é vivido como “natural”, próprio do humano que ri e

carnavaliza a vida ou o mundo da vida. Trata-se de uma relação com seus iguais e com os outros, utilizando os caminhos abertos pelas práticas culturais como um meio poderoso de buscar legitimidade e reconhecimento, de exprimir ideias de visão de mundo para conquistar direitos num espaço social negado para tal procedimento, que é a fábrica.

A transgressão e exaltação traduziam a forma e o estilo que cada operário/a encontrava para expressar suas angústias e sentimentos. Não era algo prejudicial, apesar de reconhecerem que no espaço da festa acontecesse a embriagues de alguns companheiros. Mas, nada que desabonasse a conduta do movimento. Pelo contrário, esta foi uma das alternativas que os operários encontraram para se manterem fortalecidos na greve.

Rubenita Santos nunca viu bebidas no movimento. Confirma que presenciou, sim, algumas discussões em decorrência da falta de compreensão dos operários que não aderiam ao movimento. Ela lembra o dia em que uma colega aproximou-se dela e disse: “vamos lutar pelos nossos direitos. Aí eu dizia: mas eu não vou entrar porque eu preciso do meu emprego, aí começava o xingamento: tu és uma “pé-rapada”, tu és uma “orelha-seca” igual a mim” (entrevista/2012).

Os atos de transgressão dos trabalhadores não é algo negativo, expressam o fazer-se classe. A transgressão era vista de forma muito positiva. Fazia-se necessária e indispensável para a afirmação da classe. O grande ápice desse momento, de acordo com Miranda (1997), é conferido na expressão da carnavalização e multidentidade cultural dos trabalhadores, necessárias à reinvenção e transcendência do seu fazer-se.

Francisca Selma, 48 anos, jamais presenciou atos de transgressão do trabalhador que desabonasse a conduta do movimento. Ela lembra, mais recentemente, o caso da Sharp do Brasil que,

Mesmo pedindo falência, ela sempre cumpria as determinações. Se o trabalhador pedisse certo percentual, ela cumpria. As represálias, ameaças, demissões, humilhações, aconteciam depois da greve, durante a greve nem sempre, sua duração é por pouco tempo. Havia companheiros que lutavam muito pelos outros e depois da greve eram despedidos. Isso que era cruel. A luta deles nem sempre valia para eles. Valia para quem ficava na empresa (entrevista/2012).

Os operários faziam suas denúncias e questionamentos. Tinham a convicção de que haveria sempre novos sujeitos aptos a fazerem algo melhor. Conforme Bourdieu (1996, p. 205)

o sujeito emerge em um espaço social ou em um campo de disputas e se traduz em um agente dotado de “senso prático”, de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão. O que segundo ele, “comumente chamamos de gosto”, de estruturas cognitivas duradouras, ou seja, de produto da incorporação de estruturas objetivas, e de esquemas de ação que orientam a percepção de situação e a resposta adequada.

O sujeito existe em um espaço como um ponto de vista, que difere e é diferente. Essa diferença só se torna visível se percebida por outro, alguém, inscrito nesse espaço, capaz de estabelecer a diferença. Os agentes [sujeitos] ou grupos são distribuídos no espaço social em função de sua posição nas distribuições estatísticas, conforme os dois princípios de diferenciação, o capital econômico e o capital cultural. Pode-se inferir que, para Bourdieu, o sujeito emerge em um campo de disputas dotado de *habitus*³⁷ de classe.

No caso específico dos trabalhadores do Polo Industrial de Manaus, nos anos 1980, ainda era prematuro descrevê-los como pós-modernos. Porém, constata-se no ato da festa, a presença do sujeito que transcende o moderno ou que está na fronteira entre o moderno e o pós-moderno. Pode-se inferir que esse novo sujeito não é tão ingênuo face à ideia linear de progresso, ele parece estar atento a uma noção complexa de progresso. Este sujeito emerge da interação social, incorpora valores reconhecidos pela sociedade e se mantém atualizado nos padrões de conduta necessários para ser reconhecido pelo outro, um “outro” inscrito no mesmo espaço social.

É o novo ser político como instância que, segundo Maffesoli (2005, p. 23), “na sua acepção mais forte, determina a vida social, ou seja, limita-a, constrange-a e permite-lhe existir”. Este autor insiste em afirmar a possibilidade de existir um efeito de estrutura ou uma lei natural e inexorável que incita a dobrar a espinha dorsal e aceitar de alguém ou de alguns a lei: o bem o verdadeiro, o desejável, e o contrário disso tudo, evidentemente. Para este mesmo autor “um líder só pode suscitar adesão em torno de uma ideia, de uma imagem, de uma emoção, porque o povo tem necessidade de colocar-se em estado de religação” (MAFFESOLI, 2005, p. 33). Este desejo coercitivo de mudança de valores é, de fato, o que possibilitará uma criação contínua que regenera a sociedade, o *religare*.

De acordo com Bourdieu (1996), essa interação amplia-se às esferas ambientais, sociais e psicológicas promovendo uma articulação entre duas dimensões: a razão e a

³⁷ *Habitus* - é um conceito desenvolvido por Bourdieu com o objetivo de pôr fim à antinomia indivíduo/sociedade dentro da sociologia estruturalista. Relaciona-se à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir.

afetividade. O sujeito fronteiro transita entre duas esferas do poder, de um lado, a racionalidade instrumental e, de outro, a racionalidade subjetiva.

Para Habermas (1989) o sujeito emerge como produto da interação social e socialização. Ou seja, ele interage com esferas ambientais, sociais e psicológicas, e, também, transita entre as esferas de poder características da racionalidade instrumental e comunicativa. E para Leff (2006) e Souza Santos (2005) o sujeito age a partir do afeto para denunciar a crise socioambiental, mas também da razão para anunciar padrões societários mais emancipatórios e menos abusivos em termos socioambientais.

Assim como Habermas (1989), Huyssen (1992) percebe na cultura uma notável mudança nas formações de sensibilidades, das práticas e do discurso. De acordo com este autor, o sujeito transita entre as esferas de poder da racionalidade instrumental e da racionalidade subjetiva, retornando a uma visão dualista da realidade (razão e afetividade). Isso forma o que o autor chama de um conjunto pós-moderno de posições, experiências e propostas distinguíveis do que marcava um período precedente.

A festa na greve foi o lugar de descontração dos trabalhadores, onde eles se separavam entre si. Uns ficavam num canto, outros no outro canto. Havia sempre um líder. Nesses pequenos grupos de fábrica eram feitas as combinações e, depois, eram levadas ao supervisor. Esses supervisores, por sua vez, recomendavam aos operários para não fazerem badernas. Diariamente, ao chegarem à fábrica eram impedidos de entrar. Quem apoiava a greve jamais entraria no dia seguinte.

Os supervisores não impediam a entrada dos funcionários. Algumas vezes, eles até dialogavam e solicitavam a eles que acabassem com aquilo, que parassem com a greve porque estavam se prejudicando. Mas eram avaliados como “puxas-sacos” dos seus gerentes. Em certa medida, os supervisores se mostravam equilibrados diante das atitudes dos trabalhadores, quase não interferiam em suas decisões, a menos que fossem incomodados. Nesse caso, alguns deles acabavam aderindo ao movimento. Essa postura traduzia a força da pressão dos trabalhadores em greve que ao realizarem suas festas passaram a concebê-las como espaços de lazer diversão.

O comportamento dos trabalhadores esclarece o estágio em que se encontrava a construção do movimento. Cada sujeito apresentava um comportamento comedido, de acordo com sua real situação porque temiam as futuras demissões. Esse impasse contribuiu para que os supervisores e gerentes não manifestassem seus devidos apoios, se mantinham neutros. Eles estavam certos de que qualquer decisão precipitada, a cobrança seria mais ferrenha e a

punição seria inevitável. Apesar de demonstrarem sua sensibilidade de querer participar e contribuir somados à imprevisibilidade que os tornavam impotentes e frágeis, assim como, traduz um sindicalismo composto por pessoas determinadas e incansáveis que faziam a linha de frente da luta sindical. Era um novo sindicalismo que, merecidamente, recebia o reconhecimento de cada sujeito operário sem distinção. Era o limiar de uma nova era posta aos sujeitos políticos que deveriam lançar-se como os novos personagens que entrariam na arena política da luta classista em Manaus.

Apesar de todas as suas lutas e conquistas, permaneciam na década seguinte amarras do sindicalismo corporativo, foram poucos os avanços em direção a autonomia sindical. O grande dilema ainda enfrentado pelos trabalhadores insiste na imposição de estratégias oriundas das ações empresariais que parecem objetivar o alijamento das representações dos trabalhadores dos processos de mudanças e o enfraquecimento da ação sindical pelo esforço sistemático de eliminar as organizações no local de trabalho. Os sindicatos devem reafirmar na sua prática a dignidade do trabalhador, aspecto essencial do novo sindicalismo, que nesses novos tempos de flexibilização dos direitos sociais impõe-se com mais força no reconhecimento social do trabalhador como produtor e cidadão.

CAPÍTULO IV – REINTERPRETAÇÃO DA FESTA COMO REINVENÇÃO DO OPERARIADO

A vida é um tecido mesclado ou alternativo de prosa e de poesia. Pode-se chamar de prosa as atividades práticas, técnicas e materiais que são necessárias à existência. Pode-se chamar de poesia aquilo que nos coloca num estado segundo: primeiramente a poesia em si mesma, depois a música, a dança, o gozo e, é claro, o amor.
(Edgar Morin)

4.1 – Os sentidos da festa para a organização sindical

Nem sempre a festa traduziu uma conotação positiva para toda a classe operária, principalmente para os trabalhadores que participaram indiretamente do processo da militância política. Embora eles se fizessem presente nas reuniões sindicais, não se sentiam atraídos pelas festas e nem tampouco pelas frequências às reuniões, devido os embates serem muito duros. A Expressão desse sentimento está muito presente no discurso das mulheres operárias, principalmente, aquelas que viveram esse período. “O próprio pessoal que dirigia o sindicato, por várias vezes, ia negociar com os patrões e, quando voltava acertava outras coisas. As propostas dos patrões acabavam sendo aceitas” (Telma Santos, entrevista/2012). Esse procedimento destoava dos acertos entre a base e seus representantes, provocando o seu descontentamento porque passavam a atuar lado a lado com os patrões.

Muitas pessoas presenciaram o ilícito comportamento e nada fizeram. Nossa entrevistada expõe suas angústias ao revelar que: “foi na época d’aquele sujeito que se elegeu deputado federal. Foi ele o causador de muitos funcionários pegarem as contas. Nós fomos despedidas e eles não davam muita trela para as mulheres” (Telma, entrevista/2012).

A fala de Telma mostra o descompasso de gênero entre homens e mulheres e a necessidade de uma equipe mais qualificada para fazer frente às negociações. O ressentimento de alguns trabalhadores era tanto que, em determinadas celebrações festivas, externavam suas subjetividades no formato da agressividade, percebida pela sociedade como badernas. Esse clima presente da festa afastava ainda mais os trabalhadores que não estavam diretamente envolvidos no processo de luta, permanecendo no cenário apenas quem gostava da agitação.

Ainda assim, prevalecia o companheirismo entre os trabalhadores. Edna Colares rememora com o semblante saudosista aquele tempo, “eu não era sindicalizada. A festa ajudava para a construção da classe operária porque ela unia os trabalhadores” (entrevista/2012).

O quadro apresentado por Edna é primoroso porque convém refletir sobre as relações de trabalho. As relações de trabalho proposta neste estudo emergiram da compreensão conceitual de trabalho em meio a exploração, entendida por Thompson (1987), como a soma de injustiças e antagonismos mútuos. É uma relação que pode ser encontrada em diferentes contextos históricos sob formas distintas, que estão relacionadas às formas correspondentes de propriedade e de poder estatal.

Nessa mesma linha de raciocínio Lênin (1988) complementa que o trabalho é a essência do homem. É o meio pelo qual nos relacionamos com a natureza e a transformamos em bens aonde vai se dar o valor. O trabalho é uma mercadoria que possui um valor de uso e um de valor de troca. Essa relação divide a sociedade em classes: a burguesia e o proletariado como afirmam Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista publicado em 1848. A burguesia corresponde à classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado. O proletariado é constituído pelos trabalhadores assalariados modernos que privados de meios de produção próprios, se veem obrigados a vender a sua força de trabalho para poder sobreviver.

É interessante perceber o sentido da festa operária para os trabalhadores do Parque Industrial de Manaus. Na fala de Rosilene Martins compreendemos este sentido no momento em que ela expressa o significado da festa como a força. Segundo esta ex-militante e dirigente sindical, “o nosso trabalho estava valendo mesmo. Nós estávamos levando as necessidades da categoria e sentíamos correspondidos enquanto categoria. Para nós isso era fundamental, sermos correspondidos como liderança” (entrevista/2013).

Esse caráter lúdico-festivo presente nas práticas artístico-culturais constituiu-se numa das grandes inovações e criatividade do fazer-se classe na lida da greve. Neste aspecto lúdico da festa, conforme Gadamer (1985, p. 45) afirma que há três dimensões constitutivas básicas: a arte como jogo, símbolo e festa.

O caso mais paradigmático é o movimento antropofágico presente na obra de Oswald de Andrade, ocorrido no interior do modernismo dos anos 1920. Nesse âmbito a carnavalização é assumida e radicalizada como postura consciente e norteadora de uma proposta estética. Para Gadamer (1985) é possível encontrar uma manifestação que, através de dois famosos documentos fundantes, o *Manifesto da poesia Pau-Brasil (1924)* e o *Manifesto*

antropófago (1928), libertaria um magma criativo de profunda renovação, com ressonâncias decisivas para a cultura brasileira.

Outro autor que desenvolveu um dos estudos mais sugestivos sobre o fenômeno da carnavalização foi Mikhail Bakhtin. Em seu clássico *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*, ao examinar a relevância do riso popular no entendimento do contexto da obra de François Rabelais, Bakhtin (1993, p. 03) afirma que,

sua amplitude e importância [da carnavalização] na Idade Média e no Renascimento eram consideráveis [...] opunha-se à cultura oficial, ao tom sério, religioso e feudal da época. Dentro da sua diversidade, essas formas e manifestações – as festas carnavalescas, os ritos e cultos cômicos especiais [...] – possuem uma unidade de estilo e constituem partes e parcelas da cultura cômica popular, principalmente da cultura carnavalesca, uma e indivisível (BAKHTIN, 1993. p. 3).

A festa parece possuir um princípio seminal da existência humana. Entre os operários do PIM foi a forma primordial das manifestações. A partir da base ocular de Bakhtin, é possível compreendermos que a percepção e a consciência do tempo, durante milênios, sofreram mudanças consideráveis. No princípio, o tempo é visto como a justaposição do começo e do fim de um desenvolvimento natural: inverno/primavera, morte/nascimento, partes constitutivas de um ciclo vital. Para Bakhtin (1993, p. 22), “a sucessão das estações, a semeadura, a concepção, a morte, e o crescimento são componentes dessa vida produtora. A noção *implícita* do tempo contida nessas antiquíssimas imagens é a noção do tempo cíclico da vida natural e biológica”.

Bakhtin enfatiza o sentimento que estabelecia um sinal de igualdade entre as sucessivas estações climáticas, com as consequências naturais do ciclo biológico, é ampliado e aprofundado, abarcando os acontecimentos da sociabilidade humana. Assim era constituído o sentimento da temporalidade histórica. No interior desse processo, o rito festivo sempre joga um papel importante na marcação do tempo, seja do tempo cósmico-natural, biológico, seja da temporalidade histórica.

Constatamos em nossas investigações a existência de certa similaridade entre a manifestação da festa operária no Polo Industrial de Manaus e o carnaval analisado por Bakhtin. Nesses eventos o que preside é a lei da liberdade. Para Bakhtin (1993, p. 07) “a forma efetiva da vida é ao mesmo tempo sua forma ideal ressuscitada. Nem teatro, nem representação. Nem atores, nem palco. Momento especial da existência, ao mesmo tempo

onírico e real. É a própria vida que representam”. O sentido dessa manifestação é apreendido não simplesmente como mera representação, mas vivência. É o momento em que acontece um jogo especial que se transforma em vida real. É aquela *dualidade do mundo e da vida*, segunda vida do povo, fundada no princípio do riso e da festa (BAKHTIN, 1993).

A reflexão bakhtiniana é esclarecedora para a compreensão do romance *O nome da rosa*, de Humberto Eco (1995). Durante o desenvolvimento da trama desse romance há a tentativa de mostrar o mundo das inversões, concebido como traço marcante da carnavalização. A descrição do “mundo às avessas” protagonizada no filme ilustra magistralmente esse jogo de espelho do mundo das interversões entre o sagrado e o profano, o sublime e o vagabundo, a verdade e a mentira.

Apesar das marcas profundas que a greve na greve deixou nos corações e mentes de cada trabalhador ou trabalhadora, ela acabou contribuindo para o avanço da luta de classe no Parque Industrial de Manaus. Nos seus primórdios, quando não haviam greves, os patrões mandavam e desmandavam, faziam o que bem queriam com os trabalhadores, principalmente no aspecto da disciplina e controle fabril. Era comum ver os gerentes gritando com os funcionários, não sabiam conversar com os supervisores, enfim, a ordem era vigiar e punir para usarmos uma expressão foucaultiana. Esta situação se agravava ainda mais com os operários de chão-de-fábrica. Rubenita Santos coordenou o trabalho das mulheres e dos homens na linha de produção e vivenciou esta situação. Em seus relatos, afirma ter acompanhado uma funcionária, sob seu comando, que desmaiou quando o gerente chamou sua atenção³⁸.

Depois que começaram a acontecer as festas nas greves, a própria greve em si, o maior contato do sindicato com os trabalhadores de dentro das empresas, os operários passaram a denunciar ao sindicato o que acontecia por dentro das empresas. O estado de precariedade no qual viviam esses operários passou a ter gradativas melhorias.

Em oposição à economia política, que concebe os indivíduos isolados entre si, Marx (1987) apreende a dinâmica da sociabilidade na sua atividade produtiva e dela retira os elementos que geram a desigualdade. A dinâmica da produção social, segundo Marx (1987), impulsiona as modificações no centro da própria produção, gerando novas formas de organização social. Inexiste a produção sem exploração do trabalho. Os homens produzem a sua existência no conjunto das relações sociais, todavia, a exploração do trabalho tem

³⁸ O desmaio de funcionários, decorrente das fortes agressões verbais dos patrões, era comum na linha de produção. Sobre este assunto sugerimos consultar os livros de Iraídes Caldas Torres. *As novas Amazôidas* (2005) e de Milton Melo dos Reis Filho. *A Saga dos Operários em Manaus -1980* (2013).

conduzido a trama social, permitindo gerar seu excedente de modo cada vez mais ampliado: o capital. A vida dos trabalhadores, seus direitos, são garantidos pela organização política cria o arcabouço de sua sustentação.

Os sujeitos da pesquisa lembram nitidamente o gerente Jorge Ramon. Esse gerente foi, durante muito tempo, o “terror” das mulheres e homens que denunciavam, sem cessar, as atrocidades que ele cometia. O ex-gerente da empresa Sharp do Brasil ameaçava principalmente as mulheres, obrigando-as a realizarem horas extras. “Ele dizia que, se alguém perdesse o ônibus, que levantasse a saia, mostrasse a calcinha e pegasse carona para trabalhar” (TORRES, 2005, P. 178). Além da agressividade e da falta de escrúpulo desse gerente, denota-se, também, a força do capital sobre os trabalhadores.

Este foi um momento de grandes ganhos também percebido por Francisca Selma, “porque você trabalha cinco, seis anos num setor e não conhecia as pessoas. A festa possibilitava conhecer melhor cada colega, promoveu um ambiente muito familiar” (entrevista/2012).

A manifestação da festa é a mais democrática forma de contribuição para o avanço da luta de classe e para a maturidade dos trabalhadores. Por meio dela, os trabalhadores puderam demonstrar um nível de compreensão mais acurado, uma nova visão da concepção operária. Eles deixaram um grande legado para as gerações do nosso tempo, um nível de sabedoria inigualável constatado nos avanços significativos de sua luta de classe, como sujeitos políticos e cidadãos. Algumas lideranças desse tempo continuam contribuindo nas organizações, somando com outras lideranças na conquista de novos espaços.

Muito embora esses sujeitos da pesquisa percebam nos dias de hoje o desinteresse tão grande dos trabalhadores para com os sindicatos, suas vozes lembram que nos anos 1980 havia disputa pela conquista das direções e hoje está difícil encontrar trabalhadores que queiram participar do sindicato. Sem generalizar, há certo desinteresse dos jovens trabalhadores em participar da linha de frente do próprio movimento sindical, some-se a isso, a diminuição da sindicalização que também é outra dificuldade. Nos dias de hoje é necessário haver um grande processo de convencimento.

Morin (2000) afirmam que a gênese de uma borboleta começa na crisálida com a autodestruição da lagarta que entrou nessa crisálida, e essa autodestruição, segundo ele, é inseparável da autocriação do ser totalmente novo. O autor toma como exemplo a *cybercultura* na qual o mundo está no começo e cujos desenvolvimentos ainda não podemos avaliar. Ressalta que no começo era uma cultura de intercâmbio, comunicação intelectual,

audiovisual. É algo que está aparecendo e que talvez tente monopolizar as outras culturas às vezes até a serviço de outras culturas.

Embora as sinalizações indicassem os novos caminhos do movimento sindical na década seguinte, era prematuro pensar o descompasso da luta entre os trabalhadores do Parque Industrial de Manaus. A luta emergia em plena festa operária, estratégia política que contribuiu sobremaneira para o avanço da luta de classe no Parque Industrial de Manaus. Rosilene Martins, 47 anos, dirigente sindical que exerceu o cargo de Secretária de Formação no segundo mandato da diretoria cutista era responsável pela formação dos trabalhadores. Durante esse tempo junto com seus companheiros visitavam as fábricas, as casas dos trabalhadores, agendavam local para reunirem e promoverem a formação dos operários.

Ressalte-se que o tema a ser estudado “era escolhido pelos próprios trabalhadores, algumas vezes, sugeridos pela secretaria. Também contavam com a contribuição de um assessor de formação, o Paulo Araújo, que sugeria as bases necessárias para a discussão dos temas” (Rosilene Martins, entrevista/2013). A mais valia, era o tema indispensável do momento. Os formadores discorriam sobre os temas programados, destacando a importância do trabalho e da participação sindical, para onde direcionavam o dinheiro da contribuição sindical, enfim, tudo era explicado aos trabalhadores. Era algo muito instigante porque as equipes formadoras iam visitar às casas desses trabalhadores. Essa visita ocorria até mesmo durante a época das lutas mais acirradas originadas em plena festa operária.

Entre os jovens operários era comum a participação nas greves de segunda a sexta-feira, aos sábados e domingos dedicarem-se as formações recebidas por meio de retiros, encontros. Esses encontros contavam com a participação das pessoas que, na ocasião das visitas às fábricas, constatava-se que elas estavam determinadas a participar da luta. A visita a casa desses trabalhadores tornava-se mais frequentes pela necessidade de conversarem com eles, não era algo comparado a uma “lavagem cerebral”, mas de esclarecimento e de formação. Nesse contexto, a “Pastoral Operária criada em 1979 e vinculada à CNBB Norte I, teve participação expressiva na formação da consciência operária” (TORRES, 2010).

A presença dos dirigentes sindicais nas festas operárias e demais momentos da vida desses trabalhadores, contribuiu para o avanço da luta de classe no Amazonas. Esses trabalhadores socializaram os diferentes espaços, contracenaram como sujeitos protagonistas no palco da luta de classes com muita determinação e galhardia. Ainda hoje esses ex-operários encontram-se de certa forma, em algum espaço contribuindo com o olhar crítico na sociedade. Resta-nos saber identificá-los, por diferentes ângulos, quais os espaços por eles

conquistados. Vivenciam sua cidadania, participam de decisões por meio do voto, enfim, colocam-se na arena política de outras formas. As vezes os canais televisivos mostram alguns desses bravos militantes ou dirigentes da luta de classe no nosso Estado. Rosilene Martins, um exemplo vivo de sua época relata o seguinte fato:

Um dia desses alguém ligou para a minha casa e disse assim: Rose. Interessante! Ligaram aqui para o PT perguntando se era a Rose que está concorrendo à direção, se a vereadora era você? Rose você está percebendo o quanto você ainda é lembrada? Na época da festa nós nos apelidávamos muito, dentro daquilo que mais a pessoa expressava fazer, eu era a sereia, meus cabelos eram longos. Algumas vezes ainda sou parada por alguém quando passo nas ruas da Compensa. Ei, você não é a Sereia? Porque na nossa terra esse tipo de agrado é muito comum (entrevista/2013).

Além do agrado comum aos filhos da nossa terra, como menciona Rosilene Martins, o reconhecimento é o elemento chave para esta análise. É assim que as lideranças da década de oitenta do século vinte ainda são reconhecidas nos dias atuais. Essas pessoas, homens e mulheres, deixaram um legado exemplar na arte de atuar. Significa que quanto mais se pratica e domina as difíceis habilidades para enfrentar a luta de classes reconhecidamente ambivalente, menos agudas e dolorosas as arestas ásperas parecem, menos difíceis os desafios e menos irritantes os efeitos. Como diz Bauman (2005, p. 20), “pode-se até começar a sentir-se *chez soi*, ‘em casa’, em qualquer lugar mas o preço a ser pago é a aceitação de que em lugar algum se vai estar total e plenamente em casa”.

Na extensão do discurso de Bauman, pode-se reclamar de todos esses desconfortos e, em desespero, buscar a redenção, ou pelo menos o descanso, num sonho de pertencimento. Mas também se pode fazer desse fato de não ter escolha uma vocação, uma missão, um destino conscientemente escolhido, ainda mais pelos benefícios que essa decisão pode trazer para os que tomam e as levam a cabo, e pelos prováveis benefícios que estes podem então oferecer a outras pessoas. É o que ele define de identidade ao afirmar que,

a identidade só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, um objetivo; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais - mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta (BAUMAN, 2005. p. 22).

Ao associar este discurso com a fala de Rosilene Martins, quando tomou ciência da notícia sobre o fato de ser a possível candidata, constata-se que a ex-operária é ícone das lutas operárias. O mérito do reconhecimento é visto como expectativas positivas das pessoas que a conhecem desde sua trajetória de vida e militância no âmbito da luta de classes. Isto mostra o quanto que essa grande liderança ainda é capaz de reinventar e contribuir para a construção de novas identidades desta geração. Na contemporaneidade é mais difícil esconder essa verdade do que no início da era moderna. As forças mais determinadas a ocultá-la perderam o interesse, retiraram-se do campo de batalha e estão contentes com a tarefa de encontrar ou construir uma identidade para nós, homens e mulheres, individual ou separadamente, e não conjuntamente. “A fragilidade e a condição eternamente provisória da identidade não podem mais ser ocultadas. O segredo foi revelado. Mas esse é um fato novo, muito recente” (BAUMAN, 2005, p. 22).

A nosso ver a festa operária é um enorme momento de aprendizado dos trabalhadores, era no espaço da convivência que, unidos, aprendiam e multiplicavam suas divergências e concepções que, por sua vez, contribuíram para a mudança de mentalidade, ampliando concepções dos trabalhadores. Formava-se pessoas preparadas e maduras para campo social e a luta de classes. É difícil saber se esta nova geração consegue sustentar essa mesma garra. A união dos trabalhadores foi o ganho significativo nos anos 1980, momento em que esses operários, especialmente os mais jovens, aplaudidos pela sociedade, conseguiram conquistar os avanços no modo de pensar e de conceber cada momento de sua trajetória pessoal, acadêmica, profissional e de protagonista da sua própria história. Não lhes faltavam habilidades para se organizarem. Esta afirmação é recorrente na fala de Francisca Selma, Rosilene Martins e nos demais sujeitos dessa pesquisa.

Antes da decretação das greves, os operários juntamente com o seu sindicato, pensavam nos instrumentos necessários para suas paralisações. Os dirigentes sindicais estavam certos de que, se propusessem a paralisação, os operários estariam aptos a aceitá-la. Isso só acontecia se as propostas de reivindicações fossem negadas. A pauta de reivindicação emanava dos próprios trabalhadores. Eles iam ao sindicato levar suas pautas ou entregavam-na aos dirigentes sindicais quando visitavam as empresas. Essas propostas eram levadas aos patrões pelos dirigentes sindicais, os chamados “linhas de frente” nas negociações. As negociações demandavam horas de angústias e exaustão. Quando não conseguiam aprovar suas propostas, voltavam ao operariado e, numa linguagem simples relatavam o que fora acatado pelos patrões. Nesse momento prevalecia a determinação dos trabalhadores e, quando

menos se esperava, os operários davam início às paralisações de suas atividades. Esta atitude é percebida neste estudo como uma estratégia de sustentação das negociações dos dirigentes sindicais com os patrões.

Rosilene Martins reconhece a contribuição dos chamados trotskistas nesse momento. Ela lembra que eles liam muito sobre história, contribuía no campo das ideias e com sua atuação tanto na vanguarda como na militância. As discussões, as desavenças eram comuns nos debates, jamais enveredavam um fazer precipitado, mesmo na preparação das menores greves. O cuidado com a infiltração dos “más ouvidos” era óbvio. Foi um momento muito rico no qual os partidos de esquerda (PT, PCdoB)³⁹ juntamente com todos os trabalhadores sentavam para deliberar em favor da aprovação de suas pautas reivindicativas. A carência dos recursos sentida em cada militante despertou a sensibilidade e a solidariedade de outras pessoas, como faz questão de lembrar Rosilene Martins na sua entrevista. Vejamos:

Lembro que uma vez rachamos uma lata de sardinha com um quilo de farinha. Pensávamos: hoje é o que temos para aliviar a fome. Aquele alimento era a nossa janta para acordar de manhã e mobilizar todo mundo. Entre nós, ninguém faltava com respeito. Dormíamos no sindicato, na sede da CUT. Como eu era muito jovem a mamãe chorava muito, fazia aquela pressão psicológica. Mas ela estava certa. Naquele tempo a repressão era tanta que os policiais nos seguiam até nossas casas, principalmente durante as greves. Nós, dirigentes sindicais, fomos escoltados muitas vezes pela polícia. Ao chegar à minha casa, mudava de roupa e, logo me dirigia para o sindicato. Dormir lá era mais seguro. Os estudiosos nos orientavam a dormir no sindicato e nos fortaleciam quando diziam num momento desse a coragem de vocês tem que ser maior, por que se eles chegarem a pressionar suas famílias, vocês podem deixar tudo por causa dela. Então havia também essa perseguição na época das festas (entrevista/2013).

A fala de Rosilene Martins expressa sensibilidade e solidariedade. A sensibilidade era percebida desde as relações travadas no âmbito da convivência da luta de classes, assim como nas relações de parentesco ou familiares. A solidariedade estava no apoio recebido das várias entidades de classe, da sociedade civil e de pessoas comuns solidárias ao movimento.

A forma assumida pelo marxismo intelectual que arrebatou os centros acadêmicos da Europa e dos EUA no final da década de 1960 era profundamente economicista e, em muitos casos, gravemente reducionista. A década de 1970 constituiu-se no provável apogeu do

³⁹ A corrente denominada Convergência Socialista era interna do PT e seguiam as orientações de Leon Trotsky que foi um dirigente que buscou construir e fortalecer o marxismo na Rússia contra a degeneração e contra-revolução que Stalin construiu na Rússia (um país burocratizado, ditatorial, contra o povo e contra os trabalhadores).

marxismo intelectual no Ocidente, a política, a ideologia e a cidadania foram deslocadas ou vistas como efeitos do motor básico do desenvolvimento do capitalismo.

É importante perceber o estilo como os diversos grupos sociais se articulavam e respondiam aos discursos e às ações das autoridades públicas que tentavam impor normas de conduta e disciplinares formas de organização social e cultural⁴⁰ das chamadas “classes perigosas” (LARA, 2006, p. 13).

O ano 1980 foi uma década de inventividade frenética dos trabalhadores. Nesses anos várias bandeiras foram costuradas e erguidas, novos manifestos foram elaborados, assim como novos cartazes foram concebidos e impressos. A volta da democracia possibilitou uma reorganização do movimento social, num patamar inédito até então.

Trata-se de uma década vital para que se examinem os projetos de país em disputa na atualidade. Na América Latina ficou conhecida como a década perdida, no âmbito da economia. No Brasil, a desaceleração representou uma queda vertiginosa nas médias históricas de crescimento dos cinquenta anos anteriores.

Sob o ponto de vista político foi literalmente uma década ganha. Entidades e partidos políticos se formaram e se firmaram como, também, se abriu uma nova fase histórica para o país, através do fim da ditadura e da promulgação da Constituição de 1988. Este estudo revela que a democracia foi um dos ganhos políticos da década economicamente perdida. Outro ganho foi o surgimento e consolidação de um espaço regional de coordenação de políticas, cujos desdobramentos positivos ainda fazem-se presentes.

⁴⁰ Sobre este assunto sugerimos consultar os livros de Maria Clementina Pereira Cunha. O espelho do mundo. Juqueri, a história de um asilo (1986); Sidney Chalhoub. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial (1998). Ver também o trabalho de Gabriela dos Reis Sampaio. Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial (2002).

4.2 - Alguns apontamentos sobre o trabalho nos anos 1990

Os anos iniciais da década de 1990 inauguravam no Parque Industrial de Manaus um novo estilo de vida e trabalho. O operariado estava submetido às alterações no mundo do trabalho. A chamada reestruturação produtiva exercia um novo perfil do trabalhador fabril.

As empresas adotavam novas medidas educativas aos trabalhadores, contratando o Telecurso 2000 para ser ministrado no espaço fabril com o intuito de cumprir com os preceitos da reestruturação produtiva. O operário eficiente, padrão, deu lugar ao “colaborador qualificado” e mais bem preparado para os novos desafios dentro de uma exigência global.

Os espaços do trabalho tornaram-se reduzidos. A nova sociabilidade é marcada por conflitos, violência, preconceitos, e, sobretudo, por sinais de estranhamento mútuo. A velha sociabilidade ancorada nas relações de companheirismo caracterizadas pelo reconhecimento interpessoal e auto-reconhecimento cedem lugar à sociabilidade individualizada e estranhada.

Para Alves (2009) o trabalho estranhado é uma forma estrutural originária da vida social estranhada das sociedades de classes, marcada por um estranhamento que perpassa seu metabolismo social, obstaculizando o desenvolvimento humano-genérico das individualidades pessoais de classe, ou seja, o estranhamento social.

É com base nesta situação multifacetada das mudanças sociais em curso que Thompson (1987) se indaga sobre o processo de reconstrução das noções de comunidade entre os trabalhadores. Constituir-se numa comunidade nacional aberta aos pobres é, por exemplo, uma das explicações para a continuidade da adesão ao metodismo, mesmo diante da sua crescente institucionalização. De forma mais ampla, esse processo perpassa os padrões de relacionamento pessoais, familiares e de gênero, gerando rituais de reciprocidade e mutualidade nos quais os trabalhadores formam a comunidade possível, sob o capitalismo industrial: aquela estabelecida entre eles mesmos em oposição aos padrões e ao trabalho.

As políticas de proteção ao trabalhador, dentro e fora do trabalho, foram sendo substituídas pelo aumento da competitividade⁴¹. O tratamento da desigualdade social mudou de perspectiva. O que era tratado antes na ótica do Estado de Bem-Estar, como problema a ser enfrentado com o aumento dos benefícios sociais, passava agora pela nova ótica do Estado-Mínimo.

Ramalho e Santana (2003, p. 12) consideram que “o mundo do trabalho, principalmente nos países desenvolvidos, se modificou rapidamente, e o consenso protetor do

⁴¹ Ver estudos de Ramalho e Santana. (2003).

welfare state foi sendo substituído pela dieta neoliberal”. Em outros tempos “as formas de organização proletárias obedecem à diversas modalidades, desde aquelas que se destinam ao auxílio mútuo até a defesa contra os inimigos da classe” (CARONE, 1975, p.198).

Ocorre também uma reestruturação no aspecto educacional. Os trabalhadores da década de 1980 buscavam a saída para os seus problemas conjuntamente enquanto classe social. Viam que sozinhos não podiam resolver o problema da miséria. Atualmente a política golpeia a luta de classe e a identidade operária com o discurso de que o operário está perdendo o emprego porque não está qualificado, o que é improcedente na medida em que existem dois tipos de desemprego: o estrutural e o conjuntural. O desemprego conjuntural é aquele que quando chega o final do ano o patrão concede férias coletivas, demite alguns e deixa-os na expectativa de serem convocados no início do ano seguinte. O estrutural é aquele desemprego que surge porque o capitalista reestrutura a fábrica, investe em tecnologia, reduz a mão de obra, deixando o trabalhador sem a perspectiva do retorno para o mercado de trabalho. “Muitos sindicatos que historicamente vinham desenvolvendo o sindicalismo de classe têm sido obrigados a repensar posições e estratégias, ao invés de radicalizar os princípios compatíveis com a linha de atuação por eles adotada historicamente” (SILVA, 2010, p. 175).

O trabalho passou a assumir novos formatos e os atores sociais, descentralizados deles, pareciam não mais querer identificar-se com os marcos genéricos da classe e de suas correlatas instituições de representação como os partidos e sindicatos.

Com o passar dos anos, a vida social foi sendo reconstruída nestes novos espaços. Silva (2005, p. 296) lembra que “as tradições, a cultura do mundo de antes não couberam nos limites destes espaços. Foi necessária a construção dos lugares para protegê-las, para impedir sua morte”. Seus estudos revelam que a curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada e a este momento particular de nossa história. Trata-se do lugar como o momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente (NORA, 1993).

A inserção numa realidade social voltada para os valores de troca, o desaparecimento das condições objetivas e sociais da produção dos valores de uso contribuíram para a destruição da matéria-prima das lembranças. Como lembra Silva (2005, p. 298) “a terra não é mais a mesma, sem contar que a produção de valores de uso era pautada pela sociabilidade ancorada nas relações pessoais de reconhecimento e pertencimento mútuos”. O novo contexto

é caracterizado pelo individualismo que passa a ser o valor predominante nas relações entre as pessoas. A cultura do mundo de antes, cimento da solidariedade. Para sermos mais precisos, “não existe progresso definitivamente conquistado, nem progresso exclusivamente progresso, nem progresso sem sombras [...] Todo progresso corre o risco de se degradar e comportar um duplo sentido: progressão/regressão” (MORIN, 2010, p. 29).

As novas diretrizes identitárias dos operários vinculados ou não ao aparelho sindical, pós-anos 1980, são abaladas, indicando novas bandeiras de luta e formas preponderantes de atuação. As pessoas se veem num contexto em que as bases de suas ações reivindicativas esvaíram-se. Este processo destrói as identidades sociais. Tem o poder de transformá-los de um dia para outro em vagabundos sem teto sem endereço fixo, sem identidade.

Este novo contexto é denominado por Bauman (2005) de modernidade líquida, ou seja, um mundo repleto de sinais confusos propensos a mudar com rapidez e de forma imprevisível. Essas alterações trazem consigo uma misteriosa fragilidade dos laços humanos, o que ele chama de amor líquido. Este é um dos fios condutores para compreendermos de que forma as relações interpessoais tornam-se flexíveis, gerando níveis de insegurança sempre maiores.

Estão em curso os relacionamentos em redes, as quais podem ser tecidas ou desmanchadas com igual facilidade e frequentemente sem que isso envolva nenhum contato além do virtual. Este quadro faz com que os novos sujeitos não mais saibam manter laços à longo prazo. Castells (1999) anuncia uma sociedade interativa. “Estão emergindo *on-line* novas formas de sociabilidade e novas formas de vida urbana, adaptadas ao novo meio ambiente tecnológico” (CASTELLS, 1999, p. 443) e, anuncia “a desumanização das relações sociais e que a vida *on-line* parece ser uma maneira mais fácil de fugir da vida real. Além disso, [...] o uso da internet aumenta as chances da solidão, sensação de alienação ou mesmo de pressão” (IBIDEM, p. 443).

Bauman (2005) examina a crise na atual política imigratória de diversos países da União Européia e a forma como a sociedade tende a creditar seus medos, sempre crescentes, a estrangeiros e refugiados. É desse modo que ele busca esclarecer, registrar e apreender de que forma o homem sem vínculos, figura central dos tempos modernos, se conecta. De acordo com este autor, “a sincronização dos focos de atenção e dos temas de conversa não é, evidentemente, equivalente a uma identidade compartilhada, mas os focos e temas mudam com tal rapidez que dificilmente há tempo para se compreender essa verdade” (BAUMAN, 2005, p. 104).

Os trabalhadores passaram a encarar os novos desafios do mundo do trabalho. As portas se fechavam principalmente para aqueles que haviam participado dos movimentos e das greves. No lugar dos demitidos contratavam novos funcionários. Quando os chefes descobriam que esses novos contratados eram líderes de greves, despediam-nos imediatamente. Essa parte do operariado era considerada pelos patrões a “maçã podre”, como chamavam os chefes. A orientação passada aos chefes, supervisores e reservas de linha, conforme atesta Rubenita Santos, consistia na retirada desses operários do processo produtivo. “Outros gerentes falavam a mesma coisa: gente! se vocês tiverem uma “maçã podre”, tirem para não estragar todos. Aí na hora de dar a conta nós, reservas, tínhamos que fazer a escolha justa” (entrevista/2012).

Surgia com intensidade o desemprego urbano, iniciando a deterioração das condições de trabalho, dando lugar à informalidade. Para Mattoso (1996) a geração de emprego sofreu as consequências desestruturantes de um processo de retração das atividades produtivas. O crescimento do desemprego e da informalização eram responsáveis pelo enfraquecimento das relações de trabalho. Os trabalhadores e seus sindicatos ficaram debilitados e as empresas adquiriram um maior poder no mercado de trabalho, adotando mecanismos contratuais unilaterais ou por empresa, que terminaram, a longo prazo, por favorecer a desvalorização da contratação coletiva mais setorializada ou centralizada. Promoveu os baixos salários e a ampliação das diferenças de rendimentos dos ocupados, além de acentuar a queda dos níveis de sindicalização.

A ação sindical foi restringida pela profunda transformação regressiva da estrutura produtiva, pelo crescimento econômico comum, pela redução dos espaços de negociação setoriais e nacionais, pelo aumento do desemprego, pela redução de empregos formais e pela elevação da precarização das condições e relações de trabalho. Os sindicatos e centrais sindicais que encontravam-se construindo uma ação propositiva nacional (impulsionando as câmaras setoriais) entraram num evidente movimento defensivo. Some-se a isso, uma desaceleração na quantidade de greves, com maior dispersão e fragmentação da ação sindical. Contudo, a saída deste movimento defensivo constitui um desafio extraordinário para as organizações dos trabalhadores: ser capaz de se opor às políticas governamentais que geraram esta profunda regressão das estruturas da produção e do emprego nacional e, ao mesmo tempo, propor políticas alternativas e constituir com amplas forças sociais um movimento capaz de apoiar democraticamente um novo projeto nacional.

Rubenita Santos deixou de trabalhar em 1997 quando faltavam 08 anos para se aposentar por tempo de serviço. Para conquistar este benefício ela continuou pagando como autônoma os anos complementares ao INSS. Esta operária diz não ter lembranças ruins do Distrito Industrial de Manaus. Para ela a Sharp do Brasil “foi uma mãezona”, como sempre fazia questão de frisar durante nossas inquirições. “Lá, eu só progredi porque eu soube fazer. Eu sabia que se ali eu fizesse extras, eu iria ganhar mais. Eu precisava comprar as minhas coisas” (entrevista/2012).

Esta fala caracteriza os trabalhadores que se deixam influenciar pelo patrão. Trata-se daqueles passivos à humilhação, que não reclamam por seus direitos em razão das consequências de seus atos. Esses trabalhadores são chamados pelos seus pares “puxa saco” de pai e mãe, o sangue de barata, o covarde. Em outras palavras são os *pelegos*, que desconhecem a solidariedade, os egoístas que não conseguem ver nada além de suas próprias e momentâneas necessidades, são aqueles trabalhadores que, terminada a greve, não conseguem olhar nos olhos dos seus companheiros. Também revela a ausência de uma consciência crítica em relação ao efeito do capital sobre o trabalhador, a *mais valia*.

Ela trabalhou em todas as fábricas do grupo Sharp. Iniciou como montadora na fábrica de calculadoras. Todos diziam que a Calculadora iria acabar, logo, vinham as determinações de sua diretoria, vai lá para a Cape Placas, vai lá para SDB-III. Por ser reserva de linha sempre lhe era dada a missão de escolher 10 ou 20 funcionários bons para acompanhá-la e ela escolhia. Os bons funcionários eram aqueles que executavam bem suas funções e não faltavam ao trabalho. Essas pessoas mereciam ser escolhidas.

Os bons funcionários, como eram chamados pelos patrões, compõem o quadro de trabalhadores que não se percebem pertencentes a sua classe, desconhecem que “a consciência de classe é uma construção social que, entretanto, não a torna menos real e importante na história” (PETRAS, 1996, p. 07). Embora as formas de expressões sociais da consciência de classe variem, ela é um fenômeno recorrente por toda a história e na maior parte do mundo, mesmo quando é obscurecida por outras formas de consciência em diferentes momentos.

O sentimento de Francisca Selma, 48 anos, anuncia outra realidade. Ela se refere aos anos iniciais da década de noventa como sendo das tecnologias, momento em que as empresas investem mais em tecnologias e serviços. Essas medidas ocasionaram alterações drásticas aos operários, até mesmo para o qualificado que passou a assumir sozinho o comando de uma máquina que antes funcionava com dez operários. Essa exigência passou a comandar a vida de homens e mulheres no Parque Industrial de Manaus, conforme afirma Francisca Selma:

“para mim a maior dificuldade do trabalhador é isso também. Hoje no Distrito se você não tiver alguém para lhe indicar, se estiver com 25 anos ou 30 anos você não entra mais” (entrevista/2012).

Nos anos inaugurais da década de 1990 as dificuldades encontradas para novas inserções no mercado de trabalho foram enormes. Uma delas estava no fato de que boa parte dos jovens e adultos não correspondia às exigências desse contexto.

Os tempos mudaram. Já se sentia a necessidade de novas reflexões focadas na postura e no perfil dos dirigentes. Era o momento propício para todos os sujeitos, operários e dirigentes, reavaliarem suas estratégias de lutas. Rosilene Martins percebe que essa passagem possibilitou um diálogo mais aberto em termos de negociação. Ela reconhece que “foram das mãos do Silvestre e Paulo Araújo (hoje falecido), ótimos negociadores naquela época, que eu recebi as instruções necessárias para esse novo momento de luta. Até mesmo rever meus conceitos” (entrevista/2013).

A atuação e a valiosa contribuição dos operários e dirigentes sindicais nos anos 1980 não serviram de passaporte para suas reinserções no mercado de trabalho nos anos 1990. A referência que prevalecia no interior das empresas sempre foi baseada no fazer-se de cada trabalhador durante os levantes grevistas. Rosilene Martins foi uma das trabalhadoras que vivenciou bem esta situação. Ela comunica, em sua entrevista que, algumas empresas ainda permitiram a ela a realização do teste admissional. No entanto, ao aproximar-se do Setor Pessoal, logo diziam: “oi Rose! Você por aqui? Os gerentes marcavam os funcionários, implicavam e impediam sua contratação. Era uma forma de nos intimidar” (entrevista/2013).

Certa de que as portas se fechavam Rosilene Martins procurou outros afazeres, engravidou, deu à luz uma criança do sexo masculino a quem se dedica até os dias de hoje. Sempre determinada e visando o futuro de seu primogênito passou a desenvolver atividades como microempresária, montou uma pequena loja de confecções e não mais buscou outra forma de inserção no Polo Industrial de Manaus. Seu primeiro emprego foi na Evadin Componentes da Amazônia e o segundo e último na Itaucan Componentes da Amazônia, empresas situadas no Polo Industrial de Manaus. Foi demitida da última empresa por justa causa. O setor responsável do Sindicato dos Metalúrgicos não conseguiu reverter, em tempo hábil, esta situação. Na realidade, Rosilene Martins explica o porquê dessa perda, a saber:

Simplesmente o setor responsável do Sindicato dos Metalúrgicos não recorreu ao Supremo, esqueceu. Por conta disso, eu perdi a causa, aí eu me afastei. Os companheiros mais solidários pediram para eu continuar numa outra atividade. Só que já estava naquele momento de decidir em que lado

“você está e, eu não concordava com aquele tipo de luta separada. Eu sabia que aquilo não daria certo. Também pensei, se eu aceitasse essa oportunidade, estaria instrumentalizando para que outro viesse retirar as duas lideranças mais importantes naquele momento, que poderiam permanecer dando sustentabilidade para que os trabalhadores ganhassem suas lutas. Brigaram, brigaram, saíram as duas lideranças e, está aí quem se eternizou no poder, antes veio o Agostinho e depois ficou o Valdemir Santana (entrevista/2013).

Inaugura-se o processo de cooptação de lideranças no Polo Industrial de Manaus. De um lado estavam pessoas que passavam a temer e a cruzar seus braços no meio sindical. De outro, estava visível um processo de rupturas e descontinuidades da perspectiva classista.

Só alguns operários que foram lideranças no processo fabril ainda encontraram oportunidades de reinserção no mercado. Conforme Telma “hoje o Distrito está muito bom. Só que ainda não tem estabilidade. O diferente hoje é que não escolhem mais para dar a conta, qualquer um pega a conta. Naquela época não, só a *peãozada* era quem pegava a conta”.

Em consonância com a afirmação de Telma, outra nossa entrevistada, Francisca Selma lembra que a festa operária sempre cumpria um objetivo que era de alcançar o que todos sonhavam, não somente em termos de salários, mas, também, condições de trabalho e melhorias no trato com a pessoa humana. Apesar das inúmeras dificuldades, “boa parte dos trabalhadores demitidos no início dos anos 1990, ainda conseguiram o seu trabalho de volta” (entrevista/2012). Esses trabalhadores buscaram outros caminhos, outras formas de atuação no mercado de trabalho. A celebração dos novos contratos de trabalho nos anos noventa não os obstaculizou de assumir outros vínculos de atividade no mercado informal, passaram a investir na dupla jornada. De acordo com Alves (2009, p. 170),

O aumento da jornada de trabalho entre o contingente de trabalhadores organizados e a queda do rendimento médio dos trabalhadores em geral, que afetam as economias capitalistas desenvolvidas ou em desenvolvimento, são sintomas da nova precariedade salarial. O mote é ‘trabalhar mais para ganhar menos’. É a expressão do mundo do trabalho *estagnado*, subproduto da crise do estatuto salarial e do desemprego estrutural; e da dinâmica medíocre da acumulação capitalista, onde a financeirização da riqueza capitalista obstaculiza o crescimento qualitativo dos investimentos produtivos.

A festa operária foi um caminho aberto às pessoas criativas. Rosilene Martins lembra do Alegria, um rapaz que criava as músicas. Ele não era o único, mas entre os vários presentes, ele era quem mais se destacava. Suas canções eram entoadas em todas as empresas. “Acho que ele se deu bem, saiu das empresas, foi trabalhar em projeto cultural, ajudar o boi Garantido em Parintins e aqui em Manaus” (entrevista/2013).

A fala de Rosilene Martins revela a volta por cima do jovem Alegria. A convivência vivida no âmbito da manifestação da festa serviu de passaporte para os desafios na contemporaneidade. Seus contemporâneos, aqueles que formaram em curso superior transformaram-se em empreendedores de si mesmos.

Sem dúvida, a festa operária promoveu o destaque desses operários. Foi um grande começo em suas carreiras. O estado em que vivia a classe trabalhadora, seus diferentes campos de ação, sem dúvida alguma, contribuiu para pensar e compor cada música. A experiência com o movimento e apoiadores surtiu efeito positivo nesses operários que procuravam aprimorar seus estudos.

No caso específico dos trabalhadores do Polo Industrial de Manaus buscava-se na construção da identidade operária um ato de libertação. Ou seja, a superação da inércia dos costumes tradicionais, das autoridades imutáveis, das rotinas pré-estabelecidas e das verdades inquestionáveis. Acreditar nesse tipo de mudança era necessário nos anos 1980, o que não se percebe nos anos 1990. Prevalencia o discurso de que era necessário confiar em escolhas feitas socialmente e que o futuro parecia certo.

4.3. Os novos rumos do sindicalismo no Brasil e no Amazonas

No tempo contemporâneo começa a surgir uma nova vanguarda, gente que passa a discutir questões ligadas a luta por moradia, resistência na periferia, racismo, repressão policial dando outros destinos à classe trabalhadora. Compreender os novos rumos do sindicalismo brasileiro requer fazer uma avaliação do próprio operário. Podemos dizer que o sindicalismo vive a primeira geração de operários no Polo Industrial de Manaus cujos remanescentes dos anos 1985/86, época das grandes mobilizações, ainda estão presentes. Trata-se de trabalhadores que chegaram a Manaus nos primórdios da Zona Franca sem tradição de operários⁴². Naquele tempo o termo trabalhador do distrito era sua primeira referência e não operário.

A ausência da disciplina operária, o hábito de uma vida na fábrica exigiu o redobrado empenho para sua gradativa adaptação. Esses operários encontraram nas primeiras greves os caminhos para sua libertação, tanto do ponto de vista da chefia que era muito limitada, assim como da estratégia do pessoal da empresa face à precariedade de política de recursos humanos definida para o Polo Industrial de Manaus, tudo oposto do operariado do resto do país, de onde começou a industrialização, a exemplo do ocorrido em São Paulo. No caso específico do operariado amazonense, quando estes se deslocam para a cidade se deparam com espaços a serem conquistados. Conforme Torres (2005, p. 116),

Essa plasticidade permite às classes subalternas e às minorias sociais colocarem-se em condições de negociação de suas demandas com as estruturas de poder. Do mesmo, modo permite-lhes construir uma nova sociabilidade calcada em valores como a solidariedade e a busca do bem comum.

Esta autora deixa claro que as relações de produção e o aspecto econômico não bastam para definir a cidade, pois, esta engendra relações de várias ordens e são essas relações que vão-se materializando e se desenvolvendo em face dos interesses das forças sociais em presença. De acordo com suas palavras “os antagonismos que cercam os interesses em jogo transformam a cidade num palco onde desfilam as vaidades, egoísmos, preconceitos, intolerâncias e a afirmação dos sujeitos sociais em meio às relações de poder” (TORRES, 2005, p. 117).

⁴² Sugerimos conferir os estudos de Ribeiro (1987). De Seringueiro a Agricultor/pescador a Operário Metalúrgico: um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses.

O Brasil hoje vive a sua terceira geração de operários e está a caminho da quarta geração. O Amazonas vive a primeira geração composta de jovens operários, diferentes daqueles dos anos 1980, época em que a grande maioria não possuía o nível fundamental de formação escolar.

O grande problema é que o sindicalismo brasileiro não acompanhou esta evolução, tampouco se preparou para enfrentar esse momento, o que vem somar-se ao grande problema de estabelecer relações com o operariado. Esses jovens sindicalistas herdaram uma história que eles desconhecem a forma como ela foi construída.

A fala de Elson Melo, 55 anos, retrata a realidade enfrentada pelos jovens sem perspectiva de inserção no emprego formal e insiste na reconstrução das práticas vivenciadas nas décadas de 1980 e meados dos anos 1990, época em que os ideais e perspectivas dos operários se constituíram via construção dolorosa, com dificuldades, mas com muita solidariedade. Pensar os novos rumos do sindicalismo significa rever novas estratégias de lutas que implicam na mudança de mentalidade e na elaboração de novos discursos dentro de um contexto da realidade em que vive a classe trabalhadora. O nosso entrevistado vislumbra esta situação nos seguintes termos:

O governo não está sabendo lidar com esta situação. Não tem como negar. Todos nós e o PT somos produtos de nossas lutas. Então jamais deixaria de vincular, mesmo porque eu fui um dos fundadores do PT aqui no Amazonas. Quando o PT chegou ao poder, ele estruturou uma governabilidade e não pensou a governança. São duas coisas distintas. Apesar de não significar a mesma coisa, mas, se completam. Então, pensou em controlar a sociedade organizada, todas as Instituições da sociedade organizada, das centrais sindicais, os principais sindicatos e até as associações mais distantes. O PT trabalhou para controlar essas Instituições (entrevista/2013).

A fala de Elson Melo indica o princípio de um tempo marcado por cooptação iniciada pela oferta de cargos de direção nas mais diversas Instituições. “É comum identificá-los no Sebrae, Sesi, estatais e outros que resolveram entrar para a ação política parlamentar. Estes também se engessaram no parlamento” (entrevista/2013).

Para Boito Júnior (2012), a recuperação da luta sindical na década de 2000 e as vitórias dos trabalhadores tem se dado dentro do padrão tradicional do sindicalismo brasileiro, que é o estabelecido pela velha estrutura herdada do período de Getúlio Vargas. As atuais pesquisas apontam para as mobilizações apenas nos períodos de datas-bases, ausência dos sindicatos nos locais de trabalho e uma grande maioria de sindicatos burocratizados e dirigidos por sindicalistas pouco afeitos a organizar mobilizações consequentes. De acordo

com este mesmo autor, o governo Lula aprofundou o atrelamento do sindicalismo ao Estado ao promulgar a Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008, que reconhecia as Centrais Sindicais. Essas organizações, segundo ele, passaram a receber uma porcentagem da contribuição sindical, tributo descontado dos trabalhadores formais, independentes se associados ou não ao sindicato da categoria, equivalente a um dia de trabalho.

Podemos dizer que o movimento sindical não atende mais as aspirações dos trabalhadores, não encaminha a contento a luta dos trabalhadores. A ida da população às ruas nas recentes manifestações e a ausência dos sindicatos envolvidos, chamando, convocando para este ato é uma prova de sua falta de representatividade e credibilidade.

A perda da representatividade do movimento sindical brasileiro tem sua origem a partir deste processo contínuo e desenfreado de cooptação. Esta representatividade conquistada desde os primórdios dos anos 1960/70 quando lutava contra a ditadura esvaiu-se. Nos tempos atuais ocorre a perda de sua identidade porque as lideranças todas foram cooptadas. Podemos indicar que esta foi uma estratégia equivocada, tanto do movimento sindical como do PT.

Na capital federal acontecem as marchas das centrais sindicais permitidas sob um percurso limitado. É feita uma estrutura enorme, mas, que não diz nada. Aqui se identifica a questão burocrática que cumpre o limite permitido, que não é e nem traduz o que é possível fazer. Elson Melo delinea o seguinte quadro:

As centrais sindicais criam esses factoides para mostrar que estão sob o controle do movimento. Isto está faltando agora. A dificuldade de o governo conseguir um interlocutor com o movimento social. Por exemplo: tem um movimento convocando agora para o dia 01 de julho/2013 uma greve nacional. Este movimento não é sindicato. A CUT publicou uma nota dizendo que quem pode convocar greve é o sindicato. A CUT perdeu a legitimidade para convocar. Mas mesmo assim está correndo atrás do movimento. Agora, as centrais sindicais convocaram uma agora para o dia 11, mas, não tiveram a coragem de dizer que é uma greve geral, disseram que é um dia de luta. Isto certamente provoca uma interpretação extremamente dúbia (entrevista/2013).

Uma interpretação dúbia dificulta avançar com os encaminhamentos, confunde a categoria e, conseqüentemente, ela passa a não mais acreditar nos dirigentes. Uma boa liderança precisa de firmeza nas suas ações.

O sindicalismo brasileiro deixou de ser a vanguarda do operariado, de organização, como foi o ex-presidente Lula na década de oitenta e o movimento do ABC paulista. Ainda se espera que o novo sindicalismo volte a ser mais atuante, de luta, de respeito, um sindicalismo

que defenda as demandas dos operários. Só serão possíveis negociações bem sucedidas se mantivermos a relação de força.

A Central Única dos Trabalhadores defende um tipo de negociação visando flexibilizar alguns direitos via negociação direta por fábrica. Para Rodrigues (1999), o debate sobre flexibilidade e desregulamentação é marcado pelas origens de nosso sistema de relação de trabalho, particularmente por sua tradição normativa. Este sistema, pautado num padrão intervencionista, num estilo centralizado de negociação e numa forma de interferência seletiva do governo nas relações de trabalho, mostrou-se capaz de sobreviver a várias mudanças político-institucionais. Porém, o governo tem dado continuidade a esse processo e vem atuando de forma mais agressiva do ponto de vista institucional-legal, inclusive tentando reformas constitucionais.

É praticamente um suicídio porque temos um empresariado extremamente conservador e legalista. Este tipo de negociação só sairá da legalidade se beneficiá-los. Do contrário, quando é o caso de melhorar a vida dos trabalhadores, não avançam. Negociação se faz com correlação de força, com organização dentro da fábrica. Hoje o Polo industrial de Manaus não tem mais esta cultura, o movimento sindical e seus dirigentes perderam a capacidade de se indignar, de elaborar estratégias de organização da classe trabalhadora, está em curso a crise de identidade.

A ideia de identidade, segundo Bauman (2005), nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o “deve” e o “é” e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela ideia, recriar a realidade à semelhança da ideia. Para este autor é no Estado Moderno que se fez necessário tornar o dever obrigatório do uso de uma identidade por todas as pessoas que se encontravam no interior de sua soberania nacional. Por meio do Estado se buscava a obediência de seus indivíduos e garantia de sua comunidade. Por outro lado, uma nação sem Estado estaria destinada a ser insegura sobre o seu passado, incerta sobre o seu presente e duvidosa de seu futuro, e assim fadada a uma existência precária. Nunca é demais lembrar, que os vários contextos vividos pela sociedade brasileira desde os primórdios da construção do país Brasil, sempre alimentaram o poder conservador pertencente a uma classe elitista, sobretudo, em seus aspectos econômicos, político e sociocultural. A maior prova disso é o pouco investimento em termos de uma educação consciente que promovesse o embate com a ideologia dominante.

Os sonhos de cada trabalhador, suas convicções eram de que os trabalhadores se libertariam do jugo opressivo do trabalho industrial. A esperança num mundo melhor era o

que dava fôlego e sustentação a cada operário/a. Reivindicavam salários dignos para que pudessem suprir as necessidades de suas famílias, enfim, para viverem com qualidade de vida. Sonhavam que Manaus seria bem melhor a partir do momento em que os trabalhadores participassem de todos os setores da sociedade, promovendo melhorias, crescimento.

Para eles, tudo era possível fazer através da união. Todos aprendiam e se sentiam sujeitos de transformação. “Se hoje a alimentação no Polo industrial de Manaus é melhor é porque houve a presença desses operários na luta, ninguém ficou sentado só pedindo a Deus” (Rosilene Martins, entrevista/2013).

Os sonhos e esperanças continuam vivos na expressão dos trabalhadores que contribuíram em nossas investigações. Rosilene Martins, 47 anos, é uma mulher esperançosa e sonhadora. Essas qualidades acompanham sua trajetória desde o início de sua existência. Ao inquiri-la sobre a possibilidade de se construir novos sindicatos que representem os anseios dos trabalhadores, ela revela que “quando a classe trabalhadora conseguiu colocar um ex-operário no poder, o povo achou que todos os seus problemas foram resolvidos e ficou esperando as coisas acontecerem” (entrevista/2013). Em sua avaliação, as lideranças foram se acalmando, se acomodando, achando que estava tudo resolvido e não está.

As falas dos sujeitos desta pesquisa revelam que a memória possui função social. Aqui, o interesse se desloca, as reflexões seguem outra linha e se dobram sobre a quintessência⁴³ do vivido, não estão em jogo as sensações enfraquecidas. Para Bosi (2007, p. 1981) “crescer a nitidez e o número das imagens de outrora, e esta faculdade de relembrar exige um espírito desperto, a capacidade de não confundir a vida atual com a que passou, de reconhecer as lembranças e opô-las às imagens de agora”. Sem dúvida, este foi um dos caminhos traçados e cumpridos na efetivação desse estudo, descortinando desse modo, novas revelações da atuação dos trabalhadores que deixaram suas mais ricas contribuições na história da luta operária no Amazonas.

Os operários reconhecem que ainda há muito a fazer. E, só será possível, no momento em que os sindicatos perceberem que precisam encontrar outras estratégias de ação. O grande desafio está em fazer com que a juventude reflita sobre a importância de reinvenção de política

⁴³ Utilizamos a expressão quintessência no sentido da teoria cósmica dos cinco elementos (Terra, Água, Ar, Fogo e um quinto elemento hipotético, o Éter) que só se torna importante se compreendermos sua função de ligação entre nós e o meio que nos cerca. Esta ponte se estabelece na manifestação destes elementos nos cinco sentidos do homem, ou seja, na capacidade que temos de perceber o mundo e de interagir com ele, através de cinco ações principais que são reflexos desta percepção sensorial.

Bauman (2008) exemplifica a discussão sobre a igualdade que tende a ser conduzida em termos de reconhecimento. Um indivíduo, que não possui suas características definidoras respeitadas pela sociedade geral, jamais pode ter a necessária autonomia para fazer suas escolhas e para a participação social. Esses ideais também podem ser desdobrados na necessidade da autoconfiança, auto-respeito e auto-estima, que segundo Honneth (2003), são caminhos subjetivos para se chegar ao reconhecimento. Ele só adquire autonomia no momento em que é reconhecido e legitimado pelos demais integrantes da sociedade.

De acordo com Fanon (1961) a principal arma dos colonizadores era a imposição de uma imagem de inferioridade dos povos subjugados. O colonizado, segundo ele, ao libertar-se, tinha antes de tudo que purgar-se dessas auto-imagens depreciativas. Taylor (2000) procura desvendar os vínculos entre reconhecimento e identidade. Para este autor, a identidade do ser humano é parcialmente moldada a partir do reconhecimento ou da ausência deste. Ou seja, da representação ou da má representação que dele é feita para outros seres humanos. Para este pensador a identidade designa algo como a compreensão de quem somos, de nossas características definitórias fundamentais como seres humanos, e essa compreensão é alcançada tanto por fatores da esfera privada quanto da esfera pública. O que há é uma exigência universal que fortalece o reconhecimento da especificidade.

As políticas de ações afirmativas que têm sido implementadas nos últimos tempos não atingem diretamente o foco da discriminação. O que há de importante nas propostas de ações afirmativas, segundo Taylor (2000), é que o reconhecimento é fundamental para o desenvolvimento das identidades e, que, portanto, não possui um prazo de validade, devendo estar sempre garantido para que haja o contínuo exercício das particularidades. Isto é o que se espera e o que guia a luta cotidiana. Por esta razão, o trabalhador deseja garantir um emprego que confira a ele um *status* de homem de valor e chefe de família. Para obter esse tipo de reconhecimento ele precisa ser reconhecido como portador de um bom emprego numa boa firma, com reputação de trabalhador.

Bauman (2008) relembra os anos iniciais do século XX, quando Weber sugeriu que a racionalidade instrumental era o principal devesse ser o principal fator que regularia o comportamento humano na era da modernidade. “A questão dos fins parecia então ter sido estabelecida, e a tarefa remanescente de homens e mulheres modernos era selecionar os melhores meios para os fins” (BAUMAN, 2008, p. 186).

É sob essa perspectiva que o movimento operário é conduzido na contemporaneidade. Para que seja construído um projeto revolucionário como uma ambição

pensada para transformar o presente, terá que haver um mínimo de controle sobre esse presente. Segundo Bauman (2008, p. 189),

E o controle sobre o presente, a confiança de estar no seu próprio destino, é o que mais falta às pessoas que vivem em nosso tipo de sociedade. Cada vez menos temos esperança de que, juntando forças e ficando de braços dados, podemos forçar uma mudança nas regras do jogo; talvez os riscos que nos fazem temer e as catástrofes que nos fazem sofrer tenham origens sociais, coletivas – mas elas parecem cair sobre cada um de nós de maneira aleatória, como problemas individuais, do tipo que só podem ser enfrentados individualmente, e reparados, se possível, apenas por esforços individuais.

A carência da afetividade em detrimento do controle sobre o presente das pessoas, não impediu os operários dos anos oitenta a expressarem suas vontades coletivas. Eles encontravam nas suas manifestações a base material para a vivência de sua subjetividade. O recurso da festa na gestão da greve traduz-se numa estratégia valiosa para a manutenção do movimento paredista porque impedia que houvesse depredação da fábrica e arrefecia a angústia em função das perdas posteriores. A festa como espaço de luta e vivência da afetividade contribuiu de forma significativa para a formação da consciência operária no Amazonas.

Era no ato da festa que se presenciava a expressão mais clara da alegria do operariado amazonense, embora para eles o sentido da festa fosse mais abrangente, porque era nesse momento de exaltação coletiva que os trabalhadores expressavam o espírito de liberdade e o prazer de transcender as normas sociais, de romper com os interditos.

Foi neste clima que foram comemoradas não só as vitórias, mas, também, o entusiasmo dos operários amazonenses. Era impossível impedir a festa, mesmo quando a direção sindical não admitia. Os operários faziam desfiles, transformavam o lado monótono da greve e revelavam suas qualidades e talentos expressando alegria a sua arte.

É nesse estilo de subjetividade operária que ocorre a familiaridade intelectual e o envolvimento emocional de Thompson com os operários ingleses. Isto lhe possibilitou uma narrativa expressiva do contexto inglês da época de sua pesquisa. Essa é uma das características da obra de Thompson que a coloca na tradição dos clássicos, a qual consegue dar vida e sentimento aos atores sociais, através do olhar astuto dos microprocessos sociais que compõe o quadro descritivo dos seus cenários históricos. Uma de suas teses fundamentais é a de que entre 1790 e 1832, na Inglaterra, ocorreu a peculiaridade histórica da transformação de grupos heterogêneos de trabalhadores em classe operária com identidade própria e efetiva consciência de classe. Trata-se de um contexto em que as atitudes populares na Inglaterra são

movidas por mudanças importantes, principalmente entre 1500 e 1800, podendo defini-los como a politização da cultura popular ou a difusão da cultura política.

Faz-se necessário, então, repensar o estatuto das classes para que a sua teoria não se transforme num aforrismo vulgar, que define a priori todos os conflitos sociais como luta de classes, e se tome, numa afirmação não verificável as lutas de classe - sempre, em qualquer conjuntura – como o motor da história. Convém pensar as classes a partir da elaboração metodológica de Przeworski (1977), segundo o qual, a formação da classe é o resultado de lutas sociais que definem certa trajetória histórica. Elas são relações e podem ser também sujeitos históricos de interesses e de vontade. Mas os interesses não são dados apenas pelas relações sociais de produção. E mesmo quando referidas à produção, as relações expressam interesses formados não somente na descoberta da contradição, mas também na experiência das diferenças que permitem compromissos.

No limite, o que define as relações de produção, segundo Guimarães e Castro (1982), é a institucionalização de certas regras de relacionamento entre as classes, as quais não podem ser reproduzidas de modo automático. A sua reprodução, como a sua transformação, passam pelo conflito. Para ser óbvio: nem a reprodução das relações de produção é garantida no ato da compra e venda da força de trabalho, nem os trabalhadores se obrigam necessária e exclusivamente a desenvolver interesses na superação dessas relações.

As condições que permitiram no passado que compromissos e negociações em torno de salários se transformassem em compromissos políticos e ideológicos, isto é, em compromissos de classe, não prevalecem mais nos dias atuais.

O significativo desafio lançado aos jovens do século XXI seria o de mostrá-los as etapas que precederam a realização da oficina objetivando a (re)criação do mundo de antes para o fortalecimento das relações sociais, para a constituição de um nós, de um sentimento de pertencimento comum, onde o passado deveria ser visto não como algo acabado, mas como um tempo possível de ser (re)significado a partir do presente com olhos em direção ao futuro. Nesse antigo contexto, lembra Silva (2005, p. 303) “[...] era como se estivessem correndo em direção ao passado. Muitas lembranças foram aflorando; cenas, cenários, pessoas, objetos, sons, cantos foram, paulatinamente, definindo a urdidura do espaço da memória. O que havia sido omitido, silenciado, repentinamente ia tomando forma e significado”.

No início do século XX, Max Weber resumiu a trajetória do pensamento moderno com a metáfora do desencantamento do mundo. Ele estava se referindo à presença de um conhecimento marcado pela objetividade, em que não havia lugar para as emoções, a magia, a

fantasia e as ideologias. O ato deste conhecimento radical definia-se pelas categorias binárias, dicotômicas e opostas entre si. Silva (1996) diz que mais tarde, Prigogine e Stengers propuseram o “reencantamento do mundo” não como forma de mistificação, mas, como o apelo ao dismantelamento das fronteiras artificiais existentes entre os seres humanos e a natureza, ao reconhecimento de que ambos fazem parte de um universo único, enformado pela flecha do tempo.

Rosilene Martins acredita na possibilidade de reverter o quadro em que se encontra o Sindicato dos Metalúrgicos em Manaus. Reconhece que poderá ser difícil, mas não é impossível. Segundo ela, basta repensar as estratégias usadas na tomada do sindicato das mãos dos sindicalistas *pelegos* nos anos 1980. Mas, além da necessidade da organização e da articulação, necessita-se de uma boa estrutura e participação partidária. Não há dúvidas de que naquele tempo existia uma soma de partidos que queriam o sindicato funcionando da maneira que é para ser.

A circunstância da greve assim como cada fase da ação sindical permitia aos dirigentes a reavaliação de suas práticas, repensavam seus comportamentos, suas determinações. Isto foi muito frequente diante dos principais impasses, como lembra nosso entrevistado.

Quando ocorreu o Congresso da CUT Nacional em Belo Horizonte eu era delegado. Então, reunimos a estrutura da campanha salarial para ir ao Congresso. Eu disse: eu não vou. Alguém tem que dirigir a Assembleia. Ai, eu e o Ricardo Moraes decidimos ficar. E, quem se aproveitou disso foi o PCdoB. Eles tinham uma vanguarda pequena, mas tinham uma vanguarda. Nós não tínhamos porque a nossa vanguarda estava no Congresso. No impasse entre dirigentes e operários, eu pensava: nós, dirigentes, se parássemos não era uma boa ideia porque logo em seguida teríamos a eleição do sindicato. Se não parássemos, a categoria seria massacrada. Para a nossa leitura a categoria seria massacrada parando ou não. Então decidimos continuar mesmo sabendo que a categoria não suportaria. Continuamos, houve mais 3000 demissões por justa causa (Elson Melo, entrevista/2013).

A fala de do nosso entrevistado aponta para as estratégias inteligentes emanadas dos dirigentes sindicais assim como revela o nível de amadurecimento da consciência de classe dos trabalhadores no Amazonas, sua força, coragem e determinação.

Com a chegada de Luís Ignácio Lula da Silva à presidência, parecia ter o movimento sindical chegado ao paraíso. Isto revela a ausência de novas leituras por da parte do movimento sindical brasileiro. O movimento sindical não lê mais os clássicos do operariado

brasileiro, mantém uma visão extremamente conservadora do ponto de vista político. Alguns de seus integrantes acham o socialismo ultrapassado, mas não apresentam outras saídas de organização para substituí-lo e auxiliá-los nas suas lutas históricas. Ao abrir mão da teoria dos princípios norteadores de suas lutas, ignoram, também, os indicativos de Thompson (2007) que os auxiliaram na compreensão da sociedade dividida em classes. Este teórico da classe operária inglesa identifica que a classe é oprimida, o operariado sempre foi uma vanguarda e aponta outras formas de civilização no mundo do trabalho.

Entre os sujeitos inquiridos neste estudo sobre os novos rumos do sindicalismo brasileiro e, especificamente no Estado do Amazonas, percebemos haver uma expectativa otimista de que é possível retomar a representatividade do Aparelho Sindical. A grande discussão está em saber quem protagonizará, inteligentemente, os novos tempos.

Estamos convictos de que precisamos viver mais o nosso tempo. As redes sociais são de largo alcance, permitem uma interação maior. O movimento sindical precisa acordar para as novas formas de mobilização. Ele não conhece mais quem são seus operários, insiste num discurso ultrapassado dos anos 1980, época das mobilizações artesanais. Possivelmente nas assembleias oferecem cervejas para atrair operários. Esta estratégia não educa o novo operariado que, oposto daquele dos anos 1980, questiona sua direção, tem outro olhar. Elson Melo relembra seu tempo de metalúrgico ao expressar:

Embora eu discorde que as universidades (particulares) não colocam mais para os acadêmicos os clássicos da filosofia. Às vezes até apontam, mas não fazem um grande debate. Eu lembro que na minha época de metalúrgico sempre passava um aluno de escola pública para me ouvir. Hoje eu sou ouvido mais pelos doutorandos, poucos graduandos me procuram (entrevista/2013).

A falta de promoção dos grandes debates no espaço acadêmico, ressentida por Elson Melo, tem seus efeitos na juventude contemporânea. Como anuncia Hobsbawm (2000), os jovens de hoje vivem uma espécie de presenteísmo, quase não estabelecem relações com o seu passado. Isto é prejudicial porque o movimento sindical é levado a viver sua inércia operária. “Suas organizações, partidos e sindicatos, transformam-se por seu lado em órgãos complexos, indispensáveis a toda a ação eficaz, mas naturalmente levados a certa inércia” (MARQUES, 2007, p. 195). O mesmo cenário é encarado pelos estudantes. Nas democracias liberais e industriais, o proletariado representa o explosivo essencial, mas vai-se tornando aos poucos ofensivo ou pelo menos pouco ofensivo. “Os estudantes se acham numa situação inversa: constituem um detonador eficaz, mas sem explosivo suficiente” (IBIDEM, 195).

O movimento sindical passou a ser um espaço de disputa desumana das suas direções. Hoje não se disputa mais o sindicato para estabelecer uma relação com a categoria, o que está em relevo é a disputa pelo espaço econômico do sindicato. Isso foge a qualquer tipo de solidariedade. Antes, disputava-se para estabelecer uma relação que não existia.

É uma disputa da direção pela direção. Não é uma disputa por um projeto de organização da categoria, de mobilização ou para educar politicamente uma categoria. A educação sindical inexistiu. Hoje se perguntamos de um operário o que é sindicato? Possivelmente ele diga: que sindicato? “Suas direções só vêm aqui em época de campanha, estão todos no governo”. Isto é o que se ouve.

É pertinente uma breve análise sobre o Partido dos Trabalhadores PT no governo, para a tentativa de compreendermos os novos rumos do sindicalismo brasileiro. Podemos dizer que ele confiscou o movimento sindical à governabilidade. Isto é prejudicial para os trabalhadores, pois, é difícil educar ou fazer política aparelhando as entidades. Retira a autonomia dos sindicatos. Se isto ocorre, obviamente, inexistem as interlocuções. Se existirem serão interlocuções comprometidas que não dizem respeito a que se propõem representar. Estas são questões básicas que os novos sujeitos sociais devem compreender.

Os novos sujeitos sociais que conduzem o sindicalismo no Brasil e no Amazonas têm que estudar para dominar todos os meandros da política. Não dá mais para viver o movimento puro e exclusivamente teórico porque essa estratégia por si mesma não educa, é preciso que se viva o movimento, ele tem que ter sua práxis, os seus intelectuais orgânicos. Toda a classe necessita de seus intelectuais e o movimento, hoje adoecido, precisa reaprender tudo. Estamos cientes de que o operariado hoje não tem perspectiva de organização. Ele é refém do patrão, sua maior referência de luta, a CUT, está cooptada. O Brasil tem 50% da população economicamente ativa fora do mercado de trabalho, vivendo na informalidade acompanhada de um índice de trabalho cada vez mais degradante, um acinte a cidadania.

O que degradava nos anos 1980 (ambiente de trabalho quente, máquinas obsoletas, ausência de água potável dentre outras coisas) hoje se apresenta de outras formas. Ao entrar no novo espaço de trabalho percebemos o ambiente climatizado e um operariado jovem que é obrigado a competir com a máquina. Nesse novo âmbito nasce um operário doente, devido sua atividade ser repetitiva. Se ele insistir permanecer numa empresa por mais de cinco anos certamente sairá surdo ou com alguma deficiência. Ele próprio não se percebe, estranhado, não se dá conta de que passa a compor outro tipo de operariado, os chamados escravos novos, brancos e felizes, que ignoram ser chamados de operários.

Indicar os novos rumos do sindicalismo brasileiro significa continuar acreditando na possibilidade da efetivação dos nossos sonhos e utopias.

O contexto pós-industrial ou “informacional”, como prefere Castells, está ligado à expansão e reestruturação do capitalismo desde a década de 1980. As novas tecnologias e a ênfase na flexibilidade permitem repensar com rapidez e eficiência os processos de sustentabilidade dos sujeitos na era da informação.

As transformações em direção à sociedade da informação constituem uma tendência dominante e definem um novo paradigma, o da tecnologia da informação, que expressa a essência da presente transformação tecnológica em suas relações com a sociedade.

Uma coisa é certa, as relações interpessoais tendem a perder o sentido da sociabilidade. Mas a esperança de continuar acreditando nas possibilidades de novas conquistas e novas estratégias sustentáveis à classe é um convite aberto aos trabalhadores. Isto significa que nossas esperanças na busca pela efetivação de sonhos e utopias no trabalho serão sempre concebidas como o despertar para a reelaboração de novas formas de vida e trabalho. A nossa realidade é uma construção social contínua e a esperança em dias melhores é o alimento que nutre e energiza sonhos. Tudo é possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Travamos, neste estudo, um debate sobre os operários que construíram, sensibilizaram e fizeram a luta de classe nos anos oitenta do século XX no Polo Industrial de Manaus. Registramos que o convívio com estes trabalhadores no Polo Industrial de Manaus, onde também fui operário, foi primordial para a compreensão da história do operariado no Brasil e especificamente no Amazonas. Some-se a isso, a significativa contribuição obtida da Pastoral Operária disponibilizando fontes jornalísticas necessárias para adensar nossas análises. As demoradas entrevistas realizadas foram imprescindíveis para a elaboração deste estudo.

Esta pesquisa revela que os anos 1980 foi uma década gloriosa que se caracterizou pela abertura política (o regime militar implantado no país em 1964 ia dando seus últimos suspiros) e pela transição para o regime democrático, considerado um período de ressurgimento, mobilização e ascensão do movimento dos trabalhadores.

A Pastoral Operária emerge como um importante organismo formador da consciência operária no Amazonas. Suas atividades em Manaus, iniciadas em 1979, reunia estudantes, professores, operários com o objetivo de responder aos anseios dos operários para a transformação da realidade fabril, a partir dos trabalhadores. Vivia-se o clima de tensão e aumento das reclamações nas fábricas. A formação realizada pela Pastoral Operária incluía uma metodologia baseada em retiros, caminhadas, manifestações de protestos entre outras ações. Sempre visando o maior alcance do nível de formação dos trabalhadores, produzia o jornal alternativo “O Parafuso” e a celebração do dia 1º de maio. Sua atuação foi intensa nos anos de 1980 a 1982. Investia principalmente em cursos de fé e política e os cursos de sindicalismo nos bairros, todos junto com o PT, encaminhavam os operários para a militância nos partidos e nos sindicatos, além de formar grupos de fábricas e de bairros para discutir questões relativas ao mundo do trabalho.

A pesquisa revela que a greve é concebida como uma estratégia encontrada para a resistência dos trabalhadores, precisamente nos anos 1985, quando se registrou a maior greve no Distrito Industrial de Manaus. A Bola da Suframa pôde contar com a participação de trinta mil trabalhadores. Então o número de trabalhadores marchando nas ruas do Distrito Industrial era enorme. Foi uma das greves de maior repercussão que já houve no nosso Estado, na nossa cidade, foi um momento histórico. Foi uma greve geral da categoria. O movimento foi tão forte que conseguiu abarcar várias outras categorias não participantes da categoria

metalúrgica. Manaus parecia toda juntar-se no PIM. Em meio à greve a solidariedade aos operários era vista por vários ângulos, impressionando o próprio presidente, Ricardo Moraes, do Sindicato dos Metalúrgicos com a proposta rápida e amiga da população de Manaus.

As paralisações eram a estratégia encontrada para fazer frente à opressão. Por dentro da fábrica o confronto patronal era bem duro. Algumas empresas colocavam a polícia dentro da fábrica. A chefia de divisão, chefe de produção, seus auxiliares oprimiam trabalhadores. Mas a organização dos trabalhadores, a consciência de classe, fez com que esses operários resistissem fortemente, principalmente no enfrentamento com a polícia. Nesta situação testaram suas próprias vidas em defesa de suas liberdades e conquistas.

A pesquisa constata também que a festa como estratégia encontrada por meio da manifestação dos trabalhadores, o seu espaço é concebido como uma construção contínua, onde se revelam talentos numa inventividade frenética. É durante sua manifestação que os trabalhadores vivenciam suas solidariedades e experiências, criam e recriam possibilidades de sustentação da greve, externando suas subjetividades, num sentido do constructo humano, num processo de sua *hominização*.

Constatamos que as mulheres foram as maiores protagonistas da história do movimento operário no Estado do Amazonas. Na década de 1980, elas se descobriram como grandes lideranças. Luzarina Varela da Silva e Rosilene Rodrigues Martins sobressaíram neste estudo em razão de sua força e tenacidade na luta dos trabalhadores. Rosilene, que era uma expressão tanto pela sua beleza que contagiava a todos, como pela sua determinação junto com suas companheiras, deixou um legado de experiência e de esperança, antes, ocultas nos anais da história. Do mesmo modo, Luzarina demonstrou suas habilidades na elaboração de estratégias para o enfrentamento com a polícia e patrão, deixando exemplos de mulher aguerrida, é um livro aberto aos pesquisadores pela lucidez com que narra sua história.

Sem dúvida esta década foi o palco das lutas emancipatórias, época em que os trabalhadores souberam vencer com galhardia e tenacidade, perseverança e fé todos os obstáculos até chegarem aos dias atuais. As conquistas foram significativas no campo social, político, econômico e cultural. Hoje a atuação do sindicato mudou muito. Não existe mais a escola de formação política do operariado amazonense. Fica difícil saber se o novo operariado tem consciência de sua classe e se sabe realmente se o seu sindicato está a seu serviço.

Os trabalhadores do Polo Industrial de Manaus precisam entrar em ação de modo mais eficiente e eficaz, é certo que vivemos um novo momento. Por isso mesmo, precisa estar inteirado dos novos desafios que ocorrem no mundo do trabalho, desafios estes que exigem

do trabalhador no campo da militância um novo perfil para reorganizar-se em classe. Até mesmo para a realização desta pesquisa as dificuldades de acesso aos arquivos do Sindicato da categoria não foi viável. Isso deixa evidente o pouco caso pela preservação da memória histórica, o que não é prioridade para os seus dirigentes. Contamos, felizmente, com a grande contribuição da Pastoral Operária que abriu-nos seus arquivos para o resgate da história deste movimento operário.

Trabalhar este tema significou recuperar marcos de grande relevância social para o operariado amazonense. Uma vez que a década de 1980 foi o palco das maiores manifestação do trabalhador operário em todo o Brasil. Trazer esta contribuição para a academia e para os trabalhadores significa também resgatar uma história *vista de baixo*, que para alguns poderia ser ignorada como ciência. Assim, cumprimos o propósito deste estudo que consiste em fazer com que os operários do Polo Industrial de Manaus pudessem revisitar o seu passado.

Esses trabalhadores, nos anos 1980, reagiram às diversas medidas abusivas. Hoje, porém, o confronto se dá de formas diferenciadas porque está em jogo o emprego, está em curso uma nova concepção de mundo do trabalho, que vê o trabalhador como aquele que deve estar apto a enfrentar grandes desafios. Houve quebra de paradigmas, atualmente a disputa é acirrada, o trabalhador tende a se qualificar cada vez mais para atender aos desafios do mercado.

A festa na greve se caracteriza com a participação dos trabalhadores nas ações grevistas protagonizadas nos diferentes espaços. A saudosa Bola da Suframa, as dependências recreativas da Igreja São José Operário – Praça 14 de Janeiro e as principais ruas do Polo Industrial de Manaus se constituíram nos principais espaços da festa na greve. Esses lugares da celebração da festa na greve são lembrados, neste estudo, como cenários da afirmação identitária, da construção da luta de classe e de reinvenção da subjetividade dos trabalhadores operários numa inventividade frenética.

A festa no interior da fábrica se caracteriza pela participação direta e indireta dos trabalhadores. Nesse âmbito, os protagonistas vivenciam suas solidariedades, suas vicissitudes e asseguram a manutenção da greve.

É importante reafirmar que tanto a festa na greve quanto a festa no interior da fábrica são concebidas, nesta investigação, como espaços de luta e sociabilidade operária nos quais os trabalhadores vivem um momento de transcendência no evento da festa operária, ou seja, vivenciam o seu constructo humano (hominização).

Torna-se imprescindível dizer que os tempos mudaram, houve perdas de referenciais, precisamos construir novos instrumentos de luta para conduzirmos os desafios da classe trabalhadora e reascendermos os novos rumos do sindicalismo.

Além do valor informacional e o resgate da memória coletiva, importantes para a academia e o movimento operário, esta pesquisa serve para repensar a trajetória da classe operária no Brasil e, especificamente, no Estado do Amazonas, na tentativa de trazer para o cenário da luta de classe os novos sujeitos e os novos atores sociais da militância sindical. Nesse sentido, poderá auxiliá-los na construção de novos personagens nos quadros do trabalho, um novo perfil de trabalhador operário emergente na era da tecnologia informacional. Constituir-se-á, também, num documento-receptáculo da memória destes trabalhadores que se fizeram presentes na sociedade como os principais protagonistas de sua história.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Gabriel Arcanjo de. **Deus, Amor, Morte e as atitudes líricas de Hilst**. Manaus: Editora Valer, 2011.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Desarrollo capitalista y acción sindical**, Revista Mexicana de Sociologia, abril/junho, vol.XL, n.02, 1978.

ALVES, Giovanni. **A condição de proletariedade: a precariedade do trabalho no capitalismo global**. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2009.

_____. **Limites do sindicalismo – crítica da economia política**. Bauru, Projeto editorial Práxis, 2003.

_____. **Do “Novo Sindicalismo” à “Concertação Social” ascensão (e crise) do Sindicalismo no Brasil (1978-1998)**. In: Rev. Sociol. Política, Curitiba, 15, p. 111-124, nov. 2000.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80**. 2ª ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1992.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editoria, 2006.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. **Sindicalismo e Relações de Gênero no contexto da reestruturação produtiva**. IN: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios. Campinas/SP: ABETP, NEPO, UNICAMP E CEDEPLAR/UFMG, 2000.

AZEVEDO, Dermi. **A Igreja Católica e seu papel político no Brasil**. In: Revista Estudos Avançados. Vol. 18, nº 52. São Paulo: Setembro/Dezembro, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. (1993) **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo/Brasília, Hucitec, 1993.

BAUMAN, Zigmunt, 1925. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman: tradução, Carlos Alberto Medeiros**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. 1925. **A Sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas** / Zygmunt Bauman; tradução José Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

_____. 1925. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos** (Tradução Carlos Alberto Medeiros). Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Raça e Gênero no Mercado de Trabalho**. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios (Org.). Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP E CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Ed. 34, 2000.

BLAY, Eva Alterman. **08 de março: conquistas e controvérsias**. São Paulo: NEMGE (Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero) da USP. São Paulo: Publicação do Instituto de Estudos Avançados da USP, 2004.

BLASS, Leila Maria da Silva. **Estamos em Greve: imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários, 1985**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BOITO JR. Armando. **Organização sindical definida no governo Vargas é baseada na unicidade e sustentada pela contribuição sindical**. In: Revista Desafios do Desenvolvimento. Brasil/DF: Livraria IPEA (Ano 09, n. 73), 2012.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOURDIEU. Pierre. **A dominação masculina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 6ª. ed. São Paulo: Papyrus, 1996.

BRUSCHINI, Cristina. **Gênero e Trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95)**. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios / Maria Isabel Baltar da Rocha (Org.). – Campinas: ABEP, NEPO,/UNICAMP E CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Ed. 34, 2000.

CARONE, Edgar. **A República Velha: instituições e classes sociais**. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, Edgard de Assis. **Complexidade e ética planetária**. In: PENA-VEJA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. **O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

_____. **Polifônicas ideias: antropologia e universalidade**. São Paulo: Editora Imaginário, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. (Trad. Roneide Venancio Majer). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHAIA, Miguel Wady, 1947. **Intelectuais e Sindicalistas: a experiência do DIEESE, 1955-1990** / Miguel Wady Chaia. Ibitinga/SP: Humanidades, 1992.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CODO, W. et al. **Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho**. São Paulo: Oboré, 1987.

_____. **A loucura do trabalho: estudo de Psicopatologia do Trabalho.** São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações.** In: CHANLAT, J. (Coord.). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas.* São Paulo: Atlas, 1992.

DELEUZE, G. **Empirismo e Subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume** (L. B. L. Orlandi, trad.). São Paulo: Editora 34, 2001.

_____. **Foucault.** (C. S. Martins, trad.). São Paulo: Brasiliense, 1988.

ECO, Umberto. **O nome da rosa.** Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record, 1995.

ENGELS, Friedrich (1884). **A origem da família e da propriedade privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1997.

FANON, Franz. **Os Condenados da Terra.** São Paulo: Edusp, 1961.

FEUERBACH, Ludwig. **A Essência do Cristianismo.** Campinas: Papirus Editora, 1988.

_____. **Preleções sobre a Essência da Religião.** Campinas: Papirus Editora, 1989.

FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. **O papel da psicanálise no entendimento da construção da subjetividade.** In: CARNEIRO, Maria José. (Org.) *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade.* Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o Poder.** In: RABINOW, P e Dreyfus. *Foucault, Uma Trajetória Filosófica.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

FREDERICO, Celso. **A Imprensa de Esquerda e o Movimento Operário 1964-1984.** Celso Frederico. 1ª. Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GADAMER, Hans-Georg. **A atualidade do belo – a arte como jogo, símbolo e festa.** Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GODINHO, Luís Flávio Reis. **Que trabalhador sou eu?: uma análise sobre a experiência com a exclusão, diferenciação e segmentação no trabalho.** Salvador: UFBa, 2001.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético.** Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. & ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes, 1996.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio e CASTRO, Nadya. **Movimento sindical e formação de Classe**. Cadernos CRH, nº 4, Salvador: CRH/UFBa, 1987.

_____. **A Formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia**, (Dissertação Mestrado em Ciências Sociais): UFBa, 1982.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HALBAWACHS, Maurice, 1877 e 1945. **A Memória Coletiva: In: Maurice Hawbwachs (Org.)**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSAWM, Eric J. (1917). **A Era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento. A Gramática Moral dos Conflitos Sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HUMPHREY, John. **Operários na Indústria Automobilística do Brasil**. São Paulo: Estudos CEBRAP/Vozes, 1979.

HUYSSSEN, A. **Mapeando o pós-moderno**. In: Hollanda, H. B. de (Org.). Pós-Modernismo e Política. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

JANOTTI, M. L. M. **Imprensa e ensino na Ditadura**. In: Antonio Celso Ferreira; Holien Gonçalves Bezerra; Tania Regina de Luca. (Org.). O historiador e seu tempo. 1ª ed. São Paulo: Unesp, 2008.

LARA, Silva Hunold (Coordenadora). **Projeto Temático: trabalhadores no Brasil: identidade, direitos e política (séculos XVII a XX)**. Campinas/SP: CECULT - Centro de Pesquisa em História Social da Cultura / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas? UNICAMP, 2006.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LENIN, Vladímir Ilitch. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1988.

LOPES, José Carlos Cacao. **A voz do dono e dono da voz: trabalho, saúde e cidadania no cotidiano**. São Paulo: Hucitec, 2001.

LOUREIRO, I. M. **Rosa Luxemburg: revolution et democratie**. Trans/Form/Ação, São Paulo. 1988.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. **“Práctica y estilos de investigación en la historia oral Contemporânea”** in *Historia y Fuente Oral*, Barcelona, Universitat de Barcelona (12), 1994, (143-150).

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem.** (Trad. Carlos Nelson Coutinho). Viena: Congresso Filosófico Mundial, 1968.

_____. **História e Consciência de classe.** (trad. Rodnei Nascimento). São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político: a tribalização do mundo.** (Trad. Juremir Machado da Silva). Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____. **O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas.** (Trad. Rogério de Almeida, Alexandre Dias). São Paulo: Zouk, 2003.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe** / Nicolau Maquiavel; Tradução Maria Lucia Cumo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MARONI, A. **A Estratégia da Recusa: análise das greves de maio de 78.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio; FARIA, Ricardo. **História do tempo presente.** 2ª ED. São Paulo: Contexto, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A crítica sob a perspectiva do comerciante de Mistérios, ou a crítica personificada por Szeliga.** In: A Sagrada Família. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos.** Seleção de textos realizados por José Arthur Giannotti; Traduções conduzidas por José Carlos Bruni (et al.). 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **Obras escolhidas.** São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1983.

_____. (1820-1895). **Princípios do Comunismo e manifesto do Partido comunista.** Traduzido por Diego Siqueira. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

MARX, Karl. **As teses sobre Feuerbach. A ideologia Alemã.** 6. ed. São Paulo: 1987.

_____. **O Capital: crítica da economia política (vol.I).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. **O 18º Brumário de Louis Bonaparte.** (2ª Ed.) Lisboa: Avante, 2003.

_____. **Salário, preço e lucro.** São Paulo: Global Editora, 1988.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho.** São Paulo: TT Scritta, 1996.

MENDES, A. M. B; MARRONE, CF. **Vivências de prazer-sofrimento e saúde no trabalho: trajetória conceitual e empírica.** In: MENDES, A. M; BORGES, I. de O;

FERREIRA, M. C. (Org.) . Trabalho em transição, saúde em risco. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002.

MIRANDA, Dilmar. **Carnavalização e multidentidade cultural: antropofagia e tropicalismo**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S.Paulo, 9(2): 125-154, outubro de 1997.

MORAES FILHO, Evaristo de. **O trabalho feminino revisitado**. Revista Legislação do Trabalho, Julho, 1976.

MORAES, Rosângela Dutra de. **Prazer-Sufrimento no Trabalho com automação: estudo empresas japonesas no Polo Industrial de Manaus**. Manaus: Edua, 2010.

MORIN, Edgar. **Entrevista Programa “Roda Viva”**. São Paulo: TV Cultura, 2000.

_____. **Meus demônios**. (Trad. Leneide Duarte e Clarisse Meireles). 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Para onde vai o mundo?** (Trad. Francisco Morás). 2ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

_____. **Amor, poesia e sabedoria**. (Trad. Edgard de Assis Carvalho). 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. **A fábrica como espaço educativo**. In: Arminda Rachel Botelho Mourão (Org.). São Paulo: Scortecci, 2006.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: nº 10, p. 7, dez. 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdido - Classe e identidade de classe**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. **Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 6, p. 129-149, 1983.

PEDREIRA FILHO, Valdemar Santos. **Comissões de Fábrica: um claro enigma** (Tese de Doutorado). São Paulo: PUC, 1994.

PEREZ, Léa Freitas. **Antropologia das efervescências coletivas**. In: PASSOS, Mauro. A festa na vida: significado e imagens. Petrópolis: Vozes, 2002.

PEROOT, Michele. **Minha história das mulheres**. (Tradução de Viviane Pereira). São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. (Tradução Denise Bottmann). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PETRAS, James. **Intelectuais: Uma crítica marxista aos pós-marxistas**. (Tradução: Jair Pinheiro). São Paulo: PUC, 1996.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Nos Subterrâneos da Revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem (Tese de Doutorado)**. São Paulo: PUC, 1998.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1889-1925)**. 2. Ed. Manaus: Edições: Governo do Estado do Amazonas, 2003.

_____. **A Imprensa Operária no Amazonas, 1891-1920**. In: ANPUH -XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

PLATÃO. **A república**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

PRZEWORSKI, Adam, 1977. **Proletariat into a class: the processo f classformation from Karl Kamtskys – The Class Struggle to recent controversies** in: Politics and Societe, n. 04. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RAGO, Luzia Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS FILHO, Milton Melo dos. **A Saga dos Operários em Manaus**. Manaus: Edua, 2013.

_____. **O processo de construção do fazer-se classe do operariado do Parque Industrial de Manaus**. (Dissertação Mestrado). Manaus: PPGSCA/UFAM, 2008.

RIBEIRO, Herval Pina. **A violência oculta do trabalho: as lesões por esforços repetitivos**. Herval Pina Ribeiro. - Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

RIBEIRO, Marlene. **De Seringueiro a Agricultor/Pescador a Operário Metalúrgico: um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses**. Dissertação Mestrado. Minas Gerais: UFMG,1987.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Iram Jácome. **A trajetória do Novo Sindicalismo**. In: Novo Sindicalismo: vinte anos depois. São Paulo: Vozes, 1999.

RODRIGUES, José Albertino. **Movimento Sindical e Situação da Classe Operária**. Rev. Debate e Crítica, S. Paulo, nº 2: 98-111, jun. de 1974.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e Sindicatos**. São Paulo: Ática, 1991.

ROSSI. Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Rearticulando gênero e classe social.** In: COSTA, A. O. e BRUSCHINI, C. (Orgs). Uma questão de gênero. RJ: Rosa dos Ventos, São Paulo: FC Chagas, 1992.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Os Fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus, 1840 – 1880** (Dissertação Mestrado). Rio de Janeiro: UFF, 1994.

SANTANA, Marco Aurélio. **Trabalhadores em Movimento: O Sindicalismo Brasileiro nos anos 1980-1990.** IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. O Brasil Republicano / O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em fins do século XX. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Org). **O Brasil Republicano, v. 4.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. **Trabalhadores. Sindicatos e a Nova Questão Social.** In: SANTANA, Marco Aurélio / RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 14^a. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social.** São Paulo: Annablume, 2003.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser o nada: ensaio de ontologia fenomenológica.** Tradução: P. Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2005.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history.** (Tradução: Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila). New York: Columbia University Press, 1989.

_____. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica. IN: Mulher e realidade: mulher e educação.** Porto Alegre, Vozes, V. 16, nº 2, jul/dez de 1990.

SHARPE, Jim. **A história vista de baixo.** In: A Escrita da História: novas perspectivas / Peter Burke (Org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SILVA, D. F; LIMA, M. **Raça, gênero e mercado de trabalho.** In: Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, n. 23, dez. 1992.

SILVA, Marcia Perales Mendes. **Expressões do Mundo do Trabalho Contemporâneo: um olhar para os trabalhadores do Parque Industrial de Manaus.** Manaus: EDUA, 2010.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **COMISSÃO GULBENKIAN. Para abrir as Ciências Sociais.** São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Das mãos à memória.** In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornélia; NOVAES, Sylvia Caiuby (Orgs.). *O Imaginário e o poético nas Ciências Sociais.* Baurú, SP: EDUSC, 2005.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A Classe Operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **A crítica da razão indolente.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à Nova República.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

TAYLOR, Charles. **Argumentos Filosóficos.** São Paulo: Editora Loyola, 2000.

TERTULIAN, Nicolas. **Le Concept D'Aliénation chez Heidegger et Lukács.** In: *Archives de Philosophi – Reserches et Documentation*, 56, Ju-Set, Paris, 1993.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa, (Vol. I – A Árvore da Liberdade)** / E. P Thompson. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa, (Vol. II – A Maldição de Adão)** / E. P. Thompson. Tradução de Renato Busato Neto, Claudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa, (Vol. III – A força dos trabalhadores)** / E. P Thompson. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TITTONI, Jaqueline. **Subjetividade e Trabalho: a experiência no trabalho e sua expressão na vida fora da fábrica.** Porto Alegre: Ed. Ortiz, 1994.

TORRES, Iraíldes Caldas. **Arquitetura do Poder: memória de Gilberto Mestrinho.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

_____. **As Novas Amazôidas.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

_____. **Humaitá: ecos de um povo.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas / Editora do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia 2007.

_____. **Intolerância de mulheres líderes de movimentos sociais/sindicais no governo de Gilberto Mestrinho, no Amazonas.** In: Anais do Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Santa Catarina: UFSC, 2010.

_____. **Reconstruindo a Imagem da Mulher Amazônica** (Tese Doutorado). São Paulo: PUC, 2003.

TROTSKY, Leon. **Texto escrito em março de 1923**, in: Escritos sobre sindicatos. SP Kairós Liv. e edit. 1978.

VIANNA, Luiz Werneck. **Questões Atuais sobre sindicalismo.** Ensaio, Ano II, n. 04. São Paulo: CEBRAP, 1978.

WEFFORT, Francisco. **Participação em Conflito Industrial.** Ensaio. Caderno n. 06. São Paulo: CEBRAP, 1972.

WELTY, Eberhard. **Manual de Ética Social: propriedade e trabalho.** Vol. III (tradução de José da Silva Marques). Lisboa: Editorial Aster, 1966.

FONTES JORNALÍSTICAS

Jornal **A Crítica** – 07/05/1985.

Jornal **A Crítica** – 18/06/1985.

Jornal **A Crítica** – 31/07/1985.

Jornal **A Crítica** – 03/08/1985.

Jornal **A Crítica** – 06/08/1985

Jornal **A Crítica** – 12/08/1985.

Jornal **A Notícia** – 12/08/1985.

Jornal **A Notícia** – 12/08/1985.

Jornal **do Commercio** – 12/08/1985.

Jornal **O Parafuso** - Pastoral Operária - Manaus/Am – Ano IV, nº 13, Fevereiro/1988. 1988.

Jornal **O Parafuso** - Pastoral Operária - Manaus/Am – Ano III, nº 14, Abril-Maio, 1988.

Jornal **O Parafuso** - Pastoral Operária - Manaus/Am – Ano III, nº 16, Agosto-Setembro, 1988.

ANEXOS